



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

**O PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO
MUSEU DO INSTITUTO
BENJAMIN CONSTANT:
*PRESENÇAS E AUSÊNCIAS***

Débora de Almeida Rodrigues

UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2015

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT: *PRESENCAS E AUSÊNCIAS*

por

Débora de Almeida Rodrigues,

Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio

Linha 02 - Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável

Tese de Doutorado apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Marcus Granato

Co-orientador: Professora Doutora Icléia Thiesen

UNIRIO/MAST - RJ, Fevereiro de 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO

O PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUSEU
DO INSTITUTO BENJAMIN
CONSTANT:
PRESENCAS E AUSÊNCIAS

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Marcus Granato (Orientador) - PPG-PMUS/MAST

Profa. Dra. _____
Icléia Thiesen (Co-Orientadora) - UNIRIO

Profa. Dra. _____
Diana Farjalla Correia Lima - PPG-PMUS/UNIRIO

Profa. Dra. _____
Lena Vania Ribeiro Pinheiro - PPG-PMUS/IBICT

Prof. Dr. _____
Jose Antonio dos Santos Borges - NCE/UFRJ

Prof. Dr. _____
Carmelino Souza Vieira - IBC

Rio de Janeiro, Fevereiro de 2015.

R696

Rodrigues, Débora de Almeida

O Processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant: presenças e ausências/ Débora de Almeida Rodrigues.--Rio de Janeiro, 2015. xvi, 247f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato

Co-Orientador: Icléia Thiesen.

Referência: f. 208-218.

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2015.

1.Museologia. 2. Patrimônio. 3. Museu do Instituto Benjamim Constant. 4. Institucionalização. 5. Preservação. I. Granato, Marcus. II. Thiesen, Icléia. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. V. Título

CDU: 069.01

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. [...] E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho.

Walter Benjamin

Esta Tese é dedicada à minha mãe, ao Instituto Benjamin Constant e aos orientadores Dr. Marcus Granato e Dra. Icleia Thiesen

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus por ter me concedido saúde, determinação e colocado em meu caminho pessoas que foram meus anjos da guarda nesta caminhada.

Ao Instituto Benjamin Constant por me ter aberto as portas do conhecimento. Esta Tese é a materialização de um sonho de infância de poder progredir intelectualmente e devolver para o Instituto um pouco pelo muito que fez por mim e por muitas outras pessoas pelo Brasil à fora.

À minha mãe que com seu amor transformou a minha vida fazendo dela algo muito feliz. Sem a sua presença, sempre uma figura muito doce, muito sensível, generosa para com os outros, certamente não seria quem sou. Poderia estar sem família, não ter estudado... mas Deus me deu um diamante. Que bom tê-la em minha vida

À minha grande amiga e orientadora Profa. Dra. Icleia Thiesen, profissional inteligente com capacidade de ver com um grau de antecipação brutal. Essa é sua marca registrada. Eu lhe agradeço por tudo que faz por mim, pela atenção que me dispensa e pelo bem que faz a muitas outras pessoas com deficiência institucionalizadas. Que bom que você faz parte da minha vida!

Ao amigo e orientador Prof. Dr. Marcus Granato. Lembro-me perfeitamente quando fomos apresentados pela primeira vez. Eu fui lhe procurar a pedido da Icleia porque eu queria ser sua orientanda. O senhor leu meu projeto gostou mas disse que não entendia nada de objetos científicos para cegos e eu respondi: Valentin Haüy também não sabia nada de cego e foi o primeiro professor, fez o primeiro livro para cegos e fundou a primeira instituição para a educação de cegos no mundo. Para mim, professor, o senhor representa o que Valentin Haüy representou para os cegos. Muito obrigada por ter me escolhido.

Aos membros entrevistados da comunidade do Instituto Benjamim Constant que muito contribuíram com suas experiências de vida e de trabalho para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigada.

À amiga e grande educadora na área da deficiência visual, Maria da Glória de Sousa Almeida, pelo carinho e atenção dispensados não só a mim, mas a toda pessoa que a procura, meus sinceros agradecimentos.

À amiga Elcy Maria Mendes, pelo carinho que dispensa a toda pessoa com deficiência que a procura e pelo empenho pessoal às questões relacionadas ao Museu do Instituto Benjamin Constant.

À Direção Geral do Instituto Benjamin Constant pelo carinho que me dispensa e pela atenção ao meu trabalho, muito obrigada.

À Arquiteta do IPHAN Claudia Maria Girão Barroso, pelo brilhante trabalho de arrolamento de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant, trabalho que tenho orgulho de ter sido parte e que muito veio a contribuir neste Tese. Muito obrigada.

À amiga Aluf Elias que, na condição de minha coordenadora na época de matrícula, assinou uma carta me autorizando a conciliar horário de trabalho e estudo em Estágio Probatório. Muito obrigada.

Aos amigos muito queridos da comunidade do Instituto Benjamin Constant por todo carinho que me dispensam, muito obrigada.

Aos amigos da Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese da Cidade do Rio de Janeiro, por todo carinho e ensinamentos que me transmitem na convivência diária, muito obrigada.

Aos amigos presentes e ausentes que torceram por mim, o meu muito obrigada.

À comissão de afastamento da Escola de Serviço Social da UFRJ, pela atenção às minhas necessidades no momento muito delicado em minha vida. Muito obrigada.

Aos membros de Banca de Qualificação pelos comentários e recomendações que muito contribuíram para a concretização desta pesquisa.

RODRIGUES, Débora Almeida. O Processo de Institucionalização do *Museu do Instituto Benjamin Constant: presenças e ausências*. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015. 247p. Orientador: Marcus Granato; Co-orientador: Icléia Thiesen.

RESUMO

A presente Tese constitui um estudo exploratório e tem por objetivo discutir o processo de institucionalização do Museu, criado em 1933 nas dependências do Instituto Benjamin Constant (IBC) - instituição fundada em 1854 para atender a demanda da educação de cegos no Brasil. O Museu possuía de início uma coleção de objetos voltados para a História Natural adaptada às necessidades sensoriais do aluno cego e, nos 35 anos seguintes, procurou preservar também objetos históricos da instituição. Na década de 1970, houve uma tentativa de instituir um Museu de História Natural *stricto sensu*, adaptado às necessidades sensoriais de seu público específico, e eliminando as peças de caráter histórico. Mas essa iniciativa não prosperou. Novas perspectivas surgem, em 1990, em função da redefinição de objetivos pedagógicos do IBC direcionados à consolidação do Museu, tendo por base a discussão do processo educacional de pessoas com deficiência visual no Brasil. Além da literatura interdisciplinar que aborda conceitos caros ao campo da Museologia e do Patrimônio, foram analisados documentos primários custodiados por arquivos públicos, além dos depoimentos de membros da comunidade do IBC, segundo a metodologia da História oral temática. A Tese tem como orientadoras as seguintes questões: a existência do Museu está definida e institucionalizada? O MIBC pode ser considerado um museu *stricto sensu*? Como a tecnologia vem sendo utilizada para permitir acesso de indivíduos com deficiência visual nas instituições museológicas? Para a consecução de seus objetivos e respostas às indagações formuladas, a Tese está estruturada em cinco capítulos. Partindo do embasamento teórico e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, apresenta em seguida um panorama acerca da questão da deficiência visual, sua caracterização e, ainda, uma discussão sobre as tecnologias para uso de pessoas com deficiência visual nos museus. Aborda, a seguir, a acessibilidade nos museus de diversos países no que se refere ao público com deficiência visual. No prosseguimento da argumentação proposta, analisa a trajetória do IBC e a caracterização do Museu nele existente na atualidade. Por último, discute a constituição do Museu, desde suas origens, as várias fases por que passou, o papel dos objetos tiflotécnicos no seu acervo, além das ausências e presenças identificadas na pesquisa durante a sua institucionalização. Os resultados conclusivos mostram que o Museu, em seu processo de institucionalização, acompanhou modelos de museus similares e mudanças da legislação pertinente, sem perda de sua singularidade como museu tradicional escolar e lugar de memória que reforça positivamente a identidade de indivíduos cegos.

Palavras-chave: Museologia. MIBC. Instituto Benjamin Constant. Patrimônio cultural.

RODRIGUES, Débora Almeida. The Institutionalization of the Instituto Benjamin Constant Museum: presences and absences. 2015. Doctoral Thesis, Postgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015. 247p. Supervisor: Marcus Granato; Co-supervisor: Icléia Thiesen.

ABSTRACT

This thesis develops an exploratory study that approaches the institutionalization process of a museum created in 1933 in the premises of Instituto Benjamin Constant (IBC) - an organization founded in 1854 to provide education for blind people in Brazil. At first, the museum had a collection of objects referring to Natural History and adapted to the sensory needs of blind students. In the following 35 years, objects belonging to the history of the institution were also preserved. In the 1970s there was an attempt to establish a *stricto sensu* natural history museum, adapted to the sensory needs of its visually impaired public, thus eliminating the historic objects. But such idea did not go well. New prospects emerged in 1990 related to the reorientation of the IBC's educational goals and aiming towards the consolidation of the museum, based on the discussions about the education process for people with visual impairment in Brazil. The interdisciplinary literature addressing concepts from the fields of Museology and Heritage was analyzed, as were primary documents kept in public archives, and interviews with members of the IBC community, following the thematic approach to oral history. The Thesis is framed by the following questions: Is the museum's existence defined and institutionalized? Could the IBC museum be considered a museum in the strict sense of the word? How has technology been used to permit the access of visually impaired individuals to museums? To attain its goals and address these questions, the thesis is structured into five chapters. Starting with the theoretical framework and the methodological procedures used in the research, it presents an overview of the issue of visual impairment and its characteristics, as well as a discussion of the technologies existing for visually impaired visitors to museums. Next, it addresses the accessibility of museums to blind and partially sighted visitors in different countries. It then analyses the trajectory of IBC and the features of the existent IBC museum. Finally, it discusses the history of the museum, from its origins through its different stages, the role of assistive technologies in its collection, and the presences and absences identified in the course of the research during its institutionalization. The conclusive results show that the museum has, in its institutionalization process, kept pace with models of museums of a similar nature and with changes in the corresponding legislation, without losing its singularity as a traditional school museum and place of memory that positively reinforces the identity of blind individuals.

Key-words: Museology. IBC Museum. Instituto Benjamin Constant. Cultural Heritage.

FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea do prédio do IBC. Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBC, 2000. (Foto Paula Kossatz)

Figura 2 - Saguão do Instituto Benjamin Constant. (Foto de S. Castellano, S/D)

Figura 3 - Fachada do prédio da Imprensa Braille. (Foto de S. Castellano, Acervo do MIBC. Rio de Janeiro: IBC, 1995).

Figura 4 - Vista aérea IBC e de seu entorno (Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBC, 2000. Foto Paula Kossatz).

Figura 5 - Praça interna do IBC, conhecida por Praça dos Ledores. (Foto de S. Castellano, Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBAC, 1995).

Figura 6 - Estacionamento Interno do IBC (Foto de S. Castellano, Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBAC, 1995).

Figura 7 - Pátio interno do Instituto Benjamin Constant. (Foto de Claudia Maria Girão Barroso, 2004).

Figura 8 - Imagem do saguão, 3º piso, entrada do MIBC, com destaque para relógio e busto de Xavier Sigaud (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).

Figura 9 - Imagem da Sala de Maquetes de Monumentos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).

Figura 10 - Imagem da Sala da Exposição Louis Braille (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).

Figura 11 - Imagem do ato de reconhecimento de uma peça do acervo do MIBC por pessoa com deficiência visual (Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 12 - Mostra de um protótipo de um coração humano sendo manuseado por um cego (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 13 - Mostra de uma estrutura celular sendo manuseada por um cego (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo particular, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 14 - Imagem característica de uma “reglete” de madeira, pertencente ao acervo do MIBC (Foto: Débora de Almeida Rodrigues, 2005).

Figura 15 (a e b) - Máquinas datilográficas Braille do acervo do MIBC; a) fabricada na Inglaterra; b) e na Dinamarca (ambas da década de 1950) (Fotos: Débora de Almeida Rodrigues, 2005).

Figura 16 - Imagem de um Sorobã, objeto para cálculos matemáticos (Acervo do MIBC. Foto: Débora de Almeida Rodrigues, 2005).

Figura 17 - Maquete do Pão de Açúcar (Acervo do Museu do IBC. Foto: Arquivo particular, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 18 - Maquete dos Arcos da Lapa (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 19 - Maquete do Maracanã (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Figura 20 - Maquete do Cristo Redentor (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Máquinas com valor histórico, sem uso, no andar térreo do prédio sede do IBC.

Quadro 2 - Busto em gesso de Louis Braille, descrição técnica.

Quadro 3 - Mobiliário utilizado por José Francisco Xavier Sigaud, descrição técnica.

Quadro 4 - Outras peças do acervo do MIBC e respectivas descrições técnicas.

Quadro 5 - Telas á óleo sob a guarda do MIBC, descrições técnicas.

Quadro 6 - Mobiliário característico do séc. XIX, pertencente ao acervo do Museu, descrições técnicas.

Quadro 7 - Relógio de armário, pertencente ao acervo do MIBC, descrição técnica.

Quadro 8 - Busto em mármore de José Francisco Xavier Sigaud, pertencente ao acervo do MIBC, descrição técnica.

Quadro 9 - Caixa para aprendizado de Braille pertencente ao acervo do Museu, descrição técnica.

Quadro 10 - Objetos diversos sob a guarda do MIBC que podem exemplificar o processo de consolidação do Sistema Braille. Fotos e a descrição técnica.

Quadro 11 - Máquinas Brailler do acervo do MIBC, fotos e descrição técnica.

Quadro 12 - Reglete Braille (Reglete IBC) em PVC do acervo do MIBC, foto e descrição técnica.

Quadro 13 - Objetos que exemplificam o processo de desenvolvimento do aprendizado de matemática para cegos, presentes no acervo do MIBC, fotos e a descrições técnicas.

Quadro 14 - Mapoteca utilizada no aprendizado de geografia para cegos, parte do acervo do MIBC, foto e a descrição técnica.

Quadro 15 - Thermoform que faz impressão em alto relevo, parte do acervo do MIBC, foto e descrição técnica.

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados.

Tabela 2 - Acervo do MIBC.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABBR - Associação Beneficente de Reabilitação

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADA - American With Disabilities Act

ABPCA - Associação Brasileira de Cegos e Amblíopes

ANACED - Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAT - Comitê de Ajudas Técnicas

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CORDE - Sub-Coordenadoria para Integração das Pessoas com Deficiência

CVI - Centros de Vida Independente

CVI Brasil - Conselho Nacional de Vida Independente no Brasil

DDA - Disability Discrimination Act

DEMU - Departamento de Museus

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOFOM - International Committee for Museology

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPM - Instituto Português de Museus

IPPAR - Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico

LAMP - Latin American Microform Project

MAC - Museu de Arte Contemporânea

MAM - Museu de Arte Moderna

MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MIBC - Museu do Instituto Benjamin Constant

MOMA - Museum of Modern Art

MPD - Movimento das Pessoas com Deficiência

NCE - Núcleo de Computação Eletrônica

OEA - Organização do Estados Americanos
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONCE - Associação Nacional de Cegos Espanhóis
ONU - Organização das Nações Unidas
PAM PD - Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência
RBC - Reabilitação Baseada na Comunidade
RBC - Revista Brasileira para Cegos
SISNI- Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações
SNRIPD - Secretariado Nacional para Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UMC - União Mundial dos Cegos
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VSA - Very Special Arts

SUMÁRIO

	Pag.
Introdução	1
Capítulo 1- Embasamento Teórico e Metodologia	8
1.1 - Fundamentação Teórica	9
1.2 - Procedimentos Metodológicos e Fontes	27
Capítulo 2 - Deficiência Visual: Histórico, Caracterização e Tecnologias	33
2.1 - Breve Histórico	34
2.2 - Caracterização das Deficiências Visuais	44
2.3 - A Deficiência Visual e o Sistema Braille	52
2.4 - Tecnologias para uso de Pessoas com Deficiência Visual	59
Capítulo 3 - Museus e Pessoas com Deficiência Visual	68
3.1 - Museus e Acessibilidade	69
3.2 - Museus de Instituições de Pessoas com Deficiência Visual	80
3.3 - Museus em Geral e o Acesso para Pessoas com Deficiência Visual	86
Capítulo 4 - O Instituto Benjamin Constant e o Museu	94
4.1 - O Instituto Benjamin Constant	95
4.2 - Desvendando os Espaços do IBC: mapeamento etnográfico	118
4.3 - O Museu do Instituto Benjamin Constant	131
Capítulo 5 - A Institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant	159
5.1 - Caracterização do MIBC	160
5.2 - Os Objetos Tiflotécnicos e o Museu	177
5.3 - Presenças e Ausências	190
Considerações Finais	198
Referências	208
Anexo I - Cópia Digitalizada do Relatório de Sady Cardoso Gusmão 1930-1936	219
Anexo II - Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant (1996)	230
Anexo III - Cronologia do MIBC	243

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente tese tem o propósito de estudar o processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant (MIBC), incluindo nessa pesquisa a cultura material dos indivíduos com deficiência visual, referenciada nos objetos musealizados desse Museu. Foram selecionados para a pesquisa os objetos criados para atender às necessidades especiais de seus usuários e que, ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados em função de novos estudos e tecnologias. Em sua maioria, tais objetos estão relacionados ao processo de escolarização das pessoas com deficiência visual e sua adaptação ao meio ambiente. O processo de institucionalização do MIBC é o caminho que nos permite analisar as diferentes etapas de formação de sua coleção, bem como a de sua identidade institucional.

Fundado em 17 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, foi o primeiro passo no Brasil para garantir ao indivíduo cego o efetivo direito à educação, profissionalização e à cidadania igualitária. Tem, portanto, uma importante trajetória histórica e social a ser reconstruída, narrada e preservada em seus aspectos tangíveis e intangíveis. A comunidade do Instituto Benjamin Constant vem, desde a década de 1930, tentando organizar um Museu que reflita as principais discussões acerca de sua história.

De início, constituiu-se uma coleção de objetos típicos dos museus de história natural, acrescidos de peças de caráter histórico (1933 - 1970). Na década de 1970, houve uma tentativa de instituir um Museu de História Natural *stricto sensu* adaptado às necessidades sensoriais de seu público específico, mas essa iniciativa não prosperou. Na década de 1990, novas perspectivas surgem em função dos objetivos pedagógicos do Instituto Benjamin Constant, que dizem respeito também ao processo de consolidação de um Museu que discutisse o processo de escolarização das pessoas com deficiência visual no Brasil.

No universo dos museus, as questões identitárias são vistas como a base da transmissão do conhecimento e revelam-se definidoras de tais conceitos, tendo origem nas experiências do indivíduo.

Surgida da Revolução Francesa, a moderna noção de Museu, instituição que adquire, estuda, preserva e expõe objetos protegidos em usufruto de uma comunidade local, regional ou nacional, não parou de se expandir, ou seja, os museus chamados clássicos. Na medida em que se amplia a noção de comunidade, a noção de museu buscou acompanhar tal movimento.

As últimas décadas presenciaram o desenvolvimento da noção de patrimônio cultural que tende a substituir a noção de patrimônio histórico e artístico, englobando a noção de objeto museológico. Nos anos 1970, expandiu-se a noção de bem cultural, englobando o conceito de patrimônio.

Mais recentemente, a legislação brasileira sobre o Estatuto de Museus define os parâmetros gerais que devem reger essa instituição no Brasil, à luz dos avanços globais sobre a matéria. A ideia de instituição em expansão permeia as diretrizes ali traçadas, conforme prescreve a Lei n. 11.904, de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Os objetos produzidos pelo homem são portadores de informações e, portanto, geram comunicação social. Para Piaget (1971) não é o conhecimento contido no objeto que gera comunicação, mas a experiência do indivíduo sobre o objeto que o torna uma fonte inesgotável de conhecimento.

A cultura é o produto, ao mesmo tempo da vida social e da atividade social do homem. Partindo desse enunciado, Lev Vigotsky (1997) afirma que a cultura é uma produção humana e que essa produção tem como fontes a vida e a atividade social do homem. Neste sentido, esse conceito de cultura engloba uma multiplicidade de coisas diferentes que têm em comum o fato de serem construídas dos dois componentes que caracterizam as produções humanas, vale dizer, a materialidade e a significação.

A materialidade é resultado da ação física do homem sobre a natureza, conferindo-lhe uma forma material que veicula uma significação. Já o conjunto de significações é composto pelas produções resultantes da atividade mental do homem sobre objetos simbólicos (diferentes tipos de linguagem), cuja exteriorização com o outro se dá por formas materiais de expressão.

Peter Van Mensch (1992, p.1) se refere ao objeto como o menor elemento da cultura material que possui uma identidade reconhecida e reconhecível em si mesmo, de possuir uma história de “vida”, uma trajetória que deve estar disponível na sua documentação.

Segundo esse autor:

Durante a sua história de vida o objeto muda. Em geral, seu conteúdo de informação vai crescer, embora muitas vezes uma erosão de informação ocorra. O resultado do acúmulo de informações, em todos os níveis, constitui a identidade real, isto é, o objeto como ele aparece para nós agora. Documentação é a forma em que as informações sobre etapas anteriores de desenvolvimento estão disponíveis (VAN MENSCH, 1992, p.5).

Evidencia-se que os objetos materiais que fazem parte de coleções estão impregnados de representações simbólicas que foram acumuladas durante a trajetória de suas existências. Segundo Ferrez (1994, p.3) um objeto, ao longo de sua vida, perde e ganha informações em consequência do uso, manutenção, reparos, deterioração, significados e marcas que permitem o rastreamento de suas trajetórias, que só podem ser construídas através de um olhar antropológico sobre o objeto.

Um dos focos dessa pesquisa refere-se aos objetos técnicos produzidos para uso das pessoas com deficiência visual, desde sua confecção, passando pelo seu uso, até se constituírem em objetos musealizados. Nas palavras de Meneses, complementando o traçado das pesquisas aqui propostas:

[...] Os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente, isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los em situação, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram partes. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (MENESES, 1998, p.92).

A trajetória da existência de um objeto se inicia muito antes dele se tornar parte de uma coleção. Antes de possuir uma forma material foi oriundo de desejos e necessidades que conjuntamente conseguiram atingir as barreiras do abstrato em direção ao concreto, primeira etapa de sua trajetória. Depois dessas etapas, um objeto concreto terá que vencer a concorrência dos iguais, ser utilizado, adaptado, renovado, modificado, se tornar fonte de inspiração. Enfim, inúmeros são os caminhos e contextos pelos quais os objetos passam.

A tese tem como objetivo geral analisar e discutir o processo de institucionalização do MIBC, além da construção do patrimônio tangível da comunidade do Instituto Benjamin Constant sob a guarda do Museu. Tem como objetivos específicos:

- Reconstituir e analisar a trajetória de existência do museu do Instituto Benjamin Constant e verificar se este se estrutura e se afirma como um museu;
- Reconstituir, analisar e discutir a trajetória de formação do patrimônio tangível preservado no Museu do Instituto Benjamin Constant;
- Apresentar um panorama sobre a deficiência visual, abordando inclusive as tecnologias assistivas desenvolvidas para uso por essa comunidade;

- Apresentar um panorama sobre museus, pessoas com deficiência visual e acessibilidade;
- Estudar a produção de objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual, bem como seu papel na inclusão da pessoa com deficiência visual no contexto do IBC;
- Caracterizar a evolução tecnológica dos objetos tiflotécnicos sob a guarda do Museu do Instituto Benjamin Constant e os atributos de valor a eles conferidos ao longo do tempo.

A presente tese tem como orientadoras as seguintes questões principais:

- A existência do Museu do Instituto Benjamin Constant está definida e institucionalizada?
- O Museu do Instituto Benjamin Constant pode ser considerado em algum momento um museu *stricto sensu*?
- Como a tecnologia vem sendo utilizada para permitir o acesso de indivíduos com deficiência visual nas instituições museológicas?

Além dessas perguntas principais, outras questões são motivadoras dos estudos realizados, por exemplo: qual o papel desse Museu para a construção da identidade e preservação da memória dos indivíduos cegos inseridos no Instituto Benjamin Constant? O que é feito de antigos instrumentos quando novos artefatos técnicos são inventados?

A tese está estruturada em cinco capítulos. O Capítulo 1, dividido em duas partes, apresenta os embasamentos teóricos que fundamentam a presente pesquisa e as metodologias utilizadas para o seu desenvolvimento.

O Capítulo 2, intitulado “Deficiência Visual: Histórico, Caracterização e Tecnologias”, apresenta um panorama acerca da questão da deficiência visual, sua caracterização e, ainda, uma discussão sobre as tecnologias desenvolvidas para uso de pessoas com deficiência em Museus.

No Capítulo 3, “Museus e Pessoas com Deficiência Visual”, discute-se a questão da acessibilidade aos Museus do público com deficiência visual, além de serem apresentados alguns museus específicos de instituições de pessoas com deficiência visual e museus em geral, no que concerne ao acesso para pessoas com deficiência visual.

O Capítulo 4, denominado “O Instituto Benjamin Constant e o Museu” apresenta a trajetória deste Instituto, caracteriza no presente o Museu do Instituto Benjamin Constant (MIBC) e seu acervo.

O Capítulo 5, intitulado “A Institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant”, apresenta a trajetória do MIBC e de constituição de seu acervo, enfocando o processo de institucionalização do Museu e analisando as presenças e ausências, tanto na trajetória do Museu quanto no seu acervo. Finalmente, busca avaliar o papel dos objetos tiflotécnicos na Instituição e no acervo do MIBC, discutindo sua inserção na institucionalização do MIBC.

A partir dos resumos dos capítulos, já apresentados, percebe-se que o conteúdo desta tese evidencia relação direta com o mundo das pessoas com deficiência visual em diversos aspectos. É importante esclarecer que essa tese tem um componente fundamental relacionado à minha familiaridade e experiência de vida com o objeto de pesquisa, o que será pontuado, a seguir. Na condição de uma pessoa com baixa visão ingressei no Instituto Benjamin Constant como aluna em 1984 onde cursei todo o ensino fundamental. Também me considero parte da história dessa instituição e produto dela.

Desde que iniciei meus estudos, tive por meta progredir e, um dia desenvolver um trabalho que de alguma forma fosse importante para as pessoas com deficiência visual. Lembro-me que na semana que antecedia o dia 17 de setembro, data em que se comemora o aniversário de fundação do Instituto, éramos levados ao Museu do Instituto para termos contato com os objetos históricos. Além do Museu do Instituto, no mês de setembro visitávamos outros museus. Aos 8 anos entrei pela primeira vez no Museu Imperial, onde pudemos tocar em alguns objetos. Era uma coisa excepcional para os padrões da época. Também visitamos o Museu Nacional e tivemos a oportunidade de passar a mão na vitrine das múmias já que não podíamos tocar no acervo tão frágil. Ainda assim, quando tínhamos oportunidade de visitar tais instituições isso representava um meio para adquirirmos novos conhecimentos, principalmente para cegos de nascença.

Acredito que essas oportunidades influenciaram minha escolha profissional e tudo isso de alguma forma foi viabilizado pelo Instituto Benjamin Constant. Minha memória e minha história de vida certamente se confundem com a luta do Instituto para estabelecer um museu que represente sua própria história. Tenho acompanhado todo esse processo como colaboradora voluntária em ações voltadas para o objetivo de viabilizar a pesquisa técnica sobre suas coleções de objetos com o processo de catalogação do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant, na elaboração de inventários em parceria com o

IPHAN, no arrolamento de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant, processo iniciado em 2002, além de participar na elaboração, desenvolvimento e montagem de exposições temporárias.

O desejo de colaborar para o desenvolvimento do MIBC, com presença marcante em minha trajetória de vida, levou-me a cursar o Mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, concluído em 2005. Nessa ocasião, realizei uma primeira pesquisa sobre o Museu, com enfoque na identidade coletiva de pessoas com deficiência visual, construída em grande medida no espaço institucional do Museu, elemento fundamental para sua escolarização. Àquela ocasião, não me perguntei sobre a caracterização do Museu, de seus objetos, de sua trajetória, de seus marcos fundadores. A oportunidade de verticalizar os estudos sobre a natureza desse Museu e seus elementos definidores conduziu-me ao doutorado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), agora com novas questões. O fato de já ter produzido fontes documentais para a dissertação, como entrevistas, fotografias e uma etnografia do espaço institucional do IBC constituíram um ganho importante que me permitiu preencher lacuna que dificultaria a realização de pesquisas sobre o processo de institucionalização do Museu no IBC.

Assim, após 30 anos de convivência diária primeiramente com colegas, professores, médicos que me trataram (e me tratam) e demais funcionários do IBC - na infância e na juventude – sou também testemunha do cotidiano e das mudanças ocorridas nas últimas três décadas. Na tripla condição de ex-aluna, colaboradora e pesquisadora, assumo a condição de “observadora participante”, mais pela experiência vivenciada na Instituição com a qual tenho inegáveis relações de pertencimento, do que como uma pesquisadora que se aproxima de seu objeto para fins de investigação e com ele mantém certo distanciamento. Esse aspecto, porém, não me impediu de olhar para esse objeto criticamente, considerando minha formação profissional e acadêmica.

A seguir, são definidos o quadro referencial teórico e a metodologia desta tese.

CAPÍTULO 1

EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIA

1. EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIA

O presente capítulo tem por objetivo discutir os embasamentos teóricos que fundamentam a tese, assim como apresentar e discutir os procedimentos metodológicos da pesquisa desenvolvida.

1.1 - Fundamentação Teórica

A vida social e cultural implica necessariamente na elaboração de objetos materiais. Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, é possível estudar seus deslocamentos e suas transformações através dos diversos contextos sociais.

O processo de deslocamento dos objetos materiais do cotidiano para o espaço de museus e o seu reconhecimento enquanto patrimônio de um grupo pressupõem uma atividade fundamental, pode-se dizer que é parte inerente a toda coletividade humana, dedicar-se a alguma atividade de colecionismo.

Pomian (1984, p.63) define coleção como um conjunto de objetos expostos ao olhar. O autor define ainda uma categoria de objetos, que denominou de semióforos. São objetos que perderam a sua função utilitária para então ganhar um significado. Pode-se dizer que, no geral, todos os objetos que migram para o universo dos museus passam a integrar a categoria dos semióforos.

O acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant é constituído em grande parte por objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual. Parte do referido acervo perdeu a sua função de uso, passando a possuir um valor histórico. No entanto, há uma categoria de objetos que lá se encontram e que continuam em uso, tendo em vista sua função pedagógica.

Pomian (1984) enfatiza que uma coisa pode ter apenas utilidade sem ter significado algum. Os semióforos têm apenas o significado dos quais são portadores, no entanto, não têm utilidade; existem ainda objetos que parecem ser coisas e semióforos. O autor citado diz que é no olhar prolongado por uma atividade da linguagem que se estabelece uma relação invisível entre o objeto e um elemento invisível.

Um dos espaços institucionais que abrigam e exibem as coleções são os museus, que vêm assumindo funções e significados diversificados ao longo do tempo. A Museologia e os Museus estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a

comunicação das evidências materiais e imateriais do homem e de seu meio ambiente, isto é, de seu patrimônio cultural e natural.

A função de preservar implica em identificar, documentar, pesquisar, conservar e, tratando-se de patrimônio tangível, restaurar evidências materiais do homem. A função de comunicar abrange as exposições, as atividades educativas, as publicações e outras formas de disseminar a informação, enquanto que as ações de pesquisa fazem-se presentes em todas as ações museológicas.

Ao focar os Museus clássicos a partir das suas funções, podemos constatar que são instituições ligadas à informação de que são portadores os objetos e suas coleções. Estes, como veículos de informação, têm na documentação as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica, gerando novas informações e produzindo conhecimento.

Pinheiro (1997) enfatiza em seus estudos a compreensão do museu como um sistema de informação, onde os conceitos de sistema e de sistema de informação e sua relação com o museu e seus objetos implicam numa discussão de um conceito nucleador, o documento, ou seja, os objetos de museu como documentos.

Paul Otlet, em sua obra *Traité de documentation* (1934), registra e inaugura ideias acerca do conceito de documento. Para ele, documento engloba toda uma gama de produtos de informação: artigos e relatórios científicos, fotografia, cinema, dentre outros. A ampliação da visão do documento é inovadora para a época, produzindo mudanças que influenciarão, a partir de então, as pesquisas sobre o tema.

Briet em seu clássico livro *Qu'est-ce que la documentation?* reconhece que o conceito de documento é central para a compreensão da atividade conhecida como documentação, cuja definição por ela apresentada foi a seguinte. “Qualquer traço concreto ou simbólico preservado ou registrado com o propósito de representar, reconstituir ou comprovar um fenômeno físico ou intelectual.” (BRIET, 1951, p.7)

No Brasil, Ferrez (1994) traduz o seu pensamento sobre a documentação de acervos museológicos enfatizando que os objetos que fazem parte de coleções estão impregnados de representações simbólicas que foram acumuladas durante as trajetórias de suas existências. Assim, à luz desse pensamento, quais são as possíveis representações das coleções que compõem o acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant?

A abordagem Semiótica nos leva a refletir acerca da visão do museu não como instituição, como uma estrutura formalizada, mas como um meio, um instrumento, um

sistema de comunicação, como uma estrutura dinâmica ativa no processo cultural. Sob essa ótica de sentido, os objetos inseridos no contexto museológico desempenham uma função de significante. Sua materialidade serve como suporte de sentidos, remete-nos a outros objetos. Segundo Weiner:

[...] Nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser (...) estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteamos os outros. Através dos objetos fabricamos nossa autoimagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também se tornam os tijolos que ligam o passado ao futuro (1987, p. 159).

A palavra Patrimônio estava, em sua origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Conforme explica Françoise Choay (2001), requalificado por diversos adjetivos (genérico, natural, histórico, científico etc.) tornou-se um conceito nômade. Assim, designa-se Patrimônio Cultural como um bem, ou conjunto de bens, destinado ao usufruto de uma comunidade, apresentando uma diversidade de valores e congregados por seu passado comum.

Todo animal é, a partir de um determinado grau de organização, portador de muitas memórias (LE GOFF, 1990, p.9). A memória que todos os seres vivos possuem, ligada à estrutura do material genético em que está inscrita, se reproduz a menos que uma mutação venha perturbar esse processo (POMIAN, 1984, p.73). “Toda memória é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada” (LE GOFF, 1990, p.10).

Para o homem, os vestígios de sua existência são preservados e transmitidos sob a forma de criações exteriores ao próprio organismo e com existência autônoma (GONÇALVES, 2007).

Levando em consideração conceitos apresentados de coleção, museu e patrimônio, a Museologia será aqui abordada como campo do conhecimento dedicado ao estudo da relação específica do homem com a sua realidade (STRANSKY, 1981a). Neste sentido, abrange o estudo das múltiplas relações entre o humano e o real, representadas nas diferentes formas de museu. De forma complementar, será focado o conceito de Museu Integral, entendendo que este se fundamenta não apenas na musealização de todo um conjunto patrimonial de uma dada comunidade, mas também na capacidade

intrínseca que possui qualquer museu de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória, atuando juntamente com determinados grupos sociais. O patrimônio será abordado como bem de uma dada comunidade, constituído por uma diversidade de gêneros, que se agregam por um passado comum e, conforme enfatiza Scheiner (2009), um bem plural, constituindo-se em processos continuados de experiências.

As tendências de pensamento de Stransky foram geradas a partir de três pontos: o objeto de Museu, o Museu e as funções do Museu. Segundo Stransky (1981a) haveria “museologias”. Partindo-se da definição da Museologia como uma ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade e, segundo Stransky (1981b), que consiste na conservação sistemática e utilização científica, cultural e educativa dos objetos que constituem testemunho da natureza e da sociedade, afirma-se o caráter interdisciplinar da Museologia. Discutindo ainda o objeto de estudo da Museologia, Stransky (1981a, p.21) assinala que não se pode confundir a missão social com o meio que nos permite chegar ao fim.

Stransky foi quem primeiro introduziu o termo musealidade do objeto, entendido como o valor documental específico, referente ao portador. Em 1981, refere-se à musealidade como uma categoria de valor, como a expressão da relação específica do homem com a realidade. Neste sentido, o objeto museal é portador de uma musealidade.

A musealidade, tal como afirma Stransky, não está contida no artefato em si, mas na relação do sujeito com o artefato. Neste sentido, parece ser possível discutir o processo de formação da coleção de objetos tiflotécnicos¹ que são “desenvolvidos para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual no campo educacional, social, cultural e profissional”, no caso da pesquisa em questão, objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual, musealizados no Museu do Instituto Benjamin Constant.

O conceito de musealidade foi seguido por Maroevic (1998, p.18). Para ele, musealidade é um traço característico de um objeto que permite, separado de seu entorno original, ao ser deslocado para o universo do Museu, constituir-se num documento da realidade da qual fora separado. Nas palavras do autor:

Ao longo de sua vida em uma dada realidade, objetos de Museu adquirem uma carga de dados que os caracterizam e os armazenam em sua estrutura física e semântica. Com a passagem do tempo cronológico e histórico, os dados armazenados nos objetos, seu valor documental e musealidade potencial evoluem ao longo de suas vidas. Eles são lidos ou descobertos por meio de processos de pensamentos especiais e,

¹ Fonte: www.museo.once.es. Acesso em: 30 de nov. 2014.

como elementos de uma mensagem, são comunicados aos receptores, em um ambiente museológico especial (1998, p.178).

É essa dinâmica que faz do museu um lugar de encontro de temporalidades, onde o passado, o presente e o futuro se mesclam, produzindo subjetividades e, simultaneamente, de acordo com a sua natureza - histórico, artístico, científico, etc. - produzindo conhecimento através de diferentes ações de mediação, tais como as exposições, mas também, para além delas, o estudo “da coleção por especialistas ou da visita à reserva técnica por públicos diversos” (ORTEGA, 2014, p.3). A autora chama a atenção, na mesma obra, para outras ações de mediação que antecedem a exposição, como toda base documentária.

Para a problematização do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant também buscou-se subsídios teóricos nos trabalhos de Susan Pearce, que apresenta um modelo para o estudo de artefatos, utilizando como base a perspectiva arqueológica. Neste modelo, Pearce (1992) parte da descrição física dos objetos para organizar suas propriedades agrupando-as em quatro áreas principais, como apresentado a seguir:

- *Material*, que diz respeito ao material constituinte do objeto, seu *design*, *construção e tecnologia*. Será discutido no capítulo 5 o uso das tecnologias desenvolvidas para a construção de objetos para pessoas com deficiência visual;
- *História*, que inclui uma descrição detalhada de seu uso e função e de questionamentos como - de onde vêm esses objetos? Quem os utiliza e como?
- *Ambiente*, que envolve todas as relações do objeto com o espaço e será discutido no capítulo 5, o papel do Instituto Benjamin Constant no processo de construção de uma memória bem como no processo de construção de identidades do indivíduo cego;
- *Significado*, que abrange as mensagens emocionais e psicológicas do objeto. Como os indivíduos cegos atribuem significado e como os objetos são percebidos? O indivíduo cego possui signos diferentes de comunicação que vão diretamente influenciar a forma de sua organização e relação com o mundo. O conhecimento não está retido no objeto em si, mas em algo externo, na subjetivação do sujeito conhecedor. Neste sentido, os objetos são constantemente ressignificados, fato que faz do Museu um verdadeiro laboratório das experiências humanas (STRANSKY, 1981a).

Pearce (1994) adverte, no entanto, que nem todos os objetos podem ser abordados por esse método. A autora afirma ainda que o objeto traz consigo uma história referente ao grupo social do qual fez parte antes de chegar ao Museu. Representa um tempo deste grupo e pode variar sua função podendo ser substituído por outros objetos.

Os objetos também representam um espaço. E a percepção do espaço pela pessoa com deficiência visual se configura de diferentes formas onde sua organização se torna vital para a inserção deste indivíduo no contexto social².

As pesquisas desenvolvidas por Stocking (1985) e Granato *et. al.* (2007) investigam a origem etimológica da palavra objeto, explicando que esta apresenta sete dimensões: as três primeiras dimensões estão relacionadas com a materialidade do objeto (largura, comprimento e profundidade); a quarta com o tempo ou a História; a quinta refere-se à constituição da instituição Museu e as relações de poder envolvidas. A sexta dimensão diz respeito ao valor monetário adquirido depois de identificados como objetos culturais. Por fim, a sétima dimensão relaciona-se com a estética. Tais pesquisas podem orientar o processo de investigação das coleções que compõem o acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant.

Simondon (2008) enfatiza que a realidade técnica não deve ser definida essencialmente por sua característica utilitária e sim pelo seu funcionamento operacional. Ele atribui ao objeto técnico um status ontológico ao lado do objeto estético. Neste sentido, possibilita uma discussão acerca do estudo das relações do homem com a realidade técnica, notadamente do ponto de vista da Educação e da Cultura. Assim, à luz desta abordagem, é possível evidenciar a evolução dos objetos técnico-científicos traçando um paralelo entre o processo educacional dos indivíduos cegos estabelecendo, conjuntamente, o desenvolvimento de uma cultura. O autor diz que:

La technicité de l'objet est donc plus qu'une qualité d'usage; elle est ce qui, em lui, s'ajoute à une première détermination donnée par un rapport de forme et de matière; elle est comme l'intermédiaire entre forme et matière, par exemple ici, l'hétérogénéité progressive de la trempe selon les différents points. La technicité est le degré de concrétisation de l'objet. C'est cette concrétisation qui a fait, au temps de la fonderie de bois, la valeur et le renom des lames de Tolède, et, naguère, la qualité des aciers de Saint-Étienne (SIMONDON, 2008, p.89)³.

Em *Matéria e Memória*, Henri Bergson discute as relações entre memória e percepção, no âmbito da ausência de visão. Juntamente com Merleau-Ponty, em *Fenomenologia da Percepção*, constituem-se em autores fundamentais para a compreensão dos processos cognitivos que estão na base da formação da memória,

² A questão do espaço e sua relevância para o indivíduo cego será abordada no Capítulo 4.

³ A tecnicidade do objeto é, portanto, mais que uma qualidade de uso; ela é aquilo que em si se acrescenta a uma primeira determinação dada por uma relação de forma e materialidade; ela é como que o intermediário entre forma e matéria, por exemplo, a heterogeneidade progressiva da têmpera segundo diferentes pontos. A tecnicidade é o grau de concretização do objeto. É essa concretização que fez, no tempo em que se usava madeira na fundição, o valor e o renome das lâminas de Toledo e, mais recentemente, a qualidade dos aços de Saint-Étienne (SIMONDON, 2012, p.89, tradução da autora).

aspecto imprescindível para o desenvolvimento da capacidade de se situar no espaço pelos cegos. E são essas duas obras aquelas específicas para tratar o assunto e, por isso, serão destacadas na discussão a seguir.

Bergson (1990) afirma que não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Isso porque aos dados presentes de nossos sentidos misturam-se detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes estas lembranças deslocam nossas percepções reais, onde estão ritmos mais que algumas indicações simples, signos destinados a nos trazer à memória antigas imagens. Assim, o filósofo enfatiza:

[...] esperamos precisamente mostrar que os acidentes individuais estão incluídos nessa percepção impessoal, que essa percepção está na própria base de nosso conhecimento das coisas, e que é por havê-la desconhecido, por não a ter distinguido daquilo que a memória acrescenta ou suprime nela, que se fez da percepção inteira uma espécie de visão interior e subjetiva (BERGSON, 1990, p. 22-23).

Ao discutir a questão da memória dos indivíduos cegos e suas relações com um modo de perceber e dar significado às coisas do mundo exterior, o autor faz da percepção um elemento vital para o processo de armazenamento e reprodução da memória desse grupo. Daí surge-nos a questão, à luz de Bergson - como se dá a percepção do objeto material sob a ótica da pessoa com deficiência visual?

Bergson (1990) chama-nos atenção dizendo que nossos sentidos têm necessidades de educação. Assim, perceber conscientemente significa escolher e a consciência consiste neste discernimento prático. Nas palavras do autor:

[...] as percepções diversas do mesmo objeto que oferecem meus diversos sentidos não reconstituirão, portanto, ao se reunirem, a imagem completa do objeto, permanecerão separadas umas das outras por intervalos que medem, de certo modo, muitos vazios em minhas necessidades (BERGSON, 1990, p. 35).

É para preencher tais intervalos que a educação dos sentidos é necessária, sobretudo, quando se fala da ausência de um dos sentidos, no caso aqui, ausência da visão. Essa educação tem por finalidade harmonizar os sentidos entre si, estabelecer entre seus dados uma continuidade que foi rompida pela própria descontinuidade das necessidades do corpo.

Bergson (1990) explica que nossa percepção da matéria não é relativa e nem subjetiva, levando-se em conta a afeição e a memória, coincidindo pela multiplicidade de nossas necessidades. Nas palavras do autor: “[...] nossas sensações são simplesmente

sinais, que o papel de cada sentido é traduzir, em sua língua própria, movimentos homogêneos e mecânicos realizando-se no espaço” (BERGSON, 1990, p. 34).

Em se tratando de lembranças, Bergson (1990) enfatiza que conserva hábitos motores capazes de desempenhar de novo o passado, pode retomar atitudes em que o passado irá inserir, ou ainda, pela repetição de certos fenômenos cerebrais, que prolongam antigas percepções, fornecendo à lembrança um ponto de ligação com o atual, reconquistando, assim, na realidade presente, uma lembrança perdida. Considerando tais aspectos, como se processa a organização espacial da pessoa com deficiência visual que perde a visão já na fase adulta, tendo em vista uma necessidade de aprender a desenvolver outros sentidos na ausência da visão? Como fazer vir à memória antigas sensações?

O cego que cega na fase adulta, por exemplo, ao visitar lugares que antes visitou quando ainda enxergava não percebe esse espaço da mesma maneira. Assim, à lembrança que o mesmo dispunha, somam-se novas sensações, geralmente inexistentes anteriormente. Por exemplo, a mudança na textura de um piso, geralmente, não é percebida por uma pessoa que enxerga e isso é de vital importância no deslocamento espacial do indivíduo cego. Elementos decorativos na pintura de uma parede, antes percebidos visualmente, ao serem explorados tátilmente, mudam a percepção do ambiente. Ele se reporta a elementos do passado retidos em sua memória, mas não os identifica da mesma forma.

Bergson afirma que o papel da percepção é preparar ações. Assim, nas palavras do autor: “[...] as imagens ultrapassam a percepção por todos os lados. São precisamente tais imagens que a ciência e a metafísica gostariam de reconstruir, restaurando em sua totalidade uma cadeia da qual nossa percepção só tem alguns elos” (BERGSON, 1990, p. 188).

As lembranças do indivíduo cego, ao visitar ambientes que conheceu quando ainda enxergava, continuam a ser lembrança pura, algo relativo ao espírito. No entanto, se essa lembrança inserir-se numa nova sensação presente tornar-se-á, novamente, uma percepção. Isso porque o nosso presente é antes de tudo o estado de nosso corpo, onde a lembrança se atualiza. Assim, segundo Bergson:

[...] a memória não consiste numa regressão do passado ao presente [...] partindo de um estado virtual, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de planos de consciência diferentes, até o termo em que se materializa numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo (1990, p. 196).

A concepção da espacialidade corporal leva-nos a refletir que a percepção do espaço e a percepção da coisa não constituem, na visão de Merleau-Ponty (1994), a mesma coisa, esclarecendo o autor que há uma nítida aproximação à ligação entre a percepção do objeto pela percepção do espaço, considerando a experiência do corpo no espaço.

A percepção das coisas bem como sua organização pelas pessoas com deficiência visual depende de uma organização espacial. É essa organização espacial que na maioria das vezes permite o conhecimento e percepção da coisa.

Merleau-Ponty enfatiza que cada um de nós se vê como que por um olho interior que, à distância, nos observa. Assim, afirma que:

[...] a conexão entre os segmentos de nosso corpo e aquela entre nossa experiência visual e nossa experiência tátil não se realiza pouco a pouco ou por acumulação [...] não reúno as partes do meu corpo uma a uma; essa tradução e essa reunião estão feitas de uma vez por todas em mim. Elas são o meu próprio corpo. Dizemos, então, que percebemos nosso corpo por sua lei de construção (MERLEAU-PONTY, 1994, p.207).

Como exemplo, podemos citar que certa experiência tátil do braço significa uma experiência; a percepção visual do braço é outra experiência. A percepção tátil e a percepção visual participam todas do mesmo braço, fazem um conjunto da mesma coisa. São diferentes percepções da mesma coisa.

Nesse contexto, ao discutir a questão do hábito no processo perceptivo no que tange ao uso da bengala pelo indivíduo cego para a exploração espacial, além de ser um hábito motor pode ser neste caso entendido como hábito perceptivo. Merleau-Ponty (1994) explica ainda que:

[...] quando se torna um instrumento familiar o mundo dos objetos táteis recua e não mais começa na epiderme da mão, mas na extremidade da bengala [...] através das sensações produzidas pela pressão da bengala na mão, o cego constrói a bengala e suas diferentes posições, depois que estas, por sua vez, mediam um objeto à segunda potência, o objeto externo (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 210).

As pressões na mão e a bengala não são simplesmente dados, a bengala não é mais um objeto que o cego perceberia, mas um instrumento com o qual ele percebe. A bengala passa a ser uma extensão do próprio corpo, uma extensão da síntese corporal. No mesmo sentido, o objeto a ser percebido é uma coisa em direção à qual a bengala conduz.

A análise do hábito motor enquanto extensão da existência prolonga-se em uma análise do hábito perceptivo enquanto aquisição de um mundo. Merleau-Ponty explica que todo hábito perceptivo é ainda um hábito motor, onde a apreensão da significação se faz pelo corpo. O referido autor aprofunda a discussão e explica que

[...] o corpo próprio está no mundo assim como o coração no organismo, ele mantém o espetáculo visível continuamente em vida, anima-o e o alimenta interiormente, forma com ele um sistema [...] o objeto e o meu corpo formariam um sistema, mas tratar-se-á de um feixe de correlações (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 274).

Merleau-Ponty (1994), ao discutir a questão do espaço, reporta-se à noção de espaço à luz de Kant que traçou uma linha de demarcação rigorosa entre o espaço enquanto forma de experiência externa e os acontecimentos que fazem parte dessa experiência. Neste sentido, o espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível.

O conhecimento das relações espaciais entre os objetos e suas características geométricas leva-nos a refletir acerca da fixação do sujeito em um ambiente e, finalmente à sua aderência no mundo.

A memória do corpo constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores está diretamente ligada às relações espaciais. No que diz respeito à percepção do espaço, nosso corpo pelo lugar que ocupa a todo instante no universo marca os aspectos sobre os quais temos ação.

Bergson enfatiza que:

[...] a percepção que mede justamente nossa ação virtual sobre as coisas limita-se assim aos objetos que influenciam nossos órgãos e preparam nossos movimentos. No que diz respeito à memória, o papel do corpo não é armazenar as lembranças, mas simplesmente escolher para trazê-la à consciência distinta, graças à eficácia real que lhe confere a lembrança útil, aquela que completará a situação presente em vista da ação final (1990, p. 147).

Conforme afirma Thiesen (2013) em sua tese de doutorado (1997), o homem é feito de memória, pois ao nascer já traz informações genéticas codificadas em sua própria estrutura celular, esclarecendo ainda que:

[...] o corpo tem memória. Não apenas no sentido genético, mas também social, institucional. As informações selecionadas, retidas e vivenciadas, desde a mais tenra idade, são impressas em nossa consciência, uma espécie de arquivo, existencial e individual, muito embora essa construção seja um processo dinâmico, coletivo, social (2013, p. 250).

A experiência social de indivíduos cegos tem uma nítida relação com a percepção espacial considerando que, enquanto seres sociais, estamos sempre em relação com algum lugar, onde nossas lembranças se cristalizam. No entanto, cada um sente a vida à sua própria maneira, com os valores que estabelece ou que incorpora da experiência social.

Thiesen (2013, p.26), ao discutir as origens das instituições, enfatiza que é possível que as instituições estivessem presentes desde o início dos tempos, admitindo que a instituição é alguma coisa que está acima dos sentidos e das formas. Nesta linha de abordagem, encontramos os primeiros sinais da memória. Se a Instituição existe, a memória se cristaliza, constrói marcas, rastros e traços que contêm informação. Ainda segundo a autora:

[...] as instituições refletem as formulações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos etc. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados/ memórias (2013, p, 27).

Thiesen esclarece ainda que é muito comum confundir-se *Organização* com *Instituição*, assinalando que:

Há uma perspectiva economicista, que tende a tratar uma como sinônimo da outra. A perspectiva economicista, herdeira do utilitarismo inglês, vê a organização como uma instituição. Talvez se deva tal confusão ao fato de que toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A prática é primeira e se impõe no processo de institucionalização. A visão jurisdicista tende a definir instituição como um produto, um instrumento legal de reprodução das relações sociais (2013, p. 107-108).

Em sua discussão teórico-metodológica, a autora enfatiza a importância de se analisar a instituição não como produto, mas como processo, para que seja possível identificar, para além de seus aspectos formalizados, os processos de institucionalização que tornaram possível a sua instituição, tais como a experiência de atores identificados como testemunhos das práticas formalizadas, assim como os acontecimentos que levaram à sua legitimação, mas sobretudo os saberes que estão na base da sua formação. Apropriando-se das teorias de diversos autores, entre os quais Michel Foucault, Max Weber, Gilles Deleuze, procurou indicar caminhos para outras formas de analisar as instituições, em seus processos instituintes. A questão da Organização é a eficiência, enquanto a da Instituição é a legitimidade (THIESEN, 2013).

Assim, com base em diversos autores, mas, sobretudo em Michel Foucault (1979), a autora afirma que uma instituição pode ser definida por um conjunto de práticas instituídas com suas regras e normas estabelecidas, em relações de saber-poder. Ao analisar a memória produzida no âmbito institucional, Thiesen optou pela abordagem dos processos de institucionalização, para que seja possível identificar os acontecimentos que possibilitaram a emergência da instituição no campo social, bem como as mudanças ocorridas ao longo de sua existência. Dessa forma, o pesquisador escapa da análise institucional pela via do produto que não lhe permite verificar os aspectos instituintes, que têm um caráter formalizador de realidades.

Distinguir a organização da instituição, conforme afirma Thiesen (2013), não significa desconhecer que as instituições têm sua própria organização, pois a instituição se atualiza na organização para que possa cumprir uma de suas principais funções, vale dizer, a reprodução. É esta última que permite às instituições a sua preservação. A memória é um elemento crucial no processo de reprodução.

Diversos autores contribuem para as reflexões sobre a compreensão das organizações e instituições, conforme se pode verificar. Max Weber (1865 - 1920), por exemplo, conhecido filósofo e sociólogo alemão, citado por Thiesen (2013, p. 110), “ao estudar a formação da sociedade contemporânea, as características do Estado moderno, enfatiza que a burocracia (...) governa o Estado moderno através da rotina da administração”. Weber afirma que a organização burocrática atravessa as instituições, que funcionam segundo algum modelo organizador. O pensamento weberiano exerceu forte influência nas modernas teorias da organização.

Freddi (1991) descreve dois modelos distintos: o *modelo racional* onde a organização é um instrumento, uma máquina que o homem de forma racional pode construir. Essa teoria constitui-se na Teoria Clássica, originária do pensamento de Saint Simon, Taylor e Fayol. O segundo modelo que o autor analisa é o *modelo natural* no qual a organização é um organismo dotado de vida própria, objetivando manter seu equilíbrio interno e externo. Esta é a teoria neoclássica, conhecida como movimento das relações humanas, concepção organicista e natural das organizações, tendo sua origem nas ideias de Comte.

Há um modo comum de entender a organização como um sistema, uma realidade cujas partes se dispõem, obedecendo a relações sistemáticas, sendo construídas por pessoas. Para Etzioni (1974), citado por Thiesen (2013, p.115):

o modelo de sistema trabalha com as relações que, se realmente existentes, permitem à organização funcionar. Existem para ele dois

subtipos de modelos de sistema. Um deles, denominado *modelo de sobrevivência*, baseia-se num conjunto de exigências que, se satisfeitas, tornam possível o funcionamento do sistema. Mas, caso alguma das exigências seja removida, todo o sistema paralisa.

A moderna conceituação de sistema surge no período do pós-guerra, em que se verifica a fragmentação da ciência, em especialidades, isoladas umas das outras. Ludwig Von Bertalanffy desenvolve a teoria geral dos sistemas fundamentada na ideia de que:

[...] o caráter fundamental do ser vivo é a sua organização, o tipo habitual de investigação, das partes e dos processos isolados, que é incapaz de nos fornecer uma explicação completa do fenômeno vivo. [...] A principal tarefa da biologia deve, pois, ser a de descobrir as leis dos sistemas biológicos (a todos os níveis de organização), a serem explicadas por uma teoria do organismo como sistema (PRIGOGINE; STENGERS, 1984, p.193 apud THIESEN, 2013, p.118).

Para Bertalanffy toda a realidade obedeceria às leis sistêmicas. O real seria uma hierarquia de sistemas, um todo que se compõe de partes e que é parte de um todo.

Alguns traços caracterizam as instituições, segundo Thiesen (2013, p.190-197), a seguir resumidos para fins de compreensão da problemática aqui abordada, no que tange às questões relativas ao processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant, no âmbito do qual foram constituídos acervos, coleções, mas também saberes e identidades sociais. São eles:

Exterioridade - As instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior, situadas fora do indivíduo.

Interioridade - Se por um lado as instituições situam-se fora dos indivíduos, num processo correlato elas são incorporadas ao eu social que todos os indivíduos possuem. Porque as instituições são práticas e os agentes e atores institucionais experenciam tais práticas, através das quais constroem, modificam e desconstroem as instituições (...).

Objetividade - As instituições são percebidas como algo que existe objetivamente, como realidade conhecida e reconhecida de determinada maneira; o objeto de que se fala é apropriado/outorgado à instituição, que é sua guardiã legítima.

Coercitividade - As instituições são dotadas de força coercitiva (...).

Resistência à mudança - É próprio de cada instituição preservar os saberes que deseja reproduzir para sua manutenção.

Reprodutividade - Toda instituição estabelece regras e padrões de conduta que visam garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras.

Legitimidade - A instituição, em seu processo instituinte, reivindica o direito à legitimidade que lhe dá fundamento.

Seletividade - Na base das instituições estão as práticas discursivas, como referências a algo que se diz como verdade. (...) A instituição seleciona os discursos que faz circular como verdadeiros: o que deve ser

produzido, selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio.

Historicidade - Toda instituição tem uma história e existe no tempo.(...) As ideias corporificadas na instituição são acumuladas ao longo do tempo (informações, saberes, memórias), através dos indivíduos e dos traços que produzem. Essas marcas de alguma forma conservam-se, senão em documentos (no sentido mais amplo do termo, como materiais da cultura), em hábitos, costumes, comportamentos que são compartilhados pelos grupos sociais. Muitos desses traços poderão integrar as instituições-memória (arquivos, bibliotecas e museus) e sua preservação se dá de acordo com inúmeros fatores, que têm a ver com as épocas e os lugares, com a maior ou menor vontade de guardar, entre outros fatores que dizem respeito às culturas e às durações.

Temporalidade - Toda instituição institui um domínio do tempo que se modifica de acordo com o tipo de instituição;

Conflitualidade - É da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece em todo corpo social. Não se trata apenas de conflitos interindividuais, mas também interinstitucionais. Contra uma instituição somente outra instituição. São as relações de forças que definem os papéis institucionais.

Socialização - É da natureza da instituição refletir as ações oriundas de um processo de socialização que as justificam e as legitimam. Se as instituições são artifícios criados, no sentido de contemplar os grupos sociais legitimadores, elas só têm sentido se estiverem a serviço da sociedade instituída. (...) As práticas institucionais são, pelas suas próprias especificidades, de intervenção e de reprodução.

A pesquisa sobre a institucionalização do MIBC também utilizou o acervo museológico ali preservado, inclusive identificando presenças e ausências dos artefatos na coleção. A partir dessa análise, foram esclarecidos aspectos que não estão documentados ou para os quais ainda não se encontraram fontes arquivísticas e bibliográficas.

Nesse sentido, Oliveira (2011) em sua dissertação de mestrado desenvolveu importante estudo na coleção do Observatório de Valongo, utilizando como fonte um amplo conjunto de documentos arquivísticos, mas também se valendo dos artefatos como fonte primária de informação. Nesta tese, os objetos do acervo do MIBC também podem ser considerados dessa forma. Assim, os objetos criados para pessoas com deficiência visual e musealizados no MIBC permitem ampliar o levantamento de dados sobre tais objetos e sobre o Museu, esclarecendo aspectos relacionados à trajetória de organização e institucionalização do MIBC.

Paralelamente, as abordagens museológica e museográfica da coleção de objetos sob a guarda do MIBC devem oferecer condições para o conhecimento específico em relação à cultura material dos indivíduos com deficiência visual.

A pesquisa realizada nesta Tese tem por base os fundamentos pertinentes à teoria museológica e aos estudos patrimoniais, orientada pela análise da instituição como processo, objetivando identificar como se deu a institucionalização que tornou possível a existência do MIBC. Nesse contexto, também será pesquisado o papel da coleção de objetos do MIBC nesse processo. Caracteriza-se como uma investigação exploratória, de abordagem qualitativa, procurando, desta forma, retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Conforme explicado por Gil, pesquisas exploratórias são desenvolvidas com a finalidade de:

proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 1987, p.45).

Cabe ressaltar que Mensch (1992) confere ao objeto um lugar de destaque na Museologia. Na qualidade de portador de informações, o objeto, deslocado de seu contexto original/primário, e inserido numa realidade segunda, o Museu, tornar-se-á documento da realidade da qual fora separado. No entanto, ao introduzirmos a noção de objeto musealizado é necessário enfatizar que ele passa, necessariamente, por inúmeras questões que ultrapassam o conceito de documento.⁴ Ressalta-se, portanto, a dimensão simbólica dos objetos e os valores agregados que lhes conferem status de bens culturais, integrantes de patrimônios de determinados grupos, além do caráter acentuadamente subjetivo dos critérios de seleção do que será preservado.

Segundo Granato e Bezerra (2012, p.115), os objetos mais facilmente identificados ao patrimônio cultural de C&T são os denominados instrumentos científicos, desde que tenham feito parte das atividades realizadas em laboratórios científicos e de tecnologia aplicada. Além desses objetos, incluem-se também nessa categoria de patrimônio todos aqueles conjuntos de itens que foram utilizados em pesquisa científica ou de desenvolvimento tecnológico. Assim, devem ser consideradas como parte desse patrimônio também as coleções biológicas, etnográficas e mineralógicas (GRANATO; CÂMARA, 2008, p.173). Para além disso, inserem-se nessa categoria os objetos utilizados nos processos de ensino, em seus vários níveis, desde que tenham feito parte do processo de construção do conhecimento por que passam cientistas e tecnólogos.

⁴ Hoje os arquivos podem ser eleitos patrimônio mundial da humanidade. No Brasil, em 2011, os arquivos do SISNI-Serviço Nacional de Informações e Contra-Inteligência foram assim reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a partir do Programa Memória do Mundo – Memory of the World. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/. Acesso em: 15 de fev. 2015.

Para Lourenço (2000) o objeto de museu de Ciência & Tecnologia é qualquer representante da cultura material a que se atribui um valor de caráter científico ou técnico. A autora estabelece dois grupos em que esses objetos podem ser classificados: *históricos* quando estão impregnados de valor documental resultado da produção do conhecimento científico e, outro grupo de objetos, chamados de *participativos*, correspondendo aos objetos manipuláveis que possibilitam o contato com fenômenos, sendo construídos com o propósito de investigação científica ou pedagógica. Nesse contexto, podem os objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual sob a guarda do Museu do Instituto Benjamin Constant ser compreendidos dentro desta ótica de pensamento? Esse ponto será analisado no Capítulo 4 desta tese, no item relacionado aos objetos da coleção. No entanto, de antemão, nos parece que é possível separar os itens da coleção do MIBC entre esses dois grupos.

Evidencia-se a ampliação da noção de patrimônio cultural nos últimos anos. Esta constatação fica evidente na própria distinção recente entre patrimônio material e imaterial, que inclusive norteou a política de reestruturação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A instituição do registro dos bens culturais de natureza imaterial, viabilizada pelo decreto 3.551/2000, foi um passo importante no sentido do Estado reconhecer a diversidade da cultura brasileira.

O patrimônio intangível da comunidade do IBC, sob a forma de narrativas orais, fez parte das análises nessa pesquisa para tese, já que o patrimônio tangível de uma comunidade está mergulhado no intangível, aspectos indissociáveis.

Considerando a influência multidisciplinar nas atividades de pesquisa, a História Oral apresenta uma infinidade de caminhos, um ponto de contato entre a História e as demais Ciências Sociais, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. A História interessou-se pela oralidade na medida em que ela permite desenvolver conhecimentos novos, fundamentando análises históricas com base na citação de fontes inéditas (AMADO; FERREIRA, 1996).

No âmbito subjetivo da experiência humana, a História Oral pode ser compartilhada com o método histórico tradicional em diversas fases e etapas. De início, apresenta-se uma problemática, inserindo-se num projeto de pesquisa, desenvolvendo, posteriormente, procedimentos apropriados à constituição das fontes orais.

Joutard (1996) apresenta uma cronologia acerca da História Oral, explicando que:

[...] a primeira geração surgiu nos Estados Unidos nos anos 50 e seu intuito era modesto: coligir material para os historiadores futuros [...] está diretamente ao lado das Ciências Políticas e se ocupa somente dos

notáveis. Esse é também o trabalho que fazem, sem reflexão metodológica, os correspondentes departamentais do comitê de História da II Guerra Mundial junto aos chefes da resistência. No México, desde 1956, os arquivos sonoros do Instituto Nacional de Antropologia registram as recordações da Revolução mexicana. Já na Itália, Sociólogos como Ferrarotti e antropólogos como De Martino ou Bosio, próximos dos partidos de esquerda, utilizam a pesquisa oral para reconstituir a cultura popular (1996, p.45).

Ferrarotti, De Martino e Bosio são os precursores da segunda forma de História Oral em fins da década de 1960. Essa nova geração desenvolveu uma nova concepção entendendo a História Oral não como uma complementação do texto escrito, mas como outra história, afim da Antropologia, que dá voz aos povos sem voz, que valoriza os vencidos. Esse tipo de história difundiu-se muito na Inglaterra na pessoa de Paul Thompson e, ainda, na Argentina com os institutos privados. Na França e na Espanha há poucos trabalhos do gênero neste período, com destaque para os trabalhos de Mercedes Vilanova na Universidade de Barcelona. Dois encontros internacionais marcam a afirmação de uma corrente. Em 1975, no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, realizou-se uma mesa redonda intitulada: A História Oral como Nova Metodologia para a Pesquisa. Em 1976, em Bolonha organizou-se o primeiro Colóquio internacional intitulado Antropologia e História: fontes orais (JOUTARD, 1996).

Na França, em 1975, surgem dois grandes projetos coletivos. Notadamente em Paris os arquivos orais da Previdência Social, sob a direção de Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet. Em Aix predomina a pesquisa dos etnotextos (JOUTARD, 1996).

Na América Latina, observa-se o mesmo desenvolvimento em História Política e Antropológica. Criou-se na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de História Oral com o objetivo de colher depoimentos de líderes políticos. No Equador, na Bolívia e na Nicarágua realizam-se na mesma época pesquisas orais com grupos camponeses. Na Argentina, o reestabelecimento da democracia em 1983 levou à multiplicação dos arquivos orais (JOUTARD, 1996).

Os anos 1980 se caracterizaram também pela multiplicidade dos colóquios internacionais, permitindo a expansão da comunidade de História Oral.

A década de 1990 marca o advento da quarta geração da História Oral, influenciada nos Estados Unidos pelos movimentos críticos pós-modernistas, traduzindo-se na valorização da subjetividade (JOUTARD, 1996).

A pesquisa realizada para a tese, a partir de seu foco na coleção de objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual sob a guarda do Museu do Instituto

Benjamin Constant, viabiliza a discussão sobre o desenvolvimento de tecnologias para uso dessas pessoas em instituições museológicas e empregou o uso de depoimentos orais como fonte.

No Brasil, o desenvolvimento dessas tecnologias voltadas para uso de pessoas com deficiência visual vem aos poucos ganhando espaço. Um dos pontos polêmicos nessa discussão é a necessidade das pessoas cegas terem acesso às coleções seja por meio do tato, seja por outro recurso mediador. Alguns museus brasileiros vêm desenvolvendo ações neste sentido. Percebe-se, contudo, que os investimentos nacionais mostram-se insuficientes frente às necessidades.

Em 2012, foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), na série *Cadernos Museológicos*, o volume 2 que trata da acessibilidade a Museus. O livro da série apresenta um panorama da acessibilidade de pessoas com deficiência no Brasil e no exterior. Participaram da pesquisa 16 museus vinculados ao IBRAM.⁵ São apresentadas as ações desenvolvidas no Brasil e no exterior para incluir pessoas com deficiências nas instituições museológicas, enfatizando a falta de estrutura dos museus brasileiros para a promoção de acessibilidade ao espaço e às coleções.

A legislação brasileira estabelece normas gerais e critérios básicos através do Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para acesso aos que dependem de um atendimento diferenciado.

A Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, considera como um dos princípios fundamentais dos museus a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural (inciso V do artigo 2). Em seu Art. 31, enfatiza que as ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados de forma a propiciar o acesso público. Em seu Art.6, esclarece que esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis. Define coleções visitáveis da seguinte forma: “São consideradas coleções visitáveis, os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica que não apresentam as características previstas no Art.1º desta Lei, abertos ao público ainda que seja esporadicamente” (BRASIL, 2009).

Alguns pesquisadores vêm contribuindo com seus trabalhos para a inclusão de pessoas cegas em museus. Candlin (2003; 2004) defende o uso do toque nas coleções museológicas, desenvolvendo trabalhos neste sentido em museus e galerias de arte nos

⁵ Essa pesquisa consiste em uma parceria entre o IBRAM e a Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ, sendo coordenada por Regina Cohen, no âmbito da UFRJ e por Claudia Sobrinho, no âmbito do IBRAM.

EUA. Paralelamente, os estudos de Pye (2008) e Chatterjee (2008) também apresentam contribuições importantes, quanto ao uso do toque em acervos museológicos, discutindo, dentre outros aspectos, as ações de preservação relacionadas.

Berquó e Lima (2012), em estudo da acessibilidade em museus para público com deficiência visual, enfatizam o caráter conceitual de instituições sociais, de modo específico os museus, voltadas ao atendimento público, devendo estes oferecer condições de amplo acesso aos seus edifícios, suas coleções e demais elementos museológicos. Embora a pesquisa tenha ocorrido em museus do Rio de Janeiro, e esteja relacionada à realização de atividades de exposições temporárias com atendimento especial ao público com deficiência visual, essas ações não resultaram em um programa permanente de inclusão desses indivíduos nas instituições museológicas analisadas.

1.2 - Procedimentos Metodológicos e Fontes

Como base para os estudos desenvolvidos nesta tese, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados nas Bibliotecas do MAST, da UNIRIO, do IBC e nos repositórios e bancos de dados da internet. Os textos foram analisados criticamente e fichados para uso posterior durante as discussões e reflexões elaboradas no decorrer da tese.

Foi realizada uma pesquisa de campo no Museu do Instituto Benjamin Constant, tendo os objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual como fontes de estudo. Foi empregado o método utilizado por Oliveira (2011), onde as fontes são estudadas de forma agrupada, focando, em relação a estes, sua existência funcionalista, enquanto itens materiais, no sentido de obter informações que pudessem auxiliar na pesquisa sobre a institucionalização do MIBC.

Os objetos do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant podem ser divididos em três grupos: os que foram criados para uso de pessoas com deficiência visual, mas que em função de novas tecnologias foram doados para esse Museu, assumindo um caráter histórico; os que foram criados, mas continuam sendo utilizados pedagogicamente⁶; aqueles objetos que têm como valor principal associado o aspecto histórico de sua trajetória.

Paralelamente, considerando a impossibilidade de se discutir a questão do patrimônio material dissociada de sua imaterialidade, do modo de perceber e dar significado ao mundo exterior pelos indivíduos cegos, este foi analisado juntamente com

depoimentos registrados de membros da comunidade do Instituto Benjamin Constant. Trata-se de entrevistas realizadas no período de 2003 a 2005 com alunos, ex-alunos, professores e funcionários do Instituto Benjamin Constant, compreendendo uma faixa etária de 16 a 78 anos, fundamentados na História Oral temática. Através dessas entrevistas foi possível inventariar o acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant, uma vez que as fontes documentais escritas faziam-se insuficientes (RODRIGUES, 2005).

Para os que praticam a História Oral faz-se necessária a organização de arquivos de documentos transcritos, referentes às entrevistas gravadas. Esses arquivos são organizados para serem utilizados posteriormente.

A História Oral, conforme enfatiza Lozano (1996), surgiu como uma alternativa para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente pela História oficial. Amado e Ferreira (1996) explicam que a História Oral pode ser definida sob três linhas de pensamento: há autores que a compreendem como uma simples técnica. Há aqueles que a compreendem como uma disciplina, reconhecendo-a como uma área de estudo própria, com objeto próprio de estudo, as disciplinas, gerando em seu interior soluções teóricas, tais como as influências entre a História e a memória, entre o sujeito e o objeto, entre a biografia e a autobiografia etc.

Autores que entendem a História Oral como uma metodologia, cuja linha de abordagem utilizou-se nesta Tese, estabelecem e ordenam procedimentos de trabalho, como diversos tipos de entrevistas, e as implicações sobre cada uma delas para a pesquisa, as possibilidades de transcrição de depoimentos, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com os entrevistados, bem como a influência disso para o desenvolvimento do trabalho.

Foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas, das quais 15 (quinze) foram gravadas e realizadas segundo a metodologia da História Oral, na modalidade de entrevistas temáticas, conforme já mencionado. O critério de escolha dos entrevistados obedeceu às seguintes características: pessoas que tenham tido experiência com a educação especial, seja como alunos e ex-alunos do Instituto Benjamin Constant, seja como professores dessa modalidade, alguns dos quais concomitantemente ex-alunos e professores do IBC. Foram ainda selecionados museólogos com experiência vivenciada no IBC.

⁶ Tais objetos estão ligados ao processo educacional dos indivíduos cegos.

Uma vez identificado o perfil dos possíveis entrevistados e a sua identificação, foi elaborado um roteiro de entrevista com os eixos temáticos a serem abordados no decorrer das entrevistas. Após a realização das entrevistas, foi feita a transcrição e digitação de cada uma, tendo sido todas formalmente cedidas. As 3 (três) entrevistas não gravadas, foram realizadas com Nair Santos Oliveira, com problema de voz na ocasião, Hersen Hildebrant, por sentir-se mais à vontade para falar sem a gravação, e Claudia Dutra, Secretária de Educação Especial que se encontrava fora do Rio de Janeiro, na ocasião, sendo realizada entrevista via internet. Posteriormente, tivemos um encontro pessoal no Instituto Benjamin Constant.

Vale lembrar que, embora essas entrevistas tenham sido realizadas no âmbito de pesquisa anterior (RODRIGUES, 2005), os dados coletados permanecem válidos para a problemática desta tese, no que se refere à memória coletiva dos cegos do IBC, suas visões do MIBC e os processos de aprendizagem vivenciados na mediação com o Museu. Os entrevistados foram os seguintes:

- Antônio dos Santos, professor aposentado do IBC com 78 anos em 2003, falecido em junho de 2014;
- Ana Cristina Hildebrant, ex-aluna e professora ativa no Instituto Benjamin Constant, hoje com 43 anos;
- Ana Leite, psicóloga na UNIRIO na ocasião da entrevista, não mantém vínculo com o IBC;
- Anderson Dias da Fonseca, aluno no IBC na ocasião da entrevista, com 15 anos, e hoje ex-aluno com 26 anos;
- Claudia Dutra, Secretária de Educação Especial na ocasião da entrevista, não gravou entrevista, preferindo responder às questões do roteiro de entrevista por meio digital;
- Dilson Mattos Pereira, ex-aluno e na ocasião professor de afinação de piano no IBC com 64 anos, hoje professor aposentado e voluntário no IBC;
- Edson Ribeiro Lemos, ex-aluno e professor aposentado do IBC, com 76 anos na ocasião, faleceu em 2004;
- Hersern Hildebrant, ex-aluno e professor no IBC com 62 anos na ocasião da entrevista. Aposentou-se ao completar 70 anos e continua suas atividades no IBC como professor voluntário;
- José Mauro Matheus Loureiro, professor da Escola de Museologia da UNIRIO na ocasião da entrevista, situação na qual permanece até hoje;

- Carla Maria da Silva, professora ativa no IBC hoje com 42 anos;
- Leonardo da Silva Sales, na ocasião da entrevista aluno no IBC, hoje ex-aluno com 31 anos;
- Liana Ocampo, com 72 anos na ocasião da entrevista, é professora aposentada na UNIRIO. Em sua vida acadêmica lutou pela inserção de alunos especiais e se dedicou à introdução de disciplina sobre o tema da Educação especial na UNIRIO.
- Maria da Glória de Sousa Almeida, ex-aluna e professora ativa IBC atualmente vice-diretora no IBC;
- Mayá Devi Oliveira, ex-aluna e professora inativa no IBC com 76 anos na ocasião da entrevista; após a aposentadoria aos 70 anos continuou suas atividades no IBC na condição de professora voluntária até o seu falecimento em 2006;
- Moisés da Silva Laia, aluno no IBC com 20 anos na ocasião da entrevista. Hoje com 32 anos é professor de informática para cegos;
- Nair Santos Oliveira, ex-aluna e professora aposentada no IBC com 76 anos na ocasião da entrevista. Hoje é professora voluntária no IBC;
- Severino Ramos Campelo, ex-aluno e professor no IBC com 58 anos na ocasião da entrevista. Aposentou-se ao completar 70 anos e, atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Cegos e Amblíopes (ABPCA) que funciona nas dependências do Instituto Benjamin Constant;
- Vitor Alberto Marques dos Santos, ex-aluno e professor ativo no Instituto Benjamin Constant, permanecendo nesta função até o momento presente.

Como forma de complementar as informações coletadas a partir dos objetos e depoimentos, foi realizado um levantamento de fontes primárias arquivísticas, a partir da internet e nos arquivos do IBC, do Museu Nacional e do Arquivo Nacional, buscando informações sobre a constituição do Museu e de suas coleções, além de dados sobre os próprios objetos. Foram ainda analisados relatórios dos Ministérios do Império e da República que subsidiaram a história do processo de criação do Instituto Benjamin Constant. Tais documentos foram digitalizados pela Universidade de Chicago, através do Latin American Microform Project (LAMP), mantido pelo Center for Research Libraries que institui um consórcio de universidades⁷. Nele se encontram inúmeros documentos brasileiros, como relatórios dos ministros do período imperial e republicano. Também foi utilizado o processo de arrolamento de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin

⁷ Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em: 12 de ago. 2014.

Constant junto ao IPHAN realizado pela arquiteta Claudia Maria Girão Barroso com a colaboração da autora deste trabalho.

Finalmente, contando com o arcabouço de informações coletadas, foi analisado o processo de institucionalização do MIBC, incluindo a constituição de suas coleções e identificação das singularidades na cronologia do MIBC, propiciando a discussão no âmbito das questões pontuadas desses documentos (entrevistas) e suas possíveis respostas. A seguir, na Tabela 1, apresenta-se o perfil dos entrevistados, entre eles vários membros da comunidade do Instituto Benjamin Constant.

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados

NOME	IDADE (anos)	FORMAÇÃO	PROFISSÃO	VÍNCULO COM O IBC	PERÍODO	DATA DA ENTREVISTA
Antonio dos Santos	78	Pedagogo	Professor	Funcionário Inativo	1950 a 1991	03/11/2003
Ana Cristina Hildebrandt	33	Pedagoga	Professora	Func. Ativa do IBC	1979 a 2004	14/06/2004
Ana Leite	-	Psicóloga	Func. Ativa UNIRIO	Especialista		09/06/2004
Anderson Dias do Nascimento	15	Aluno		Aluno IBC	1996 a 2004	15/04/2004
Cláudia Dutra**	-	D.Sc. em Educação	Professora	Secretária de Educação Especial	2003	06/12/2004
Dílson Mattos Pereira	64	Pedagogo		Funcionário IBC / Ex-aluno	1956 a 2004	16/03/2004
Edson Ribeiro Lemos	76	D.Sc. em Educação		Ex-aluno IBC	1945 a 2004	06/05/2004
Hersen Hildebrandt***	62	Pedagogo	Professor	Func. Ativo / ex-aluno IBC	1945 a 2003	03/12/2003
José Mauro Matheus Loureiro	49	Museólogo, D.Sc. em Ciência da Informação	Professor UNIRIO	Especialista		03/05/2004
Karla Maria da Silva	30	Professora		Professora IBC - Ativa	1994 a 2004	20/05/2004
Leonardo da Silva Sales	19	Aluno		Ex-aluno IBC	1996	31/03/2004
Liana Ocampo	72	Mestre em Educação	Professora UNIRIO	Especialista		02/04/2004
Maria da Glória S. Almeida	57	Pedagoga	Professora	Ex-aluna e Vice-diretora IBC	1958 a 2004	19/03/2004
Mayá Dévis Oliveira	76	História	Professora	Func. Inativa / Ex-aluna IBC	1945 a 2003	27/11/2003
Moisés da Silva Laia	20	Aluno		Aluno IBC	1994 a 2004	15/04/2004
Nair Santos Oliveira*	76	Geografia	Professora	Func. Inativa/Ex-aluna IBC		25/03/2004
Severino Campelo	57	Professor	Pianista	Funcionário IBC / Ex-aluno	1945 a 2003	21/11/2003
Vitor Alberto Marques	58	História	Professor	Func. Ativo / ex-aluno IBC	1960 a 2003	19/11/2003

* Não gravou entrevista por encontrar-se no momento com problemas na voz.

** Não gravou entrevista por estar fora do Estado do Rio de Janeiro.

*** Hersen Hildebrandt não gravou entrevista.

No próximo Capítulo serão tratadas questões relativas à caracterização histórica da deficiência visual, bem como as tecnologias produzidas para atender seus portadores.

CAPÍTULO 2

DEFICIÊNCIA VISUAL: HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E TECNOLOGIAS

2 - DEFICIÊNCIA VISUAL: HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E TECNOLOGIAS

Este capítulo tem por objetivo abordar a questão da deficiência visual em vários aspectos, incluindo um histórico, a caracterização das diferentes deficiências visuais existentes e das tecnologias para uso de pessoas com deficiência visual.

2.1 - Breve Histórico

O estudo acerca dos direitos das pessoas com deficiência não está dissociado dos fatos históricos, relacionados à evolução da pessoa com deficiência. Não se tem indícios de como os primeiros grupos humanos se comportavam em relação à pessoa com deficiência.

Desde a Pré-História até os dias atuais, as pessoas têm que decidir qual atitude adotar em relação aos membros mais vulneráveis que precisam de ajuda da comunidade para obter alimento, abrigo e segurança, tais como as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência.

Em 31 de março de 2009, matéria do jornal Folha de São Paulo⁸ informa que foi achado o crânio de uma criança que viveu a 530 mil anos, que pode ser a primeira evidência de que os humanos ancestrais não eliminavam sua prole quando ela nascia com defeitos congênitos. Segundo a matéria, a criança, não se sabe o sexo, pertencia a um grupo homo *heidelbergensis* (antepassados diretos dos Neandertais). Tinha entre 5 e 12 anos. O fóssil apresentava sinais claros de uma rara doença chamada Craniossinostose, causada pelo fechamento prematuro das estruturas ósseas que envolvem o cérebro, que, além da deformidade, pode causar danos psicomotores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

A descoberta deste fóssil, dentre outras evidências arqueológicas, nega a ideia do senso comum de que as pessoas com deficiência sempre foram descartadas, como consta que ocorria na Grécia Antiga, quando, sob a liderança de Esparta, as crianças com deficiência eram atiradas num precipício para a morte certa.

De acordo com Silva (1987), ossos pré-históricos com fraturas consolidadas, amputações e crânios trepanados são evidências de que, até mesmo na Pré-História, eventualmente, pessoas com deficiência sobreviviam. Outro exemplo citado pelo mesmo autor é a placa de calcário com inscrições hieroglíficas, famosa entre ortopedistas e profissionais da reabilitação que acreditavam ser essa estela, com 27cm de altura e 18cm de largura, a primeira representação de uma pessoa com

⁸ Achado crânio de criança com deformidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31/03/2009.

sequelas da Poliomielite. A placa faz parte do acervo do Museu Ny Carlsberg Glyptotek, de Copenhague na Dinamarca e, segundo Silva, retrata

um momento muito significativo na vida de um homem portador de deficiência física que viveu no Egito aproximadamente 1.300 anos antes da Era Cristã e que tinha uma profissão de alta responsabilidade no mundo egípcio [...] era porteiro e seu nome era Roma (SILVA, 1987, p.61).

O que torna a figura diferente de todas as outras que representam egípcios fazendo oferendas a seus deuses é que a perna esquerda do porteiro apresenta anomalia de musculatura e pé atrofiado. Acrescenta, ainda, Silva (1987) que o nanismo era bastante comum e os anões apareciam em muitas obras de arte como trabalhadores e membros participativos da comunidade.

O mesmo autor (1987) enfatiza também que não só um grupo de pessoas com deficiência sobrevivia como também em alguns casos se destacava. Um exemplo disso foi Dédimo, o teólogo cego e diretor da Escola de Alexandria, entre os anos de 345 e 395, cujos relatos indicam ter sido professor de S. Jerônimo, um dos maiores teólogos da Igreja dos primeiros séculos e tradutor da Bíblia para o latim.

Da Antiguidade até a Idade Média, para aliviar seus males, os doentes podiam ser atendidos pelos sacerdotes, nos templos e mosteiros, como uma atividade coadjuvante à atenção espiritual e assistencial das ordens religiosas. A cura exigia a intervenção divina e o médico era o intermediário dotado de um dom ou carisma.

De acordo com Silva (1987, p.162), graças à ascendência do cristianismo e seus preceitos de caridade ao próximo, foram criados os primeiros hospitais para viajantes, doentes, loucos, pobres e com deficiência.

Em seus primórdios, o hospital era uma instituição que servia tanto para abrigar os necessitados, como também para manter os doentes longe do convívio social, ou seja, para proteger quem estava do lado de fora do contágio das doenças dos internos. Foucault, em *Microfísica do Poder*, descreve os hospitais com as seguintes características:

O hospital que funcionava na Europa desde a Idade Média não era, de modo algum, um meio de cura, não era concebido para curar [...] o hospital como instituição importante e mesmo essencial para a vida urbana no ocidente, não é uma instituição médica e a medicina é, nesta época, uma prática não hospitalar. [...] Antes do séc. XVIII o hospital era uma instituição essencialmente assistencial, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por essa razão o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna [...] E o pessoal hospitalar não era

fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo - religioso ou leigo [...] (FOUCAULT, 1979, p.101-2).

No séc. XIV, o Renascimento e o Humanismo redescobrem a Antiguidade Clássica rompendo com o misticismo que marcou a Idade Média. Modifica-se o modo como o homem vê a si mesmo e o mundo.

Com o início do séc. XV até o fim do séc. XVI, a Revolução Científica afeta todos os campos do conhecimento com a invenção do papel e da imprensa. Os livros passam a ser produzidos em série ampliando o conhecimento para além da Igreja e da Universidade.

Com o desenvolvimento da Ciência e da Medicina, a deficiência também recebeu um tratamento técnico-científico. Conforme afirma Rocha (2006), o conceito de deficiência pode ser entendido dentro do enquadramento de anomalias da natureza, fazendo-se necessárias intervenções normalizadoras. Assim explica:

[...] É a partir do séc. XIX, com o advento do patológico na medicina e nas Ciências Sociais, que a deficiência passa a ser também compreendida como uma patologia na lógica científica da época, passa a ser passível de estudos, classificação e objeto de intervenções específicas. É quando adquire nova expressão de sua negatividade: pertence ao universo de anomalias da natureza. Esse novo enquadramento na negatividade social, requer soluções por meio de intervenções normatizadoras previstas pelas instituições científicas (ROCHA, 2006, p. 19).

Rocha (2006) explica, ainda, que as Instituições de reabilitação para pessoas com deficiência dispõem de um conjunto de técnicas voltadas para recuperar os aspectos físicos, psíquicos e sociais.

Para Michel Foucault apenas dois modelos de organização médica na História Ocidental se destacam: o modelo baseado no tratamento dado aos portadores de lepra e o decorrente da peste. Assim, assinala que:

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. [...] existe um outro grande esquema político-médico que foi estabelecido, não mais contra a lepra mas contra a peste. Neste caso, a medicina não exclui, mas consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, vigiá-los um a um [...] (FOUCAULT, 1979, p. 88-89).

Com relação às pessoas com deficiência, depois de serem excluídas de acordo com o modelo da lepra, passaram a ser atendidas de acordo com o modelo da peste. Assim os estabelecimentos que nasceram no séc. XIX e décadas de 1920 e 30 são instituições fortemente baseadas na disciplina, ou seja, baseadas no modelo médico da deficiência.

Nos anos de 1960, a partir da constatação de que só 2% das pessoas com deficiência recebiam algum tipo de atendimento, quer seja em instituições governamentais ou em instituições particulares, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs como alternativa ao modelo tradicional a Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC). Neste modelo, as organizações de pessoas com deficiência passam a ser protagonistas, pois elas próprias podem oferecer apoio adequado e inspiração a outras pessoas com deficiência. Esta proposta de trabalho tinha o objetivo de não só chegar à periferia das grandes cidades, como também apostar na capacidade da comunidade, da família e das próprias pessoas com deficiência para assumirem seu próprio processo de reabilitação.

Por essas características, verifica-se que a abrangência do projeto (RBC) limita-se a pequenas áreas, dificultando sua atuação em lugares em que não haja um conhecimento profundo da realidade. Contudo, esse modelo não enfraqueceu o modelo tradicional de atendimento às pessoas com deficiência, que continua hegemônico, ainda que haja um clamor contra ele, mais especificamente a partir da década de 1980, quando grupos de pessoas com deficiência passam a se insurgir contra o modelo médico da deficiência, para instaurar o modelo social da deficiência (MARTINS LANA, 2010).

Registra-se, no final da década de 1970, nos Estados Unidos, a criação dos Centros de Vida Independente (CVI), conforme explica Neri (2003). Funcionavam com subvenções governamentais, atuando como escritórios com serviços, tais como desenvolvimento de tecnologia assistiva, transporte, assistência em projetos de acessibilidade etc..

Os citados Centros de Vida Independente dos Estados Unidos influenciaram no Brasil a criação de instituições similares, fundadas em 1988 por líderes de movimentos de pessoas com deficiência. De acordo com o site CVI-RJ:

Presta serviço na área da deficiência, atuando de modo individual, na orientação e informação das pessoas com deficiência, de todas as faixas etárias, além de familiares, profissionais e demais pessoas interessadas. Atua de modo mais abrangente na assessoria, consultoria e desenvolvimento, de programas, não só para a formação, qualificação e capacitação das pessoas com deficiência,

como também para a criação de instrumentos e medidas que asseguram ao segmento a defesa de seus direitos de plena participação na vida social.

No Brasil, onde as carências são imensas, com a ausência de subvenção governamental e patrocínio da sociedade civil, os CVI-s funcionam muito mais como funcionavam as entidades de pessoas com deficiência com caráter reivindicativo na década de 1980.⁹

Uma análise tendo como referência documentos nacionais e internacionais torna possível verificar a transformação pela qual passou o conceito de deficiência e seu significado para as pessoas com deficiência e para a sociedade, bem como nos faz perceber como, gradativamente, o papel do meio ambiente foi sendo incluído na definição de deficiência.

Em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências afirma que:

O termo pessoas com deficiência refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente as necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.¹⁰

Em 1983, para efeitos da Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, aprovada pela OIT, verifica-se a definição que “todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada”.¹¹

Pela Declaração de Cave Hill, de 1983,

As pessoas com deficiência são uma parte essencial da humanidade e não são nem anormais nem seres com desvio. As pessoas com deficiência não são cidadãos de segunda categoria e, portanto, devem ter garantia da igualdade dos direitos outorgados pela Constituição.¹²

Ainda em 1983, a Declaração de Maastricht rejeitou a definição de deficiência como uma tragédia individual, exigindo o reconhecimento de que:

⁹ Em 28 de maio de 2000 foi criado o Conselho Nacional de Vida Independente no Brasil (CVI-BRASIL) durante o II Encontro Nacional de Vida Independente realizado em Belo Horizonte. Vale ressaltar que tal Conselho congrega os Centros de Vida Independente de todo Brasil visando desenvolver o paradigma da inclusão social conforme enfatiza Mario Cleber (2010).

¹⁰ Disponível em: www.cedipod.org.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹¹ Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹² Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

[...] a deficiência é uma questão de direitos humanos e que as oportunidades iguais serão complementadas somente através da mudança social e econômica. Nós precisamos participar plenamente em nossas sociedades, em todos os níveis e, através de nossas organizações, ser consultados e envolvidos decisivamente em todos os programas e políticas que nos afetam. Nós somos os peritos; o nosso poder precisa ser reconhecido.¹³

Em 1999, a Carta para o Terceiro Milênio¹⁴, assinada no dia 9 de setembro de 1999, em Londres, apresenta a questão da deficiência como algo comum à condição humana. Nesse mesmo ano, a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Pessoa Portadora de Deficiência, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), esclarece que “O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.¹⁵ Esta Declaração, conhecida como Declaração da Guatemala, foi ratificada e transformada em lei pelo Congresso Brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 198, promulgado pela Presidência da República do Brasil pelo Decreto 3956, em 8 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001).

Em 2004, a Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual¹⁶, anteriormente designada como deficiência mental diz que:

Assim como outras características humanas, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com a Comunidade Internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos.

De acordo com Romeu Sasaki (2003), a expressão deficiência intelectual foi oficialmente utilizada já em 1995, quando a Organização das Nações Unidas, juntamente com o *The National Institute of Child Health and Human Development*, a *The Joseph P. Kennedy Jr. Foundation* e os *The 1995 Special Olympics World Games*, realizou em Nova York o Simpósio *Intellectual Disability: Programs, Policies and Planning for the Future*.¹⁷

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006 e aprovada em 9

¹³ Disponível em: www.direitoshumamos.usp.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹⁴ Disponível em: www.cedipod.org.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹⁵ Disponível em: www.cedipod.org.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹⁶ Disponível em: www.cedipod.org.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

¹⁷ O texto em questão está disponível em www.cedipod.org.br. Acesso em: 02 de abr. 2014.

de julho de 2008 pelo Congresso Nacional brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 186, com validade de emenda Constitucional, reconhece que:

A deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2008).

Conforme explica Sasaki (2003), desde 2000, no Brasil, organizações de pessoas com deficiência reunidas em um encontro em Recife recomendam os termos *pessoas com deficiência*. Com isso esperam transmitir a mensagem de que ambas as condições não são excludentes em si. E, desejam, ainda, que essas palavras sejam agregadas.

No contexto internacional há duas grandes tendências a respeito de como devem ser chamadas as pessoas que têm uma deficiência. De um lado, os americanos que optaram por inserir a luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência na luta por direitos civis nos anos de 1960, preferem usar os termos *pessoas com deficiência*. De outro lado, os britânicos precursores do modelo social da deficiência defendem e adotam *pessoa deficiente* ou simplesmente *deficiente*.

Michael Oliver (1990), sociólogo inglês e teórico do modelo social da deficiência, critica o conceito de *pessoas com deficiência* porque acredita que este é contrário à realidade vivida pelos deficientes, considerando que a deficiência não é um simples detalhe, mas sim a base característica de suas identidades. Para esse autor, não faz sentido falar sobre pessoas e deficiência separadamente. Como consequência, os deficientes precisam se aceitar como são, isto é, como deficientes e, assim, a expressão *pessoas deficientes* tem um valor simbólico mais poderoso do que a expressão *pessoa com deficiência* que sugere que a deficiência é propriedade do indivíduo e não da sociedade. Na verdade não há um consenso geral dos teóricos do Campo com relação ao termo que vem mudando expressando, de certa forma, as mudanças de paradigma da sociedade com relação a pessoa com deficiência. Assim no Brasil se emprega tecnicamente tais termos:

Pessoa com deficiência. Termo presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional em 2008. Não diga **pessoa portadora de deficiência** ou **portador de deficiência**. A pessoa não porta, não carrega sua deficiência, ela tem deficiência e, antes de ter a deficiência, ela é uma pessoa como qualquer outra.

Pessoa com deficiência visual. O termo **deficiência visual** se refere à **categoria** dentro da qual existem os **tipos** cegueira e baixa visão (em variados graus).

Pessoa cega. Muitas **pessoas cegas** aceitam ser chamadas **cegas**. Evite dizer **pessoa cega total** ou **pessoa com cegueira total** ou **cego total**, pois são termos redundantes.

Pessoa com baixa visão. Substitui o termo **pessoa com visão subnormal**.

Pessoa com deficiência auditiva. O termo **deficiência auditiva** se refere à **categoria** dentro da qual existem os **tipos** surdez e baixa audição (em variados graus).

Pessoa surda. Muitas **pessoas surdas** aceitam ser chamadas **surdas**. Evite dizer **pessoa surda total** ou **pessoa com surdez total** ou **surdo total**.

Pessoa com baixa audição. Substitui os termos **pessoa com surdez parcial**, **surdo parcial**, que são redundantes. Algumas **pessoas com baixa audição** preferem ser chamadas **pessoas com deficiência auditiva** ou **deficientes auditivos** em vez de **pessoas com surdez parcial**, pois elas não se consideram **surdas**.

Pessoa com tetraplegia. Substitui os termos **tetraplégico**, **tetra**, **quadriplégico**.

Pessoa com deficiência intelectual ou **pessoa com déficit cognitivo**. Substitui os termos **deficiente mental**, **excepcional**, **retardado mental**. O termo **deficiência intelectual** se refere à **categoria** dentro da qual existem muitos **tipos**, dependendo dos apoios, habilidades adaptativas e outros fatores.

Pessoa com transtorno mental. Substitui o termo **doente mental**.

Pessoa com deficiência múltipla. É a pessoa que tem duas ou mais deficiências ao mesmo tempo. Evite dizer **pessoa com deficiências múltiplas**.

Pessoa com mobilidade reduzida. É a pessoa que, não se enquadrando no conceito de **pessoa com deficiência**, tem, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção: pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, gestante, lactante e pessoa com criança de colo (BRASIL, Decreto n. 5.296, 02/12/2004, art. 5º, § 1º, II, e §2º).¹⁸

Vale ressaltar que esta discussão é resultado da mobilização de representantes de organizações de pessoas com deficiência e de teóricos da questão da deficiência que, desde a década de 1970, vêm se colocando contra o modelo médico da deficiência, propondo, assim, outro - o modelo social da deficiência.

O modelo social da deficiência surge na década de 1960 no Reino Unido, em oposição às abordagens biomédicas. O modelo social sustenta que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social e transfere para a sociedade as responsabilidades pelas desvantagens enfrentadas pelos indivíduos com deficiência (DINIZ, 2007).

O modelo médico considera a deficiência um problema que precisa ser resolvido através de tratamento individual prestado por profissionais com o objetivo de

¹⁸ Dados obtidos no site: www.pessoacomdeficiencia.gov.br. Acesso em: 20 de Jun. 2015.

se obter a cura ou a adaptação da pessoa ao ambiente. Neste sentido, cabe à pessoa, e somente a ela, a tarefa de tornar-se apta a participar da sociedade.

O modelo social da deficiência atribui novos significados às palavras lesão e deficiência, como explica Diniz:

A lesão pode ser entendida como a ausência parcial ou total de um membro, de um órgão ou a existência de um defeito num mecanismo corporal. A deficiência é a desvantagem ou restrição para exercer uma atividade causada pelo meio ambiente hostil a todos os que têm a lesão e as exclui da sociedade. Lesão seria uma característica, como o sexo ou a cor da pele, por exemplo, ao passo que deficiência seria o resultado do preconceito e da discriminação enfrentadas pelas pessoas em razão da incapacidade da sociedade de se organizar para incluir. De acordo com esse conceito, uma pessoa pode ter lesões e não experimentar a deficiência se a sociedade estiver ajustada para incorporar a diversidade. Para o modelo médico a lesão causa a deficiência, no modelo social, são os sistemas sociais excludentes que levam as pessoas com lesões à experiência da deficiência (2007, p14).

A forma como a pessoa com deficiência vai atuar na sociedade dependerá muito mais de condições exteriores a ela do que da deficiência em si. Dentre essas condições encontram-se estereótipos, estigmas e preconceitos responsáveis pela atribuição de significados que ultrapassam a lesão, o defeito e o mau funcionamento de parte do corpo. Desse modo, a deficiência sempre teve significados construídos histórica, ideológica e simbolicamente. Ao discutir a questão do estigma e da degenerescência da pessoa com deficiência, Lobo enfatiza que:

Era preciso, então, identificar os degenerados. Um dos indícios mais fortes da incurabilidade e do grau de monstruosidade era a presença de estigmas físicos no corpo. Aliás, descobrir os espelhos da alma foi uma das observações do século XIX, que surgiu bem antes do tratado das degenerescências de Morel. Mais do que procurar na superfície do corpo marcas de sua profundidade, o diagnóstico das doenças orgânicas, o século XIX buscou desvelar nesses indícios algo ainda mais invisível: os abismos da alma (2009, p.56).

Como resultados desses significados, impregnados de preconceitos, foi atribuído às pessoas com deficiência um baixo valor social, acarretando sua marginalização e exclusão social.

Os problemas da exclusão social a que estavam sujeitas, no Brasil, até o advento do movimento social organizado no início da década de 1980, não eram um assunto sobre o qual as próprias pessoas com deficiência tivessem poder de decisão.

Conforme explica Neri (2003), embora cidadãos brasileiros tivessem sido objeto de pesquisa demográfica desde 1872 e a Lei 7.853, de 1989, determinasse que dados relativos à deficiência fossem incluídos no Censo de 1990 e nos seguintes, no Brasil não se sabe ao certo quantas são as pessoas com deficiência.¹⁹

Segundo o Censo 2000 (IBGE), 14,5% da população apresentam algum tipo de deficiência. Verifica-se, contudo, que um grande número de pessoas idosas foi incluído como pessoas com deficiência, havendo ainda divergência importante no que diz respeito à porcentagem de pessoas com deficiência intelectual.

Certamente, uma grande proporção de pessoas idosas foi incluída nesta categoria. Tradicionalmente, conforme as estatísticas divulgadas pela Organização Mundial da Saúde, o peso da deficiência mental deveria ser maior que o observado em 2000, mas esse fato é consequência do conceito ampliado, que inclui também diferentes graus de incapacidades de enxergar, ouvir e locomover-se. Este conceito é compatível com a International Classification of Functioning Disability and Health (2001) divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (CORDE, 2000, p.10)²⁰.

De acordo com a nomenclatura do Censo 2000 (IBGE), Neri (2003) identifica dois grupos de pessoas com deficiência: um composto de pessoas com deficiência que relataram alguma dificuldade para enxergar, ouvir ou andar, e outro de pessoas com percepção de incapacidade que afirmaram ter.

Para o autor, o interessante desse tipo de análise é que, quando somente se avalia o universo das pessoas com deficiência, excluindo as pessoas com dificuldades, este corresponde a 2,5%, um percentual bem próximo do Censo demográfico de 1991.

Muito embora a deficiência possa ocorrer independente da classe social, a pobreza representa a causa ou o agravamento de deficiências físicas, sensoriais e intelectuais. Fatores como a subnutrição, ambientes insalubres, ausência de água limpa e esgoto, o não atendimento médico às gestantes, acidentes de trânsito, etc., contribuem ou agravam o aparecimento das deficiências. Além disso, a pobreza

¹⁹ A questão das pessoas com deficiência foi alvo de pesquisas no Brasil nos Censos de 1872, 1890, 1900, e 1940. Passados mais de um século, as mudanças na Área da Saúde determinam alterações no modo de fazer pesquisa. A promulgação da Lei 7853 de 24 de Outubro de 1989 trouxe dentre outras garantias os direitos a obrigatoriedade de inclusão nos Censos nacionais questões relativas às pessoas com deficiência. Esse fato é importante uma vez que tais dados são utilizados para subsidiar as Políticas Públicas dirigidas às pessoas com deficiência. Assim, desde o Censo 2000 o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) trabalha em parceria com a Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na ocasião intitulada Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Carlos Cleber Júnior (2010).

²⁰ É um órgão da Secretaria de Direitos Humanos responsável pela gestão de políticas voltadas para a educação de pessoas com deficiência. Tem por objetivo promover o desenvolvimento de programas que levam em conta a participação social e política das pessoas com deficiência.

também torna o ambiente físico e social inadequado para o desenvolvimento e a plena participação das pessoas com deficiência.

Ao não aplicar recursos públicos que garantam o acesso à educação, ao emprego, ao transporte, enfim, a todos os benefícios oferecidos à sociedade, as pessoas com deficiência ficam excluídas de diferentes formas.

No Brasil, ao analisar dados do Censo 2000, Neri conclui que: “Em geral, observamos que as regiões cuja incidência de deficiência é acentuada, os níveis de educação e renda são baixos, ao passo que aquelas onde o registro é menor observa-se o inverso” (2003, p.23).

A análise do Censo 2000 permite ainda concluir que a porcentagem de pessoas com deficiência analfabetas é de 42,5%, quando o percentual em relação ao restante da população é de 25,0%. E, enquanto 32,0% da população brasileira têm renda familiar per capita igual a meio salário mínimo, dentre as pessoas com deficiência a porcentagem dos que vivem na miséria é de 41,6%.

Trata-se de um imenso contingente de pessoas sem acesso às edificações, à informação, ao transporte público, ao emprego, à saúde, à cultura e etc., milhões a quem são negados o direito à independência e a equiparação de oportunidades. É em função desses aspectos que as entidades e movimentos de pessoas com deficiência lutam para a melhoria das condições de vida digna dessas pessoas.

2.2 - Caracterização das Deficiências Visuais

Faz-se menção às palavras de Giordano Bruno do livro dedicado aos olhos, *Heróicos Furores*, onde o autor coloca dois significados distintos: o ver concreto ou a faculdade de ver, e a própria ação de ver. Escreve o diálogo entre o coração e os olhos, onde o coração se queixa do fogo que o consome, acusando os olhos como o causador disso.

(...) Os olhos apreendem as aparências e as propõem ao coração; elas se tornam então, para o coração, objeto de desejo e esse desejo se transmite aos olhos; espalha sobre os olhos e seu humor. Assim, primeiro a cognição emite a faculdade afetiva, que por sua vez emite a cognição (NOVAES, 1988, p.18).

Em *Janela da Alma, Espelho do Mundo*, Marilena Chauí retoma o significado do uso cotidiano da palavra ver e seus derivados. Mostra que revelam um enfoque realista do mundo. Falamos em ver, rever “porque cremos nas palavras e nelas

cremos em nossos olhos; cremos que as coisas e os outros existem porque os vemos porque existem” (CHAUÍ, 1981, p.32).

Em sua explanação, Chauí mostra que, desde o seu nascimento, a Filosofia fez uma cisão do olhar; ou a visão depende das coisas (causas ativas do ver) ou depende dos olhos (que fazem as coisas serem vistas). A tradição de Demócrito, Epicuro e Lucrécio reflete a primeira alternativa, tornando-se mais tarde conhecida como teoria perceptiva. A tradição nascida em Empédocles (Pitagóricos e Neoplatônicos) decide-se pela segunda alternativa, denominada de teoria emissiva, na qual os olhos iluminam as coisas para fazê-las visíveis. Aristóteles, coincidindo a teoria perceptiva e a emissiva, afirmava que o sentido da vida é potencialidade do olho agindo sobre o meio. “O objeto da visão é o visível, e o visível é a superfície colorida e também um certo tipo de coisa” (ARISTÓTELES *apud* CHAUÍ, 1981, p.42).

Isso contudo não modificou o curso da Filosofia, quanto a essa cisão. Conviveram e convivem: o Realismo, que crê na percepção como coincidência entre sujeito e coisa; o Idealismo, que crê na percepção como síntese operada pelo sujeito; o Empirismo, que procura explicar a percepção como síntese passiva das sensações; o Intelectualismo que, pela reflexão, busca objetivar a sensação, fazendo-a aparecer como matéria do conhecimento.

Há uma passagem de ponto de vista: passa-se da experiência de ver, para a explicação racional desta experiência. Do ponto de vista do racionalismo, é interessante discutir o que Descartes entoa aos olhos: “O olho, pelo qual a beleza do universo é revelada a nossa contemplação, é de tal excelência todas as obras da natureza, cuja vista faz a alma feliz na prisão do corpo, graças aos olhos que lhe representam a infinita variedade de criação” (DESCARTES *apud* CHAUÍ, 1988, p.54).

Galileu assume uma concepção semelhante ao afirmar que o telescópio tem a propriedade de fazer ver o que não existe, modificando luminosidades, movimentos, grandezas. É considerado um instrumento de precisão, pois a verdadeira visão é proporcionada pela geometria da luz e das lentes e, com isso, o telescópio prova que os olhos não sabem ver. Essas afirmações de Descartes, Galileu e outros falam de um paradigma da visão para o saber. Porém, o modelo não é propriamente do olhar, mas, de uma teoria sobre o olhar, que serve, por um lado, como suporte para o conhecimento, enquanto representação; de outro, como correção intelectual das ilusões visuais, para que se possa aproveitar o que é visto e trabalhado pelo intelecto. Surge a pergunta: quem é o sujeito do olhar? Se estes responderiam: o intelecto, o entendimento, a consciência, como poder constituinte do objeto enquanto significação.

Boss critica o olho do racionalismo clássico que “examina, compara, esquadrinha, mede, analisa e separa”. Considera-se rodeado por um conjunto de coisas e não em uma situação que os sujeitos se reconhecem uns aos outros. O olhar não seria apenas comparável à luz que entra e sai pelas pupilas como sensação e impressão, mas também propriedades dinâmicas de energia e calor graças às relações de afeto e de vontade (BOSS, 1976, p.40).

Boss refere-se à contribuição do Marxismo e da Psicanálise, evidenciando que o olhar não se parece com esse foco de luz permanente do pensamento clássico que dá a segurança à própria visão da natureza e da sociedade. Apresenta dois filósofos de tendências diferentes que buscam caminhos para um outro modelo de ver: Simone Weil em sua *Pedagogia do Olhar* e Merleau-Ponty com seu olhar “fenomenológico”.

Examinemos o pensamento dos filósofos citados. Simone Weil (1991) enfatiza a força da atenção propondo uma educação da atenção para desenvolver um olhar atento, profundo e despojado, que deve vencer a angústia da pressa.

Merleau-Ponty (1994) com seu “olhar fenomenológico” tentou levar até o fim a crítica ao dualismo clássico, atento às zonas ambíguas da percepção. Para isso, retoma o mundo vivido, onde o olhar e o visível se implicam mutuamente. Em *O olho e o Espírito*, Merleau-Ponty faz uma fenomenologia do olhar. Inicia o ensaio afirmando que “A ciência manipula as coisas e renuncia a habilitá-las”. (1994 p.12) Para o autor, imerso no visível pelo seu corpo é que o vidente se aproxima do que vê pelo seu olhar. Emprestando seu corpo ao mundo é que o pintor transforma o mundo em pintura. Abre-se ao mundo ao invés de apropriar-se dele. Vidente e visível, o corpo próprio de cada um está no mundo.

Merleau-Ponty (1994) volta-se para a totalidade do ser e fala do sensível, do tátil, do audível, do visível. Porém, ao descrever a percepção, o faz em geral a partir da visão; em *O olho e o Espírito* discute o visível e o invisível. Para ele, ver é ter a distância. O olhar apalpa as coisas, repousa sobre elas, viaja no meio delas, mas delas não se apropria. “Resume” e ultrapassa os outros sentidos.

Já está claro que pensar não é ver. No entanto, busca-se amparo teórico que explique as possibilidades de aprendizagem das pessoas com deficiência visual. Foram encontrados fundamentos para a pesquisa na fenomenologia da percepção. Merleau-Ponty (1994) discute os conteúdos particulares ou a especificidade e as formas de percepção ou generalidades; os conteúdos são os dados sensoriais (visão, tato, audição) e a forma, a organização total desses dados, a que é fornecida pela

função simbólica. Há uma dialética entre conteúdo e forma, pois não se pode organizar nada se não houver dados.

Os dados sensoriais, fundamentos da consciência e da ação, através da dialética entre a forma e o conteúdo, são retomados pela consciência e recebem dela um sentido original. Desse modo, entre o corpo e a consciência não existem relações de dependência, mas de implicações recíprocas.

Para compreender o indivíduo e sua maneira de relacionar-se no mundo que o cerca, há sempre que considerar sua estrutura própria que exprime ao mesmo tempo sua generalidade e especificidade.

No caso das pessoas com deficiência visual, eles têm possibilidade de organizar os dados, como qualquer pessoa que está aberta para o mundo, de seu modo próprio de perceber e de relacionar-se. O que não se pode desconhecer é que a pessoa com deficiência visual tem uma dialética diferente, devido ao conteúdo (que não é visual) e a sua organização, cuja especificidade é a de referir-se ao tátil, audível, olfativo. É dessa dialética entre o específico e o geral que se pode definir a estrutura própria da pessoa com deficiência visual.

Merleau-Ponty (1994) diz que ao caminhar o homem leva consigo o mundo, o mundo vai com ele pois está organizado por ele mesmo. É no corpo que o significado se manifesta. No gesto, no ato corporal está a consciência, que ele denomina consciência encarnada, termo utilizado ao invés de consciência, que posteriormente é substituído por consciência intencional e mais tarde simplesmente por corpo.

Os sentidos (visual, tátil, auditivo) se traduzem uns aos outros sem necessidade de intérprete, ao fazerem do corpo o sujeito da percepção. Cada órgão dos sentidos interroga o objeto à sua maneira. A visão não é nada sem um certo uso do olhar.

Dispor de todos os órgãos dos sentidos é diferente de contar com a ausência de um deles, uma vez que muda o modo próprio de estar no mundo e de relacionar-se. Isso assinala a importância de aprofundar os conhecimentos acerca da percepção das pessoas com deficiência visual.

Sem negar o valor e a contribuição das ciências, Merleau-Ponty introduz questionamentos que levam a outros caminhos. Elogia o Empirismo quando este chama atenção para o fenômeno e o critica quando transforma tudo em acontecimento, sem referir-se ao sujeito, mas sim a uma consciência impessoal. Elogia o intelectualismo (racionalismo) quando este enfatiza um sujeito que unifica o

conhecimento. Critica-o mostrando que esse sujeito não é o da experiência vivida, mas do pensamento.

O Empirismo trata a percepção como um assunto do mundo físico. O intelectualismo não fala dos sentidos, está voltado para a consciência - um lugar fora do mundo para perceber os acontecimentos. A referência ao mundo se dá através de uma simples mudança de estilo, onde se acrescenta a cada termo a palavra consciência de. Tanto o Empirismo como o Intelectualismo ignoram o sujeito da percepção, segundo Merleau-Ponty (1994, p.16-19).

O autor (1994) propõe um caminho diferente. Sua característica marcante, que o diferencia das duas correntes filosóficas, é a ênfase dada ao corpo. A experiência perceptiva (que é corporal) não surge da associação que vem dos órgãos dos sentidos (tal como é vista pelos Empiristas), mas sim da relação dinâmica do corpo como um sistema de forças no mundo. Assim, o corpo não é mais visto como um amontoado de órgãos, mas, fonte de sentidos, e o sujeito da percepção não é entendido como consciência e sim corpo.

Nesse sentido, em depoimento concedido à autora desta tese, Edson Ribeiro Lemos, cego, ex-aluno do Instituto Benjamin Constant, apresenta em seu discurso a explicação acerca da ausência da visão, dizendo que:

[...] a cegueira é um isolamento que você tem da natureza, é um isolamento do ambiente real. É isso que é a cegueira. Você faz como um corte. Agora, não é essa noite, essa escuridão, pelo menos no meu caso, como as pessoas pensam. Eu não tenho nenhuma percepção luminosa, mas não vivo na escuridão. Primeiro porque a cegueira é colorida. Isso já está provado para quem já enxergou. Aqui tinha um livro em inglês, nós, aqui do passado, tomávamos conhecimento, tinha um capítulo: A cegueira é colorida. Por que ela é colorida? Porque aquelas pessoas que perderam a visão elas têm sempre uma sensação luminosa em relação ao nervo óptico, embora ele não funcione. Cada cego vai ter uma sensação luminosa. Algumas são brancas, outras azuladas, outras são marrons, outras são amareladas. Esse é o meu caso. A minha cegueira é amarelada. Eu tenho um foco amarelado como se fosse uma lâmpada, um amarelo meio esbranquiçado, às vezes, dependendo do sistema nervoso tende para o vermelho, na parte central. Essa é a minha cegueira. Agora, há cegos que dizem que não têm nenhuma, mesmo os que já enxergaram, mas essa sensação do nervo óptico eu aprendi quando fiz o Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o professor de Psicologia, dando Psicologia do Aprendizado e ele citou a sensação luminosa que os cegos podem ter. Ele provavelmente deve ter visto isso que tínhamos aqui no Instituto. Vou usar o mesmo exemplo que ele deu para provar que a cegueira é colorida. Você já deu uma pancada forte na cabeça? Se uma pessoa der uma pancada forte na cabeça diz-se que viu estrelas. Porque com o impacto saem fagulhas luminosas. Então, a cegueira é luminosa, mas ela o separa do ambiente. Essa é a grande dificuldade do cego. A capacidade, a inteligência, não é afetada. O potencial dele continua o mesmo. O que muda é o acesso à cultura (RODRIGUES, 2005, p.86).

No dia-a-dia, desde o nascimento, as percepções vão se fazendo por meio de ações e exploração daquilo que está disponível no ambiente. A criança cega, por exemplo, vai preenchendo e explorando o ambiente que a cerca com os objetos com os quais têm contato e têm significado para ela, o colo da mãe, o cheiro do suco de laranja, o ladrilho liso do banheiro, o fofinho do tapete, a areia quentinha, a diferença de pisar na grama, no barro, na terra etc.. Quando lhe são propiciadas condições apropriadas, pelos pais e outros educadores, para que faça uso dos sentidos de que dispõe, a criança cega sente-se apoiada para explorar o meio que a circunda. Assim, o receber informações do meio ambiente e das pessoas pelos sentidos de que dispõe é acompanhado pelo sentimento de ser considerada, encorajando-a e ampliando seu interesse em identificar diferenças, usando todos os seus sentidos para explorar os objetos e a natureza. Como a questão do espaço, deslocamento, percepção ambiental entrariam nessa “exploração” do meio?

Dispor ou não dispor da visão constituem condições específicas de personalidades ao considerar-se que é pela percepção que os objetos, pessoas e situações ao seu redor são tematizados e poderão, conforme enfatizado por Masini (2013), pelo entendimento, ter significado no mundo. Esse autor (2013, p.86) enfatiza ainda que a criança cega adquire cultura, valores e conhecimento em um contexto sócio-cultural, nas interações com os outros.

Este processo de construção do conhecimento transforma gradativamente o homem, à medida que percebe, interpreta e atribui significado às informações que recebe. Conforme diz Vigotski:

A cegueira ao criar uma formação peculiar de personalidade, reanima novas fontes, muda as direções normais do funcionamento e, de uma forma criativa e orgânica, refaz a forma, o psiquismo da pessoa. Portanto a cegueira não é somente um defeito, uma debilidade, sendo também num certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força (1997, p. 48).

Vigotski - médico, psicólogo e educador -, em seu laboratório de psicologia para crianças com deficiência, na década de 1920 em Moscou, privilegiava as características das crianças e não sua deficiência. Seu trabalho procurou desenvolver em cada pessoa o que estava intacto e poderia ser ampliado.

Sacks, referindo-se às características perceptivas de pessoas sem um dos sentidos de distância, afirma:

Nós com a totalidade dos sentidos vivemos no espaço e no tempo: os cegos vivem no mundo só de tempo. Os cegos constroem seus mundos a partir de sequências táteis, auditivas e olfativas. O mundo

de uma pessoa cega é temporal. Há um sistema de adaptação altamente eficiente do organismo, direcionado para a evolução e o desenvolvimento, independentemente dos efeitos e dos males que possam acarretar a função cerebral (1997, p. 138).

Com base nas afirmativas anteriores, evidenciamos que o perceber envolve muito mais do que dispor ou não de representações de objetos, o perceber implica em estar no mundo (como se sente, como se organiza, como se conhece e como se age frente à isso).

Para a pessoa com deficiência visual, o significado do olhar se dá pela ausência, ou seja, por algo que não dispõe ou é deficiente. O perceber do vidente se faz primordialmente pela visão, enquanto para a pessoa cega se faz via sentidos da audição, tato, senso cinestésico, olfato, paladar e, em alguns casos, resíduo visual de diferentes níveis. Sacks ao referir-se às características neurológicas da pessoa cega diz que “O córtex de um adulto cego desde a infância, como Veigel, já se tornou altamente adaptado a percepções organizadas no tempo e não no espaço” (1997, p.133).

É relativamente recente a concepção de que é possível desenvolver a eficiência visual nas atividades educacionais e no dia-a-dia. Tendo como parâmetro a visão, as pessoas foram durante muitos anos classificadas como videntes ou cegas. Não havia uma distinção entre as pessoas que eram cegas e as pessoas que possuíam alguma acuidade visual, hoje denominadas de *pessoas com baixa visão*. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1989) define como baixa visão a acuidade visual menor de 6/18 (0,3) e campo visual menor que 20 graus, no olho de melhor visão, com a melhor correção possível. Nas palavras de Gasparetto evidencia-se que:

[...] baixa visão ou visão subnormal podem ser definidas como uma perda grave da visão, que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais. Também pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual (2007, p. 36).

Diferentes fatores contribuíram para a crescente atenção à pessoa com baixa visão, notadamente com o progresso em diferentes áreas de estudo, tais como:

1. Oftalmologia, assinalando níveis de acuidade visual e amplitude do campo visual e orientações no que tange à prevenção da cegueira;
2. Óptica, com auxílios e aperfeiçoamento de lentes, lupas e telelupas;
3. Neurologia, com esclarecimento sobre a participação cerebral no ato de ver com estimulação neural;

4. Psicologia e Educação, com desenvolvimento de condições de adaptação do meio às necessidades da pessoa com deficiência.

A importância de se considerar as especificidades de percepção da pessoa com baixa visão e da pessoa cega constitui papel fundamental para se discutir seu desenvolvimento psicossocial. Conforme afirma Hyvarinen:

[...] O desenvolvimento da orientação auditiva é sempre mais lento nas crianças cegas e com deficiências visuais severas. As observações de crianças têm evidenciado que elas viram a cabeça em direção aos estímulos auditivos quando estes estão próximos e podem ser vistos. Assim, o domínio da percepção visual norteia a percepção auditiva (1991, p. 11).

Ainda que a acuidade visual do recém-nascido seja baixa, ele recebe estímulo do meio. Quando se trata de uma criança cega, a ausência do estímulo visual retarda a interação com o meio. Como consequência, a criança fica inativa, movimenta-se pouco e, neste caso, atrasa seu desenvolvimento motor. “A deficiência visual e o desenvolvimento motor interagem muito [...] uma habilidade motora pobre atrasa o desenvolvimento das funções cognitivas” (HYVARINEN, 1991, p. 47).

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão das potencialidades de armazenamento de nossa memória que sai dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta, quer nos outros, quer nas bibliotecas. Le Goff reflete que:

Até o aparecimento da imprensa nas sociedades ocidentais dificilmente se distinguia o processo de transmissão oral da escrita. A “massa” do conhecimento está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas. A área culminante do saber, com o quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendido de cor. Com o impresso, não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, em condições de explorar textos novos, mas também formas diversas de preservação dessa memória (1990, p.5-6).

Como situar a pessoa com deficiência visual neste contexto de evolução da sociedade? Em meio a todo esse processo, este grupo viveu construindo sua memória utilizando técnicas orais para o armazenamento de informações.

Para Platão (1973), a invenção da escrita contribuiria para o homem deixar de lembrar por si só, uma vez que o que escrevemos não é um espelho na íntegra dos nossos pensamentos. Para nos expressarmos graficamente ordenamos as ideias. Fazemos uma ordenação para podermos ser compreendidos. Silveira, ao analisar a obra de Platão, enfatiza que:

[...] A virtude de Theuth atribui a escrita é de aumentar a possibilidade de armazenagem de informação para além da capacidade mnemônica convencional ao provar os homens de um aparato de registro da fala e do pensamento. A vantagem da escrita com relação a oralidade é, então, o caráter permanente que a informação parece adquirir quando é salva daquela forma de existência passageira e particular ligada à fala [...] (2001, p.144).

Através da história de vida de Louis Braille, inventor do sistema de escrita para cego, é possível discutir o papel social do surgimento desta forma de escrita para o desenvolvimento do processo de emancipação da pessoa cega e seus efeitos no processo de aquisição do conhecimento e da solidificação da memória.

2.3 - A Deficiência Visual e o Sistema Braille

Louis Braille nasceu em 04 de janeiro de 1809 na pequena cidade francesa de Coupvray, que se situa cerca de 45km de Paris. Seu pai, Simon René Braille era um conceituado seleiro na região e sustentava a família de maneira simples, mas confortável. Sua mãe, Monique Baron, era uma jovem simples de fazenda que veio a Coupvray para casar-se com Simon em 1792. O casal teve quatro filhos sendo Louis Braille o mais novo (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Desde cedo o menino costumava brincar na oficina do pai. No ano de 1812, não se sabe exatamente em que dia, o menino apanhou um dos instrumentos de retalhar o couro e experimentou imitar o trabalho de seu pai. Ao tentar perfurar um pedaço de couro com uma soveia pontiaguda, em um dado momento, a soveia resvalou e atingiu-lhe o olho esquerdo, causando grave hemorragia (CERQUEIRA; 2009a; CASTRO; 1936).

Uma senhora conhecida por suas curas preparou e aplicou compressas, conseguindo estancar a hemorragia. Um pequeno livro sobre Medicina Popular, escrito pelo Dr. Leopold Turk, conhecido na época, descreve o tratamento dado a um olho ferido naquele tempo: o quarto deve permanecer no escuro e o olho deve ser coberto por compressas de água fria. Em caso de hemorragia, aplicações de sanguessugas ao redor do olho, dieta e uma dose de calomelano eram assim empregados neste caso (CERQUEIRA, 2009a).

O médico de Coupvray foi chamado para tratar o olho ferido de Louis, mas a sua prescrição fora também inadequada para tratar a infecção que infelizmente atingiu a outra vista. A cegueira total adveio quando Louis estava com cinco anos (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Em 1815, o velho abade que batizou Louis Braille morreu. O abade Jacques Palluy foi indicado para substituí-lo e tornou-se amigo da família, dedicando atenção especial ao menino cego. Palluy preocupado com a educação do menino pede ao professor Antoine Brecheret para se encarregar da educação acadêmica de Braille. Durante dois anos ele frequentou a escola de Brecheret²¹, decorando e recitando as lições que ouvia. Seus métodos mnemônicos eram orais, pois não havia um método de escrita para cegos (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO, 1936).

Os pais de Louis preocupados com a questão pediram ao abade uma solução para a educação de seu filho. Antoine Brecheret durante seus estudos em Paris tinha ouvido falar de uma instituição para cegos. Então o abade Palluy procurou o marquês de Orvilliers, um latifundiário na região conhecido por sua grande generosidade. O marquês concordou em dar sua proteção ao menino e escreveu ao diretor da Instituição para pedir sua admissão (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO, 1936).

A família de Louis Braille foi comunicada por meio de uma carta do diretor do Instituto Real para Jovens Cegos, Dr. Guillié, que o menino havia ganhado uma bolsa de estudos e sua entrada estava marcada para 15 de fevereiro de 1819 aos 10 anos. Cerqueira descreve a chegada de Louis Braille à Paris da seguinte forma:

[...] A viagem numa diligência começou na manhã daquele dia e, após 4 horas, pai e filho chegaram a uma cidade estranha para Louis. Descem e caminham até a rua Saint-Victor 68 onde funcionava o estabelecimento que atendia cerca de 100 crianças, dirigido pelo médico Sébastien Gullié (2009a, p.7).

Pouco a pouco, Louis Braille, o mais jovem aluno foi se ajustando à escola. O método de ensino consistia em fazer os alunos repetirem as explicações de textos ouvidos. Como complementação, leitura dos livros (em pequeno número) de Valentin Haüy, idealizador do Instituto.

Louis era bom aluno e dedicava-se profundamente aos estudos. Gostava de música clássica e como os professores do conservatório vinham dar aulas gratuitas no Instituto, dedicou-se ao estudo da música, que consistia em ouvir e repetir o que era ouvido. De 1823, com 14 anos, até 1827, exerceu a função de contramestre na oficina de chinelos de tiras e de tranças. Seus estudos de música foram dedicados à execução instrumental em piano, violoncelo e órgão (CERQUEIRA, 2009a, p.8).

Conforme explicado por Cerqueira:

²¹ Antoine Brecheret desenvolveu uma forma de leitura baseada na repetição e memorização da leitura. Disponível em: www.deficientesvisuais.org.br/informacoes.php?cod... Acesso em: 12 de jan. 2015.

o diretor da Instituição mostrou ao pai de Louis apenas as coisas boas da escola. A situação financeira era catastrófica. As instalações eram úmidas e frias. A disciplina era extremamente rígida e os alunos recebiam desde punições físicas até isolamento a pão e água (2009a, p.9).

Os métodos de ensino mesmo no Instituto especializado eram em sua maioria orais por não haver um sistema de escrita plenamente adaptado para cegos. As dificuldades enfrentadas por Louis Braille em seus estudos o levaram desde cedo a preocupar-se com a necessidade de um sistema da escrita.

Outra experiência influenciou o que viria a ser posteriormente a escrita Braille. Charles Barbier de la Serre, capitão de artilharia do exército de Luís XIII encontrava dificuldade de transmitir ordens durante à noite. Elaborou então um sistema de sinais em relevo que combinados permitiam a transmissão das ordens. Assim, no escuro, os subordinados decifravam pelo tato as ordens superiores (CERQUEIRA, 2009a).

Barbier pensou na possibilidade do seu sistema viabilizar o processo de comunicação entre pessoas cegas por constituir-se pela combinação de pontos e sinais em relevo. No fim do ano de 1820, apresenta o sistema ao Dr. Guillié, diretor do Instituto que o considerou muito complicado por ser um sistema fonético. (CERQUEIRA, 2009a) Constava de um grande número de sinais usados para representar uma palavra, o que tornava sua decifração demorada e difícil. Barbier foi convidado a rever seu método. Retornou ao Instituto sendo neste momento diretor o Dr. Pignier, que prometeu submeter o seu sistema aos professores e alunos. Recebeu, posteriormente, uma carta do Dr. Pignier comunicando-lhe que seu método seria utilizado no Instituto como método auxiliar (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Louis Braille rapidamente aprendeu o sistema. A escrita era possível com o auxílio de uma régua-guia e de um estilete. Adquirindo maior habilidade no uso do método, Braille descobriu seus problemas e começou a pensar em possíveis modificações.

O Sistema de Barbier apresentava as seguintes dificuldades: não permitia conhecimento de ortografia, pois os sinais representavam somente sons; não havia símbolos para pontuação, acentos, números, símbolos matemáticos, notação musical e a complexidade de combinações tornava a leitura difícil. Os símbolos eram primeiro memorizados oralmente para poderem ser percebidos tatilmente.

Braille, buscando uma forma de representação gráfica para as pessoas com deficiência visual, propôs alguns aperfeiçoamentos que foram apresentados a Barbier pelo Dr. Pignier. Barbier ao deparar-se com um garoto lhe propondo modificações em

seu sistema defendeu fervorosamente o fundamento de sua invenção por não considerar a ortografia necessária (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Louis Braille então começou a trabalhar em um sistema novo que pudesse eliminar completamente os problemas de grafia sonora. Em 1825, aos quinze anos de idade, inventou o sistema em relevo semelhante ao que se usa hoje, o qual recebeu seu nome. Concebeu 63 combinações que representavam todas as letras do alfabeto, acentuação, pontuação e sinais matemáticos (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Apresentou sua invenção ao Dr. Pignier que apreciou seu método e o autorizou a utilizá-lo no Instituto. Os alunos de imediato aprenderam o sistema e o Dr. Pignier começou a pensar na substituição do sistema de Barbier no Instituto.

Tem-se referência de que com o Sistema Braille os alunos eram capazes de tomar notas em classe, aprender ortografia, redigir composições, copiar livros e fazer ditados. Começou-se uma nova fase. Os alunos dispunham de uma representação escrita. Mudaram-se os métodos utilizados até então para a construção da memória do grupo (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Em 1827, Louis escreveu em Braille a Gramática das Gramáticas. No ano de 1828, continuando seus estudos, aplicou seu sistema à notação musical uma vez que se tornara professor de piano. Em 1829, apresentou a primeira edição do método de palavras escritas, músicas e canções por meio de sinais para uso do cego. No prefácio deste livro, Braille refere-se a Barbier: “Se nós temos vantagens de nosso método sobre o seu, devemos dizer em sua honra que seu método deu-nos a primeira ideia sobre o nosso próprio” (CERQUEIRA, 2009a , p.7; CASTRO; 1936).

Neste mesmo ano, tornou-se oficialmente professor do Instituto, ensinando Gramática, Matemática e Geografia em seu sistema, embora ele não tivesse sido aceito oficialmente. Cerqueira explica que

[...] Na escola de Paris, como posteriormente no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, existia a função renumerada de repetidor, espécie de explicador das lições. Um repetidor assumia a docência de certos grupos de alunos e, conforme seu desempenho poderia vir a ocupar o cargo de professor. Tal ocorreu com Louis Braille [que], em 8 de agosto de 1828, foi designado para a função de repetidor na instituição. Desde 1826, ainda na condição de aluno, começara a ensinar álgebra, Gramática e Geografia (2009a, p.8).

Apesar da saúde deficiente, pois contraiu tuberculose aos vinte e seis anos, Braille trabalhou continuamente no aperfeiçoamento do seu sistema. Em 1837, publicou a estrutura do sistema Braille utilizada até hoje mundialmente (CERQUEIRA, 2009a). Publicou também novo método para representação por sinais de forma de

letras, mapas, figuras geométricas e símbolos musicais. Esse método consistia em escrever as letras na forma convencional marcando com um punção - instrumento utilizado pelo cego para a perfuração do papel - uma série de pontos em relevo. Esta nova invenção era utilizada pelos alunos do Instituto sendo chamada de Rafigrafia (CERQUEIRA, 2009a). O objetivo deste sistema era facilitar a comunicação com videntes.

Apesar dos esforços para aperfeiçoar o sistema Braille, o método oficial de ensino na Instituição continuava sendo as letras em relevo de Valentin Haüy. O Dr. Pignier tentou oficializar o Braille, mas quando começou este trabalho foi substituído pelo Dr. Dufau que se tornou diretor em 1840. O Dr. Dufau foi contrário à oficialização por achar que o Sistema Braille isolava os cegos, por constituir-se num sistema de símbolos que nada tinha de relação com a escrita convencional (CERQUEIRA, 2009a, p.9).

Louis Braille tentou também divulgar seu trabalho em outros países e, em julho de 1840, escreveu para Wilhelm Klein, fundador da primeira escola para cegos em Viena. Klein rejeitou o sistema por entender que os cegos ficariam muito restritos ao seu grupo, já que as pessoas videntes não poderiam se comunicar graficamente com os cegos (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

Em 1843, o Instituto foi transferido para um prédio novo. Tendo o diretor Dufau mudado de ideia e, na cerimônia de inauguração oficializa o Sistema Braille neste Instituto. Desde então, seu uso começou a expandir-se na Europa (CERQUEIRA, 2009a; CASTRO; 1936).

A transferência do Instituto da rua Saint-Victor para o Boulevard des Invalides se deu sob forte emoção por parte dos alunos e repetidores cegos conforme enfatizam Cerqueira (2009a) e Mackenzie (1942).

A primeira instituição para a educação de cegos em Paris influenciou de forma muito ativa as demais instituições do gênero no contexto mundial. Assim, abordaremos a influência da mesma em Portugal, Alemanha e Estados Unidos.

Adélia Sigaud estava em Lisboa por volta de 1885. É conhecida na história da tiflogia em Portugal como Madame Sigaud Souto. Aqui estava também, por essa altura, Léon Jamet, organista na igreja de S. Luís dos Franceses e havia estudado na Instituição de Paris. A convivência com estes dois não videntes instruídos motivou, em 1887, um grupo de pessoas a fundar a Associação Promotora do Ensino dos Cegos (APEC). Em 1888, a APEC inaugurava a sua primeira escola, que adotou a classificação de asilo-escola e tomou por patrono António Feliciano de Castilho, em 1912, ao instalar-se em Campo de Ourique, em edifício próprio. Branco Rodrigues

(1861-1926) colaborou com Madame Sigaud Souto. Foi o primeiro grande impulsionador da valorização dos cegos em Portugal. Em 1896, depois de ter instruído alguns alunos na escola da APEC, criou uma aula de leitura e de música no Asilo de Nossa Senhora da Esperança, em Castelo de Vide. Em 1897, numa sala cedida pela Misericórdia de Lisboa, instalou outra aula de leitura. Fundou escolas que vieram a transformar-se no Instituto de Cegos Branco Rodrigues, em S. João do Estoril, e no Instituto S. Manuel, no Porto. Dotou essas instituições com bibliotecas Braille, literárias e musicais, quer adquirindo livros impressos no estrangeiro, quer promovendo a sua produção por transcritores e copistas voluntários. Além disso, com a colaboração de um habilidoso funcionário da Imprensa Nacional, fez as primeiras impressões em Braille que apareceram em Portugal. A primeira impressão foi em 1898, de um número especial do Jornal dos Cegos, comemorativo do 4º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (LEMOS, 2014, p. 24).

Nos países germânicos a segunda edição do Processo, em 1837, foi confeccionada para dar a conhecer o Sistema Braille e assegurar a sua difusão no exterior. Apresentava o Pai Nosso em seis línguas - latim, italiano, espanhol, inglês, alemão e francês -, com a correspondente versão em caracteres ordinários em relevo linear. Sabe-se que esta edição foi remetida a todas as escolas de cegos então existentes. Mas nos países germânicos o Sistema Braille levou 40 anos a impor-se. Era acusado de erguer um muro entre os cegos e os videntes. Não se queria aceitar um processo que os videntes não podiam ler senão após um período de aprendizagem. Uns estavam demasiado apegados à rotina e outros queriam ser também inventores. Por isso, o sistema original francês haveria ainda de sofrer um novo embate.

Em Santa Maria de Leipzig, fazendo malabarismos com o Braille, idearam um alfabeto no qual as letras com menos pontos correspondiam às letras mais usadas em língua alemã. Assim, a primeira série representava as letras e, m, r, u, i, l, p, g, d, f. O Congresso Internacional de Paris, em 1878, liquidou estas diferenças por grande maioria, inclinando-se para o sistema francês. Assistiram representantes da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Suécia, Suíça, Estados Unidos (LEMOS, 2014, p. 24).

Os Estados Unidos da América se atrasaram muito em seguir este movimento. Na maior parte das instituições usavam-se os caracteres romanos juntamente com o New York Point ou Wait System. Neste sistema, o retângulo Braille tinha três pontos de largura por dois de altura. O acordo apenas surgiu no Congresso de Little Rock, em 1910. O Braille original impunha-se pelas suas próprias virtudes (LEMOS, 2014, p.25).

Sob o ponto de vista histórico a utilização do Sistema Braille no Brasil pode ser discutida em função de três períodos distintos: 1854-1942; 1942-1963; 1963-1995.

Em 1854, o Sistema Braille foi adotado no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), sendo a primeira instituição na América Latina a utilizá-lo. Deveu-se isso aos esforços de José Álvares de Azevedo, jovem cego brasileiro que aprendeu o Sistema Braille na França (CERQUEIRA, 2009a).

Entre 1942-1963, conforme Lemos (2014) enfatiza:

verificam-se algumas alterações da simbologia Braille no Brasil para atender a reforma ortográfica da Língua Portuguesa. O antigo alfabeto Braille de origem francesa foi adaptado às necessidades de nossa língua, no que diz respeito aos símbolos indicativos de acentos diferenciais. Destaca-se a adoção da tabela Taylor de sinais matemáticos de origem inglesa, em substituição à francesa. A portaria ministerial número 552, de 13 de novembro de 1945, estabelece o Braille oficial para uso no Brasil.

Com o propósito de unificar a simbologia Braille para matemática e ciências realizou-se na cidade de Viena, em 1929, um congresso reunindo países da Europa e dos Estados Unidos. Apesar dos esforços, a falta de acordo fez com que continuassem a prevalecer as divergências, que se acentuaram em face da necessidade de adoção de novos símbolos.

O Conselho para o Bem-Estar dos Cegos, criado em 1952, hoje União Mundial dos Cegos, com o apoio da UNESCO, passou a se preocupar com o problema da unificação da simbologia matemática e científica. Em nível mundial, o esforço para unificação dos códigos matemáticos e científicos ainda não alcançou o êxito desejado.

Especialistas no Sistema Braille no Brasil participaram inicialmente, dos estudos desenvolvidos pelo comitê de especialistas da ONCE e, posteriormente, acompanharam os estudos desenvolvidos, daí resultando o Código de Matemática Unificado (LEMOS, 2014, p. 25-26).

Em 1991, foi criada a Comissão para Estudos e Atualização do Sistema Braille para uso no Brasil, com a participação de especialistas representantes do IBC, da Fundação Dorina Nowill para Cegos, do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar, da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais e da Federação Brasileira de Entidades de Cegos (LEMOS, 2014, p.26).

Entre 1963-1995, destaca-se uma série de convenções internacionais para unificação do Sistema Braille.

Este sistema de escrita é tátil sendo constituído pela combinação de seis pontos em relevo dispostos em duas colunas. As diferentes combinações desses seis pontos permitem a formação dos sessenta e três símbolos do Sistema Braille. No ocidente 26 sinais são utilizados para o alfabeto, dez para os sinais internacionais de pontuação. O Braille é utilizado por extenso, palavra por palavra, ou abreviado, utilizando-se códigos específicos para cada língua.

De forma manual, o Braille é produzido da seguinte maneira: sobre uma placa retangular de madeira, alumínio ou plástico, coloca-se a cela Braille, constituída em sua maioria por quatro linhas horizontais, sendo cada coluna constituída por seis pontos vazados. Ajusta-se o papel. O mesmo será perfurado por um instrumento pontiagudo chamado punção. A escrita tem características próprias. As palavras são escritas da direita para a esquerda. Para proceder à leitura, retira-se o papel da máquina e a leitura será feita da forma convencional, da esquerda para a direita.

Há também máquinas datilográficas Brailier. São elas, em sua maioria, constituídas em seu corpo central por seis teclas, estando três à direita e três à esquerda, separadas por uma tecla distinta das demais com a função de produzir espaço entre as palavras. A folha é colocada em um tubo circular. A escrita neste caso é produzida da esquerda para a direita e a leitura se dá simultaneamente, sem necessidade de retirar a folha da máquina.

Os livros no início da implantação do Sistema Braille no Brasil vinham da França, pois não dispunha-se de tecnologia para produzi-los. Algumas máquinas foram importadas para que o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, pudesse atender às necessidades dos seus educandos (COSTA, 1862).

Hoje a transcrição Braille conta com o auxílio de computadores e impressoras Braille que vêm permitindo um aumento do número de exemplares produzidos, alargando, assim, o suporte material da memória escrita dos indivíduos cegos.

2.4 - Tecnologias para Uso de Pessoas com Deficiência Visual

Embora a deficiência visual ainda seja estigmatizada, a pessoa com essa deficiência tem seu aspecto cognitivo preservado se não houver outras deficiências associadas. Para um desenvolvimento mais eficaz, recomenda-se que a pessoa com deficiência ainda quando criança se submeta a um processo de estimulação precoce ou um programa de reabilitação, caso tenha perdido a visão na fase adulta.

A plena participação na sociedade de pessoas com deficiência envolve, necessariamente, dois pré-requisitos. Primeiro, conhecer as características da deficiência, em seus aspectos sociais, e, em seguida, criar condições de acesso a todas as atividades.

Tecnologia assistiva é um termo ainda novo, em discussão, utilizado para identificar o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou

ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, objetivando contribuir para tornar sua vida independente (QUEIRÓZ, 2006).

O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil com tecnologia assistiva, foi criado em 1998, através de importante elemento jurídico na legislação norte-americana, o *Public Law 100-407*, sendo renovado em 1998 como *Assistive Technology Act P.L. 105-394, 52.431*, compondo, assim, com outras leis o ADA - *American With Disabilities Act*, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de promover a base legal dos fundos públicos para a compra de equipamentos (CORDE - Comitê de Ajudas Técnicas - ATA VII).

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, instituído pela Portaria n.º 142 (BRASIL, 2006), de 16 de novembro de 2006, propõe a seguinte definição para tecnologia assistiva:

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência (CAT, 2006).

Para a elaboração de um conceito de tecnologia assistiva que pudesse subsidiar as políticas públicas brasileiras, os membros do CAT²² fizeram uma revisão do referencial teórico internacional sobre o tema.

De acordo com o Secretariado Nacional para Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) de Portugal, “entende-se por ajudas técnicas qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizada por pessoa com deficiência e pessoas idosas, produzidos para geralmente compensar uma deficiência ou incapacidade” (2007)²³.

O conceito proposto, elaborado pela comissão de países da União Européia intitulado *Empowering Uses Through Assistive Technology*, diz que: “em primeiro lugar, o termo tecnologia não indica apenas objetos, mas antes se refere a produtos, contextos organizacionais de modos de agir que elucidam uma série de princípios e componentes técnicos” (EUROPEAN COMMISSION, 1998, p.19).

Tendo em vista tais referências, o CAT aprovou em 14 de dezembro de 2007 a seguinte definição de tecnologia assistiva:

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias,

²² Informações disponíveis em: www.Assistiva.org.br. Acesso em: 6 de nov. 2014.

²³ Portugal, Norma Internacional, 2007. Disponível em: www.inr.pt/content/59ajudas-tecnicas. Acesso em: 17 de fev. 2015.

estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CORDE - Comitê de Ajudas Técnicas - ATA VII)²⁴.

Os recursos de tecnologia assistiva são organizados e classificados de acordo com objetivos funcionais a que se destinam. Algumas dessas categorias são:

- Auxílio para vida diária e vida prática - nesta categoria são incluídos materiais e produtos que favorecem o desempenho autônomo em tarefas de rotina ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais. São exemplos os talheres modificados, os suportes para utensílios domésticos, as roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, os abotoadores, o velcro, as barras de apoio etc.;
- Comunicação aumentativa e alternativa - as tecnologias pertencentes a esta categoria são destinadas a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem. Recursos como as pranchas de comunicação construídas com simbologia gráfica, letras ou palavras escritas são utilizadas pelo usuário para expressar suas questões, desejos e sentimentos;
- Recursos de acessibilidade ao computador – inclui o conjunto de hardwares e softwares especialmente idealizados para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais e motoras. São exemplos de equipamentos de entrada os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, os mouses especiais, os softwares de reconhecimento de voz, dentre outros.

No caso das pessoas com deficiência visual, uma das maiores dificuldades encontradas para integrar-se socialmente é a conquista da locomoção autônoma. Do ponto de vista prático, o maior impacto da ausência da visão na locomoção está na dificuldade ou na impossibilidade de antecipar as características do espaço ambiental. Embora a bengala de cano longo ofereça alguma antecipação ao cego, esta antecipação é muito restrita, quando comparada à antecipação proporcionada ao pedestre vidente.

Apesar de todo empenho tecnológico na busca de soluções para uma locomoção autônoma e sem risco, o deslocamento espacial de indivíduos cegos ainda permanece problemático. A bengala, embora represente um recurso de grande utilidade, apresenta algumas limitações, sobretudo porque não é capaz de dar a

²⁴ Disponível em: www.infoest.net. Acesso em: 6 de nov. 2014.

proteção desejada à cabeça. Fatores como, aparelhos públicos de telefonia, placas de sinalização, anúncios etc. dificultam sua detecção pela bengala e podem gerar acidentes.

Com a intenção de superar essas limitações, pesquisadores da Universidade de Tóquio desenvolveram, recentemente, um dispositivo por meio do qual a pessoa com deficiência visual torna-se capaz de detectar a presença de obstáculos sem que este processo interfira na audição: o radar tátil como é chamado pode ser fixado em qualquer parte do corpo, transmite de forma discreta, por estimulação tátil, as informações do espaço circulante. Sampaio descreve tal equipamento dizendo:

[...] Desdobrando-se em módulos relativamente simples, ele possibilita uma utilização fácil, de estética aceitável, os sensores estimuladores podem ser facilmente ocultos sob um chapéu ou boné e de baixo custo de fabricação. É composto por muitos módulos idênticos que exploram e amplificam paralelamente as capacidades da pele. Cada módulo funciona como minibengalas, como pelos artificiais de longo alcance, ou seja, antenas capazes de transformar informações distais, como as visuais e auditivas, em informações proximais, como as táteis, ao estimular a região da pele localizada abaixo do captor do módulo. Dessa forma, cada módulo produz estimulações locais, correlacionando a direção e a proximidade do obstáculo captado (2013, p.35).

Sampaio (2013) enfatiza, contudo, que, ainda que o radar tátil se apresente como uma importante ferramenta para contribuir para a autonomia de pessoas com deficiência visual, os esforços para o desenvolvimento e utilização de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual são muitas vezes sujeitos ao fracasso. Implementações tecnológicas resultam frequentemente em dispositivos que não são utilizados pelo público alvo de pessoas com deficiência. Alguns protótipos não saem da fase experimental. Muitos, ainda que testados e comercializados, são abandonados em definitivo, algo em torno de 30%, por parte das pessoas com deficiência (PHILLIPS; ZHAO, 1993).

Estudos que analisam este problema sugerem, conforme explica Sampaio (2013), o envolvimento das pessoas com deficiência em todas as fases decisivas da produção, isso implica no acompanhamento desses indivíduos por profissionais capacitados, podendo ser classificados em três categorias distintas:

1. As grandes categorias de tecnologias assistivas que englobam os conceitos, o histórico, a legislação, os conceitos de aplicação, os critérios de classificação, a metodologia de avaliação e noções básicas de desenho universal.

2. Uma categoria de profissionais que se dedica ao estudo das características comuns de cada deficiência. Isso requer a abordagem das representações histórico-sociais de cada deficiência.

3. Por fim, uma categoria de profissionais que discuta a adaptação da pessoa com deficiência ao recurso da tecnologia assistiva.

A fim de democratizar o acesso à informação, uma série de leis e diretrizes foi estabelecida para garantir a todos o direito de poder interagir com o conhecimento. Conforme destaca Queiroz (2006), o conceito de acessibilidade atualmente tornou-se mais amplo, sendo entendido como qualidade ou falta de qualidade de vida para todas as pessoas.

Sabe-se que pessoas com deficiência visual enfrentam diversas barreiras quanto ao acesso à informação, considerando que grande parte das informações é apresentada de forma visual. As imagens, os gráficos e os mapas são parte integrante e complementar das informações. No caso dos cegos, essas informações visuais devem ser descritas para oferecer ao sujeito a quantidade possível de informação. Por meio de leitores de tela é que pessoas com deficiência visual podem realizar atividades rotineiras como leitura de jornais eletrônicos, acesso a chats, fóruns, correio eletrônico etc.

No dia nacional da pessoa com deficiência, o Jornal O Globo publicou em 3 de dezembro de 2014 notícia acerca de quatro softwares para pessoas com deficiência auditiva e visual, são eles:

Prodeaf móvel - este aplicativo brasileiro permite ao usuário traduzir frases de texto e voz em Português para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes. Basta digitar a palavra desejada, ou repeti-la em voz alta para que o avatar animado do app a reproduza com gestos. O Prodeal móvel pode ser baixado gratuitamente para aparelhos Android ios, Windows Phone e pode ser usado conectado à internet ou off-line.

Intersection Explorer - disponível gratuitamente para dispositivos Android, mostra ao usuário um mapa com a localização desejada e o guia sonoramente por ela, à medida que se desliza o dedo pela tela do smartphone. O Intersection Explorer foi criado para que cegos e pessoas com problemas de visão possam se familiarizar com bairros e ruas antes de caminhar por eles. Desse modo, segundo seus desenvolvedores, o software evita que se percam.

Walky talky – Também voltado para pessoas com problemas de visão, o Talky Falty faz com que o celular do usuário lhe mantenha informado sobre sua localização em voz alta, à medida que caminha pelas ruas. É possível ainda salvar no app destinos favoritos ou mais recentes, ou mesmo, selecionar endereços de contatos, a fim de que guie o usuário enquanto se movimenta. O aplicativo também é disponibilizado gratuitamente, apenas para dispositivos Android.

Essential Accessibility - Para ser instalado gratuitamente em computadores, consiste em um navegador de internet com recursos de acessibilidade. Com eles, usuários com deficiência motora ou de visão, que têm problema para controlar o mouse, usar o teclado, ou ler na tela, podem mexer o cursor do computador com movimentos do rosto, comandos de voz, e teclado virtual. O Programa já está presente no país em sites de grandes varejistas e empresas de cartão de crédito (JORNAL O GLOBO, CADERNO SOCIEDADE, 2014, p.26).

Os museus podem utilizar-se desses aplicativos para permitir acesso das pessoas com deficiência em suas coleções e dependências²⁵. Por exemplo, um cego pode receber informações do espaço de uma exposição por aplicativo do seu próprio celular, ouvir uma áudio-descrição de um objeto museológico, um funcionário do museu pode se comunicar na Língua de Sinais com pessoa com deficiência auditiva através de um simples aplicativo de celular. Os museus podem tornar seus sites acessíveis com a aplicação de tecnologias a custo baixo, mas de enorme abrangência social.

Estudos referentes a esses dispositivos na Inglaterra vêm sendo elaborados para a melhor acessibilidade da pessoa com deficiência visual nos espaços da cidade.

Conforme discute Borges (2009), as dificuldades enfrentadas pelo cego brasileiro para ter acesso à Educação e à Cultura os diferencia dos cegos de países desenvolvidos. Isso é facilmente explicável considerando o alto custo para se produzir, por exemplo, um livro em Braille. Essa realidade vem mudando em função do desenvolvimento de tecnologias a custo baixo.

O Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ criou o sistema DOSVOX, destinado a auxiliar as pessoas com deficiência visual a usar o computador, executando tarefas como edição de textos com impressão em Braille, leitura de textos, utilização de ferramentas de produtividade faladas, tais como agendas, calculadoras, etc., além de diversos jogos. O sistema evoluiu a partir do trabalho de Marcelo Pimentel Pinheiro, estudante de informática cego, hoje programador do NCE, onde trabalha sob orientação acadêmica do professor José Antonio Borges, responsável pela coordenação do projeto DOSVOX.

A busca constante pelo respeito e pela valorização da cidadania das pessoas com deficiência, de forma a promover os seus direitos, equalização das oportunidades e superação dos obstáculos sociais é de extrema importância. É imprescindível concebê-la como participativa, integrada ao meio social, fortalecendo sua adaptação, potencializando aptidões, ampliando seu campo de oportunidades.

²⁵ Os museus podem ter acesso a produtos e equipamentos desenvolvidos para a pessoa com deficiência visual. Disponível em: <http://www.laratec.org.br>. Acesso em: 12 de fev. 2015.

A discussão a respeito da inclusão digital, pautada nos tempos atuais, nos possibilita uma análise reflexiva sobre o modelo de sociedade que queremos construir. A inclusão digital nos permite rever conceitos, valores, por meio do respeito às diferenças. Santos *et. al.* (2012), em seu artigo Intitulado *Projeto infoacesso - informática para portadores de deficiência visual*, ressalta, dentre outros aspectos, a importância do acesso à informática das pessoas com deficiência visual. No contexto da extensão universitária, o projeto Infoacesso conta com o apoio da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, *campus* de Santo Ângelo, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da empresa Eletrosul, do Governo Federal e da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Sul.

Transcreve-se a seguir trechos de depoimentos de membros do projeto Infoacesso:

R. A. S. S. - 25 anos. Sou deficiente visual desde o nascimento, morei em Porto Alegre dos 14 aos 23 anos, onde pude aprender a me locomover e também a utilizar o computador e voltando para a cidade, reencontrei o curso de informática. Quando iniciei o curso de computador na URI, no ano de 2009, eu já tinha facilidade de utilizar o computador, mas aprendi muitas outras coisas que eu não sabia. Além disso, conquistei muitos amigos no projeto, participando de diversas atividades em grupo. Aqui dentro a relação é muito mais que a relação professor, somos como se fosse uma família. O que mais me marcou no curso de informática na URI foi que um amigo meu de infância aprendeu a usar o computador, através dele foi fazer faculdade e, navegando na internet conheceu o grande amor da sua vida. Através do projeto criei um e-mail, e tenho perspectiva de arrumar um emprego. Não importa quem somos e aonde vamos, o que importa é o que aprendemos e as pessoas que conhecemos ficam sempre dentro do nosso coração (SANTOS *et al.*, 2012, p. 206).

O citado depoimento enfatiza a importância do acesso à tecnologia para o indivíduo cego e seus desdobramentos no contexto social. A seguir, depoimento de uma cega de nascença, estudante do curso de Pedagogia e usuária do Sistema DOSVOX:

Meu nome é D.V., tenho 18 anos, sou cega de nascença. Atualmente, curso a faculdade de Pedagogia, faço parte do Projeto Infoacesso e trabalho o sistema DOSVOX para inclusão da pessoa com deficiência visual no ramo da informática. Estou frequentando o projeto desde 2008, no qual aprendi a digitar textos, acesso a internet, fazer pesquisa, enfim, aprendi a operar com as funções do DOSVOX. Este projeto é muito importante para mim, já que estou cursando a faculdade, acredito que esse projeto vai me ajudar e muito a fazer meus trabalhos que antes eram feitos no Sistema Braille e eu sempre precisava traduzi-los para entregar ao professor. E agora com o DOSVOX eu digito o trabalho, imprimo e entrego normalmente. Enfim, esse projeto é de suma importância para mim, pois posso operar

normalmente o computador como uma pessoa normal, só que o DOSVOX fala para eu poder operar com o sistema (SANTOS *et al.*, 2012, p.206-207).

O depoimento acima traduz a satisfação de uma jovem cega em poder realizar tarefas comuns do dia-a-dia da pessoa com deficiência ao ingressar no curso universitário. A seguir, depoimento de um membro do projeto, cego desde os nove anos, estudante de Direito:

Eu me chamo A.L. e tenho 25 anos. Até os 9 anos eu tinha uma vida normal, como qualquer criança da minha idade. Em 1995 uma doença atingiu meus olhos e eu fiquei cego. Inicialmente tive que sair da escola para fazer tratamento. Sendo assim, não tive mais contato com meus amigos e com crianças de minha idade. Após 5 anos sem ter contato com ninguém que não fosse de minha família e hospitais, em 2000 voltei a estudar porque aprendi o Braille. Mas os meus colegas eram muito mais novos do que eu, assim não tinha mais colegas, e assim foi até o meu término do ensino médio. Cheguei até os 22 anos sem ter amigos e nunca ter tido uma namorada, eu só tinha mãe e meus irmãos. Foi então, por graça de Deus a URI resolver dar o curso de informática para os cegos de Santo Ângelo e vi aí uma grande oportunidade de me incluir no mundo. Desde o início, me dediquei ao máximo para aproveitar bem as aulas e, graças ao curso, em 2009 pude ingressar na faculdade de Direito, que é fundamental para o cego ter acesso a um emprego decente, ter um curso universitário. Ano passado minha mãe faleceu e ela que era meu tudo, de repente, não está mais do meu lado, foi um grande baque, e não é que 8 dias após a maior tristeza de minha vida, tive minha maior alegria, minha amada S.C.P. disse o tão sonhado sim, pela primeira vez em minha vida tive o orgulho de dizer, tenho uma namorada. E como não bastasse isso, ela é uma pessoa maravilhosa, também cega, que conheci num chat de bate papo chamado chat caci na intervox, que cegos e baixa visão do Brasil inteiro se encontram. Hoje sou feliz e vivo com ela. Tudo isso graças à URI. Por fim, hoje sou definitivamente feliz e tenho como decisão em minha vida ajudar os outros, principalmente, os cegos, pois se me ajudaram decisivamente em minha vida, quero poder ajudar alguém também (SANTOS *et al.*, 2012, p.2007).

O depoimento anterior mostra, inicialmente, o grau de isolamento social relatado pelas pessoas com deficiência. Teoricamente, a informática muitas vezes é vista pelas pessoas videntes como elemento que isola as pessoas num ambiente virtual, privando-as de uma convivência presencial. No caso das pessoas com deficiência, notadamente a visual, a informática costuma representar o meio pelo qual a pessoa pode sair de um isolamento social. Apresenta-se, ainda, a seguir, depoimento da mãe de um jovem com deficiência visual de 14 anos:

D.M.P.C mãe do aluno A.P.C de 14 anos. O projeto veio num momento bom, pois meu filho está iniciando na escola seus estudos

com o DOSVOX e o projeto vem ser auxílio aos seus estudos, e aprofundar seus conhecimentos de computação, pois, em um curso normal os professores não se propõem a ensinar um aluno com deficiência visual, faltando professores qualificados, e normalmente têm dificuldades de tratar com suas deficiências, julgando incapaz. Meu filho possui muita curiosidade, aprofundando muito mais conhecimento que os demais, sendo necessária uma estimulação por parte dos professores para desenvolver suas potencialidades (SANTOS *et al.*, 2012, p.206).

O software MecDayse é fruto de uma parceria entre o MEC e o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu propósito é auxiliar alunos com deficiências visual na leitura de livros didáticos usados em escolas do ensino fundamental. Esse software permite a produção de livros em formato digital acessível no padrão Daisy, transformando texto em áudio a partir de um *plugin* instalado juntamente ao editor de texto Microsoft Word.

Para que um livro se torne acessível é necessário que a pessoa com deficiência tenha acesso a todas as informações que as pessoas videntes têm, no caso aqui em questão, as imagens são descritas para que não haja comprometimento de conteúdo. Para isso é imprescindível que essa descrição leve em consideração todo contexto no qual o elemento não textual está inserido. Neste caso, é necessária a utilização do estilo *image caption* contido na instalação do *plugin* para que a descrição seja lida pelo tocador no momento da edição. Esse recurso possibilita que a imagem seja visualizada no programa e logo abaixo apresente sua descrição.

As imagens, os gráficos e os mapas são partes integrantes e complementares dos textos. Por isso, no caso dos cegos, essa informação visual deve ser descrita com o intuito de oferecer ao sujeito a maior quantidade possível de informações. Pensando em usuários com baixa visão é preciso utilizar um bom contraste entre fundo e primeiro plano e, no caso de ambientes virtuais, disponibilizar opções de contraste e redimensionamento de todos os elementos.

O Jaws é um programa de fabricação norte-americana (Freedom Scientific), leitor de tela de grande utilidade para pessoas com deficiência visual, podendo ser usado como OCR, dispositivo reconhecedor de caracteres. Pode ser utilizado em 9 idiomas. Possibilita a pessoa cega trabalhar nos programas do Windows, inclusive em planilhas eletrônicas e em rede interna e externa. Também possibilita ao profissional cego de informática atuar em linguagem de programação produzindo escritos e desenvolvendo páginas na grande rede (SOUZA, 2011).

CAPÍTULO 3

MUSEUS E PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA VISUAL

3 - MUSEUS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este capítulo tem por objetivo analisar e discutir a questão da acessibilidade da pessoa com deficiência visual nas instituições museológicas.

3.1 - Museus e Acessibilidade

A norma NBR 9050, sobre “Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define a acessibilidade da seguinte forma: “É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (BRASIL, 2004)

Na legislação brasileira acessibilidade é assim definida:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto n.5.296, 2004).

Espaços acessíveis proporcionam equiparação de oportunidade a todos. Segundo o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), adotado desde 1983, equiparação de oportunidades significa:

O processo mediante o qual o sistema geral da sociedade, tal como o meio físico e cultural, moradia e transporte, serviços sociais e de saúde, oportunidades de educação e de trabalho, vida cultural e social, inclusive instalações desportivas e de lazer, se torna acessível a todos (Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (PAM PD), ONU, Resolução 37/52 3/12/1982. Apud Brasil, CORDE, 1997).

Conforme afirma Cohen (2012) o conceito de acessibilidade tem sido cada vez mais associado no mundo atual a toda uma proposta de desenho universal de espaços urbanos, edificações, transportes, bem como produtos que atendam a todos, independentemente de serem deficientes ou não. Cohen (2012) explica, ainda, que o termo *universal design* foi primeiramente usado por Ron Mace em 1985 e, desde então, outros termos a ele associados vêm sendo adotados na literatura especializada como arquitetura inclusiva, desenho inclusivo e projeto inclusivo.

A NBR 9050, já citada, após atualização recente, dá a seguinte definição para o desenho universal: “Aquele que visa a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população” (BRASIL, 2012).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 25 de agosto de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008, define desenho universal da seguinte forma:

Desenho Universal significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. No entanto, o desenho universal não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando se fizerem necessárias (BRASIL, 2008).

Se por um lado, a acessibilidade aos espaços de um museu em termos físicos significa a possibilidade de chegar aos diversos espaços que constituem o museu, ter acesso a um museu significa, conjuntamente, ter a possibilidade de compreender e apreciar o que se encontra nesse lugar. Considerando que uma deficiência pode mudar a percepção de um espaço, os espaços de um museu representam realidades diferentes para diferentes pessoas, que com ele se relacionam de maneira distinta.

A atuação do Conselho Internacional de Museus - ICOM não se resume em refletir e definir teoricamente o que vem a ser Museu. As contribuições dos membros do Conselho ao longo da segunda metade do séc. XX, reunindo-se em encontros e seminários, vêm contribuindo para a atuação dos museus, trazendo à tona novos conceitos e diretrizes. Tais conceitos fazem menção a diversas questões, entre elas as ligadas à educação e à comunicação.

No Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958, no centro das discussões colocavam o museu como um meio de comunicação, que precisa ser transformado, estabelecendo-se canais de aproximação com o seu público. No documento (TORAL, 1995), fez-se uma análise das diretrizes discutidas em 1958 e pontuou-se a necessidade de se promover mudanças nas exposições, citando como exemplos, exposições ecológicas que levavam em consideração o contexto de coleta do objeto adequando a mensagem ao público com recursos audiovisuais e didáticos.

Um dos exemplos utilizados nas palestras foi o Museu da Rocha, na França, que utilizava recursos auditivos nas estratégias de mediação. Esse apontamento pode ser considerado como preâmbulo do desenvolvimento de propostas multissensoriais nos museus.

Os movimentos da Museologia regidos pelos documentos resultantes dos encontros promovidos pelo ICOM depois de 1968 contém em sua essência a preocupação em afirmar os museus como agentes de desenvolvimento social.

Em 1972, durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, surgiu o termo “Museu Integral” que correspondia à consideração dos problemas sociais no âmbito dos museus e o museu enquanto ação, instrumento dinâmico de mudança social. No final da mesma década, o Movimento de Inclusão Social também surge com os conceitos de equiparação de oportunidades para todos os indivíduos e de eliminação de barreiras físicas e sociais. Neste sentido, o novo modelo de Museu deve considerar a inclusão de diferentes públicos, como um problema social, e, enquanto ação, deve trabalhar pela mudança social em benefício do acesso de todos.

Em 1992, na Declaração de Caracas elaborada em um Encontro Regional do ICOM na América Latina, concluiu-se que ainda existia a carência de uma política cultural que transcendesse a temporalidade e garantisse a continuidade das ações propostas pelos encontros e documentos elaborados nos Museus.

Na mesma Declaração, foram apontadas as necessidades de transformações das exposições, de traduzir o monólogo em diálogo, de fazer da função pedagógica o compromisso do Museu, de fazer do museu integral ou museu integrado, conceitos descritos como:

... o Museu deve refletir as diferentes linguagens culturais em sua ação comunicativa, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos códigos comuns entre a Instituição e seu público, acessíveis e reconhecíveis pela maioria. Que o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interativo, um diálogo permanente entre emissores e receptores que contribui para o crescimento e enriquecimento mútuo [...] Que o Museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidade crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e autoestima, enriquecendo a qualidade de vida individual e coletiva [...] Que não pode existir um Museu Integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa (ARAUJO; BRUNO, 1995, p. 40).

Considerando os princípios acima destacados, os museus podem colocar em prática os parâmetros do Movimento de Inclusão Social que defendem conceitos como a valorização das diferenças, a convivência dentro da diversidade humana e a equiparação de oportunidades. Levando em conta tais conceitos e segundo a premissa de trabalhar proporcionando o protagonismo do seu público, os museus podem, de fato, desenvolver uma linguagem acessível, trabalhada em seus aspectos

multissensoriais. Dessa forma, podem contribuir com o desenvolvimento social, humano e crítico por meio de propostas de mediação que consideram as diferenças de seus públicos e propor novas formas de comunicação baseadas na participação e na interação de diferentes vozes.

A Declaração de Caracas representou um marco na atuação dos museus no final do séc. XX e início do séc. XXI. Trabalhar pela educação, pelo desenvolvimento social, por formas de comunicação e mediação e pela acessibilidade é causa que pode ser considerada, atualmente, dos principais desafios dos museus.

Seguindo as mesmas linhas, o Código de Ética para Museus redigido em 1986, revisado em 2001 e aprovado em 2004, apresenta no item 1.4 a seguinte afirmação: “A direção deve assegurar que todos tenham pleno acesso ao Museu, suas coleções durante horários razoáveis e por períodos regulares. Deve ser dada atenção diferenciada aos portadores de necessidades especiais” (ICOM, 2006, p.8). Com esta afirmação, o ICOM delega a responsabilidade de garantir atenção para as pessoas com deficiência às direções dos museus.

A partir dos conceitos de acesso, inclusão e novas linguagens apresentados nos documentos propostos pelo ICOM, cabe às instituições e aos órgãos responsáveis pelas entidades culturais assumirem seu papel no processo cultural das pessoas com deficiência.

Sarraf (2008) faz menção ao trabalho do arquiteto Louis Pierre Gros pois, responsável pelo projeto de acessibilidade especial da Cidade das Ciências e da Indústria, La Villete, na França. A planta do edifício tem três hectares e este está situado num parque urbano em Paris de 55 hectares, local de um antigo abatedouro. O parque abriga construções públicas voltadas à Ciência e à Música, além de outras atrações. Além da Cidade das Ciências e da Indústria, o local também conta com um pavilhão de exposições e com um conservatório de música. Os edifícios em questão foram projetados de 1981 a 1983, com a prioridade de serem espaços acessíveis a toda diversidade de públicos.

Três princípios básicos regeram o respectivo projeto: Circular, o espaço de circulação vertical e horizontal sem obstáculos; Perceber, conteúdos apresentados em alturas adequadas a crianças e pessoas usuárias de cadeiras de rodas; Manipular, experiências sensoriais para todos para melhor compreensão dos conteúdos apresentados.

Nas décadas de 1980 e 1990, o arquiteto americano Ron Mace que utilizava cadeira de rodas e um respirador artificial, com um grupo de colegas defensores da

causa, desmembrou o conceito de Universal Design em sete princípios que devem ser seguidos por todos os projetos acessíveis (SARRAF, 2008). São eles:

1. Igualitário – Uso equiparável: espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos;
2. Adaptável – Uso flexível: Design de produtos ou espaços que atendam pessoas com diferentes habilidades, diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso;
3. Óbvio – Uso simples de fácil entendimento para que uma pessoa possa entender, independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagens ou nível de conceituação;
4. Conhecimento – informação de fácil percepção: Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender às necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldades visuais e auditivas;
5. Seguro – Tolerante ao erro: previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou intencionais;
6. Sem esforço – Baixo esforço físico: Para ser usado eficientemente, com conforto e com mínimo de fadiga;
7. Abrangente – Dimensão e espaço para aproximação e uso: Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso independente do tamanho do corpo (obesos, anões, etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinho de bebê, bengalas, etc.).

A aderência da arquitetura à inclusão social, entretanto, não pode ser limitada ao conceito de desenho universal. Outras tendências arquitetônicas também vieram a contribuir com novas formas de percepção do espaço centradas no usuário. Como exemplo desse pensamento no Brasil, podem-se citar os trabalhos de arquitetura de museus desenvolvidos por Lina Bo Bardi, arquiteta italiana que projetou, na cidade de São Paulo, o edifício do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) na Avenida Paulista, do Museu de Arte Moderna (MAM) no Parque do Ibirapuera e do SESC Pompéia, conforme enfatiza Sarraf (2008).

No início da década de 1980, de forma pioneira durante o projeto do Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, Waldisa Camargo Russio Guarnieri (1980) desenvolveu importantes trabalhos para a inclusão de pessoas com deficiência nas equipes das indústrias paulistas. Trabalhou intensamente na participação das entidades e da comunidade de pessoas com deficiência no museu, promovendo

eventos, exposições e palestras sobre a participação deste segmento no desenvolvimento econômico no país.

A seguir, apresentaremos recursos de acessibilidade que podem contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência nas instituições museológicas.

Guias no Pavimento - são utilizadas para minimizar os elementos que dificultam o desempenho no interior do museu. Tal como o termo indica, podem marcar um percurso no pavimento de modo a ser seguido pela pessoa com deficiência visual. É fundamental que as subidas e descidas de escadas, saídas de emergência, elevador, declinações do espaço, sejam devidamente assinaladas para pessoas cegas. Para pessoas com baixa visão, o piso precisa marcar um contraste cromático com o pavimento, de modo a serem percebidos por esses visitantes.

Gráficos táteis - para pessoas com deficiência visual é muito útil receber uma planta em relevo da zona de localização do Museu para permitir a esse indivíduo autonomia nos espaços do Museu. As informações escritas disponíveis ao visitante sem deficiência visual deverão ser igualmente disponibilizadas aos visitantes com deficiência visual em Braille e em caracteres aumentados.

Meios de Áudio-descrição - podem ser disponibilizados em dois âmbitos: áudio-descrição do espaço ou exposição, disponibilizado no início da visita, com referência à localização dos serviços; e áudio-descrição das obras da coleção do Museu. A áudio-descrição pode ser desenvolvida sob a forma de narração livre que, através de narrativas objetivas, guia o visitante com deficiência visual na acessibilidade do espaço e traduz em palavras a informação visual relativa às obras. A informação espacial deverá referir-se à distribuição do espaço e à localização das peças tomando como referência a posição corporal de quem a recebe. A pessoa com esse recurso não vai ouvir outros sons ao seu redor.

Quando se trata de descrever conceitos abstratos, como por exemplo, as cores e as sombras que dificilmente são compreendidas por uma pessoa cega de nascença, a melhor forma de explicar essas formas de experiências visuais é buscar, através de objetos, analogias comuns a todos. Por outro lado, os recursos sonoros devem ser combinados de forma criativa. O recurso sonoro pode ser utilizado para recriar um ambiente, presente em alguma obra, por exemplo, a música de um determinado período ou região, o som de uma gota de água, de um relógio, etc.

Uma abordagem multissensorial do museu evita a exclusão. Usando informação escrita e oral, com diversos níveis de complexidade, e empregando meios

de comunicação visual, oral, tátil e interativo, propiciará que o museu cumpra de forma mais efetiva a sua missão.

Para assegurar que as iniciativas do museu em prol da acessibilidade de pessoas com deficiência vão de fato ao encontro deste segmento, é essencial que as pessoas com necessidades especiais participem ativamente de sua estruturação. É útil convidar pessoas com deficiência a visitar previamente uma exposição. Antes da abertura ao público, as atividades propostas e os materiais elaborados devem ser testados, o que permitirá adequar melhor e corrigir eventuais problemas.

Sarraf (2008) enfatiza ainda que essa situação é fruto de uma política pública de acesso às Instituições Culturais contidas no DDA - *Disability Discrimination ACT*, legislação inglesa de garantia de respeito e acesso para pessoas com deficiência. Ressalta ainda que o mesmo ocorre em outros países estrangeiros, como Espanha, França, EUA e Austrália. Dentro das atribuições das políticas de acesso está a transferência de subsídios para museus, centros culturais, monumentos públicos e outros espaços destinados à cultura, para que desenvolvam recursos físicos de adequação da linguagem expográfica e de mediação específicos para pessoas com deficiência física, intelectual e sensorial.

Quanto mais rica e variada for a utilização de recursos didáticos na apresentação de uma obra, maiores são as possibilidades de sua compreensão. Em alguns casos os sentidos olfativos e gustativos podem ser combinados com outros recursos didáticos manuseáveis pelo tato.

O recurso do próprio corpo do visitante pode contribuir para melhor compreender determinadas situações evocadas em obras com a presença de figuras humanas. Esta atividade apela essencialmente à representação da mesma posição apresentada, isso porque é possível que certas esculturas ao serem tocadas - por exemplo, uma escultura em pedra - por pessoa com deficiência visual, se perceba na rigidez da matéria, e, não se compreenda a posição ou a atitude da figura representada.

A internet pode significar um recurso útil para alargar o acesso à cultura da pessoa com deficiência visual. O acesso aos sites na web torna-se possível às pessoas com deficiência visual através de um leitor de tela. Uma das preocupações dos museus, sobretudo com relação aos conteúdos disponíveis em seus sites

institucionais, deveria ser o alargamento da informação para os navegadores utilizados por pessoas com deficiência visual²⁶.

O modo como as pessoas com deficiência são recebidas nos museus muitas vezes representa maior obstáculo que as barreiras físicas. Naturalmente, se a atitude apresentada for negativa, a vontade de entrar no museu ou regressar vai ser levada em conta pela pessoa com deficiência. Por outro lado, pode influir no grau de satisfação com que é vivenciada a visita. Assim sendo, o tratamento igualitário e natural de todos os visitantes, sejam deficientes ou não, é um tipo de acessibilidade muito importante e que muitas vezes não é discutido, conjuntamente com os dois gêneros de acessibilidade - o acesso à informação e o acesso físico.

Há atitudes que podem facilitar o modo de acolher o público com deficiência visual. Por exemplo:

- Perguntar se precisa de auxílio ou se deseja ser guiada;
- Em caso afirmativo, o método adequado a utilizar é a pessoa com deficiência segurar na região do cotovelo da pessoa que a guia;
- Quando se aproximar é necessário anunciar sua presença ou quando se deslocar, avisar;
- Caso a pessoa esteja acompanhada, não utilizar o acompanhante como intermediário em qualquer forma de diálogo; dirigir-se diretamente à pessoa com deficiência e não ao seu acompanhante;

²⁶ Alguns recursos para uso virtual disponíveis no mercado para deficientes visuais **DOSVOX**: sistema operacional desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, chat e jogos interativos. Pode ser obtido gratuitamente por meio de "download" a partir do site do projeto DOSVOX: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

VIRTUAL VISION: é um software brasileiro desenvolvido pela Micropower, em São Paulo, concebido para operar com os utilitários e as ferramentas do ambiente Windows. É distribuído gratuitamente pela Fundação Bradesco e Banco Real para usuários cegos. No mais, é comercializado. Mais informações no site da empresa: <http://www.micropower.com.br>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

JAWS: software desenvolvido nos Estados Unidos e mundialmente conhecido como o leitor de tela mais completo e avançado. Possui uma ampla gama de recursos e ferramentas com tradução para diversos idiomas, inclusive para o português. No Brasil, não há alternativa de subvenção ou distribuição gratuita do Jaws, que é o mais caro entre os leitores de tela existentes no momento. Outras informações sobre esse software estão disponíveis em: <http://www.lerparaver.com>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

NVDA: sigla em Inglês para "Acesso Não-Visual ao Ambiente de Trabalho". É um software Livre, leitor de tela para Windows. O NVDA foi iniciado em meados de 2006, pelo jovem australiano Michael Curran, de apelido Mick (pronuncia-se maik), que é cego e na época cursava Ciência da Computação. Mick e alguns conhecidos fundaram recentemente a NV Access (acesso não visual), organização não-governamental sem fins lucrativos, destinada a desenvolver projetos e tecnologias livres que facilitem a acessibilidade para pessoas cegas e de baixa visão. Disponível em: <http://www.acessibilidadelegal.com>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

- Não é necessária uma linguagem especial para dialogar com uma pessoa com deficiência visual, abolindo-se, por exemplo, o verbo ver, pois as pessoas com deficiência visual utilizam-no com frequência no sentido figurado.

Na verdade a melhor atitude que se deve ter em relação às pessoas com deficiência é falar da maneira mais natural possível com relação à realidade que as rodeia, sem omitir dados que julgamos não fazer parte dos seus interesses pelo fato de não enxergarem. Daí a importância de descrever, por exemplo, as cores de uma obra de arte, tendo a consciência de que os seus significados são em alguns casos subjetivos e variam em função da interpretação de cada pessoa.

As atitudes negativas muitas vezes resultam da falta de informação ou de preconceitos que levam as pessoas sem deficiência a sentirem-se desconfortáveis ou pouco tolerantes. Há gêneros de comportamentos negativos: comportamentos paternalistas, quando adolescentes ou adultos são tratados como se fossem crianças, sendo ignoradas suas capacidades de independência; comportamentos apáticos agindo com indiferença à sua presença. Acredita-se que diariamente em suas relações sociais as pessoas com deficiência enfrentam esses constrangimentos.

Sabe-se que existem tecnologias que permitem o acesso físico à informação e às coleções pelas pessoas com deficiência visual nas instituições museológicas. Tais tecnologias dizem respeito, por exemplo, ao acesso às informações de uma pintura, ao desenvolvimento de uma escultura, ao acesso às coleções, às exposições, aos espaços dos museus em geral etc.

A deficiência visual nos museus, um dos pontos que vem promovendo discussões em todo mundo, é a necessidade das pessoas terem acesso às coleções considerando-se suas especificidades, bem como a toda forma de informação.

Conforme enfatiza Kastrup (2011), o acesso à experiência estética tátil vai além da acessibilidade física e à informação, constituindo-se em ponto fundamental para as pessoas com deficiência visual terem contato com as obras de arte.

Ao observar o acesso de pessoas com deficiência visual em museus julga-se importante focar a discussão para além da colocação de etiquetas em Braille, adaptação de pinturas ao tato, etc. A ideia é avançar na Política de Acessibilidade em Museus, focando os museus como espaços singulares de aprendizagem inventiva (KASTRUP, 2011).

O tato é considerado o sentido mais importante na vida das pessoas cegas, pois é ele que fornece muitas das referências para o deslocamento no espaço. A

principal característica do tato é ser proximal, de contato, diferente da visão e da audição, que possibilitam a percepção à distância.

A visita a um museu por um indivíduo cego pode representar um grande marco em seu processo de interação com o mundo, se lhe forem oferecidas as ferramentas de acesso à informação que sejam adequadas às suas necessidades sensoriais. Essa ideia encontra inspiração no conceito de *partilha do sensível* de Jacques Rancière (2005) e de *mundo comum e heterogêneo* (LATOURET, 1999).

Resumindo as ideias dos autores citados, pode-se dizer que o mundo não é fundado na natureza. Há que construí-lo e essa construção ocorre em grande parte pela partilha do sensível, constituindo-se no grande vetor de transformação social. A arte e a política se entrelaçam: a arte como domínio da sensibilidade e a política como modo de relação com as pessoas e consigo mesmo. Vale ressaltar, contudo, que o mundo comum não é feito de igualdade e identidades. O mundo comum não é homogêneo, partindo-se, portanto, do princípio de que o mundo homogêneo é excludente. Para o mundo ser comum, no sentido amplo e inclusivo, ele deve comportar a heterogeneidade, aprender a conviver com as diferenças que nele habitam.

No caso específico aqui pesquisado, não se trata de apenas oferecer acesso de pessoas com deficiência visual a museus. Trata-se de proporcionar partilha de sensações, afetos e interações nesses espaços. Neste sentido, o estudo de tecnologias assistivas para uso de pessoas com deficiência visual torna-se indispensável para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência visual às Instituições Museológicas.

A Legislação brasileira estabelece critérios e normas gerais²⁷ para estabelecer um quadro de acesso aos que dependem de um atendimento diferenciado. No Artigo 8, item 1, define-se acessibilidade como a seguir:

... é a condição para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei 11.904²⁸, de 14 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, considera como um dos princípios fundamentais

²⁷ Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 nov. 2014.

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 21 de nov. 2014.

dos Museus a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural. Neste sentido, podemos destacar os seguintes itens:

Art. 29. Os Museus deverão promover ações educativas fundamentadas no respeito às diversidades culturais;

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados no Museu, de forma a propiciar o acesso público;

Art.35. Os Museus caracterizar-se-ão pela **acessibilidade universal** dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente;

Art. 42. Os Museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada Museu.

Diversas unidades museológicas vêm desenvolvendo, ao longo dos anos, projetos focados no campo da acessibilidade. O recurso da áudio-descrição é uma ferramenta de acessibilidade para o público com deficiência visual, extremamente positiva, mas deve ser utilizada levando-se em consideração as necessidades de cada caso. Um exemplo de uma boa utilização desse recurso é a presença da áudio-descrição em filmes, peças de teatro e apresentações contendo imagens. Porém, para o espaço museológico, esse recurso precisa ser visto de forma diferente e criteriosa, já que uma das funções do museu clássico é apresentar o objeto cultural e essa leitura e do objeto devem ser realizados com compreensão, promovendo as relações de subjetividade que se estabelecem entre os indivíduos e as coisas. Assim, para que o acesso desse público possa ocorrer de forma mais efetiva, os Museus devem criar e planejar ações complementadas por recursos multissensoriais, como maquetes, reproduções em relevo e objetos táteis, além de disponibilizar obras originais que possam ser reconhecidas através do tato e de outros sentidos, além do visual.

A utilização de recursos sonoros na área expositiva do Museu muito contribui para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma tecnologia de baixo custo, uma vez que o Brasil já detém esse tipo de tecnologia. O sistema DOSVOX desenvolvido pela UFRJ pode ser plenamente aplicado no espaço museológico.

O programa MecDayse desenvolvido também pela UFRJ, que tem por objetivo produzir textos para serem lidos no ambiente virtual com imagens áudio-descritas para cegos, pode produzir catálogos com conteúdo museológico em CD-ROM.

Com o aperfeiçoamento das tecnologias, a produção de textos no Sistema Braille torna-se muito acessível às instituições de médio porte, uma vez que o Brasil

não fabrica impressoras Braille. O custo médio de um desses equipamentos de impressão hoje é de R\$18.0000,00 (dezoito mil reais).

Para que os Museus pudessem produzir de forma independente seus textos em Braille para serem oferecidos aos cegos como forma de disponibilizar o conhecimento de suas coleções, é necessário maior apoio dos setores governamentais para viabilizar que os Museus possam importar tal equipamento com isenção de impostos.

Os textos podem ser produzidos no ambiente virtual de forma simples, passando por meio do programa *Braille Fácil* textos do sistema comum para o Braille. Neste sentido, não é necessário ter conhecimento técnico do Sistema Braille em si para produzir textos em Braille por meio informatizado. Especialistas dos museus podem ser treinados para utilizar essa tecnologia.

Outra forma dos Museus produzirem seus catálogos acessíveis para cegos é fazer parcerias com os Centros de referência nacional, tais como: Instituto Benjamin Constant, Fundação Dorina Nowil, dentre outros.

A impressora 3D, embora não seja uma tecnologia assistiva, vem produzindo nos Museus de Arte e Ciência objetos para serem manipulados por pessoas com deficiência visual.

3.2 - Museus de Instituições de Pessoas com Deficiência Visual

Não é objetivo desta pesquisa fazer uma análise completa de todas as instituições museológicas específicas para público com deficiência visual. Optamos por concentrar nossa atenção em Museus para pessoas com deficiência visual ligados a Instituições de grande impacto para a educação de cegos no exterior e no Brasil. No exterior, incluem-se a Casa de Louis Braille e o Museu Valentin Haüy (França), o Museu da ONCE (Espanha) e, no Brasil, o Centro de Memória da Fundação Dorina Nowil (São Paulo).

Museu Valentin Haüy

Valentin Haüy nasceu no dia 13 de novembro de 1745 em Saint-Just-en-Chaussec, uma aldeia do departamento de Oise na região da Picardia da França (ROBLI, 1955). Homem culto, falava dez línguas e tinha um grande conhecimento de latim, grego e hebraico. Era conhecido como paleontólogo e professor de caligrafia, matéria que ministrava em uma escola local.

Segundo relatos, em 1771, Valentin andava pela Place Louis XV em Paris (Place de La Concorde), quando observou, com tristeza, um grupo com homens cegos utilizando óculos irregulares de lentes escuras tocando peças musicais na rua para ganhar dinheiro, mas recebiam o escárnio e o desprezo das pessoas (CASTRO, 1936).

Desde então, Valentin decidiu que sua vida seria dedicada à educação e à reabilitação social dos cegos. Outro fato marcante foi o encontro com a compositora e pianista Maria Teresa Von Paradis, cega desde dois anos de idade (CASTRO, 1936).

Em 1786, Valentin Haüy fundou o Instituto de Crianças Cegas, a primeira escola para cegos no mundo, depois de ter desenvolvido um método que consistia na elaboração dos caracteres do sistema comum em alto relevo (CASTRO, 1936).

Era um tipo de impressão de grande porte, em relevo, com tinta preta em papelão molhado. Montavam-se textos que os cegos identificavam pelo toque e, assim, podiam ler. Haüy apresentou-lhes as regras básicas de ortografia, escrita e também as quatro operações. Haüy apresentou o método ao Rei Louis XVI sendo nomeado professor e mais tarde seu secretário (CASTRO, 1936; MACKENZIE, 1942).

Durante a Revolução Francesa, Haüy foi demitido como diretor do Instituto que foi tomado pelo Estado e passou a ser denominado Instituto para Trabalhadores Cegos. Então Valentin criou o Museu dos Cegos, uma espécie de escola particular para os estudantes estrangeiros.

Em 1806, foi chamado à Rússia pelo Czar Alexandre I, ocasião em que criou uma escola para cegos em São Petersburgo, sendo diretor por 11 anos. Haüy retornou à Paris, em 1817, encontrando a mesma situação, vendo-se impedido de entrar na instituição que ele mesmo havia fundado. Foi quando criou o Instituto Real para Jovens Cegos de Paris, em 1821 (CASTRO, 1936; HENRI, 1967; MACKENZIE, 1942).

O Museu Valentin Haüy foi fundado por Edgard Guibeau em 1886 que, cego desde nascença e professor do Instituto Nacional para Cegos na Índia, coletou objetos feitos pelos cegos e para cegos para compor o acervo. Maurice de La Sizeranne também cego de nascença e professor do Instituto Real para Cegos instituiu a Fundação Valentin Haüy em 1889, ficando o Museu incorporado a esta Instituição²⁹. O

²⁹ O Museu Valentin Haüy pertence à Associação Valentin Haüy. Valentin Haüy foi o idealizador da primeira escola para cegos em Paris, que abriu as portas em 1789. O Museu funciona de terça a quinta-feira, das 14:30 às 17 horas e fecha nos demais dias da semana e nos feriados. Ao desejar visitar o Museu fora dos dias estabelecidos deve-se solicitar a visita com antecedência. Disponível em: http://www.avh.asso.fr/rubriques/association/musee_avh.php. Acesso em: 14 abr. 2014.

Museu trata da luta das pessoas com deficiência visual expondo objetos relativos ao seu processo educacional.

Helen Adams Keller (1880-1968)³⁰, norte-americana que aos dezoito meses ficou surda e cega, escreve um poema dedicado à importância dos Museus para as pessoas cegas, de forma sensível, dizendo:

Neste dia eu dedicaria a uma breve visão do mundo, passado e presente. Como gostaria de ver o desfile do progresso do homem visitaria os Museus. Ali meus olhos veriam a história condensada da terra, os animais e as raças dos homens em seu ambiente natural. Gigantescas carcaças de dinossauros e mastodontes que vagavam pela terra antes da chegada do homem, que, com sua baixa estatura e seu cérebro poderoso, dominaria o reino animal. Minha parada seguinte seria o Museu de Artes. Conheço bem pelas minhas mãos, os deuses e deusas esculpidas da antiga terra do Nilo. Já senti, pelo tato, as cópias dos frisos do Panthéon e a beleza rítmica do ataque dos guerreiros atenienses. As feições nodosas e barbadas de Homero me são caras, pois, também ele conheceu a cegueira. Assim, neste meu segundo dia, tentaria sondar a alma do homem por meio de sua Arte. Veria, então, o que conheci com o tato, mais maravilhoso ainda, todo o magnífico mundo da Pintura me seria apresentado, mas, eu poderia ter apenas uma impressão superficial. Dizem os pintores que, para se apreciar a Arte real e profundamente, é preciso educar o olhar. É preciso pela experiência avaliar o mérito das linhas, da composição, da forma e da cor. Se eu tivesse a visão ficaria muito feliz por me entregar a um estudo tão fascinante (KELLER, 1933).

A comunidade do MIBC a recebeu como visitante, em companhia de sua secretária, em 04 de maio de 1953. Sua presença ficou marcada na memória da comunidade do IBC.

Museu da Associação Nacional de Cegos Espanhóis (O.N.C.E.)

A Associação Nacional de Cegos Espanhóis (O.N.C.E.) dispõe de um Museu especialmente destinado a atender os indivíduos com deficiência visual. O Museu expõe obras de arte criadas por cegos, maquetes e material tiflotécnico. Dispõe de sensores dotados de voz, cartazes em Braille, além de dispositivos falantes conectados a células fotoelétricas que informam ao visitante o lugar onde se encontra ao entrar nas salas. Paralelamente, o edifício está equipado com rampas para o acesso de pessoas com cadeira de rodas. O Museu está localizado na Escola do

³⁰ Surdacega que dedicou sua vida ao processo de escolarização do deficiente visual, desenvolvendo muitos trabalhos sobre o tema e fundando instituições norte-americanas para o amparo da pessoa cega. Seu trabalho é reconhecido internacionalmente, sendo ela condecorada em diversos países. Disponível em: <http://www.afb.org/info/about-us/helen-keller/biography-and-chronology/biography/1235>. Acesso em: 11 de fev. 2015.

Centro Provincial de formação para cegos, construída entre 1912 e 1914. A fundação do Museu se deu em 1995 com 6000 itens expostos³¹.

O sistema de iluminação da área expositiva foi planejado para atender às necessidades de pessoas com baixa visão. A utilização de diferentes cores nas paredes auxilia o deslocamento de pessoas com deficiência visual no espaço do Museu. A coleção está exposta da seguinte forma:

1. Salas de Maquetes de monumentos espanhóis e estrangeiros

As maquetes exibidas tentam suprir às necessidades das pessoas cegas passando uma experiência estética. Elas são exploradas tátilmente, sendo apresentadas, de forma sonora e em Braille, informações técnicas referentes a cada obra.

2. Salas de Obras de Artistas

As pessoas cegas costumam realizar produções artísticas e culturais que contribuem para a integração social desses indivíduos na sociedade. Então, o Museu destina este espaço para demonstrar ao público o potencial artístico de artistas cegos.

3. Salas de Material tiflotécnico

São expostos nestas salas exemplares de cultura material dos cegos dispostos da seguinte forma: no centro, devidamente acondicionado, encontram-se expostos documentos no Sistema Braille e em Sistema Comum. Expostos em vitrines abertas encontram-se objetos utilizados para a educação de pessoas cegas, dos mais antigos aos mais recentes.³²

Há ainda salas do Museu que expõem obras de artistas videntes acessíveis aos cegos. O que chama muito a atenção são os recursos técnicos de iluminação. A luz é projetada para viabilizar uma melhor identificação do acervo por parte das pessoas com baixa visão, apesar de tratar-se de um Museu destinado a discutir os aspectos da cegueira. Os ingressos do Museu possuem inscrição em Braille. O visitante com deficiência visual também tem acesso a catálogos das exposições em Braille.³³

³¹ A Organização Nacional de Cegos na Espanha edita periodicamente cerca de quarenta publicações com destaque para a Revista Perfiles. O Site da ONCE possui uma seção de acessibilidade que permite ao usuário alterar as cores e o contraste de suas páginas e traz também informações de outros tipos de deficiência. Para maiores informações www.once.es ou www.funcacionce.es.

³² Idem;

³³ Idem;

La Maison Natale de Louis Braille - Museu Louis Braille

Situada em Coupvray a 600km de Paris, La Maison Natale de Louis Braille não possui muros. A casa parece aguardar o visitante sem barreiras para um encontro com o passado. A antiga habitação dos Braille que abrigava René-Simon, Monique Baron e seus quatro filhos adquiriu importância internacional pela obra de Louis, que aí nascera, passara seus primeiros dez anos de vida, para aí retornava de férias e, para recuperar-se de sua doença a partir de 26 anos de idade. Cerqueira a descreve com singeleza, da seguinte forma:

Construção sólida, paredes de pedra, teto em duas águas, com telhas de argila, uma chaminé apontando para o céu. Na fachada, observa-se a existência de três pavimentos; o térreo com uma porta ladeada por duas janelas; o segundo piso com apenas uma janela; e o terceiro com uma pequena abertura, sugerindo ser um sótão. A referida construção foi erguida no Sec. XVIII e restaurada em diferentes épocas (CERQUEIRA, 2009b, p.13).

Os espaços e principais aspectos desse Museu Casa podem ser descritos por Cerqueira, cego, professor aposentado e membro da comissão organizadora dos festejos dos 200 anos de nascimento de Louis Braille que teve oportunidade de visitar tal edificação, da seguinte maneira:

La salle commune: em forma retangular, piso frio, paredes grossas de pedra, teto de viga de madeira. Num recanto, a alcove lit, emoldurada em carvalho. Há uma cortina que a separa da outra parte do cômodo. No centro da sala, mesa retangular, contendo louças e talheres da época. Há ainda no ambiente forno para o fabrico do pão. O Atelier: cômodo em forma retangular, piso frio, paredes grossas de pedra. Há uma bancada de trabalho, peças de couro, ferramentas cortantes e perfurantes. Este ambiente é uma reprodução do atelier do pai de Louis Braille. O visitante pode tocar em uma sovel, presa à parede, pertencente à Louis-Simon, irmão de Louis Braille, semelhante à que lhe teria causado o acidente. O quarto de Louis Braille: Louis Braille ocupava um cômodo do segundo piso, com as mesmas características das demais partes da casa, salvo o piso que é de madeira. Aí permanecia em férias ou quando a saúde requeria repouso. Seus objetos pessoais encontram-se, ainda dispostos em outros ambientes da casa, tais como: - Materiais e equipamentos diversos: Reglete Barbier (1819); Rafígrafo Braille / ult (dec. de 1840); Tablete de quarto fixo, em Madeira (fim do Séc. XIX); Prancha de madeira com formas das letras comuns marcadas por pregos (confecção de Simon-René para ensinar Louis a ler); Braille Writer (máquina Braille) início do Séc. XX. - Livros: Livros em relevo linear (processo de Valentin Haüy); Elementos de Gramática Espanhola para os cegos (Guillié,1819); A imitação de Jesus Cristo (um dos primeiros livros transcritos em Braille - 1849); - Presentes e homenagens recebidas pelo Museu: Livro aberto em bronze ofertado pela Argentina (1948); Medalha francesa comemorativa ao traslado dos restos mortais de Louis Braille ao Panthéon (1952); Livro de ouro oferecido pela cidade de Chicago (1952); Escultura de Louis Braille esculpida por Raika (1954); Miniatura de Louis Braille em marfim por Lucienne Filippi em 1966 (CERQUEIRA, 2009b, p.14-15).

No ano de 1952, centenário de falecimento de Louis Braille, a Associação Amigos de Louis Braille, tendo à frente o prefeito de Coupvray Pierre-Henri Monnet, adquiriu a casa da Louis Braille em 29 de março do mesmo ano para funcionar como Museu. Na ocasião não havia acervo para compor o Museu. Iniciou-se todo um trabalho de pesquisa e, com o objetivo de alcançar o status de museu municipal controlado pelo Estado, a Associação decidiu em 23 de novembro de 1956 doar os bens móveis e imóveis à comunidade de Coupvray, com a recomendação de entregar a gestão a um organismo internacional. Um ato formal então foi celebrado entre a comunidade de Coupvray e o Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos, hoje, União Mundial de Cegos-UMC, em 27 de julho de 1957 (CERQUEIRA, 2009b, p.16).

Para garantir a perpetuidade do Museu, o Estado francês inscreveu a casa no inventário suplementar dos monumentos históricos em 8 de dezembro de 1966 (CERQUEIRA, 2009b).

Os gestores do Museu desejaram transformar o Museu Louis Braille em Museu nacional da França, mas não alcançaram êxito. Tentaram, ainda, transformá-lo em Patrimônio da Humanidade sob o patrocínio da UNESCO, mas também não obtiveram sucesso. A administração francesa recomendou, entretanto, que o Museu fosse classificado como Sítio Histórico, o que ocorreu em 1995, passando a denominar-se Maison Natale de Louis Braille, ao invés de Musée Louis Braille. Na década de 1990, face ao precário estado de conservação do Museu, a União Mundial de Cegos liderou um movimento internacional para arrecadar fundos para o restauro do Museu e acervo. A casa foi reaberta em 8 de fevereiro de 1997 (CERQUEIRA, 2009b).

Como se pode verificar, a criação, manutenção e afirmação internacional do Museu se devem à luta e empenho de várias pessoas comprometidas com a causa das pessoas cegas. Ao longo do tempo, o funcionamento do Museu tem carecido de recursos financeiros. A União Mundial de Cegos-UMC, através de seu comitê de finanças, tem feito contribuições regulares, dentre outras entidades internacionais, como o Instituto Canadense para Cegos; a Federação Nacional de Cegos (USA); Associação Norueguesa de Cegos e Deficientes Visuais; União Européia de Cegos, além de outras.

O Instituto Perkins nos Estados Unidos possui em suas dependências um Museu retratando a História da evolução da máquina Perkins cujo protótipo foi elaborado em 1941.

Centro de Memória Dorina Novill

No Brasil, no Estado de São Paulo, a Fundação Dorina Novill que existe há 67 anos, criou em 2002 um Centro de Memória que funciona em suas dependências. O citado Centro passou em 2012 por um processo de reestruturação de suas instalações. Foi elaborada uma área expositiva com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, bem como a ampliação da reserva técnica. A área expositiva conta com recursos sonoros, olfativos e auditivos. A altura dos painéis foi adaptada às necessidades de pessoas usuárias de cadeira de rodas e pessoas com baixa estatura.

Os textos apresentam versão em Braille e em fonte ampliada, além do uso da pentop, um recurso tecnológico que permite a descrição dos núcleos e maquetes da exposição.

O acervo e os recursos interativos exemplificam a trajetória de luta das pessoas com deficiência. A aplicação dos recursos também visou a modernização da catalogação e informatização do banco de dados e a ampliação dos recursos técnicos.

Embora esse espaço tenha a designação de Centro de Memória, podemos estudá-lo dentro da ótica da Museologia, uma vez que satisfaz a itens que assim o configuram: a existência de um espaço, acervo, exposição e abertura ao público.

As pessoas com deficiência desejam ser ouvidas e contribuir utilmente para a sociedade em que vivem; querem exercer seus direitos plenamente. Por isso, colocar uma rampa na porta do Museu para as pessoas com deficiência é garantir sua fruição e oferecer-lhes a possibilidade de terem as mesmas oportunidades que uma pessoa dita normal.

Museus são fontes inesgotáveis de informação. Às vezes, a percepção pode ser dominada apenas por um sentido. Uma pessoa cega locomove-se usando o toque com a bengala, com o cheiro e os sons. Conforme enfatiza Merleau-Ponty (1994) não é o olho que vê, e sim o corpo como totalidade aberta.

3.3 - Museus em Geral e o Acesso para Pessoas com Deficiência Visual

Para proporcionar maior compreensão do uso de ferramentas tecnológicas nos museus serão apresentados a seguir alguns exemplos de instituições que vêm aplicando tecnologias para pessoas com deficiência visual no país e no exterior.

O Museu do Louvre colocou em prática programas que viabilizam o acesso de pessoas com deficiência às áreas expositivas como resultado do empenho do governo francês que criou em 2002 um selo de turismo e deficiência para incentivar ações que

possibilitem o acesso à informação de pessoas com necessidades especiais (COHEN, 2012).

No ano 2000, o Museu de Arte Moderna (MOMA) de Nova Iorque ganhou o prêmio de inovação de Acesso às Artes fornecido por *Very Special Arts* (VSA) e pela *Metropolitan Life Foundation*, como resultado do reconhecimento das ações desenvolvidas pelo Museu para permitir o acesso de pessoas com deficiência.

Os programas desenvolvidos atendem públicos usuários de cadeiras de rodas com a implantação de rampas de acesso à edificação, elevador de acesso às dependências com áudio e inscrições em Braille para pessoas com deficiência visual.

Cohen (2012), ao discutir as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência do Metropolitan Museum, ao referir-se à implantação de rampas laterais à escadaria principal em estilo clássico da citada edificação, faz crítica à falta de iniciativas semelhantes em instituições museológicas brasileiras.

Inaugurado em 1992, o Museu de Belas Artes de Nice na França desenvolve pesquisa no campo da deficiência visual, promovendo, no espaço museológico, acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Os elementos de acessibilidade foram desenvolvidos com a ajuda do Governo francês, através de um concurso promovido pelo Ministério da Educação Nacional, na França e vencido pela Secretaria de Turismo de Nice. O projeto investiu na instalação de faixas eletromagnéticas que são percorridas por uma bengala especial que os cegos recebem logo que iniciam sua visita no Museu. Quando se deseja tocar em algum objeto, desliga-se a bengala. Para o desenvolvimento de pesquisas no campo da deficiência visual o museu mantém convênios com laboratórios para aperfeiçoar ainda mais suas instalações. Os pesquisadores envolvidos no projeto também se preocupam em desenvolver luvas especiais que não eliminam a sensação tátil, ajudando a conservar peças mais frágeis, permitindo que as mesmas sejam exploradas tatilmente pelas pessoas com deficiência visual³⁴.

Segundo cálculos do governo francês, 1% dos franceses é deficiente visual enquanto que no Brasil a incidência da cegueira está em torno de 1,5% da população.³⁵ Há na Europa uma sala de exposição da Central de Fomento de profissão em Halle, leste da Alemanha. A exposição *Sentir Contorno* é fruto do trabalho de um ano da Instituição, única responsável pela profissionalização de cegos. A exposição explora materiais, formas, cores, tamanhos e conta com uma planta em alto-relevo³⁶.

³⁴ As informações acerca da criação e disponibilização de bengalas eletromagnéticas para uso de deficientes visuais neste Museu encontra-se em: www.saudevisual.com.br. Acesso em: 8 de nov. 2014.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem;

O Museu de Ciências Naturais em Houston, Estados Unidos, oferece acesso a todas as exposições, vaga reservada no estacionamento a pessoas com deficiência. Cohen (2012) chama atenção para a existência de balcão mais baixo para o atendimento de pessoas cadeirantes e pessoas com baixa estatura.

O British Museum de Londres oferece condições de acesso a pessoas com deficiência em todas as dependências do Museu. Evidenciam-se no decorrer das áreas expositivas textos em Braille e em letras grandes atendendo às necessidades de acesso à informação de pessoas com deficiência visual. Com agendamento prévio, são oferecidas visitas guiadas em que se permite tocar as esculturas egípcias na sala 4 e as esculturas do Parthenon. Foram elaborados catálogos em Braille (COHEN, 2012). A pessoa com baixa visão ou pessoas com problemas visuais podem solicitar lupas. Uma vez por mês é programado um evento musical com linguagem de sinais interpretado por um membro da equipe do Museu.

O Museu do Holocausto em Jerusalém possui rampas e elevadores de acesso a toda edificação por pessoas com deficiência. São disponibilizados equipamentos com áudio-descrição das exposições e do acervo para as pessoas notadamente deficientes visuais.

Martins (2008) enfatiza e discute as primeiras ações efetivas de inclusão de pessoas com deficiência visual no Museu de Loures em Portugal³⁷, explicando que:

As primeiras atividades regulares inclusivas tiveram lugar em 2000 com a exposição “Do Fio, da Forma e do Uso”. O traje da cultura Saloia procurando explorar as texturas dos vestuários com recursos de manequins manipuláveis e ainda disponibilizando aos visitantes os conteúdos informativos em Braille. Era sobretudo frequentado por crianças cegas. A partir desta iniciativa, o modelo foi aplicado pelo restante dos Museus que fazem parte da Rede Portuguesa de Museus. O acesso físico é garantido a usuários de cadeira de rodas através de rampas e elevadores. Os visitantes com deficiência visual contam com um piso podotátil que percorre todo circuito expositivo da Instituição. Também o acesso físico da pessoa com deficiência visual é proporcionado através de um gravador portátil entregue a eles na recepção. Vale salientar que tal iniciativa não produz custos adicionais à Instituição, uma vez que a gravação é efetuada por um profissional do Museu, num gravador áudio de forma flexível, podendo ser modificada toda vez que a exposição for alterada. A gravação tem a função de um áudio-guia, mas com custos significadamente reduzidos. O acesso à informação textual é fornecido de forma prática dado que a Instituição adquiriu uma máquina de Swell paper,

³⁷ "O Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho é inaugurado a 26 de Julho de 1998. Aberto à comunidade, o novo museu, nasce da necessidade de aumentar o espaço físico ampliando o modelo de intervenção cultural já consolidado na Casa do Adro desde 1985. A construção do 'conventinho' do Espírito Santo, destinado originariamente a frades capuchos, iniciou-se em 1575. Adquirido pelo Município, este conjunto patrimonial é um exemplar único desta arquitetura conventual em Loures e na Área Metropolitana de Lisboa". Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-loures/>. Acesso em: 22 nov. 2013.

possuindo um programa de informática da Microsoft Word com o tipo de letra em Braille. Este programa permite a transcrição para o sistema Braille de todo conteúdo textual e as imagens em relevo. (MARTINS, 2008, p.50-51)

Não podemos afirmar que todos os museus do Instituto Português de Museus (IPM) asseguram de forma efetiva atividades que promovam a participação de todos os diferentes públicos com necessidades especiais. Mas é possível destacar atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos museus portugueses que muito contribuem para a inclusão de pessoas com deficiência.

O projeto *Art Acess* implementado em 1997 no Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Nacional dos Coches e no Museu de José Malhoa, resultou de uma parceria entre a ANACED (Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência), o IPPAR (Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico) e o IPM, com o objetivo de promover as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência visual e auditiva a estes Museus (MARTINS, 2008).

Assim, no âmbito deste Programa foram desenvolvidos vídeos relativos aos edifícios históricos também em língua de sinais, textos e plantas táteis em relevo e em Braille, sendo, ainda, elaboradas maquetes para o manuseio tátil.

O Museu da Cerâmica em Caldas da Rainha, na residência de verão do Visconde de Sacarem, realiza um trabalho de ação permanente com crianças com deficiência mental que frequentam o Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor na região (MARTINS, 2008).

O Museu do Chiado, em Lisboa, elaborou em 1997, em parceria com o Instituto Antônio Feliciano de Castilho, um piso tátil na exposição permanente de esculturas dos séculos XIX e XX. As peças em exposição podem ser manuseadas por pessoas com deficiência visual com luvas especiais. A exposição disponibiliza ainda uma planta tátil da sala, um catálogo em Braille e para pessoas com baixa visão conjuntamente (MARTINS, 2008).

Ainda no âmbito da Política de Acessibilidade em Museus em Portugal, o Museu Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, desenvolveu em 2000 o Projeto Ver Com as Mãos, dirigido a pessoas com deficiência visual. Foram elaborados catálogos do Museu em Braille e um relativo à coleção de bordados de Castelo Branco. Martins (2008) pontua a questão da acessibilidade da pessoa com deficiência visual nos Museus Portugueses:

O Museu de Música de Lisboa realiza diariamente visitas guiadas direcionadas ao público com deficiência visual. As pessoas com deficiência visual contam com acesso tátil a instrumentos musicais da reserva técnica do Museu. O Museu Nacional de Soares dos Réis elaborou em 1999 a exposição de Belas-Artes e o Romantismo em Portugal acessível a pessoas com deficiência visual. Em parceria com o Núcleo de Apoio a cegos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponibiliza recursos acessíveis, tais como: plantas do espaço em alto-relevo, catálogo em Braille e ampliado, sistema de áudio-descrição do acervo e é permitido o toque em determinadas peças com o uso de luvas especiais. O Museu Nacional do Traje desenvolve desde 1995 uma exposição permanente intitulada: Pare, escute e toque. A exposição conta com cinco manequins vestidos com traje de passeio em uso por volta de 1830, o senhor, a senhora, o filho, a criada e o moço de tábua. Os manequins foram colocados junto a uma carruagem de passeio. Durante a visita ouve-se música da época (MARTINS, 2008, p.54-56).

A citação anterior leva-nos a refletir o quanto iniciativas simples podem mudar a vida de pessoas que poderiam participar mais ativamente da história das instituições museológicas, mas encontram-se muitas vezes excluídas, como é o caso das pessoas com deficiência visual.

No Brasil, identificamos museus que vêm desenvolvendo ações para permitir o acesso de pessoas com deficiência nos espaços museológicos. Embora a acessibilidade de pessoas com deficiência seja assegurada por Lei, esse direito ainda não representa em muitos casos uma realidade (BERQUÓ, 2011). Acreditamos que a falta de acesso à informação por parte das instituições museológicas com relação às necessidades da pessoa com deficiência ainda contribua, dificultando o desenvolvimento de ações que viabilizem o acesso diferenciado para diferentes públicos.

No **Museu do Futebol**, a experiência sensorial consiste na apresentação de uma foto de um jogo de futebol que é "mostrada" para os visitantes através de cinco recursos de sentidos que excluem a visão: braille, relevo, alto-contraste, maquete tátil e áudio-descrição. Com os olhos vendados, os visitantes são levados a uma caminhada pelo museu acompanhando o piso tátil e um audioguia que sinaliza o trajeto, fazendo com que cada participante sinta como é viver sem o auxílio da visão.

A **Pinacoteca do Estado de São Paulo** apresenta exposição permanente com 12 esculturas táteis, em bronze, que fazem parte do acervo do Museu. A seleção das obras foi realizada considerando a indicação do público com deficiências visuais que participou de visitas orientadas ao acervo do Museu nos últimos cinco anos. Além disso, dimensão, forma, textura e diversidade estética, que facilitam a compreensão e apreciação artística dessas obras ao serem tocadas, foram outros critérios adotados para a escolha das esculturas. Quando se fala em permitir o acesso tátil a acervos

museológicos, um dos principais entraves se refere à conservação do acervo. Com relação ao cego que explora o mundo de modo mais particular com o toque, faz-se necessário buscar alternativas, como o desenvolvimento de luvas especiais para o toque, bem como a elaboração de réplicas elaboradas com materiais com uma sobrevida maior. Neste sentido, entendemos que a acessibilidade da pessoa com deficiência nas instituições museológicas não deve se restringir aos museus. Parcerias com as universidades, por exemplo, podem contribuir no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas no campo.

O **Museu Histórico Nacional**, fundado em 1922, passou por uma grande reforma. Neste processo, a Instituição aproveitou para prever a acessibilidade de todos e se adaptar às normas e legislação vigentes. Foram instalados rampas, plataformas e elevadores com o objetivo de viabilizar o acesso de públicos com necessidades especiais. Uma parceria com a UFRJ permitiu a elaboração em 2010 do site acessível para pessoas com deficiência auditiva. Aos poucos, busca adequar suas coleções às necessidades do público com deficiência visual, disponibilizando a técnica da áudio-descrição em áreas expositivas (COHEN, 2012).

O **Museu Joaquim José Felizardo** localiza-se no antigo solar Lopo Gonçalves, prédio histórico de Porto Alegre. O prédio foi tombado em 1979, realizando-se obras de reestruturação em 1980. Em 1982, foi inaugurado como sede do Museu e vem, desde então, se modernizando tanto em seu acervo fotográfico quanto em recursos tecnológicos (MARTINS, 2008).

Uma iniciativa que indica um crescimento qualitativo em relação à inclusão da pessoa com deficiência é o projeto de Ação Educativa para Deficientes Visuais, desenvolvido pelo **Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo** que, apesar da carência de pessoal no setor educativo, vem desenvolvendo atividades específicas com parte do acervo acessível ao toque. Isso se faz importante principalmente para a criança cega que constrói o mundo com as referências vivenciadas pelo tato de modo mais específico. A criança dita normal não precisa tocar no leão para distingui-lo de uma onça, por exemplo. A criança cega neste sentido fica duplamente prejudicada porque não vê e não pode tocá-los (MARTINS, 2008).

Outra iniciativa semelhante é o projeto para inclusão de pessoas com deficiência do **MAC - Museu de Arte Contemporânea** (1999), também ligado à Universidade de São Paulo. O Museu teve sua primeira abertura à inclusão de pessoas com deficiência no ano de 1985, sob a gestão de Aracy Amaral. Naquele momento, a diretora apoiava a criação do primeiro programa de educação do Museu.

A primeira ação deste departamento seria inaugurada com esculturas com acesso tátil para pessoas com deficiência visual (SARRAF, 2008).

Após a primeira experiência, na década de 1990, a nova diretoria do Museu, sob a responsabilidade de Ana Mae Barbosa, apoiou o desenvolvimento do Programa Museu de Arte e Público Especial elaborado por Amanda Tojal. O programa atendeu pessoas com diferentes deficiências, foram elaborados materiais multissensoriais, capacitou estudantes universitários que atuavam como estagiários, envolveu outros profissionais do Museu em projetos de exposições especiais. No ano de 2003, a coordenadora e outros membros da equipe desta experiência passaram a integrar o programa educativo da Pinacoteca do Estado de São Paulo (SARRAF, 2008).

O **Museu de Ciências Morfológicas** da UFMG desenvolve o projeto A Célula ao Alcance das Mãos voltado para público com deficiência visual. Em 2007, o Museu da UFMG doou para o Museu do Instituto Benjamin Constant protótipos de células em 3D para compor o acervo permanente do Museu do Instituto, fruto do desenvolvimento de uma ação educativa itinerante do Museu da UFMG no citado Instituto (SARRAF, 2008).

Como se pode verificar os Museus ligados à Universidade de São Paulo desenvolvem e colocam em prática programas visando à acessibilidade de pessoas com deficiência visual. No entanto, suas ações restringem-se ao Estado de São Paulo. Há uma carência de recursos e pesquisas no tocante a esse item nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, por exemplo.

Embora a Lei garanta o acesso irrestrito às informações em todos os níveis às pessoas com deficiência nos espaços públicos, os museus localizados em estados mais carentes do Brasil apresentam maior deficiência de recursos destinados ao público com necessidades especiais. Acreditamos que a existência no Rio de Janeiro do Instituto Benjamin Constant e em São Paulo da Fundação Dorina Nowil de alguma forma concentra as pesquisas no campo da deficiência visual nessas cidades, ambas localizadas na região Sudeste do país.

As instituições museológicas carecem de programas efetivos para o acesso de pessoas com deficiência, mas, como colocar em prática tais ações sem o apoio técnico de instituições especializadas?

As atitudes pré-concebidas face à pessoa com deficiência podem criar situações de discriminação, expressas muitas vezes por comportamentos de super-proteção ou mesmo de rejeição, tanto por parte dos técnicos dos museus como do público em geral. Um trabalho de treinamento dos funcionários de museus pode

contribuir para uma maior integração da pessoa com deficiência no que se refere principalmente ao acolhimento. As barreiras atitudinais são muito mais difíceis de demover do que as barreiras físicas do local.

A seguir, discutiremos a consolidação do Instituto Benjamin Constant, primeira instituição para a Educação de cegos no Brasil, além de caracterizar o MIBC na atualidade.

CAPÍTULO 4

O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O MUSEU

4. O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O MUSEU

Este capítulo tem por objetivo abordar a trajetória do Instituto Benjamin Constant, suas origens e etapas históricas, seus principais marcos fundadores e suas práticas, identificando-o como um espaço de reforço de identidade, e apresentar o Museu do Instituto Benjamin Constant em seu estado atual, caracterizando sua estrutura física e coleção.

4.1 - O Instituto Benjamin Constant

Em 1850, retornou da França José Álvares de Azevedo, jovem cego que estudara 8 anos no Instituto Imperial dos Jovens Cegos, trazendo toda aprendizagem acerca da educação especial. Na condição de professor de Adélia Marie Louise Sigaud, cega, filha de José Francisco Xavier Sigaud, médico da Corte Imperial, tornou-se amigo da família. Entusiasmado com o brilhantismo do jovem que desejava fundar no Brasil uma escola para cegos nos moldes parisienses, o Dr. Sigaud o apresentou ao Barão do Bom Retiro, pedindo-lhe que o levasse à presença do Imperador D. Pedro II.

Em 1852, foi feito requerimento ao Exmo. Ministro do Império apresentando cálculos relativos às despesas para a fundação do Instituto para educar jovens cegos. Nas palavras de Costa:

[...] as despesas correspondem a compra de mobília e objetos materiais de ensino para os quais os abaixo assinados tencionam abrir uma subscrição voluntária na Corte e nas províncias, desonerando assim o governo de um pesado sacrifício [...] bem sabe V.Ex. que o fim da instituição é formar discípulos dotados de uma educação prática, que possam aplicar sem tropeços os seus talentos e aptidão, quer nas Letras ou Matemática, quer nas Artes Industriais, quer na Música, como tantos valiosos exemplos já foram fornecidos pelos estabelecimentos de Bruxelas, da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça e dos Estados Unidos [...] o abaixo assinado limita ao número de 25 discípulos de ambos os sexos [...] Eles giram-se pelo exemplo da Bélgica que no ano de 1836 abre uma casa de educação para jovens cegos, admitindo vinte indivíduos (1968, [1862], p.3-4)³⁸.

³⁸ O manuscrito original constitui o primeiro livro publicado em alto relevo, na recém-criada Imprensa Braille, em 3 volumes, por Claudio Luiz da Costa que, em 1856, substituiu o Dr. José Francisco Xavier Sigaud na direção da instituição. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/index.php?blogid=1&query=vidon>. Acesso em: 22 nov. 2014. Em 1968, o Instituto Benjamin Constant produziu uma cópia datilografada do citado documento.

Era preciso buscar referências sobre os recursos materiais e humanos, pois não havia no país estudos similares que pudessem servir de base.

Orientados pelo Imperador, José Álvares de Azevedo e o Dr. Sigaud subscreveram um requerimento, em janeiro de 1853, ao Ministro Secretário do Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Em maio do mesmo ano o requerimento foi entregue à Assembleia Geral Legislativa. O documento propunha a fundação de uma escola para pessoas cegas com orçamento anual de 15 contos de réis, com previsão de 25 alunos. O trecho a seguir apresenta informações sobre a casa que seria a primeira sede da Escola:

[...] Temos a honra de participar a V.Ex. que fomos visitar a casa situada no morro da Saúde ao lado da Gamboa, a qual outrora pertencia à família Faro e se acha hoje em poder dos senhores irmãos Ferreira. A casa colocada sobre a fralda do morro em um ponto bastante elevado é bem arejada, sobretudo pelo vento terral e recebe igualmente a viração, sendo protegida pelo morro contra as tempestades de sudeste. A sua distribuição interior abrange uma longa superfície repartida em oito salas espaçosas, quatro grandes quartos e uma comprida sala de jantar. Demais contém todos os cômodos para a cozinha, despensa, quarto de banhos, e oferece uma parte de cima um espaço sótão que pode muito bem servir de para enfermaria [...] todas as salas estão no mesmo pavimento, condição vantajosa para os alunos. Para o recreio existe um espaçoso triângulo de terra local bem arejado que conduz ao mar para uso de banho. Se acha protegida pela sua altura de contato de qualquer morador vizinho, das pesquisas dos curiosos, sendo fechada em toda sua extensão por grades de ferro. A casa é provida de água e demais aposentos do lado esquerdo em terreno ocupado atualmente por uma cavaliariça da qual poder-se-á tirar partido mais tarde no caso de se constituírem oficinas por qualquer trabalho ensinado (COSTA, 1968, [1862], p.9-10)³⁹.

Desde então, o Ministro, confiante na aprovação da proposta, começa a providenciar, com os conhecimentos de Álvares de Azevedo, a vinda de Paris dos materiais escolares indispensáveis aos futuros alunos.

Vale ressaltar que, em requerimento dirigido ao Ministro do Império assinado por Xavier Sigaud e José Álvares de Azevedo (1852), existe menção à lista dos materiais necessários para o ensino de cegos, como apresentado no trecho a seguir:

[...] Expositor Português Midosa, a Gramática Portuguesa de Coruja. O Catecismo de Monsullier convertido em Português. [...] um tratado de aritmética, os elementos de Música de

³⁹ A ideia de construir uma instituição total (GOFFMAN, 1987), fechada, isolada, está aqui configurada desde as origens. Isso vai se repetir na Urca de meados do século XIX.

Francisco Manoel da Silva [...] eis os livros que convém encomendar para serem impressos em pontos salientes, segundo o método Braille e não em relevo [...] outros objetos são necessários ainda, como máquinas para escrever e os ponteiros (COSTA, 1968, [1862], p.9).

Em 12 de setembro de 1854, foi criado pelo Decreto Imperial nº 1428 (BRASIL, 1854) o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado 5 dias depois (17 de setembro de 1854) sem a presença de José Álvares de Azevedo que havia falecido em 17 de março do mesmo ano. Registros documentais evidenciam o funcionamento da citada instituição desde março de 1854, como mostra o trecho apresentado a seguir:

Temos a honra de participar a V. Ex. as seguintes propostas para serem examinadas e resolvidas. Ambas referem-se a solenidade do dia 25 para a instalação do Instituto dos jovens cegos. A primeira é relativa ao programa que será distribuído impresso. No programa consta: Discurso do Exmo. Ministro do Império. Felicitações dirigidas a S. M. POR José Alves de Azevedo. Relatório do Dr. José Francisco Xavier Sigaud. Sinfonia dos Diamantes da Coroa executada sobre piano por Reny Thomas com acompanhamento de Adélia Maria Luiza Sigaud. A sessão de instalação deve apresentar os dados mais capazes de justificar as vantagens de uma instituição humanitária destinada à educação de jovens cegos e até abandonados ao desamparo [...] a segunda proposta refere-se a presença dos jovens discípulos no dia da instalação. [...] O asilo dos alienados foi solenemente inaugurado no dia 5 de setembro, porém os enfermos foram removidos da Santa Casa de Misericórdia para o hospício da Praia Vermelha só alguns dias depois. O censo por hora limita-se a sete indivíduos, dois provenientes da lista do Sr. Intendente Geral de Polícia, cinco por nós achados em vários distritos (COSTA, 1968, [1862], p.19).

Observa-se dificuldade em se estimar o número de cegos provenientes de cada província do Império, conforme expresso em trechos da carta dirigida em 26 de janeiro de 1854 ao desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira.

Principalmente para agradecer a V. Ex. a bondade com que se dignou mandar por nossa disposição a lista dos cegos adultos das freguesias do município neutro, porém a lista que nos foi dada só continha o número dos cegos de cada freguesia e não dava esclarecimento algum sobre a idade, cor, moradia e as famílias dos ditos. O Sr. Oficial maior diz-nos que na secretaria do Império existiam todos esses documentos [...] pedimos pois o Exmo. Sr. Ministro do Império que as mandasse por a nossa disposição. Porém, o Exmo. nos respondeu que já os tinha procurado na Secretaria e que nada havia encontrado. Viemos então de novo informar a V. Ex. rogando-lhe o especial favor, mandar copiar todos os papéis que existem na Secretaria de Polícia sobre o dito assunto.

{...} o que desejamos é saber o número de crianças de 8 a 12 anos cegas que existem em suas freguesias e o estado de suas famílias (COSTA, 1968, [1862], p.17).

Como mencionado, já na sexta-feira, 17 de março de 1854, faleceu José Alves de Azevedo, e José Francisco Xavier Sigaud, médico da Corte Imperial, envia requerimento à S.M. o Imperador D. Pedro II solicitando a concessão de cargo de diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos:

[...] estando para se criar nesta Corte o Instituto dos Jovens Cegos e tendo ocorrido o falecimento do Sr. José Alves de Azevedo e não podendo por causa da moléstia continuar com a clínica, pede a Vossa Majestade Imperial se digne receber os lugares de diretor e médico do dito Instituto [...] (COSTA, 1968, [1862], p. 23-24).

Com a presença do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz e das autoridades da Corte, bem como de seu primeiro diretor, Dr. Sigaud, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Morro da Saúde, conforme registro publicado no Jornal do Comércio do dia 18 de setembro de 1854, cujo texto é transcrito abaixo mantendo a ortografia da época:

Teve hontem lugar a inauguração do Instituto dos Meninos Cegos do Brasil, à qual dignarão se assistir sua Majestade o Imperador e sua Majestade a Imperatriz.

O Sr. Conselheiro Pedreira, como Ministro em uma breve allocução allusiva ao objecto, pediu as ordens de S.M. o Imperador para a abertura do Estabelecimento, tendo-as obtido, declarou inaugurado o Instituto. Seguiu-se um interessante discurso do Sr. Dr. Sigaud, diretor do Instituto e um hino a SS. MM. Cantado pelos Meninos Cegos. SS.MM. Percorrerão depois as salas de estudo, refeitório, dormitório e mais dependências do edifício e retiram-se parecendo satisfeitos.

Assistirão a este ato os Ministros, alguns Conselheiros e muitas pessoas gradadas. Estiverão também presentes muitas senhoras de distinção.

Os meninos apresentarão-se já vestidos com uniforme do Collegio. A scena da inauguração foi tocante e comoveu a muitos corações. Tocarão as bandas de Música do Batalhão de Fuzileiros, que fez a guarda de honra e a dos Menores.

Comissário do Governo para Inspeção do Instituto, o Sr. Conselheiro de Estado Visconde de Abrantes, Diretor, o Sr. Dr. José Francisco Sigaud. Capellão, o Sr. Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Professor de primeiras letras o Sr. Dr. Pedro José de Almeida. Professor de Música Vocal e instrumental o Sr. J. J. Lodi e repetidor, o Sr. Carlos Henrique Soares, cego de nascença.

O edifício é o da antiga residência do primeiro Barão do Rio Bonito, no Morro da Saúde, vasto espaçoso e arejado, com boa chácara, para recreio dos Meninos, e está adornado com gosto e simplicidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de setembro de 1854).

Verificando o 1º livro de Matrícula do IBC, constata-se que foram inicialmente oferecidas 30 vagas, com somente 20 de forma gratuita, cabendo aos demais o pagamento de pensão como costume da época (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 1854).

Foi de curta duração a gestão administrativa do Dr. Xavier Sigaud, uma vez que veio a falecer em 10 de novembro de 1856. Ainda assim, estruturou os cursos no âmbito interno dando importância à alfabetização e ao ensino de algumas profissões consideradas compatíveis com a cegueira.

O 2º diretor, Conselheiro Cláudio Luiz da Costa, deu prosseguimento aos trabalhos iniciados. Buscando melhorar a assistência ao cego, iniciou a contratação de profissionais para ensinar aos cegos os ofícios de empalhador de cadeiras, tamanqueiros, torneiro e encadernador, além de uma mestra em costura para substituir a esposa de Xavier Sigaud. Xavier Sigaud entendia que nem todos os alunos se realizariam nas atividades intelectuais, quer pelas limitações individuais de alguns, quer pelas dificuldades de trabalho, aumentadas pelos preconceitos sociais. Exemplificando o esforço da direção neste sentido, em 9 de junho de 1857, o diretor Claudio Luiz da Costa enviou correspondência ao Imperador D. Pedro II solicitando a fundação de uma tipografia para impressão de pontos salientes. O trecho a seguir mostra detalhes do texto:

Conhecendo o governo de S.M.I. ser conveniente estabelecer-se o quanto antes uma oficina tipográfica para aqui imprimir em pontos salientes os livros necessários à instrução dos alunos e ao mesmo tempo habilitar no emprego de tipográficos os que para este lucrativo ofício tivessem aptidão [...] conhecendo igualmente não ser possível mandar ajustar na Europa mestres para o ensino deste ofício, tendo sido ofertados uma porção de tipos suficientes para os primeiros trabalhos, mostrando eu que com eles se obtinham aqui tão bons impressos como os de França, ordenou-me o Sr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ex-ministro e Secretário dos Negócios do Império em seu ofício de 28 de abril próximo passado [...] (COSTA, 1968, [1862], p. 347).

O ensino, naquele momento, obedecia a programas minuciosamente planejados e rigorosos. Os alunos do 5º ano já deveriam saber toda a gramática portuguesa sendo capazes de fazer versões para o francês e conjugar os verbos nos dois idiomas. Deveriam também aprender geografia, física, geometria, álgebra e noções genéricas de Ciências Naturais.

Sobre a casa onde estava a Escola, o trecho abaixo permite avaliação de sua localização e estado:

A casa pertence à viúva Ferreira e filho e está alugada pela quantia de 2.000\$000, pagos por trimestre e por um contrato de 03 anos feito por autorização do Governo. A casa é bem situada na elevação de uma colina, lavada pelos ventos alísios, cercada por uma pequena chácara com árvores e flores, tendo todas as proporções para o passeio e os exercícios ginásticos dos alunos, junto ao mar, onde eles se recreiam e tomam banhos salgados, aliás bons para a saúde. O lugar é livre do tumulto da cidade, e, ao mesmo tempo não muito distante dela. A casa tem por fora proporções para o estabelecimento conquanto alguns mais fossem necessários, mas sua péssima construção desfaz todas as vantagens de seus cômodos e boa localização e a tornam insalubre (COSTA, 1968, [1862], p.39).

Percebe-se pela leitura do trecho que, muito embora a casa estivesse bem localizada, longe do tumulto, na parte central da cidade, o espaço fazia-se insalubre, os cômodos eram muito úmidos, nada próprios para abrigar crianças, fato este discutido no trecho a seguir⁴⁰:

Sentada sobre um plano inclinado é assobradada na frente e térrea nos fundos. Construíram-na encostada quase imediatamente à montanha que lhe fica superior, sem vala nem espaço para abri-la, a fim de dar ao esgoto as águas que vertem na mesma montanha. Resultou desta má construção que elas encharcam em torno do edifício e o fazem úmido, e julgarão remediar este inconveniente tirar o soalho de madeira... Reconstruindo por tal modo, todo pavimento do edifício, o defeito que pretenderam corrigir tornou-se maior, acumulada a água e encharcada no terraplano, penetra às paredes, umedece-as e filtra-se através delas... Fechando-se as portas, sente-se cheiro de terra e água podre, o bolor esta por toda parte do interior e o cupim, que de toda a casa se apodera, estraga o amadeiramento que sustenta o telhado... Semelhante construção fez do edifício insalubre que, tanto o reconhece o meu antecessor, cuja moléstia fora, sem dúvida agravada em tal habitação, que pouco antes de seu falecimento fazia todos os esforços para mudanças do estabelecimento (COSTA, 1968 [1862], p. 40).

Ainda nesta gestão, deu-se início à montagem de uma tipografia para impressão em pontos salientes (1861)⁴¹. Lançavam-se as bases da atual Imprensa Braille que, já no ano de 1863, publicava o primeiro livro em alto

⁴⁰ **Dossiê de documentos Históricos do IBC**, p. 1-43.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi instalado provisoriamente numa casa ao pé do Morro da Saúde, já demolida. Em correspondências trocadas de Xavier Sigaud com governantes da época, verificou-se o perfil do deficiente assistido. Segundo o 1º regimento interno do IBC o deficiente deveria ter cegueira irreversível, estar compreendido na faixa etária de 7 a 12 anos, sem doença infecto-contagiosa e epilepsia. Caso não tivesse condições de custear sua educação por pertencer à família de baixa renda, deveria apresentar no ato da inscrição declaração de pobreza. Sigaud enviou correspondência para o governo das províncias do País tentando levantar o nº de deficientes existentes na época, que se enquadrassem no regulamento interno do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Estudando o teor dessas correspondências percebe-se que muitos deficientes deixaram de ser assistidos por se encontrarem fora da faixa etária determinada; além do mais, o governo só se propunha a custear 20 vagas gratuitas para atender as pessoas carentes. O pagamento da pensão segundo relatos documentais foi considerado alto (400.000 contos de réis anuais) para os deficientes pensionistas. Cobrava-se ainda 200.000 contos de réis para despesas com enxoval.

⁴¹ Relatório Cláudio Luiz da Costa: fonte (ARQUIVO NACIONAL, 1857).

relevo no Brasil intitulado “História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, escrito por Cláudio Luiz da Costa em três volumes.

Com o falecimento de Cláudio Luiz da Costa, em 1869, foi indicado para seu substituto Benjamin Constant Botelho de Magalhães que, desde 1861, lecionava Matemática e Ciências Naturais no Educandário (AZEVEDO, 1969, p.89). Benjamin Constant recebeu a escola organizada, porém mal instalada no prédio de número 127 da Praça da Aclamação, sua segunda sede, para onde se mudara na década de 1860 (AZEVEDO, 1969, p.89). A demanda por vagas crescia, sobretudo a partir das províncias mais distantes do Brasil, o que o levou a idealizar uma construção de um edifício de grandes proporções, que não se limitasse a atender às necessidades da época, mas que viesse no futuro a atender à demanda cada vez maior. O Imperador D. Pedro II, apoiando as ideias de Benjamin Constant, doou um terreno de sua propriedade particular na Praia Vermelha, atual Av. Pasteur 350/368 (AZEVEDO, 1969, p.91).

Lançava-se Benjamin Constant no preparo do projeto de construção do que viria a ser o atual prédio do Instituto, sob a orientação do engenheiro Carlos Araújo Ledo Neves e do construtor Torquato Martins Ribeiro (AZEVEDO, 1969, p.93).

O lançamento da pedra fundamental teve cerimônia realizada em 29 de junho de 1872, relatada no Jornal do Comércio, cujo texto está transcrito a seguir, mantendo a ortografia da época:

No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e dois, quinquagésimo da Independência do Império do Brasil aos vinte nove dias do mez de junho, achando-se presentes no terreno situado à Praia Vermelha, à uma hora da tarde, o muito alto e poderoso príncipe o Senhor D. Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil (sua augusta consorte a senhora princesa Dona Izabel, sua Alteza o senhor Conde d'Eu, o Ministro do Império, o senhor Conselheiro doutor João Alfredo Correa de Oliveira, o Comissário do Governo d'este Instituto, Conselheiro doutor Antônio Félix Martins, o diretor do mesmo, Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o diretor do Instituto dos Surdos-Mudos, doutor Ludgero Gonçalves da Silva, o General Visconde de Santa Thereza, e mais pessoas de distinção abaixo assinaladas com o auxílio da divina providência, sua majestade, o Imperador lançou a pedra fundamental do edifício destinado ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, para o que, pelo mesmo agosto Senhor, foi o supra-dito terreno doado por acto de quatorze de maio, do corrente anno, tendo sido a referida Pedra benta, segundo o ritual romano, pelo reverendíssimo Monsenhor Capellão do mesmo Instituto, Bernardo Lyra da Silva, cobrindo esta a uma caixinha de madeira encerrada em outra de chumbo, contendo uma cópia auttenticca deste auto, um exemplar

da Constituição Política do Império, os Jornais do dia e as moedas metálicas do Império. Para constar lavrei este auto em duplicata, para ser um dos exemplares recolhido ao Archivo público do Império – Eu, Benedicto Antônio Bueno, servindo de Secretário do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o escrevi, e assigno (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de junho de 1872).

Num terreno de 9.515m², localizado na Praia Vermelha, vizinho ao antigo Hospício D. Pedro II⁴², hoje UFRJ, situado à Av. Pasteur 350/368, Urca, doado pelo Imperador D. Pedro II, começa a ser erguido o prédio destinado a abrigar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, finalizado em sua primeira etapa em 1890 (AZEVEDO, 1969, p.95), um ano após a Proclamação da República.

No ano de 1891, o Instituto é transferido da Praça da Aclamação e iniciam-se as atividades no novo prédio sede. Em 21 de novembro de 1889, o Decreto n° 09 (BRASIL, 1889), baixado pelo Governo Provisório da recém-proclamada República, suprimia do nome do Instituto a palavra "Imperial". O Decreto n° 193, de 30 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890), denominava-o Instituto Nacional dos Cegos. Finalmente, o Art. 2º do Decreto n° 1.320, de 24 de janeiro de 1891 (BRASIL 1891), deu-lhe o nome de Instituto Benjamin Constant, pelo qual ainda hoje é conhecido, numa justa homenagem a seu mais longo e profícuo administrador.

Impossível pensar a História do Instituto Benjamin Constant sem o suporte, regular e contínuo, das transcrições para o Sistema Braille, já que isto tornaria inexequível o processo de leitura direta por parte do estudante cego, privando-o, no mínimo, do conhecimento da ortografia e das pontuações, com sérios prejuízos para a compreensão de conceitos diferentes, representados por símbolos foneticamente semelhantes, ou ainda para o atendimento dos diversos matizes de linguagem escrita, contidos nas pausas, na entoação ou na ordem das ideias. Afinal, foi lendo e escrevendo que José Alvares de Azevedo persuadiu D. Pedro II da necessidade e da vantagem de se criar uma instituição voltada ao ensino de pessoas com deficiência de visão. E sete anos após a sua inauguração, nela se iniciam os primeiros trabalhos nas oficinas de tipografia e encadernação, origem incontestável da atual Imprensa Braille, assim chamada já a partir dos primeiros anos da década de 1940 (RODRIGUES, 2005).

⁴² O Hospício de Pedro II, inaugurado em 5 de dezembro de 1852, na antiga Praia da Saudade, lugar bastante isolado à época, teve seu nome alterado para Hospício Nacional de Alienados após a Proclamação da República, em 1890. Na década de 1940, quando o bairro da Urca torna-se cada vez mais residencial, é transferido para o Engenho de Dentro (JORGE, 1997).

Nas oficinas, os livros eram impressos só para os alunos, que tinham de usá-los por muitos anos, já que para cada obra era exigida uma composição tipográfica, e os trabalhos de encadernação e tipografia, executados pelos alunos das séries mais adiantadas com a orientação de um mestre, eram todos manuais. Os trabalhos com tipos móveis continuaram até 1937, apesar da aquisição, em 1934, de duas máquinas de estereotipia Braille e uma impressora. Suspensas as atividades do Instituto no terceiro trimestre daquele ano, para a conclusão da segunda etapa do projeto de construção idealizado por Benjamin Constant, as oficinas, que funcionavam nos corredores de seu andar térreo, também fecharam, reabrindo em 22 de junho de 1939. Entrementes, tinham chegado da França no ano anterior mais duas máquinas de impressão com tipos móveis (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 1995).

Lendo o relatório anual do diretor do Instituto Benjamin Constant, Jesuino da Silva Mello (1902-1920), verifica-se que, no ano de 1902, valendo-se de recursos votados pelo Congresso Nacional e de autorização de verbas do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, foi possível construir no Instituto Benjamin Constant uma lavanderia e um passeio de cantaria ao longo do lado leste de todo edifício. Foi possível ainda a aquisição de novos instrumentos pedagógicos vindos da Europa, um novo instrumental para a banda de música com adaptação para uso de cegos, bem como a aquisição de um piano Pleyel de cauda para concertos. Também foi renovada toda instalação do prédio, parte com bicos de gás incandescente e parte com iluminação elétrica.

Ainda na gestão de Jesuino da Silva Mello é criada, em 1905, uma Biblioteca com livros em tinta. Considerando a carência de livros em Braille, o citado diretor sugere ao Ministro a criação de um cargo de leitor de livros e jornais para cegos.

Em 1 de agosto de 1919, pelo Decreto Legislativo 3.678, cria-se a cadeira de professor de Inglês no Instituto Benjamin Constant.

Na gestão de Sady Cardoso Gusmão (1930-1938) renova-se todo material didático com a aquisição de 50 tabletes (regletes) e 30 chapas de cubarítmos. Inicia-se o curso de massagem e de radiotelegrafia, visando-se preparar os cegos inseridos no Instituto Benjamin Constant para o mercado de trabalho.

Gusmão (1936) envia documento ao Ministro da Educação e Saúde Pública solicitando ratificação de doação de terreno ao Instituto Benjamin Constant, bem como recursos para ampliação de suas instalações. No documento de 1932 sobre

a desapropriação do terreno dirige-se ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública relatando, em detalhes, sua preocupação em evitar que a Faculdade de Direito, da então Universidade do Brasil, se apropriasse do terreno. Pela sua importância o documento é transcrito a seguir na íntegra:

Nº 148

Exmº Sr. Ministro de Educação e Saúde Pública

Tendo esta diretoria ciência de que a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro pleiteia presentemente a desapropriação da parte do terreno em que se acha edificado este Instituto, parte essa de terreno na extensão de cem metros de frente e cerca de duzentos de fundo, vem, a propósito, esclarecer a Vossa Excelência sobre a situação e condições do terreno aludido e fazer, data vênua, algumas ponderações em relação a este assunto.

O terreno em que se acha construída parte do edifício do Instituto, segundo o projeto de Benjamin Constant mede cerca de duzentos e quatro metros de testada e foi doado pelo Imperador D. Pedro II, a fim de ser nele construído o Instituto. Este imóvel fora doado ao Imperador por José Ribeiro Monteiro, que o comprara em 9 de setembro de 1846 a D. Jacintha Rosa de Castro. A doação ao Instituto se verificou em 1871, segundo se induz do relatório apresentado a Assembleia Geral (3ª seção de 14ª legislatura, no Diário Oficial de 17 de junho de 1871) pelo Ministro João Alfredo Corrêa, que a mesma doação faz referência.

O mesmo se pode inferir da circunstância de haver Benjamin Constant, já então Diretor do Instituto, em seu relatório de 1871 comentar e agradecer ao Imperador a doação feita. Esta, entretanto, precisava ser legalizada, o que foi feito por decreto em 14 de maio de 1872, cuja cópia autenticada existe no arquivo do Instituto, sendo em 22 - 29 de junho do mesmo ano lançada, com a presença do Imperador e outras pessoas gradadas, a pedra fundamental do edifício a se levantado segundo o plano oferecido por Benjamin Constant.

O Diretor prossegue sua argumentação baseada nos documentos que atestariam os direitos do IBC:

Desta solenidade lavrou-se um auto que reza o seguinte:

“No ano do nascimento de N.S. Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e dois, aos vinte e nove dias do mês de junho, etc, o auxilio da Divina Providencia, S.M. o Imperador lançou a pedra fundamental do edifício destinado ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, para o que, pelo mesmo Augusto Senhor, foi o supra dito terreno doado por ato de quatorze de maio do corrente ano (1872), etc”

Quanto acima foi lavrado em duplicata para ser um dos exemplares recolhido ao Arquivo Publico do Império e o outro colocado em uma caixa que foi depositada junto a pedra fundamental.

Pelo ex-diretor Jesuíno da Silva Mello foi ainda encontrada uma nota relativa a doação, nos seguintes termos: A doação do terreno ao Instituto dos Menores Cegos foi firmada por escritura passada em 14 de maio de 1872, tendo sido doador S. M. o Imperador D. Pedro II.

O edifício, segundo as plantas e projetos de Benjamin Constant, devia comportar quatrocentos alunos e devia se compor de um pavilhão central e duas alas, uma desde já construída e onde funciona o Instituto. Trata-se, pois, de uma doação com encargo, que, data vênua, não pode sofrer modificação.

Já em outras ocasiões o Governo pretendeu ocupar parte do imóvel em questão, sem, entretanto, lograr êxito, em razão de preciosos pareceres do extinto Conselho Administrativo dos Patrimônios e de outros. Demais, no terreno de que se trata existe já a Lavanderia Parisiense, o Sport Club Brasil, dois prédios pequenos e as paredes dos pavimentos térreos do pavilhão central e ala esquerda.

Dessas benfeitorias, duas são particulares pertencentes ao Patrimônio do Instituto, sendo propriedade da União as paredes da ala esquerda e pavilhão central.

Há, ainda, no local grande quantidade de obras de cantaria pertencentes a União. Assim sendo, nos parece que a desapropriação do terreno em causa é altamente prejudicial aos interesses da Nação, visto como a indenização das benfeitorias pertencentes a particulares não será pequena, e a que for fixada em proveito do Instituto poderá ser levantada pelos herdeiros do Imperador, em virtude da resolução da doação não ter sido cumprido o encargo que a gravava.

Além disso, a desapropriação tem como razão precípua a necessidade ou utilidade pública.

O Instituto Benjamin Constant é estabelecimento de imediata utilidade pública, obra que é de assistência educativa e social.

É, além do mais, estabelecimento tradicional, uma vez que, por assim dizer, reúne uma grande parte da existência de Benjamin Constant fundador da República. Ao demais disto, como se fosse uma “ressaca”, dado o empenho do Imperador em ampara-lo a custa até do sacrifício dos seus bens, do seu patrimônio pessoal; dada, ainda mais a circunstancia de ter sido dirigido por Benjamin Constant durante vinte anos. Como se vê do que ficou anteriormente dito, a capacidade do Instituto era fixada em quatrocentos alunos de ambos os sexos e este melhoramento estava prestes a se verificar, visto como o patrimônio do Instituto pode custear a construção da parte ainda não acabada do edifício. Seria isto uma realização notável pelos benefícios que traria, mormente tendo-se em vista que é o Instituto o único estabelecimento no gênero existente no país, salvante o Instituto S. Raphael de Belo Horizonte, que tem apenas capacidade para sessenta alunos.

Levo, pois, até Vossa Excelência estas ponderações ditadas pela necessidade em que me vejo de esclarecer a Vossa Excelência em torno desta questão de alto e vital interesse para a administração.

Atenciosas saudações.

Diretor (GUSMÃO, 1936, p.1-2).

Caracteriza-se aqui uma disputa pelo terreno com a UFRJ, na qual saiu vitorioso o IBC, em função do número de cegos contabilizados no Censo Demográfico de 1872 e que seriam beneficiados com a ampliação das instalações.

Em 1933, portanto ainda na gestão de Sady Cardoso Gusmão, é organizado o Museu do Instituto Benjamin Constant. Efetuam-se reformas no Jardim de Infância, instalações elétricas e hidráulicas, conforme relatório apresentado em 1936 ao Ministro da Educação e Saúde Pública (Anexo I).

Em junho de 1937, são interrompidas as atividades escolares no Instituto Benjamin Constant para a realização de obras visando a ampliação de suas instalações.

No governo Vargas (1937), tem início a construção da segunda parte do edifício sede, determinando a interrupção das atividades da Instituição, que se reiniciam em 1944. Torna-se possível então estender o ensino gratuito através do Decreto 19.256, de 9 de setembro de 1945 (BRASIL, 1945), que dentre suas medidas importantes institui seu curso ginásial, equiparado posteriormente ao do Colégio Pedro II, conforme portaria Ministerial 385, de 8 de junho de 1946 (BRASIL, 1946). Esse fato é de grande importância, pois permitiu acesso de pessoas com deficiência visual às escolas secundárias e universidades. Edson Ribeiro Lemos, cego, professor e ex-aluno do Instituto Benjamin Constant, tendo ingressado para seus estudos no ano de 1945, faz em seu depoimento menção sobre o ingresso de pessoas com deficiência visual nas Universidades dizendo:

[...] Eu ingressei aqui em 8 de abril de 1945. Não foi aqui que aprendi a ser cego. Aprendi a ser cego em primeiro de março de 1942 quando ingressei no Instituto São Rafael em Belo Horizonte. Eu tinha apenas 13 anos. Lá fiquei durante 3 anos porque o Instituto estava fechado. Eu morava aqui pertinho, em Niterói, mas não pude vir para cá. Faço parte dos primeiros três alunos que iniciaram oficialmente o curso ginásial do Instituto Benjamin Constant porque até aquela época, desde 1854, quando o Instituto foi criado, nunca o curso aqui foi oficializado. Primeiro pelo Decreto que equiparando o ensino ao Colégio Pedro II em 43 e a oficialização do ginásio em 46 pela Portaria Ministerial 385 de 8 de junho de 1946. A partir daí os cegos começaram a fazer o curso médio, eu fui um dos três alunos que fizeram o curso médio na época. Tinha o Clássico e o Científico. Fizemos o curso Científico porque no Clássico havia a matéria desenho e os cegos não podiam fazer isso. Isso a partir de 1950. Fomos para o Colégio Mallet Soares. Eu sou o primeiro cego a ingressar numa Universidade no Brasil, a Universidade Federal Fluminense quando fiz História e Geografia. Consegui um Parecer da Secretaria de Educação me concedendo o direito de fazer o vestibular. Lutei muito! Lutando por mim, beneficiei também a outros cegos [...].⁴³

Ribeiro descreve o andamento das obras para ampliação das instalações do Instituto Benjamin Constant enfatizando sua importância para a educação da pessoa com deficiência visual no Brasil, explicando que:

Ao assumir a direção do Instituto, em 11 de fevereiro de 1938, encontrou o Dr. João Alfredo as obras já em execução e custeadas pelo Governo com o fundo patrimonial do estabelecimento e que, de acordo com a lei, deveria ser recolhido ao Tesouro. Fê-lo, assim, reverter, de forma justa e razoável, à própria instituição que o soubera formar. E o diretor do Instituto nos explicou, em linhas gerais, a natureza dessas obras, acrescentando que o Governo não se limitou a inverter apenas o patrimônio em dinheiro, a que aludimos anteriormente. Foi mais longe: em créditos sucessivos, num montante

⁴³ Entrevista concedida a Débora de Almeida Rodrigues em 06 de maio de 2004.

de cerca de dez mil contos, tudo tem feito para que as futuras instalações da grande casa fundada por D. Pedro II tenham apresentação condigna. E assim o Dr. João Alfredo nos expôs a natureza das obras: "O edifício ficará com suas quatro alas fechando o quadrilátero delineado e nelas se instalarão as seguintes secções: auditório, jardim de infância, cozinha e dispensa. Também estão sendo construídas oito casas para professores cegos que as alugará por cômodo aluguel, e outras quatro para funcionários, cuja permanência no Instituto seja indispensável. Do projeto consta ainda ajardinamento e campo de esportes. CLASSE DE CONSERVAÇÃO DE VISÃO - Concluídas que sejam essas obras - continuou o Dr. João Alfredo - será então executada a instalação, inclusive das novas classes de conservação de visão e de serviços médicos especializados. Essas classes de conservação de visão destinam-se as crianças com defeitos oculares que, no momento, acompanham, nos cursos comuns de nossas escolas cá de fora, as crianças de boa visão. Não é preciso ressaltar o inconveniente dessa prática, que só pode agravar ainda mais defeitos apenas no início. A essas novas classes não faltará material didático adequado ao fim a que se destinam, e no país serão as primeiras oficialmente inauguradas. Como disse, destinam-se elas aos meninos de nossas escolas municipais. Beneficiando-se [...] (RIBEIRO, 1942, p.63).

As classes de conservação de visão tinham por objetivo receber crianças da rede municipal de ensino que apresentassem algum tipo de deficiência. No Instituto, essas crianças recebiam a designação de amblíopes. Hoje são classificadas como pessoas com baixa visão. Vale ressaltar que muitas pessoas com deficiência, que nas primeiras décadas do séc. XX eram assistidas enquanto alunos do Instituto Benjamin Constant, hoje não o seriam. Com os avanços das pesquisas no que diz respeito às questões relacionadas à cegueira, são estabelecidos outros parâmetros pela OMS. Era comum neste período ter alunos com daltonismo e estrabismo, mas que tinham boa visão nas classes de conservação da visão no Instituto. Hoje, sabe-se que a pessoa daltônica não deixa de enxergar porque não identifica cores e, não necessariamente pessoas com estrabismo possuem baixa visão.

Em função da falta de estrutura da rede municipal para atender crianças que apresentavam algum tipo de dificuldade visual, o Instituto sentia-se com a responsabilidade de absorver tal parcela da população brasileira, embora o próprio Instituto, naquele momento, ainda não dispusesse de pesquisas suficientes na área da deficiência. O Instituto foi aprendendo com cada caso. Assim, nas palavras do Dr. João Alfredo, era preciso investir na prevenção. E investir em prevenção significa fazer pesquisa, como destaca o trecho a seguir:

[...] virão eles por outro lado auxiliar o Instituto numa de suas finalidades precípuas, que é integrar o cego na sociedade comum. Mas, voltando aos defeitos da vista que conduzem à cegueira e que podem ser evitados em tempo, foram eles largamente focalizados por competências do porte do Dr. Curtis. Entre esses males avulta a oftalmia dos recém-nascidos, com as conseqüências que dela

decorrem. Aliás, essa prevenção vai ser um dos maiores objetivos do Instituto Benjamin Constant, norteados que estamos pelo velho lema de que "prevenir é melhor que remediar". Aqui manteremos classes de conservação da visão, para evitar que, com a utilização excessiva da vista, venham a perdê-la indivíduos que podiam perfeitamente servir-se mesmo da pouca que têm. Já estamos iniciando inquérito para saber quantas crianças deixaram, no corrente ano, de gozar os benefícios da instrução primária, por defeitos de visão. Dessa forma, faremos idéia exata da extensão que terão as nossas futuras classes de conservação da vista. Como oculistas que somos, e com as observações diárias em nossa vida do hospital, não temos dúvidas de que é grande o número das crianças afastadas dos estudos por defeitos de vista, e não menos a quantidade das que vivem nas escolas comuns acabando de queimar o resto precioso da que ainda tem [...] (RIBEIRO, 1942, p.63).

Após a reabertura da Imprensa Braille, os livros ali impressos começaram a ser vendidos a preços módicos, mas as precárias condições econômicas das pessoas cegas que frequentavam o Instituto à época, assim como seus familiares, não lhes permitiam comprá-los. Por isso, o diretor de então, professor Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, levou o problema ao Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani que, em 17 de setembro de 1949, baixou a portaria Ministerial n° 504 (BRASIL, 1949), estabelecendo gratuidade para todas as obras a serem distribuídas pelo Instituto. Oportuno lembrar que, já em abril de 1942, a Revista Brasileira para Cegos - RBC, criada por sugestão do professor José Espínola Veiga, tinha distribuição gratuita para todo o país. A propósito, em setembro de 1959, a Imprensa Braille transcrevia o número "1" da revista infanto-juvenil "Pontinhos".

Até 1926, ano da fundação, em Belo Horizonte, do Instituto São Rafael, o Instituto Benjamin Constant foi a única instituição especializada para cegos no Brasil. Dele partiram as melhores e mais profícuas experiências no terreno da educação especial, favorecendo o surgimento de escolas congêneres, ainda hoje em número insuficiente. Em entrevista concedida a Ribeiro (1942), o professor José Espindola Veiga ressalta a importância da realização de reforma do ensino no Instituto para que os cegos pudessem desenvolver suas habilidades, conforme transcrito abaixo:

[...] Sobre a reforma do ensino no Instituto, ouvimos o professor J. Espínola Veiga, que nos declarou que o novo regulamento que a estabelece foi pela primeira vez elaborado em combinação com técnicos cegos do Brasil, pois o diretor Dr. João Alfredo fez questão de ouvir também os que vivem fora do estabelecimento. [...] O curso primário será de três anos e o secundário de cinco, com ensino de música. O profissional compreenderá a indústria de artefatos de palha e fibras, como escovas, vassouras e colchões, estendendo-se ao ofício de afinação de pianos e outros trabalhos manuais. Havia no

Instituto cerca de 120 alunos de ambos os sexos, sendo 40 crianças, o que corresponde a 10% da população infantil cega da cidade, a qual se acha calculada em 400. Mas, além de seus alunos, o Instituto abrigava outros cegos, alguns dos quais lhe prestavam pequenos serviços, de acordo com suas possibilidades. Adiantou-me o professor Espínola Veiga que, pelo novo regulamento, a entrar em execução, o ensino primário e o secundário serão idênticos aos comuns, apenas respeitadas as adaptações impostas pelas condições dos educandos. O curso primário será seguido de um curso paralelo e pré-vocacional, destinado a desenvolver a suplência da vista pela acuidade dos sentidos e a integrar o cego nas sociedades normais, isto é, desenvolver ao máximo os sentidos com que o cego supre a falta de vista; adestrar-lhe a habilidade manual; dar-lhe, quando possível, os gestos e as maneiras que as outras crianças aprendem espontaneamente com o uso da vista e povoar o seu cérebro das mesmas imagens que a cada momento são recebidas pelas outras crianças. No ensinamento dos ofícios serão tomados em consideração os mais proveitosos para os cegos e mais de acordo com a época em que vivemos e capazes de lhes dar o necessário provimento da subsistência. Por exemplo: os antigos trabalhos manuais de agulha serão substituídos pela malharia mecânica. Os cegos aprenderão a radiotelegrafia e serão adestrados a servir em mesas telefônicas providas de sinais sonoros. Está prevista a fabricação de artigos de couro, malas, tapetes [...] (RIBEIRO, 1942, p.64-65).

Observando os regimentos internos do Instituto Benjamin Constant, podemos constatar que, desde sua fundação, o referido Instituto procurou aprimorar atividades que os cegos pudessem executar para serem absorvidos no mercado de trabalho. Havia uma preocupação com o sustento desses indivíduos depois que do Instituto saíssem, principalmente aqueles que não tinham condições para progredir intelectualmente. O currículo do Instituto foi por muito tempo questionado, por ser considerado muito europeu para os padrões do cego brasileiro.

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant é um educandário da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental e, ampliando sua atuação no que diz respeito à educação especial, promove atendimento a crianças cegas e de baixa visão de 0 a 4 anos, objetivando desenvolver a área psicomotora sensorial e afetiva. O atendimento às crianças cegas e suas famílias nasceu da necessidade de intervir nos possíveis atrasos cognitivos da criança cega por falta de orientação das famílias. Com o tempo os professores foram observando que crianças que ali ingressavam na classe de alfabetização, aos 8 anos usavam fraldas. Isso mostrava o despreparo das famílias para lidarem com a questão da cegueira. Os atrasos cognitivos rotulam muitas vezes uma criança que pode passar a ser classificada como retardada e incapaz para o aprendizado, quando simplesmente não lhe foi ensinada a ir ao banheiro sozinha, por exemplo. As famílias precisam também ser ajudadas, pois de modo geral elas tendem a superproteger seus

filhos. É sabido que a superproteção impede que os indivíduos desenvolvam suas habilidades.

A partir de 1992, são atendidos alunos com prognóstico de deficiências múltiplas (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007). Anteriormente, alunos com prognósticos de deficiências múltiplas tinham matrícula negada no Instituto. Ribeiro, com relação a esse fato, faz o seguinte comentário:

[...] É possível a organização de internatos para os alunos cegos deficientes mentais que não devam permanecer no Instituto? -- Permanecer, não! Porque, no futuro, eles nem serão admitidos, uma vez que a matrícula no estabelecimento será sujeita a rigoroso controle de médicos e professores especializados, para que o Instituto não venha a abrigar, como abrigava, cegos que deveriam estar em manicômios ou hospitais. É claro que o Governo se encarregará deles nas próprias casas de que já dispõe. Não há necessidade alguma de haver um hospício ou um hospital exclusivamente para cegos. Um cego com debilidade mental ou um cego com qualquer doença que o impossibilite de viver na sociedade é, antes de nada, um débil mental, um louco ou um doente. Só o sentimentalismo, que estou procurando varrer desta casa, poderia considerá-los ainda como cegos normais e mantê-los aqui dentro, com prejuízo da coletividade. Cumpre-me dizer que, apesar de assumir o meu cargo com o estabelecimento já fechado, tive que afastar dele loucos e doentes que ainda nele se agasalhavam (RIBEIRO, 1942, p.64).

Essas palavras levam-nos a refletir acerca dos preconceitos existentes com relação aos cegos com alguma outra deficiência associada e o quanto os mesmos foram, por muitos anos, excluídos do processo educacional, até mesmo no Instituto.

Em 1993, tem início no Instituto um projeto piloto para o atendimento do surdocego. Uma casa nas dependências do Instituto foi preparada para esse tipo de atendimento. Tal projeto foi consequência do aumento de procura por parte de pessoas surdas que adquiriram a cegueira na fase adulta. Conjuntamente, no quadro funcional do Instituto, na ocasião havia uma professora que tinha dado aula no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), portanto, tinha conhecimento da Língua de Sinais, além de dominar as técnicas do Sistema Braille.

Há ainda na Instituição um setor de reabilitação que atende pessoas que cegam na fase adulta, visando sua independência e sua inserção no mercado de trabalho, de acordo com a realidade de cada reabilitando. O número de pessoas atendidas neste setor vem crescendo a cada ano, talvez pelo aumento da expectativa de vida do brasileiro, associando-se a esse fato a falta de investimentos em prevenção da cegueira. Doenças crônicas, como o mau controle do diabetes, levam muitos indivíduos à cegueira na fase adulta, além do glaucoma

não acompanhado e muitas outras doenças que poderiam ser evitadas com investimentos na prevenção.

Na gestão do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1950, é inaugurado junto à Seção de Medicina e Prevenção da Cegueira do Instituto Benjamin Constant o Banco de Olhos (IBC, 2007) que, desde o final da década de 1980, não funciona mais nas dependências do Instituto.

Em 1951, iniciam-se, por força da Portaria Ministerial n. 709, de 28 de junho de 1951, os cursos de Formação de Professores na Didática dos Cegos e de Inspetores de alunos (IBC, 2007).

Um fato marcou profundamente a memória e a história do Instituto Benjamin Constant na década de 1950. Em 4 de maio de 1953, a surdacega Helen Adams Keller, a convite oficial do Governo brasileiro, permanece no Brasil de 3 a 16 de maio concedendo entrevista e palestra. Faz conferência no auditório do Instituto Benjamin Constant acompanhada de sua secretária Polly Thomson. Sua presença fica registrada em livro de frequência de autoridades sob a guarda do Museu do Instituto Benjamin Constant.

O Decreto n. 48.252 da Presidência da República, de 31 de maio de 1960, estabelece que a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais fica subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e não mais ao diretor do Instituto Benjamin Constant.

Em 1962, realiza-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Brasileiro de Educação de Cegos, promovido pelo Instituto Benjamin Constant conjuntamente com o Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos.

Em 28 de maio de 1969, é comemorado no Instituto Benjamin Constant o centenário de posse do diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. No hall do saguão do 2º piso do prédio sede do Instituto, há uma placa alusiva a este acontecimento.

Em 1972, o Instituto faz um convênio com o Departamento de Educação Física do MEC, recebendo recursos para a construção em suas dependências de uma piscina semiolímpica. A citada piscina foi solenemente inaugurada em 17 de setembro de 1973, por ocasião das comemorações do aniversário desse Instituto. A partir daí, o Instituto passou a ter condições de preparar os alunos para competições.

Ainda no ano de 1973, mais precisamente em 13 de janeiro, tem início em São Paulo o primeiro curso de programadores cegos em computadores. O Instituto Benjamin Constant indicou inicialmente dois alunos para frequentar tal curso.

O centenário de nascimento de Helen Keller, em 27 de junho de 1980, é comemorado no auditório do Instituto com a presença de um representante da United States Information and Communication Agency e uma representante da Biblioteca do Congresso americano. José Espíndola Veiga, professor cego do Instituto Benjamin Constant traduziu o livro *Minha Vida de Mulher*, de Helen Keller, que foi transcrito para o Sistema Braille.

O Jardim de Infância do Instituto Benjamin Constant sofreu reestruturação de suas acomodações físicas, sendo inaugurado em 22 de novembro de 1980 com a presença do Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo.

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), criado pelo Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973 (BRASIL, 1973), foi extinto pelo Decreto 93.613. O CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial e o Instituto Benjamin Constant passa a ter autonomia limitada.

A imprensa Braille, criada no século XIX, vem ao longo dos anos sendo melhor aparelhada para suprir não somente o Instituto, mas também outros estabelecimentos, com a produção de materiais especializados. Vale ressaltar que tudo isso se deve aos avanços tecnológicos. Graças ao aperfeiçoamento dos equipamentos e do uso da informática, a Instituição edita revistas e distribui livros em Braille por todo país.

Em 1993, através de um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o Instituto importou as primeiras impressoras computadorizadas diretamente da fábrica alemã Thiel, substituindo as máquinas de estereotípicas. Ainda no mesmo ano, firmou convênio com o FNDE para o desenvolvimento de protótipo de uma reglete em PVC, punção e sorobã para serem produzidos no IBC. Os objetos em questão foram lançados em 1994. (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007).

No térreo do prédio da Imprensa Braille (IBC), havia (e ainda estão no mesmo local) máquinas com valor histórico sem uso. Durante o processo de arrolamento de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant junto ao IPHAN, foi feito estudo técnico acerca desses bens culturais. O Quadro 1 apresenta algumas dessas máquinas que documentam todo o processo aqui caracterizado e suas descrições técnicas.

Quadro 1 - Máquinas com valor histórico, sem uso, no andar térreo do prédio sede do IBC, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>MÁQUINA DE ESTEREOTIPIA BRAILLE. Metal e metal esmaltado em cor verde, com roda de controle. Altura 125cm, 100 x 37cm. Procedência Alemanha [IBC], 1ª metade do séc.20 [CERQUEIRA, 2009c]. As inscrições nas duas placas da frente estão apagadas. A máquina de estereotipia molda matrizes para impressão. A primeira máquina de estereotipia braille conhecida (1892) é de autoria do norte-americano Frank H. Hall [CERQUEIRA, 2009c], que também criou as máquinas de datilografia braille. Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1º piso); em 2008, estava no MIBC. Numeração MEC-IBC: 06791 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009).</p>
	<p>GRANDE GUILHOTINA ELÉTRICA. Metal e metal esmaltado em cor verde, volante na parte superior, manivela e grande roda lateral com parte interna pintada em cor vermelha e seis círculos vazados. Placas do fabricante na frente: "Prodotto in Italia / n° 252", "23922" e "Anno / 1939". Altura 158cm, 200 x 150cm. Procedência Itália, 1939. A máquina tem a função de cortar papel. Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1º piso). Numeração MEC-IBC: 21554 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis imóveis IBC, 2002-2009).</p>
	<p>MÁQUINA DE DORSO. Metal e metal esmaltado em cor verde com três rodas de controle vermelhas e mesas de madeira. Na frente, placa com a inscrição "Primeletrica Ltda. / DL / Prime / Prime / "N° A-3.." e "Pat. requer. / n° 77.573 / 81.466 / 81.467 / / Ind. Brasileira". Altura 117cm, 122 x 92cm. Procedência Brasil, pode ser anterior a 1953 [CERQUEIRA, 2009c]. A máquina tem a função de fazer o dorso de livros. Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1º piso). Numeração MEC-IBC: 06238 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009).</p>
	<p>GUILHOTINA MANUAL. Metal e metal esmaltado em cor verde com mesa de madeira e pedal. Na frente, vê-se a inscrição "Sociedade Technica / STB / Bremensis / São Paulo / Rua Floriano Abreu n° 139 / Caixa Postal 6[?] / Curityba / Agencia de São Paulo / Praça Francisco[?] Majores[?] n° 146". Altura 94, 195 x 90cm. Procedência São Paulo-Brasil, provavelmente ant.1942, em vista da grafia de palavras que seriam modificadas na reforma ortográfica de 1942 [CERQUEIRA, 2009c]. A máquina tem a função de cortar papel e era e ainda é chamada de "facão de mão". Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1º piso). Numeração MEC-IBC: 06244 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009).</p>



APARELHO THERMOFORM. Ferro esmaltado em cor cinza e alumínio. Com placa do fabricante American Thermoform Corp.: “Thermoform 55 / Brailon Duplicator [...]”. Procedência Califórnia-EUA, déc.1960-70 [RODRIGUES]. Máquina para produção de figuras em alto-relevo. O primeiro Thermoform foi adquirido no início da década de 70 [CERQUEIRA, 2009c]. Foram inseridas no aparelho anotações a mão, em português, indicando a função de teclas e outros dispositivos, que não devem ser removidas pois documentam o uso do equipamento. Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1º piso); em 2008, estava no MIBC. Numeração MEC-IBC: 07290 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009).

A máquina de estereotipia e o *thermoform* estavam sob a guarda do Museu do Instituto Benjamin Constant até 2005. A Imprensa Braille solicitou o retorno de tais bens por desejar montar uma exposição permanente no térreo de seu prédio sede.

A questão suscita discussão no plano museológico, uma vez que o bem quando em uso pertencia ao setor de Imprensa Braille. No entanto, ao ficar em desuso no setor, fora deslocado para o Museu do Instituto atribuindo-se-lhe, dessa forma, um valor histórico. Posteriormente, o setor de Imprensa Braille passa por reforma de suas instalações. Neste momento, surge o desejo de reconstituir a memória desse espaço no Instituto. Percebe-se que esse grupo não reconhece o MIBC como o lócus mais adequado para preservar a materialidade que documenta a trajetória do Instituto. No entanto, essa posição não é senso comum.

Tal questão também precisa ser refletida do ponto de vista estrutural, uma vez que tal maquinário, para ficar sob a carga do Museu, deveria ser deslocado para o 3º piso do prédio sede do Instituto Benjamin Constant, onde se encontra o Museu. Em função do peso, não se sabe exatamente até que ponto tais objetos poderiam comprometer a estrutura física do prédio.

Ribeiro enfatiza em seu texto a importância da aquisição das citadas máquinas para a impressão dos livros no Sistema Braille para pessoas cegas, como destacado no trecho a seguir:

[...] A Secção Braille é constituída da transcrição, da Encadernação e da Biblioteca. Na Transcrição assim se trabalha: os textos impressos no alfabeto comum são passados para o sistema Braille, o que é feito por três sistemas: em máquinas de estereotipia e de datilografia e por intermédio de uma chapa, de escrita em punção. Na estereotipia a gravação se faz em placas de zinco, que servem de matrizes, para impressões, que se queira fazer em qualquer tempo. Na máquina de escrever Braille o papel é posto de forma quase semelhante à em que é metido nas máquinas comuns, correndo em plano horizontal, em

vez de vertical, como nestas últimas. O teclado é bem diferente: à direita, três teclas e à esquerda outras três, havendo um espaçador. Nada, portanto, mais simples! Na chapa de punção, de uso freqüente, não só pelo manuseio fácil como também pelo seu preço, que não excede de 80\$0, o cego escreve cartas, toma apontamentos em aula, etc., dela se utilizando assim como o vidente se utiliza do lápis. A Sra. Lygia Gomes Pereira que é transcritora da Secção Braille, nos fez demonstração do trabalho de punção. É preciso esclarecer: o transcritor não é cego [...] (RIBEIRO, 1942, p.67).

As máquinas em questão exemplificam sua importância no processo educacional da pessoa com deficiência visual no Brasil. Elas mostram, ainda, o quanto era difícil fazer um livro em Braille. Em 1942, o processo ainda se mostrava muito artesanal, conforme explicado abaixo:

[...] Ele lê o trecho no alfabeto comum e o transcreve no sistema Braille, trabalhando como lhe aprouver: ora em máquina de escrever Braille, ora na chapa de punção. Feita essa transcrição, cabe a um revisor cego "ler" com os dedos a fim de ver se nela houve qualquer erro. A Encadernação é chefiada pelo cego Alfredo José Jorge; a Biblioteca, pela cega Minervina de Souza Leal e a Transcrição, pelo cego Helio Bezerra do Amaral, que é o chefe da Secção Braille, como já dissemos. Na Biblioteca há, no alfabeto comum, obras de valor como os "Sermões", de Vieira, em edição raríssima; e obras completas de Voltaire e Chateaubriand e "L'homme et la Terre", de Elisée Reclus. Mas será enriquecida de obras no sistema Braille, organizadas no Instituto. A SECÇÃO BRAILLE E O D. A. S. P. O Sr. Bezerra do Amaral e outros cegos do Instituto conquistaram os cargos que ocupam por meio de provas de habilitação realizadas pelo D. A. S. P. e às quais também concorreram candidatos videntes para funções de transcritores. Nas provas para admissão de cegos em funções adequadas, como sejam: bibliotecário, encadernador e revisor de provas em Braille, o critério estabelecido para julgamento dos candidatos foi o mesmo adotado no concurso a que se submeteram os videntes, sem qualquer tolerância ou transigência por parte dos examinadores. E, assim, ingressaram no Instituto Benjamin Constant 12 cegos para funções em que, antigamente, o provimento se fazia por simples designação dos diretores. O QUE ESTÁ FAZENDO AGORA A SECÇÃO BRAILLE A Secção Braille está preparando os livros para os cursos quando estes se reiniciarem e editando a "Revista Brasileira dos Cegos", de iniciativa do atual diretor do Instituto, e cujo primeiro número apareceu na "Semana do Presidente Vargas" e em sua homenagem. O BOM HUMOR DOS FUNCIONÁRIOS No gabinete do Sr. Bezerra do Amaral, onde dois outros cegos nos foram apresentados, os Srs. Pedro Petrônio e Alfredo José Jorge, no fim de poucos minutos nos sentíamos à vontade, pois a alegria de todos, a cordialidade e uma cortesia simples e acolhedora concorreram para nos dar liberdade para importuná-los com perguntas sobre um mundo de coisas. Outra observação: só encontramos gente moça no Instituto. DEMONSTRAÇÃO DE RESPEITO E GRATIDÃO. Depois de muito ouvirmos sobre os serviços atuais da casa, passamos a ter informações sobre os seus mestres e benfeitores, com referências simpáticas a quantos vêem trabalhando ou já trabalharam [...] (RIBEIRO, 1942, p.67).

A preservação desse conjunto de bens materiais torna-se, portanto, imprescindível para que se documente da melhor forma possível a trajetória dessa Instituição no Brasil.

A partir de 1994, inicia-se a gestão do Prof. Carmelino de Souza Vieira, que se finaliza em 2002. As iniciativas que a partir desse momento serão apresentadas tem relação com essa gestão.

Em 1994, tem início no Instituto Benjamin Constant o primeiro curso regular para uso de computadores por pessoas com deficiência visual no Sistema Operacional DOSVOX. Vale ressaltar que, após essa capacitação, muitas pessoas com deficiência visual foram absorvidas no mercado de trabalho em empresas públicas e privadas.

Em 17 de setembro de 1995, é criada a Revista Benjamin Constant em caracteres em tinta. Esta revista tem por objetivo divulgar o conhecimento técnico-científico produzido por profissionais da área da deficiência visual.

Um fato importante no que tange às discussões acerca da memória institucional do Instituto Benjamin Constant ocorre em 1996, com a criação do projeto memória do IBC. Este projeto, ligado ao Departamento Técnico Especializado através da parceria com a Associação de ex-alunos, viabilizou a coleta de uma série de depoimentos de membros ligados à história do Instituto. No âmbito deste projeto, foram desenvolvidas ações voltadas para o processo de arrolamento de bens móveis e imóveis do IBC junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2002-2009), estudo e catalogação do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant (2002-2004) e ainda desenvolveram-se pesquisas e identificaram-se documentos históricos acerca do Instituto no Arquivo Nacional e no Museu Casa de Benjamin Constant. A pesquisa em questão viabilizou a elaboração de um livro relativo ao sesquicentenário do Instituto Benjamin Constant editado em 2007.

Dois acontecimentos marcam o início da década de 2000 no Instituto Benjamin Constant: um diz respeito à inauguração do laboratório de informática Navegar, com a utilização dos programas DOSVOX e Virtual Vision, com patrocínio da Fundação VITAE. O outro diz respeito à produção de 21 livros do Plano Nacional do Livro Didático em arquivos eletrônicos para impressão em Braille, sendo concluído dentro das diretrizes do projeto para o desenvolvimento de provedor de informática da Educação Especial. No âmbito deste projeto, foram selecionados os livros mais cotados pelo MEC das quatro primeiras séries do ensino fundamental, sendo testado e aprovado o programa *Braille Fácil* de propriedade do Instituto e de distribuição gratuita.

Os livros foram distribuídos para todos os Estados do Brasil, visando atender o maior número possível de pessoas com deficiência visual (IBC, 2007).

Há um curso de Massoterapia mantido pelo Instituto pelo Parecer n. 224/87 do Conselho Estadual de Educação, garantindo o acesso de pessoas cegas no mercado de trabalho. O curso tem duração de dois anos e os alunos fazem seus estágios em diversas instituições hospitalares da cidade do Rio de Janeiro. Suas aulas práticas são realizadas na Clínica Fisioterápica do IBC e no acervo Célula ao Alcance das Mãos, exposição permanente do Museu do Instituto Benjamin Constant, no 3º piso do prédio principal do IBC.

A partir de 2003, inicia-se a gestão de Erica Deslandes Magno de Oliveira, que se finaliza em 2010. As iniciativas que a partir desse momento serão apresentadas tem relação com essa gestão.

Em 1 de junho de 2006, é inaugurada oficialmente a Oficina de Cerâmica do Instituto Benjamin Constant, atendendo alunos e reabilitandos do Instituto e permitindo-lhes contato com a experiência da Arte.

Em 17 de setembro de 2009, foi inaugurada no Instituto Benjamin Constant a Sala de Maquetes Históricas da cidade do Rio de Janeiro intitulada Mayá Devi de Oliveira. Este espaço é resultado do projeto para ampliação e reestruturação do Museu do Instituto Benjamin Constant. No mesmo ano, em comemoração ao bicentenário de nascimento de Louis Braille, foi montada uma exposição temporária utilizando-se parte do acervo permanente do Museu do Instituto Benjamin Constant. A citada exposição tornou-se permanente, constituindo-se em uma das salas de exposição do Museu.

Durante o período de estudo do arrolamento de tombamento dos bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant, iniciado em 2002 pelo IPHAN, e em fase de concretização, o Instituto passou por obras em suas instalações físicas. Foram restaurados: o telhado, a rede elétrica, as janelas e foi realizado estudo técnico de pintura de sua edificação.

A seguir, será apresentada uma descrição do espaço institucional do Instituto Benjamin Constant, um mapeamento etnográfico, com o propósito de sintetizar com imagens e textos as edificações que abrigam os setores existentes no Instituto. O conhecimento desses espaços é fundamental para a promoção da mobilidade e orientação, primeira etapa do processo de reabilitação.

4.2 - Desvendando os Espaços do IBC: mapeamento etnográfico

A orientação e a mobilidade fazem parte do cotidiano e do dia a dia da sociedade. Segundo Felipe (1997, 2001), a orientação é a capacidade de perceber o ambiente, saber onde estamos e a mobilidade é a capacidade de nos movimentar, se ela existir.

Para a pessoa com deficiência visual, a orientação é o aprendizado no uso dos sentidos para os indivíduos obterem informações do ambiente, saberem onde estão, para onde vão ou como fazer para ir a algum lugar. Podem usar audição, tato, cinestesia (percepção dos movimentos), olfato e visão residual, se existir.

Para Mendonça et al. (2008, p.67), a orientação e a mobilidade, conhecidas na comunidade dos cegos por OM, tem como finalidade ajudar a pessoa com deficiência visual, cego ou de baixa visão, a construir o mapa cognitivo do espaço que o rodeia, deslocar-se neste espaço, servindo-se, para tanto, de um conjunto de técnicas apropriadas.

Cerqueira (2009c) cita registros históricos que apontam a utilização de cajados, bastões e outros instrumentos semelhantes para deslocamentos em certos caminhos, para controle de rebanho e para ações defensivas e ofensivas em combate. Em contrapartida, o bastão de cedro era visto como autoridade e símbolo da realeza.

No caso das pessoas com deficiência visual, notam-se gravuras antigas com homens cegos com as mãos em bastões ou acompanhados por cães. As dificuldades dos caminhos, como irregularidades, eram e ainda são obstáculos para a locomoção independente da pessoa com deficiência visual, sendo necessários guias videntes, caso contrário essas pessoas ficam confinadas em ambientes restritos. Na primeira metade do século XX, os ex-combatentes de guerra, com cegueira, tornaram-se pioneiros no processo de reabilitação com as primeiras iniciativas para a garantia de uma vida independente.

A bengala possibilita um melhor deslocamento com base em técnicas que lhes dão a referência na identificação dos locais por onde caminham. A bengala é um instrumento indispensável para a locomoção e, ao viabilizar a independência, contribui para a autoestima da pessoa com deficiência visual e/ou motora. Com a sua utilização, as pessoas com deficiência visual têm mais confiança durante a travessia de ruas, subindo ou descendo escadas, ou durante seus deslocamentos no interior das instituições.

Segundo Santo Agostinho, um símbolo é uma coisa que, além da espécie inserida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa. Qualquer objeto, som, palavra capaz de representar algo constitui signo. Na sociedade, todos dependem do signo para viver e interagir com o meio em que vivem. É necessário para entender o mundo e as pessoas com as quais mantêm relações.

Nessa concepção, a bengala não é simplesmente um instrumento, mas um signo, uma identificação feita com base na coletividade. Por exemplo, uma pessoa com deficiência visual sem alterações anatômicas nos olhos solicita ajuda para atravessar a rua, esta pode lhe ser negada; porém, se ele estiver com a bengala, será reconhecido e identificado como deficiente visual com base em seu signo.

Percebe-se que algumas pessoas que adquiriram a deficiência visual podem apresentar recusa ou dificuldade de utilização da bengala no início do processo de sua reabilitação. Tal ato pode estar relacionado com a não aceitação da perda da visão, sendo necessário, muitas vezes, um trabalho com profissional de psicologia.

O relacionamento social acontece nas diversas situações da vida e nos muitos ambientes. O trânsito da pessoa com deficiência na sociedade pode provocar uma aproximação natural das pessoas, tornando possível a integração, principalmente, a comunicação verbal. Anteriormente, as pessoas com algum tipo de deficiência eram institucionalizadas, então, só interagem com os seus iguais.

Atualmente o prédio do IBC ocupa um quarteirão da Av. Pasteur. De frente, percebe-se uma estrutura arquitetônica em estilo neoclássico atualmente na cor amarelo, constituído de 3 andares. Na parte central, há uma escadaria em pedra que dá acesso ao segundo andar do prédio, havendo uma grade que impede a penetração de pessoas. Neste sentido, o prédio fica dividido em lado esquerdo e direito. Há 3 entradas principais: um portão próximo à Rua Xavier Sigaud que dá acesso ao estacionamento de veículos de funcionários e pacientes do Serviço Médico do IBC. Uma rampa que conduz as pessoas ao interior da Instituição (hall de entrada) destinada ao acesso de alunos, funcionários e visitantes. O 2º Portão dá acesso a veículos e funcionários, próximo à parte administrativa do Instituto, dando frente para a Av. Portugal. A Figura 1, apresentada a seguir, mostra uma imagem do prédio em seu aspecto recente (2000).



Figura 1 - Vista aérea do prédio do IBC. Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBC, 2000. (Foto Paula Kossatz)

O que é possível visualizar ao penetrar hoje no hall de entrada? Nessa área conhecida por Portaria, há um balcão de identificação. Por ser uma Instituição pequena em termos de número de funcionários, alunos e reabilitandos, apenas os visitantes se identificam ao entrar.

Impossível não se deter face à monumentalidade desta estrutura arquitetônica. Percebe-se de imediato a presença de pé direito elevado. Estamos no andar térreo. Caminhando para a direita, em relação à entrada principal, há um corredor, que contém cinco salas de cada lado. Do lado direito: salas do setor de psicologia, salas de triagem do setor de reabilitação e duas salas, fundidas em uma só, para a chefia do setor médico, nutricional e de reabilitação. No lado esquerdo, a primeira sala, próxima à escada de acesso ao 2º pavimento, é destinada à triagem de matrículas e acompanhamento de alunos e reabilitandos. A segunda sala pertence ao setor de psicologia e as três seguintes pertencem ao setor de reabilitação. No término deste corredor, de piso vinho, com detalhes em bege, paredes brancas e amarelas e rodapé preto, há um arco perfeito que nos conduz ao Serviço Médico. Percebemos neste setor de piso emborrachado preto e paredes rosas grande fluxo de pessoas da comunidade externa do IBC buscando assistência oftalmológica⁴⁴. Andando pelo espaço seguinte, em forma de L, temos

⁴⁴ Através dos registros orais desta comunidade sabe-se que essa casa construída na área do IBC serviu de residência para o Ministro da Educação antes de 1960. Em 1990 o Instituto incorpora a casa ao seu patrimônio.

acesso aos centros cirúrgicos e enfermarias. Formando um U vê-se a sala de curativos e o dentista; à esquerda, antes do refeitório, situa-se o setor de fisioterapia, há pouco tempo funcionando no Instituto.

Retornando ao ponto de entrada e seguindo o corredor à esquerda, muitas salas podem ser vistas. Na primeira do lado esquerdo funciona uma loja para vender equipamentos para uso de pessoas com deficiência visual, tais como bengalas, regletes, punções etc. As três salas seguintes são do setor de reabilitação para o aprendizado do Sistema Braille. As duas seguintes para o ensino de afinação de piano. Ouvem-se pessoas tocando piano. Neste corredor também funciona a coordenação musical. Há salas de piano e violão. Ainda neste corredor há bancos e pessoas que transitam de um lado para outro. Saindo deste corredor, percebe-se uma saída para o pátio interno do IBC. À esquerda, há uma sala grande contendo computadores para o aprendizado de informática. Em frente a ela, há um corredor com salas para o aprendizado da cerâmica, onde anteriormente funcionava a oficina de colchoaria. Mais à frente, existe o portão de acesso ao setor da pré-escola.

O piso é verde e as caminhas amarelas, as janelas têm cortinas azuis; tudo pequeno. Percebe-se um setor fechado adaptado às necessidades das crianças e banheiros com louças muito pequenas. Parece uma casa. As crianças deste setor não ficam restritas a esse espaço, pois há também parque privativo. As salas de música são pequenas e têm um colorido. Retornando em forma de L há uma escada de madeira dando acesso ao segundo pavimento todo em tábua corrida. Dando seguimento à esquerda, existe outra escada dando acesso aos dormitórios masculinos. À esquerda, há longo corredor com salas de aula da classe de alfabetização e primeira fase. As turmas são pequenas contendo no máximo 10 alunos. À direita, num espaço em L, janelas muito altas. Nesta parte do Instituto há um mini-auditório utilizado em momentos festivos ou quando são promovidos seminários e outros eventos. Saindo deste espaço, andando no sentido oposto à escada, prosseguindo-se, chega-se ao saguão interno que corresponde externamente à escadaria central da arquitetura do prédio. Visualiza-se, neste saguão, duas entradas de acesso ao Teatro IBC. Em seguida, existem dois elevadores, um à direita e outro à esquerda. Há também duas escadas largas que nos conduzem ao terceiro andar. Neste saguão vê-se busto do Imperador Pedro II, e outros de Louis Braille, Benjamin Constant e Valentin Haüy. Uma espécie de Panteão em homenagem aos grandes homens do universo da

cegueira. A Figura 2, a seguir, apresenta uma imagem do saguão do Instituto Benjamin Constant.



Figura 2 - Saguão do Instituto Benjamin Constant. (Foto de S. Castellano, S/D)

O piso é encerado e escorregadio. A escada de acesso nas laterais é constituída do mesmo piso. As paredes são brancas e amarelas.

Subindo à esquerda chega-se ao terceiro andar. A vista é maravilhosa! Pela janela podemos contemplar a Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e a ponte Rio-Niterói. O lado esquerdo desse pavimento está hoje desativado necessitando de obras de restauração de estrutura arquitetônica. Do lado direito entramos num corredor muito longo. À direita, existe uma pequena Capela de Santa Luzia, protetora da visão, vinculada à Paróquia de Nossa Senhora do Brasil. Em seguida, situam-se a Sala Célula ao Alcance das Mãos, a Sala Louis Braille e a Sala de Maquetes, oriundas do projeto de ampliação do espaço do MIBC. Neste espaço funcionava até 1991 a Biblioteca do IBC, hoje localizada num prédio anexo. Em narrativas orais dos ex-alunos do IBC, identificou-se a ocupação anterior deste espaço. Em uma de suas salas funcionou Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no apogeu da Ditadura Militar, segundo o professor Vitor Alberto, entrevistado em 19 de novembro de 2003. No saguão deste piso há duas salas laterais onde funcionava o Instituto Villa-Lobos até mais ou menos a década de 1960, antes de ser transferido para a praia do Flamengo. No final deste corredor existe uma área que

dá acesso ao dormitório feminino de alunos, além de uma escada que conduz ao segundo pavimento.

Ao descer a escada visualizamos à esquerda uma sala onde funciona o Departamento de Educação. À frente, avista-se a sala dos professores e a sala da coordenação da primeira fase. Seguindo esta parede, há um mapa do Brasil com fundo azul. Mais adiante, está situada a Biblioteca infantil. Do lado oposto às salas, há janelas muito grandes na cor cinza. Através delas, vê-se o pátio interno do IBC todo gramado nas laterais. Vê-se ainda um parquinho e crianças correndo. Andando em L chega-se à sala da coordenação da segunda fase. Há neste corredor salas de aula. Os registros orais falam da ocupação anterior deste espaço. Havia uma Capela de grande proporção onde se realizavam até casamentos de alunos do Instituto.

Seguindo o respectivo corredor, chega-se a um outro corredor de piso liso vermelho encerado e escorregadio. Ao longo deste corredor há um grande salão hoje ocupado pelo setor de deficiência múltipla. Internamente há uma área fechada que dá acesso ao salão de ginástica. Anteriormente, este salão destinava-se às atividades recreativas do setor feminino. Atualmente funciona neste espaço uma Brinquedoteca. Seguindo em direção à escada, há duas vastas salas ocupadas pelo setor de deficiência múltipla. O MIBC funcionou durante alguns anos da década de 1980 numa dessas salas. Subindo a escada, chega-se aos dormitórios femininos e banheiros. Andando em linha reta, passa-se por uma pequena porta que nos conduz a um recuo, uma espécie de ponte fechada com pequenas janelas, que nos permite chegar à rouparia.

Anteriormente o Instituto tinha um elevador funcionando neste setor. Hoje, encontra-se desativado. Descendo um lance de escada, chega-se ao 2º pavimento. Descendo mais um, chega-se ao 1º piso, onde se encontra o Serviço Médico, que atende a alunos e à comunidade em geral. Circulam pelo espaço, para atendimento nas diversas áreas da oftalmologia, mais de 300 pessoas por dia. Nesse local, são desenvolvidas pesquisas no campo da prevenção da cegueira, inclusive gerando publicações científicas.

Seguindo em frente, à direita, vê-se a entrada da copa. À frente, há o prédio da Imprensa Braille, inaugurada em 1946. Anteriormente, a impressão de livros em Braille se dava no hall de entrada, segundo depoimentos dos mais antigos na instituição. A Figura 3, a seguir, apresenta uma imagem da fachada do prédio da Imprensa Braille.



Figura 3 - Fachada do prédio da Imprensa Braille. (Foto de S. Castellano, Acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 1995).

Este prédio, que passou por uma grande reforma, abriga uma verdadeira “indústria” de livros impressos no Sistema Braille, hoje informatizada, visando atender às necessidades de material especializado para pessoas com deficiências visuais. Vê-se impressoras imprimindo páginas e páginas por segundo. Livros são encadernados para serem distribuídos. Hoje funciona ainda neste setor a Divisão de Pesquisa de Material Especializado, diversificando de alguma forma as atividades deste setor.

Impossível pensar a Memória do Instituto Benjamin Constant sem o suporte da transcrição para o Sistema Braille do material necessário aos portadores de deficiência visual. Já no ano de 1861 tem início os primeiros trabalhos nas oficinas de tipografia e encadernação conforme assinalado anteriormente, origem da atual Imprensa Braille do IBC (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2006).

Os livros eram impressos manualmente, tentando atender às necessidades internas da Instituição até 1937, apesar da aquisição de duas máquinas de estereotipia Braille (1934) e uma impressora. Inicialmente funcionava no andar térreo até a construção de um prédio anexo, fato concretizado em 1946 (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2006).

Após a abertura da Imprensa Braille, os livros ali impressos passaram a ser vendidos, mas as condições financeiras das pessoas cegas da época não lhes permitiam comprá-los.

Vê-se pessoas lendo folha por folha para revisar o Braille. Tudo organizado por etapas. Saindo deste prédio, à direita, vê-se as piscinas. Uma é pequena, para crianças muito pequenas; a outra, semiolímpica. Ambas foram construídas na década de 1970, na gestão do prof. Antônio dos Santos, objetivando atender as necessidades educacionais da escola.

O Professor Antônio, entrevistado em 03 de novembro de 2003, fez menção a alguns fatos importantes. O terreno do Instituto durante a epidemia de febre amarela foi cedido pelo Imperador D. Pedro II como cemitério, pois o Cemitério São João Batista ainda estava em construção. Os professores que antecederam o prof. Antônio relatavam que, durante a construção do prédio anexo, destinado a abrigar a Imprensa Braille, foram encontradas ossadas humanas e alças de caixão. Durante as escavações para a construção da piscina, o prof. Antônio, tentando constatar esses fatos, supervisionou todo o trabalho. Nada foi encontrado. Escavar mais próximo à Imprensa Braille tornava-se perigoso, considerando a estrutura do prédio. A Figura 4, apresentada a seguir, mostra uma foto da vista aérea do IBC e seu entorno.



Figura 4 - Vista aérea do IBC e de seu entorno (Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBC, 2000. Foto Paula Kossatz).

Continuando esse passeio pelo Instituto, à frente das piscinas num prédio anexo hoje funciona a Coordenação de Educação Física. Esse prédio possui dois pavimentos. Nele há sala de dança, de musculação e de ginástica.

Todas essas atividades são destinadas aos alunos e reabilitandos, mas hoje não exclusivamente. A comunidade como um todo pode participar de tais atividades, em horário determinado, pagando uma taxa fixada pela Fundação de Apoio ao IBC. Andando em forma de U chega-se à lavanderia, de onde é possível ver o parquinho da pré-escola. Mais à frente, encontra-se outro prédio, hoje abrigando a Biblioteca Central. O Jardim de Infância já funcionou neste prédio anexo. Há à frente uma pequena praça. A Biblioteca concentra grande quantidade de voluntários na função de leitores de cegos e na produção dos livros falados. A Figura 5 apresenta, a seguir, uma imagem da Praça interna do IBC, conhecida por Praça dos Leitores.



Figura 5 - Praça interna do IBC, conhecida por Praça dos Leitores. (Foto de S. Castellano, Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBAC, 1995).

Formando um L no estacionamento vê-se um outro prédio anexo à Biblioteca. Há muitas salas neste prédio. Nele funciona o Supletivo administrado pelo Estado, aberto à comunidade externa ao IBC; há também salas para cursos do Sistema Braille para educadores e comunidade. Funciona nela, ainda, o Departamento de Pessoal do IBC. Neste anexo, até meados dos anos 1980, funcionou o Centro de Educação Especial (CENESP), hoje extinto. A Figura 6, apresentada a seguir, mostra uma imagem do estacionamento interno do IBC.



Figura 6 - Estacionamento Interno do IBC (Foto de S. Castellano, Acervo fotográfico do MIBC. Rio de Janeiro: IBAC, 1995).

Andando um pouco mais, chega-se a uma casa de dois pavimentos, onde hoje está instalada a parte administrativa do IBC. Anteriormente, era a casa do Ministro. No andar térreo, existe uma copa, banheiro e salas de reunião. Subindo a escada, de tábua corrida, vê-se salas da direção. Na sala de espera, observa-se um grande quadro do Patrono da Instituição. Saindo desta casa e andando em forma de L, chega-se novamente à piscina. Dá para ver as construções irregulares fruto de sucessivas invasões. O IBC perdeu uma parte de sua área, a partir da invasão dos terrenos situados no Morro Benjamin Constant. Ainda há em frente à piscina duas casas destinadas a ministrar aulas de atividades da vida diária. Andando em forma de L chega-se ao campo de futebol. Há uma pista de corrida atrás do prédio da Biblioteca.

Caminhando em forma de um “U” chega-se ao portão próximo à rua Xavier Sigaud. À esquerda encontra-se uma vila de casas cuja administração pertenceu ao Instituto, pois, residiam nelas funcionários que exerciam cargos de confiança. Hoje essa administração pertence ao Patrimônio da União. Residem nessas casas funcionários, ex-funcionários e familiares destes após seu falecimento.

Retornando, é possível ver durante o percurso pessoas se deslocando com suas bengalas e instrutores. São os reabilitandos assistidos no IBC, que perderam a visão na fase adulta. Estão reaprendendo as coisas. No pátio interno, crianças correm de um lado para outro se guiando nas pilastras. Andando em U chega-se à cantina.

Após essa etnografia do espaço do Instituto Benjamin Constant serão analisadas a seguir as experiências dos agentes sociais, membros da comunidade do IBC, enquanto articuladores da memória. A Figura 7, apresentada a seguir, mostra uma imagem do pátio interno do Instituto Benjamin Constant.



Figura 7 - Pátio interno do Instituto Benjamin Constant. (Foto: Claudia Maria Girão Barroso, 2004).

Instituições são, no sentido do termo, estabelecimentos sociais localizados em espaço definido, como salas, conjunto de edifícios ou fábricas onde se desenvolve alguma atividade. Como definir uma Instituição total? Embora toda Instituição em sua própria constituição esteja sujeita ao fechamento, Erving Goffman define tais estabelecimentos como um lugar de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um grande espaço de tempo, estão submetidos a uma administração plenamente estabelecida. Goffman explica:

Em nossa sociedade podemos dividir, para fins de estudo, essas Instituições totais em cinco grupos. Instituições criadas para cuidar de pessoas supostamente incapazes e inofensivas. Enquadram-se nesta categoria as casas para cegos, órfãos e indigentes; Locais destinados a cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, sendo ainda consideradas uma ameaça à comunidade, embora não de forma intencional. Neste grupo mencionam-se os hospitais para tuberculosos, leprosos e sanatórios. Há um tipo de Instituição total organizada para proteger a comunidade: são as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e concentração. Outras são elaboradas com a finalidade de se organizar tarefas. Como exemplos podem ser citados os quartéis, navios, escolas internas, campos de

trabalho, etc.. Finalmente, há estabelecimentos fechados com o intuito de servir de refúgio do mundo: estão nesta ótica os conventos, as abadias, mosteiros, etc. (GOFFMAN, 1987, p.17).

Estigma - marca ou impressão, foi um termo desde os gregos empregado como indicativo de uma degenerância, conforme enfatiza Goffman no trecho a seguir:

Na Antigüidade Clássica, através do estigma, procurava-se tornar visível qualquer coisa de extraordinário, mau, de quem o apresentasse. O estigma avisava a existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa cujo contato deveria ser evitado. Na era cristã dois sentidos foram acrescentados ao termo: um de natureza sagrada, era um sinal corporal de natureza Divina. O outro, uma alusão médica a um distúrbio físico. Com o desenvolvimento dos estudos da Patologia Social, a palavra voltou a ser usada no sentido de degradação (1988, p.11-12).

Erving Goffman em seu livro *Estigma, Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* discute também a linguagem de relações existentes entre os indivíduos estigmatizados e os “normais”. O estigma foi discutido, na realidade, como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo.

Goffman define três tipos de estigma:

Em 1º lugar há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem... (1988, p.14).

O cego carrega consigo um estigma visível. Essa visibilidade, por sua vez, acarreta uma série de estereótipos ligados a sua pessoa. É uma relação de atributos que irá de alguma forma nortear a constituição da identidade social desses indivíduos nos seus grupos de iguais e nos demais segmentos da sociedade.

No decorrer das entrevistas na comunidade do Instituto Benjamin Constant percebe-se uma grande resistência do grupo de portadores de deficiência visual à chamada inclusão educacional defendida atualmente pelos organismos governamentais.

Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de um “gestalt” de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo, como se ele fosse

aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitas a um tipo único de avaliação, supondo que o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros (GOFFMAN, 1988, p.15).

A convivência entre os pares é defendida pelos cegos. A que serve esse isolamento? Goffman (1988) coloca a situação da seguinte forma: o refúgio dos estigmatizados junto a grupos dos iguais constitui-se numa relação de autodefesa e numa “aceitação” quase que forçada de sua situação de estigmatizado. A própria sociedade divide os indivíduos em grupos. No entanto, o momento atual pressupõe relações extra-grupais.

No caso da comunidade do Instituto Benjamin Constant, como analisar esse processo? Durante as entrevistas, observou-se que o Instituto é sempre discutido ainda hoje como referencial de mundo pelas pessoas com deficiência assistidas, mesmo os já participantes de outros grupos.

... o medo de que os outros possam desrespeitá-la por algo que ela exiba significa que ela sempre se sente insegura em seu contato com os outros... Isso representa uma deficiência quase fatal do sistema do “eu” na medida em que este não consegue disfarçar uma formulação definida que diz: “Eu sou inferior, portanto as pessoas não gostarão de mim e eu não poderei sentir-me seguro com elas” (GOFFMAN, 1988, p.22).

Quando “normais” e estigmatizados se encontram, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão as causas e efeitos do estigma.

Seus atos mais usuais de outrora – andar indiferentemente na rua, colocar ervilhas no prato, acender um cigarro – não são mais comuns. Ele torna-se uma pessoa diferente. Se ele os desempenha com destreza e segurança provoca um mesmo tipo de admiração inspirado por um mágico que tira coelhos de cartolas (GOFFMAN, 1988, p.24).

Por muitos anos as pessoas com algum tipo de deficiência foram institucionalizadas e separadas do convívio social. Até o local de instalação dessas instituições eram lugares isolados dos grandes centros urbanos.

No ano de 1872, como vimos, foi lançada a Pedra fundamental de Construção da Sede do IBC. Terreno doado pelo Imperador localizado na atual Urca. Como pensar neste bairro? O que existia nesta ocasião nos arredores do Instituto em construção?

Os estudos nos levam a um bairro isolado dos demais, onde uma única linha de bonde fazia a ligação com o restante da cidade. O Hospício de Pedro II já funcionava vizinho ao IBC. Ainda não havia o late Clube. A Avenida Lauro Muller era uma chácara. Havia poucas construções residenciais (BARROSO, 2009).

Hoje, percebe-se ainda algumas características semelhantes. Apenas uma entrada e uma saída. Três linhas de ônibus e o integração metrô ligam a Urca aos demais bairros. São vizinhos do IBC a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Serviço Geológico do Brasil (antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). O Hospício Pedro II foi transferido tão logo se processou o crescimento urbanístico do bairro, pois os internos passaram a ser vistos como indesejados pelos novos habitantes.

O IBC assemelha-se à uma Instituição total, no sentido assinalado por Ervin Goffman (1988), em seus mínimos detalhes. Analisando o 1º estatuto interno do IBC, evidenciam-se alguns aspectos desta totalidade citada. Os cegos que neste Instituto ingressassem eram submetidos a uma rígida disciplina, só podendo ser visitados pelos pais aos domingos, com prévia autorização do diretor.

O fato de ser uma escola ainda hoje em regime de internato, embora já faça concessão de externato aos alunos que assim desejarem, ainda causa estranheza ao olhar externo.

Hoje o Instituto não é a única escola para educação das pessoas com deficiência visual no Brasil, uma vez que mantêm um curso para formação de professores especializados na área da deficiência no Brasil. Embora não tenhamos feito esse levantamento, são conhecidas outras instituições com objetivos semelhantes, como o Instituto São Rafael (MG); o Instituto Padre Chico, em São Paulo, capital; a Fundação Dorina Nowill para cegos, que atua em todo o Brasil e cuja sede é em São Paulo, entre outras.

A seguir, será apresentado o Museu do Instituto Benjamin Constant, nos dias atuais.

4.3 - O Museu do Instituto Benjamin Constant

O Museu do Instituto Benjamin Constant propõe-se, desde a década de 1990, a discutir a história da educação de cegos no Brasil. Trata-se, portanto, de um

museu escolar. Abrange uma área expositiva com cerca de 600m², no 3º piso do prédio sede do Instituto Benjamin Constant. Compreende três salas com exposição permanente e um espaço caracterizado como reserva técnica. Não há até o momento sala para exposições temporárias, nem sala para as atividades administrativas do Museu. As salas de exposição permanente são assim intituladas: Célula ao Alcance das Mãos, Louis Braille e Monumentos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro (conhecida como sala de maquetes). As Figuras 8 a 10 apresentam imagens atuais do MIBC.



Figura 8 - Imagem do saguão, 3º piso, entrada do MIBC, com destaque para relógio e busto de Xavier Sigaud (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).



Figura 9 - Imagem da Sala de Maquetes de Monumentos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).



Figura 10 - Imagem da Sala da Exposição Louis Braille (Acervo do MIBC. Foto: Fabiane Ludgerio, 2015).

Antes de apresentar esses espaços e os objetos que são ali expostos, cabe discutir a especificidade dos mesmos, em vista do seu público alvo principal. Para perceber o objeto como presença constante no curso da humanidade, há de se indagar de seu processo de significação, dos códigos instituídos para discriminá-lo, descrevê-lo, identificá-lo. Pode-se pensar em sua definição imediata, aquela por meio da qual se dá sua visibilidade. No contexto social, o objeto é impregnado de uma finalidade de uso. Para Baudrillard (1990, p.69) o conceito de funcionalidade vincula-se ao objeto na medida em que este se encontra no plano social, mas também ao mundo real e às necessidades humanas. Esta relação mediaria o objeto a ultrapassar precisamente sua função, torna-se elemento de jogo, de variantes, de ressignificação. De sua função primária, o objeto desloca-se para um sistema de signos culturalizados, quando então se desenvolve a relação simbólica.

Barthes (1987, p.173) considera o objeto um mediador entre a ação e o homem, um transitivo que possibilitaria ao homem agir sobre o mundo, modificando-o.

Esta intermediação, ao longo das várias situações sociais, vai sofrendo um processo de promoção no deslocamento da vida cotidiana: um utensílio, na esfera socializada, passa a objeto. Dizendo de outra forma, os utensílios perdem sua cotidianidade ao serem inseridos no universo da referência social, deixam

de ser coisa, passam a ter estatuto de objeto, podendo alcançar a significação de objetos sociais.

Como já apresentado anteriormente, Pomian (1984, p.63) define coleção como um conjunto de objetos expostos ao olhar. Mas ao olhar de quem? E para aqueles que estão privados da visão? Percebe-se aqui que a definição exclui a pessoa com deficiência visual. O autor define ainda uma categoria de objetos, os chamados semióforos. São objetos que perderam a sua função utilitária para então ganhar outro significado. Pode-se dizer que todos os objetos que migram para o universo dos Museus passam a integrar a categoria dos semióforos?

A atividade produtiva do objeto remete-nos a dois sentidos diferentes: uma estrutura visível e outra invisível. Neste sentido, nós poderíamos nos perguntar: como se apresentam as relações de utilidade e significado do objeto? Há três situações possíveis: uma coisa pode ter apenas utilidade sem ter significado algum; os semióforos têm apenas o significado do qual são portadores, no entanto, não têm utilidade; existem ainda objetos que parecem ser coisas e semióforos. Podemos dizer que os objetos são coisas quando são utilizados. Nas palavras de Pomian:

[...] é a mão que põe o objeto visível em relação visível com outros objetos. [...] é o olhar prolongado por uma atividade de linguagem que estabelece uma relação invisível entre o objeto e um elemento invisível [...] O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar (POMIAN, 1984, p.72).

Quais são as condições que um objeto tem que satisfazer para que lhe possam atribuir um valor? Para que um determinado valor possa ser atribuído a um objeto este deve ser útil ou portador de significado. Há objetos que não são vistos como úteis e também não possuem significado algum para os grupos que os produzem. Pomian complementa:

é o seu significado que funda o valor de troca das peças de coleção. Estas são preciosas, o que quer dizer que se lhes atribui um valor, porque representam o invisível e participam, portanto da superioridade e da fecundidade de que este é inconscientemente dotado. Enquanto semióforos são mantidos fora do circuito das atividades econômicas porque é apenas desse modo que podem desvelar plenamente o seu significado (1984, p.72).

Tendo em vista esse contexto, serão agora apresentadas as salas de exposição. Saindo do elevador no 3º piso do prédio do IBC, à esquerda, há um longo corredor que conduz o visitante à Capela do IBC e, posteriormente, às três salas que abrigam a exposição permanente com acervo do Museu. Elas serão discriminadas e detalhadas a seguir.

Sala “Célula ao Alcance das Mãos” - Em 2007, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) doou para o IBC um acervo intitulado *A célula ao alcance das mãos*. São objetos confeccionados em silicone representando as partes do corpo humano. O referido acervo muito vem contribuindo para o ensino de ciências, não só de pessoas cegas, mas também de alunos de escolas próximas. Caracteriza-se como conjuntos de objetos elaborados e produzidos para fazerem parte de exposições e permitirem a apresentação de conceitos e temas, sendo bastante comuns nos centros de ciência. A UFMG trabalha com esse tipo de acervo em exposições itinerantes em todo o Brasil. No Instituto Benjamin Constant, tais objetos exercem a função de objetos tiflotécnicos, embora não tenham sido criados para esse fim.

Varine (1986) lembra que necessitamos de um fluxo constante de informação para construir a nossa cultura. Cabe-nos questionar acerca de como proporcionar às pessoas com deficiência visual o acesso à informação num mundo cada vez mais visual. Para esses indivíduos o conhecer significa explorar tatilmente. Trata-se de outro modo de explorar o mundo e de significação das coisas. O acervo museológico constituído para atender esse público específico deve levar em consideração suas especificidades, o que pode determinar a inclusão de peças que inicialmente não estariam no âmbito de um determinado museu. Nas palavras de Varine:

Nossa sociedade, assim como cada um de nós, necessita de um fluxo constante de informações e dados com os quais constrói o mundo, fundamenta nossa cultura e cria o nosso futuro. [...] apenas o museu pode salvaguardar as coisas que ao mesmo tempo representam nosso patrimônio e nossa tecnologia, que refletem a pesquisa e a experiência, os frutos da atividade natural e humana - e os salvaguarda em sua forma completa, [...] referenciada e documentada no tempo e no espaço (VARINE, 1996, p. 53).

As Figuras 11 a 13 a seguir, mostram imagens características do público conhecendo peças do acervo, apresentadas nessa sala da exposição permanente.



Figura 11 - Imagem do ato de reconhecimento de uma peça do acervo do MIBC por pessoa com deficiência visual (Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).



Figura 12 - Mostra de um protótipo de coração humano sendo manuseado por um cego (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).



Figura 13 - Mostra de uma estrutura celular sendo manuseada por um cego (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo particular, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Para Lourenço (2000, p.46), há duas categorias de objetos de Museu de Ciência & Tecnologia. Uma corresponde aos objetos históricos com a função de documentar a produção do conhecimento científico. A outra categoria de objetos, chamados de participativos, corresponde aos objetos manipuláveis pelos visitantes, construídos com o propósito de investigação científica ou pedagógica, com a função de ensinar. Parte do acervo do Museu do Instituto poderia ser entendido como objetos participativos, embora não se trate de um museu de ciência.

Candlin (2004, p.74) examina concepções e uso de toque dentro de museus de Arte, questionando os fundamentos da História da Arte moderna, bem como os museus enquanto lugares de aprendizado visual. Enfatiza a importância do toque para o aprendizado não só das pessoas cegas, mas, principalmente para elas. Ver com os olhos é diferente de perceber com as mãos.

Como os objetos apresentados nas Figuras 8 a 10 foram criados para serem manipulados, são expostos em cubos expositores de 1m de altura para permitir melhor acesso de pessoas com deficiência visual. Os alunos do curso profissionalizante em Massoterapia utilizam tal acervo em suas aulas práticas. Então, este acervo não perdeu a função de uso ao ser musealizado.

Os textos foram produzidos em suporte papel, em Braille, e em tinta ao mesmo tempo. Considerando que essa exposição é permanente os mesmos deveriam ser produzidos em suporte alumínio ou em *thermoform* por serem materiais mais resistentes ao toque.


Sala “Louis Braille” - Em 2009, o Instituto Benjamin Constant, em função dos eventos comemorativos do bicentenário de nascimento de Louis Braille, como já explicado anteriormente, organizou uma exposição utilizando-se de objetos sob a guarda do Museu do Instituto. A exposição tinha por meta a duração de um ano, mas, tendo em vista ter sido muito visitada, a direção do Instituto optou por mantê-la organizada em caráter permanente. Com isso, ampliou-se a área expositiva do Museu.

Num primeiro momento, pretendia-se abordar apenas aspectos da vida de Louis Braille. Posteriormente, decidiu-se incluir na exposição a trajetória histórica do Sistema Braille, partindo dos primórdios, com o uso de letras em relevo, de Valentin-Haüy, até a contemporaneidade. São utilizados painéis com textos e imagens, uma maquete da casa de Louis Braille, um manequim em tamanho natural representando

Braille com a indumentária da época, além de serem expostas diversas peças do acervo do MIBC, que serão apresentadas e descritas a seguir.

Há sob a guarda do Museu um busto em gesso de Louis Braille doado por um ex-aluno. São apresentadas no Quadro 2, a seguir, imagem da peça e sua descrição técnica.

Quadro 2 - Busto em gesso de Louis Braille, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>BUSTO DE LOUIS BRAILLE. Busto à francesa em gesso. Possível procedência francesa, post.1954 [CERQUEIRA, 2009c]. Na parte inferior do pedestal que faz parte da peça, há as inscrições “L.s Braille / 1809-1852” (frente) “L. Holweck / d’après / Jouffroy” (lateral esquerda da peça) e “Asson Valentin [Haüy]” (lateral direita). Altura 35cm, 24 x 13,5cm. Trata-se provavelmente de réplica da moldagem em gesso, por L. Holweck, do busto original de autoria de Jouffroy; conta o professor e antigo diretor do IBC Jonir Cerqueira que, em tempos pré-fotografia, amigos de Braille se cotizaram para mandar fazer um daguerreótipo do educador e o diretor da escola parisiense mandou fazer uma máscara mortuária; com base nesta máscara, o escultor François Jouffroy (1806-1882) cinzelou um busto em mármore que está no vestíbulo do Instituto dos Cegos de Paris e foi inaugurado em 25.5.1853 [CERQUEIRA, 2009c]. Localização em mar. 2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).</p>

No âmbito da exposição, foi idealizado e montado um cenário com um gabinete de trabalho típico do séc. XIX, similar ao utilizado por Louis Braille em Paris. Para isso, foi escolhido mobiliário utilizado por José Francisco Xavier Sigaud (escrivania e cadeira). Apresenta-se, a seguir, imagens e descrição técnica dos referidos bens no Quadro 3 .

Quadro 3 - Mobiliário utilizado por José Francisco Xavier Sigaud, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>MESA DE TRABALHO DO DIRETOR. Grande escrivaninha de madeira entalhada com par de gavetas em cada extremidade e gaveta central que controla o mecanismo de abertura, puxadores de metal em relevo. Consta ter sido contemporânea do 1º diretor Xavier Sigaud [IBC], sendo a mesa, neste caso, anterior a 1856. Altura 77cm, 168 x 89cm [RODRIGUES]. Foi acrescentada fechadura na gaveta central. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: “Escrivaninha-mesa, madeira e metal com uma gaveta central e dois registros a cada lado com duas gavetas na seção superior com espelhos e puxadores em bronze dourado. Pernas curvas, pé-de-cachimbo, peça de meados do século XIX” [DANTAS]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00115 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).</p>

Sobre esta escrivaninha estão um mata-borrão, um porta-tinteiro e um globo terrestre em alto relevo. A seguir, apresentam-se, no Quadro 4, imagens e descrição técnica dos citados bens.

Quadro 4 – Outras peças do acervo do MIBC e respectivas descrições técnicas.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>CONJUNTO DE TINTEIRO. Base retangular em mármore preto, com dois suportes para penas em bronze, três divisões circulares para papel e dois tinteiros circulares em bronze. Altura 8,5cm (porta-penas), 25 x 20cm [IBC], ant.1889. Consta que o conjunto de tinteiro foi utilizado por Benjamin Constant quando diretor do Instituto (RODRIGUES).]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 12674 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis, 2009).</p>
	<p>GLOBO TERRESTRE DE MESA. Base retangular em madeira, globo terrestre em alto-relevo de bronze com haste e base circular também em alto-relevo de bronze. Altura 32cm, 29 x 20cm [IBC], déc.1940 ou anterior [RODRIGUES]. O objeto provavelmente fazia parte do gabinete do diretor. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 01539 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).</p>
	<p>MATA-BORRÃO. Madeira, com gravação “Serviço Público Federal”. Altura 20cm, 20 x 8cm [IBC], déc.1940 ou anterior [RODRIGUES]. O objeto, cuja função era remover do papel o excesso de tinta de assinaturas e carimbos, provavelmente fazia parte do gabinete do diretor. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso) (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).</p>
	<p>PÁ DE LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL. Pequena pá de prata com cabo em madeira torneada, usada por Pedro II para lançar a pedra fundamental do edifício em 1872, com a gravação “29 de junho de 1872 / Sua Majestade Imperial / D. Pedro 2º / collocou a primeira pedra do edifício / destinado ao Imperial Instituto / dos Meninos Cegos”. A pá está acondicionada em estojo oval de madeira com parte superior em vidro, fundo de feltro amarelo. A pá foi referida como “colher” por Moreira de Azevedo em sua visita ao Instituto dos Cegos, então funcionando na praça da Aclamação [MOREIRA DE AZEVEDO]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 12698 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).</p>

Foram também selecionados para a exposição objetos tiflotécnicos que documentam a evolução tecnológica de consolidação do Sistema Braille e estão sob a guarda do MIBC.

Não foram produzidas vitrines para a exposição e guarda do acervo exposto e sim cubos expositores com altura de 1m e largura de 0,90cm, para melhor acomodação tátil do público com deficiência visual. Os painéis expositivos em colaminado foram revestidos de material emborrachado na cor preta, tendo em vista que as paredes estão pintadas na cor pérola. Há necessidade de trabalhar com contraste de cor visando-se uma melhor visibilidade por pessoas com baixa visão. Nos referidos painéis foram utilizadas a fonte Arial tamanho 30 para os textos e tamanho 16 nas etiquetas de identificação dos objetos.

Os textos em Braille foram produzidos no suporte papel porque se tinha em mente montar uma exposição inicialmente temporária. Tendo em vista que a citada exposição tornou-se permanente, os textos em Sistema Braille deveriam ser produzidos em suporte alumínio que tem maior durabilidade sendo mais resistente ao toque.

Grande parte do acervo é constituída por objetos criados para atender às necessidades de pessoas cegas. Tais objetos dizem respeito ao processo educacional de pessoas cegas. Confeccionadas em madeira, alumínio, e as mais recentes em plástico, as denominadas “regletes” são objetos constituídos por uma prancha em forma retangular e por uma espécie de régua vazada. A escrita se dá da seguinte forma: ajusta-se o papel especial na prancha e a escrita é processada da direita para a esquerda; o papel é perfurado com um instrumento pontiagudo chamado punção e, em seguida, retira-se o papel da reglete para proferir a leitura de forma convencional, da esquerda para a direita. A Figura 14, apresentada a seguir, mostra uma imagem característica desse objeto, exposto na exposição Louis Braille.



Figura 14 - Imagem característica de uma “reglete” de madeira, pertencente ao acervo do MIBC (Foto: Débora de Almeida Rodrigues, 2005).

De diferentes modelos e procedências, as máquinas datilográficas para a escrita Braille vêm se aperfeiçoando, ao longo do tempo, visando melhorar as condições de aprendizado do indivíduo cego e a sua portabilidade.

As máquinas datilográficas Braille do acervo do MIBC possuem corpo central constituído de nove teclas, sendo três à direita e três à esquerda para elaboração da escrita. As mesmas são separadas por uma tecla central com a função de produzir espaços entre as palavras. Possuem ainda uma tecla de retrocesso e uma para ajuste do papel. O papel é introduzido na máquina por um tubo circular localizado na parte superior. A Figura 15 (a e b) apresenta imagens de duas dessas máquinas, sendo uma fabricada na Inglaterra (década de 1950) e outra na Dinamarca (década de 1950).



Figura 15 (a e b) - Máquinas datilográficas Brailleur do acervo do MIBC; a) fabricada na Inglaterra; b) e na Dinamarca (ambas na década de 1950) (Fotos: Débora de Almeida Rodrigues, 2005).

Tais objetos estão expostos em cubos expositores, sem a proteção costumeira de vitrines, para permitir o toque nos objetos, ou quando estão, as mesmas são de madeira, não fornecendo condições para o devido acondicionamento dos mesmos. As salas da área expositiva encontram-se localizadas em frente ao mar, provocando, por reação química, a formação de partículas de sal, altamente corrosivas para a maioria dos metais. As regletes com a base em madeira possuem a régua de escrita acoplada em alumínio, sendo tais objetos constituídos por dois tipos de materiais.

Os objetos elaborados para cálculos matemáticos também passam por uma evolução. Há na memória dos mais antigos na instituição o uso de chapas de aço para o aprendizado da matemática. São objetos confeccionados em madeira tendo sob esta uma placa de aço vazada, alguns exemplares estão preservados no acervo do Museu.

Os cubarítmicos sucedem as placas. São objetos constituídos por uma caixa de madeira em formato retangular com uma placa vazada, geralmente em alumínio. No interior da caixa, são guardados cubos com a numeração em sistema Braille. Foi muito utilizado na década de 1960, segundo relatos dos alunos, que hoje são professores. Atualmente, usa-se o sorobã para o aprendizado de matemática (MORAIS, 2008). Esses objetos constituem uma adaptação do ábaco da cultura oriental. Na década de 1990, passaram a ser confeccionados em material cada vez mais leve, visando facilitar o seu uso. A Figura 16, apresentada a seguir, mostra uma imagem desse artefato pertencente ao acervo do MIBC.

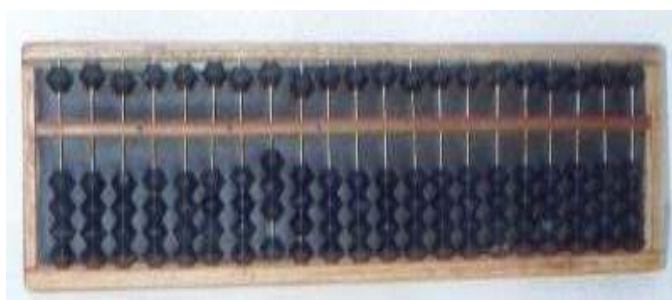


Figura 16 - Imagem de um Sorobã, objeto para cálculos matemáticos (Acervo do MIBC. Foto: Débora de Almeida Rodrigues 2005).

Sala “Monumentos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro” - A sala foi inaugurada em 17 de setembro de 2009. Este espaço é resultado da elaboração de projeto para ampliação do espaço físico do Museu do Instituto Benjamin Constant (MIBC). Em função das dificuldades para captação de recursos junto às

empresas, o Instituto optou por desmembrar o projeto e executar a parte referente à elaboração de maquetes representativas dos principais monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro.

Scheiner, refletindo sobre os limites do Museu, explica que o mesmo se apresenta sob a forma de representações sociais, onde a identidade de cada museu estará estritamente vinculada à identidade social e política dos grupos sociais que o criaram, enfatizando que:

Em 1993, há quinze anos, portanto, o Boletim ICOFOM LAM (SCHEINER, 1992/93), publicava um Editorial de nossa autoria, sob o título "Repensando os limites do Museu". Nele, fazíamos uma breve aproximação da ideia do Museu como fenômeno e das suas diferentes representações [...] entre essas representações, o museu interior e o museu global. Mencionávamos ainda que, enquanto para alguns o Museu é fenômeno social, expressão do gênio criativo do homem - eterno espaço de presentificação da cultura, relacionado à percepção de circularidade do tempo e representação da imortalidade... para outros permanece sendo entendido como lugar (o templo das Musas, de território musealizado) - um lugar para o sagrado, para o inatingível, para o "intocável", relacionando à percepção de tempo cronológico e essencialmente ligado à preservação (SCHEINER, 2009, p. 45).

Entendendo o corpo como primeira instância de apreensão do patrimônio, considerando as necessidades sensoriais de um indivíduo cego, torna-se complexo discutir a questão do real. Uma maquete do Pão de Açúcar, por exemplo, desloca a coisa real para o espaço de uma sala. Pessoas vão atribuir significado a esse monumento/patrimônio em função do deslocamento da coisa e na transformação dessa maquete em objeto museológico. A coisa real, em determinadas circunstâncias, pode não ser capaz de suscitar um atributo de valor. Mudam os olhares, deslocam-se os significados. A ideia de patrimônio, neste sentido, na contemporaneidade, vem sendo ressignificada em todos os sentidos.

Assim, torna-se interessante refletir quanto à cultura material dos indivíduos cegos. Há objetos que foram criados especificamente para atender suas necessidades. Neste caso, o seu uso se restringe a esses usuários. Pensemos nos objetos criados para permitir acesso à educação, como diferem dos objetos de uso geral em nossa sociedade para a mesma finalidade. Ao estudar a formação do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant é possível perceber as características desses indivíduos, bem como a forma de atribuir significado às coisas. De acordo com Gonçalves:

A interpretação antropológica de qualquer vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Não apenas pelas razões evidentes de que esses objetos preenchem funções práticas indispensáveis, mas, especialmente, porque eles desempenham funções simbólicas que, na verdade são condições estruturais [...] seja no contexto de seus usos sociais e econômicos cotidianos, seja em seus usos rituais, seja quando reclassificados como itens de coleção de acervos museológicos ou patrimônios culturais, os objetos materiais, existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. Essa condição lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias sócio-culturais, demarcando fronteiras entre elas, como também o poder, não menos importante, de construir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (2007, p.3).

Por ocasião da aprovação do projeto para a reestruturação do MIBC os itens referentes à elaboração de maquetes para serem manuseadas por pessoas com deficiência visual foram incorporados ao projeto museológico quando normalmente são descritos no projeto museográfico, por orientação do DEMU que considerou a função que exercem. Seguem, nas Figuras 17 a 20, fotos de exemplares dos bens que compõem o acervo da Sala de Maquetes.



Figura 17 - Maquete do Pão de Açúcar (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo particular, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).



Figura 18 - Maquete dos Arcos da Lapa (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).



Figura 19 - Maquete do Maracanã (Acervo do MIBC. Foto: Arquivo pessoal Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

Não houve recursos suficientes para se investir em outros mecanismos de acessibilidade, tais como: sensores de presença, adaptação acústica do ambiente para pessoas com deficiência auditiva, considerando que o público de pessoas atendidas no Instituto Benjamin Constant hoje não é só de pessoas com deficiência visual, pois há alunos e reabilitandos com deficiências múltiplas: surdocegueira, cegos com deficiências motoras e físicas, cegos com deficiências intelectuais. Isso suscita uma gama de linguagens que o Museu precisa desenvolver para interagir com o seu público da forma mais ampla possível.



Figura 20 - Maquete do Cristo Redentor (Acervo Museu IBC. Foto: Arquivo pessoal, Débora de Almeida Rodrigues, 2010).

As informações impressas em painéis têm contraste de cor de fundo e texto na fonte 30, conforme determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), devendo-se evitar o uso de papel que reflita a luz, papel muito fino que deixa transparecer o texto na outra face, textos sobrepostos em figuras e uma iluminação insuficiente no ambiente. A ABNT recomenda para leitura de textos as seguintes distâncias:

[...] 0,40m distância mínima para leitura de textos fixados; 0,50m para fixação de textos de instruções gerais, 0,75m distância máxima; Os símbolos em relevo devem ser instalados entre 1,40m à 1,60m do piso. A sinalização vertical em Braille ou texto em relevo deve ser instalado de maneira de modo que a parte inferior da cela Braille compreendendo a altura de 0,90m e 1,10m do piso, A sinalização vertical deve ter a respectiva correspondência com o piso tátil (BRASIL, 2004, p.24).

As informações impressas dirigidas às pessoas com baixa visão foram elaboradas em fonte Arial tamanho 16, como já mencionado, com traços simples uniformes e algarismos arábicos em cor preta sobre fundo branco. Os textos em Braille foram produzidos em suporte alumínio e fixados a uma altura de 1,10m e 0,90m em relação ao chão.

Os catálogos da exposição da sala de maquetes foram elaborados para serem lidos por pessoas cegas e com baixa visão ao mesmo tempo. Vale salientar, no entanto, que muitas pessoas com baixa visão necessitam de uma fonte de leitura maior. Em função dessas especificidades o Instituto Benjamin Constant enviou sugestões para discussão das recomendações da ABNT e participou da reunião realizada em 16 de dezembro de 2014, na referida Associação.

Por ocasião da elaboração do projeto de adequação espacial do Museu do Instituto Benjamin Constant não foi possível incorporar, em função dos custos, uma série de itens recomendados para a melhor adequação dos espaços expositivos ao público específico, tais como sensores de presença para as salas, sensores para os elevadores, piso tátil, dentre outros.

Além das salas de exposição, o MIBC conta com uma sala para reserva técnica, que será detalhada a seguir. Saindo-se do elevador à direita, no final do corredor há uma sala onde estão acondicionados os objetos que não estão em exposição, ou seja, ela funciona como uma reserva técnica, porém em condições técnicas nada favoráveis.


A sala possui 4 vitrines dispostas em forma de U. Em seu interior estão guardados máquinas datilográficas Brailleur, regletes, cubarritmos, chapas de aço, sorobães, microscópios, livros em Braille e em sistema comum, álbuns de fotografias e placas e medalhas comemorativas alusivas ao Instituto.

Nesta sala, há também um conjunto de telas à óleo retratando os fundadores do Instituto Benjamin Constant. Tal acervo atualmente necessita passar por um processo de restauração. Atendendo às necessidades sensoriais do público do Museu, pensou-se na elaboração de um recurso de áudio-descrição das telas, bem como de todo o acervo exposto. A temática da áudio-descrição, recente no ambiente acadêmico no Brasil, abarca termos, expressões, conceitos e definições, alguns dos quais vêm ocupando o pensamento de filósofos e pesquisadores. Nas palavras de Lima:

A áudio-descrição faz parte da tradução visual e é produzida segundo diretrizes técnicas pré-estabelecidas, dentre as quais as de oferta de narração dos elementos visualmente observados, nos intervalos - pausas entre as falas dos personagens, nas imagens contidas em livros e em legendas descritivas. O propósito da áudio-descrição é propiciar às pessoas com deficiência visual, cegas ou com baixa visão, um quadro mais completo do que está sendo mostrado, viabilizando-as a participar de uma dada apresentação com a qualidade permitida a uma pessoa sem deficiência visual (LIMA, 2011, p.42).

Se, por meio do áudio-descritores as imagens falam com os sujeitos que não as vêem, podemos dizer que ao ouvir a descrição dessas imagens, as pessoas com deficiência visual podem extrair dessa experiência novas possibilidades de aprendizado. A seguir, apresentamos no Quadro 5, a descrição técnica das telas à óleo sob a guarda do Museu.

Quadro 5 - Telas à óleo sob a guarda do MIBC, descrições técnicas.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>RETRATO DE LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ. Óleo sobre tela, (97 x 130)cm, área pictórica oval sobre tela retangular [PEIXOTO], dimensões com moldura de madeira bronzeada (provavelmente a original) (112 x 137)cm [IBC], sem assinatura e sem data. A moldura tem placa de bronze no centro inferior com a inscrição “Luiz Pedreira do Couto Ferraz / Visconde do Bom Retiro / 1818-1886” e guirlandas nos quatro cantos com as inscrições “mérito” (canto superior esquerdo da moldura), “progresso” (superior direito), “instrução” (inferior esquerdo) e “civilização” (inferior direito). Retrato inaugurado solenemente na comemoração do aniversário do Instituto dos Cegos em 17.9.1887 [CONSTANT]. Luís Pedreira do Couto Ferraz (1816-1886), o Visconde de Bom Retiro, foi o ministro e conselheiro do Império que ajudou a fundar o Instituto; era, ainda, senador e presidente das províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e ficou conhecido por várias realizações. O retratado, em idade ainda jovem, está sentado, em traje de gala preto e branco com detalhes dourados e condecorações, o braço esquerdo repousado sobre a perna e o direito, sobre o documento em destaque na mesa. Antes da segunda etapa de obras (1937) a pintura estava provavelmente no salão de honra do IBC, junto com as demais pinturas de personalidades [IBC-4]. O retrato foi citado por Moreira de Azevedo em sua visita ao Instituto dos Cegos, então funcionando na praça da Aclamação [MOREIRA DE AZEVEDO]. A autoria é ignorada e para sua identificação “seria necessário empreender uma pesquisa em fontes bibliográficas e documentação de procedência”, conforme informa a historiadora da arte do IPHAN Maria Elisabete Peixoto, que atribui à obra a data de “circa 1853”, observando: “Embaixo à esquerda, há a representação de um documento cuja parte da inscrição legível refere-se ao contrato de construção da primeira estrada de ferro no Brasil (‘CONTRAT [...] PARA A PRIMEIRA ESTRADA DE FERRO BRASIL’). A Lei n. 1.088, de 13 de dezembro de 1852, concedeu a Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e depois visconde de Mauá, o direito de construir uma estrada de ferro entre as localidades de Petrópolis e Porto Novo do Cunha, sendo inaugurada, a 30 de abril de</p>

	<p>1854, a primeira ferrovia brasileira, a Estrada de Ferro Mauá, com um total de 14,5km de extensão, ligando o porto de Mauá, na baía de Guanabara, à raiz da serra da Estrela. À essa época, Luís Pedreira do Couto Ferraz era presidente da então Província do Rio de Janeiro (1848-1853) e, por conseguinte, o provável contratante da mencionada obra, o que nos permite supor que a pintura de seu retrato com as referências alusivas à construção da estrada de ferro deve ter sido uma celebração contemporânea à iniciativa” [PEIXOTO]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00156 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009).</p>
	<p>RETRATO DE CLÁUDIO LUIZ DA COSTA. Óleo sobre tela, (78 x 103)cm [PEIXOTO], dimensões com moldura de madeira bronzeada (provavelmente a original) (94 x 120)cm [IBC], sem assinatura e sem data visíveis. Retrato inaugurado solenemente na comemoração do aniversário do Instituto dos Cegos em 17.9.1890 [IBC-2]. O retrato foi citado por Moreira de Azevedo em sua visita ao Instituto dos Cegos, então funcionando na praça da Aclamação [MOREIRA DE AZEVEDO]. O médico e escritor Cláudio Luís da Costa (1798-1869) foi o 2º diretor do Instituto (1856-1869). O retratado, em idade madura, está de pé, em traje civil de gala marrom com camisa e colete de cor clara e condecorações, o braço esquerdo repousado sobre a espada e o direito, sobre manuscrito com o indicador e o polegar destacando o documento. Antes da segunda etapa de obras (1937) a pintura estava no salão de honra do IBC [IBC-4]. A autoria é ignorada e para sua identificação “seria necessário empreender uma pesquisa em fontes bibliográficas e documentação de procedência”, conforme informa a historiadora da arte do IPHAN Maria Elisabete Peixoto, que atribui à obra a data de “circa 1857”, observando: “De origem catarinense, Cláudio Luís da Costa foi o segundo diretor do Instituto Benjamin Constant, no período de 1856 a 1869. A pintura possui, no canto inferior esquerdo, a representação de um documento cuja parte de inscrição legível refere-se à época em que o retratado encontrava-se à frente da direção da instituição (“[...] Instituto Imperial dos Meninos Cegos Rio de Janeiro 1857”); talvez diga respeito à data de posse, ou qualquer ato solene que tenha merecido o registro através de uma pintura que, muito provavelmente, foi realizada contemporaneamente à data a que se refere sua inscrição” [PEIXOTO]. Em 1857, foram criadas por Cláudio Luís da Costa as oficinas tipográficas do Instituto, atual Imprensa Braille. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00154 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009. RODRIGUES, Débora de Almeida. Retrato de Claudio Luiz da Costa, 2009.</p>



RETRATO DE BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES. Óleo sobre tela, (87 x 114)cm [PEIXOTO], dimensões com moldura de madeira dourada (provavelmente a original) (103 x 129)cm [IBC], de autoria de Décio Villares, 1892, assinatura e data canto inferior direito da tela. O engenheiro militar e matemático Benjamin Constant (1837-1891) foi o 3º diretor do Instituto (1869-1889) e um dos fundadores da república. O retratado, em idade ainda jovem, está de pé, em traje militar de gala azul com detalhes dourados, o braço esquerdo repousado sobre a espada. Antes da segunda etapa de obras a pintura (1937) estava no salão de honra do IBC [IBC-4]. Observa Maria Elisabete Peixoto: “Terceiro diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant em sua homenagem, no período de 1869 a 1889, o chamado Fundador da República Brasileira é o retratado nesta tela de Décio Villares, em pintura póstuma e reduzida, em sua configuração formal, em relação a que se encontra reproduzida no portal da Igreja Positivista Brasileira”. Numeração MEC-IBC: 00153. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso) (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009). RODRIGUES, Débora de Almeida. Retrato de Benjamin Constant, 2009.



RETRATO DE PEDRO II IMPERADOR DO BRASIL. Óleo sobre tela, (66 x 86,5)cm, área pictórica oval sobre tela retangular [PEIXOTO], dimensões com moldura de madeira dourada (provavelmente a original) (97 x 114)cm, de autoria de R. Zelogi [PEIXOTO], sem data, assinatura canto inferior direito da tela, parcialmente coberta pela moldura, déc.1930 ou ant.1930 [IBC-4]. Pedro II (1825-1891), o 2º imperador do Brasil (1831-89), ordenou a fundação do Instituto e doou o terreno para a construção de sua sede própria. O retratado, em idade avançada, está sentado, em traje preto. Antes da segunda etapa de obras (1937) a pintura estava no salão de honra do IBC [IBC-4]. Não se trata do antigo retrato do imperador, citado por Moreira de Azevedo, que fora recolhido após a proclamação da república e sim de um novo retrato, doação da família imperial. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00155 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009). RODRIGUES, Débora de Almeida, Retrato do Imperador D. Pedro II, 2009.

Pinheiro traz à tona a complexidade da temática da áudio-descrição explicando que a obra de arte é o objeto mais complexo em sua representação em função da carga de subjetividade e de níveis de abstração que incluem diferentes manifestações. Segundo a autora:

Informação em Arte é o estudo da representação do conteúdo informacional de objetos/ obras de arte, a partir de sua análise

e interpretação e, neste sentido, a obra artística é fonte de informação. Portanto, a informação estética abrange o objeto de arte, documento no seu sentido mais amplo, oriundo de múltiplas manifestações e produções artísticas (PINHEIRO, 2000, p.7-8).

Levando-se em consideração que a conservação preventiva é a opção mais indicada para a preservação de acervos, seja em museus, seja em quaisquer outros espaços de guarda, a seguir serão apresentadas algumas iniciativas de restauro que se tornaram necessárias no IBC, exatamente pela inexistência de um espaço museológico que utilizasse essa filosofia para a salvaguarda dos seus acervos. Essas iniciativas propiciaram a identificação de posições antagônicas, entre Direção e membros da comunidade do IBC, sobre o que fazer na restauração das peças.

Em 2004, o acervo das telas apresentava-se desgastado, possivelmente pelas ações provocadas pela umidade elevada, determinando que fossem encaminhados para restauração. A Sala da Reserva passou por um longo período com constantes infiltrações, ficando as paredes extremamente úmidas, as molduras foram atacadas por cupins. O ambiente sem refrigeração adequada provocou-lhes alteração pictórica. Uma das telas, de Décio Villares (1891) retratando Benjamin Constant Botelho de Magalhães, terceiro diretor do IBC, passou por sucessivas restaurações, desde a década de 1980. Durante esses processos, foram acrescentados à obra elementos que não faziam parte do original. Por conta dessa forma de interferência, em 2004, decidiu-se que a mesma passasse por outro processo de restauração, quando os especialistas e a Instituição discutiram se os acréscimos deveriam ser retirados da obra em questão. Ao final do processo decisório, os acréscimos não foram retirados.

Com relação às práticas de restauro, Cesare Brandi defende que:

Por isso, sob a instância histórica, devemos propor em primeiro o problema de se é legítimo conservar ou remover a eventual adição que uma obra de arte tenha recebido: se em outras palavras, independentemente do fato do juízo estético poder ser positivo apenas conservando ou removendo a adição, é legítimo conservar ou retirar a adição do ponto de vista histórico. O que leva, antes de mais nada, a indagar, sob esse ângulo, o conceito de adição. Do ponto de vista histórico, a adição sofrida por uma obra de arte é um novo testemunho do fazer humano e, portanto, da História. Neste sentido, a adição não difere da cepa originária e tem os mesmos direitos de ser conservada. A remoção, ao contrário, apesar de também resultar de um ato e por isso inserir-se igualmente na História, destrói o documento e não documenta a si própria, donde levaria a negação e a destruição de uma passagem histórica... a remoção deve ser sempre justificada e, em todo caso, deve ser feita de modo a deixar traços em si mesma e na própria obra (2004, p.71).

Boito (2002), congregando da mesma forma de pensamento com relação aos acréscimos e remoções, diz que os mesmos devem ser evitados. As intervenções devem restringir-se ao estritamente necessário. Como princípio filosófico em relação aos procedimentos de restauro deve-se levar em conta o valor documental da obra.

Discutindo a questão dos acréscimos na obra de Décio Villares, sob a ótica de Brandi, entendemos que a adição de detalhes faz agora parte da mesma, documenta uma passagem do tempo. No entanto, na visão de muitos componentes da comunidade do Instituto Benjamin Constant, os elementos acrescentados descaracterizam a unicidade da obra. Isso torna o processo decisório bastante complexo do ponto de vista técnico.

Viñas (2005) discute a questão da busca da originalidade da obra no processo de restauro, tendo-se em vista a passagem do tempo. Qual seria o estado original da tela do Décio Villares, por exemplo? Na visão do autor, trata-se de uma questão complexa porque se torna impossível voltar no tempo. As obras são restauradas num tempo diferente do qual foram concebidas. O tempo sim é que é real. São empregadas técnicas e materiais diferentes em função do tempo decorrido. Como conservar e o que conservar, na visão do autor, são decisões que também cabem à comunidade para a qual a obra tem significado. Percebe-se que a forma que a comunidade do IBC se posiciona muito se assemelha às concepções defendidas por Viollet-Le-Duc (2000), uma vez que, para ele, o perfeito estado de conservação é o estado original, o uso e o desgaste deformam a obra.⁴⁵

Em 2014, as obras entraram em novo processo de restauro, demonstrando que o espaço onde estão guardadas é inadequado para sua conservação e reativando a discussão sobre que partido tomar nas intervenções que se fazem necessárias. Quatro telas, inclusive a de Décio Villares, no momento, estão em um laboratório privado de conservação, passando por novas intervenções. Aparentemente, os acréscimos serão mantidos.

Esta sala também abriga um mobiliário característico do séc. XIX, representando diferentes momentos da instituição. Apresentamos exemplares desses bens com as devidas imagens e descrições técnicas no Quadro 6, a seguir.

⁴⁵ Vale dizer que, para esse autor, o estado original não é aquele do momento de sua produção, mas o da sua concepção, relaciona-se a ideia original do artista, não o seu estado material original. Viñas (2005) pensa não ser possível chegar à ideia original do artista.

Quadro 6 - Mobiliário característico do séc. XIX, pertencente ao acervo do MIBC, descrições técnicas.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>RODRIGUES, Débora de Almeida. Cadeira do Imperador D, Pedro II, 2009</p> <p>CADEIRA DO IMPERADOR DO BRASIL. Madeira entalhada com assento e encosto empalhados em fibras naturais, sobre os braços estofamento em veludo verde-musgo, espaldar curvilíneo com parte inferior em volutas e arremate por medalhão brasonado com coroa e louros, ladeado por flores-de-lis e rocalhas; assento em semicírculo com frente ondulada, pernas de trás ligeiramente curvas, pernas da frente curvilíneas com pés de sapata. Altura 120cm, 120 x 47cm, peso aproximado 18kg [IBC]. A cadeira do acervo do IBC era utilizada pelo imperador Pedro II durante solenidades no Instituto, fato que a tornou conhecida como “cadeira do trono imperial” e “cadeira do imperador”; o autor e a procedência são ignorados, mas trata-se de peça anterior a 1877, ano em que a cadeira é mencionada por ocasião da comemoração do aniversário institucional [IBC-3]; possivelmente, é contemporânea à época de fundação do Instituto (1854). Em uma das rocalhas, falta a extremidade. A cadeira recebeu pequenos rodízios que não devem ser removidos, pois documentam sua utilização no período republicano. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: “Poltrona com espaldar oval e assento de palhinha. No cachaço uma escultura do brasão do Império, ladeada por decoração acantiva. Pernas dianteiras curvas, pé-de-cachimbo, terminações em rodízios. Peça de meados do século XIX, estilo neo-rococó” [DANTAS]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00027 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis do IBC, 2002-2009).</p>
	<p>CADEIRA DA IMPERATRIZ DO BRASIL. Madeira entalhada com assento e encosto empalhados em fibras naturais, espaldar curvilíneo com parte inferior em volutas e arremate por medalhão brasonado com coroa e louros, ladeado por flores-de-lis e rocalhas; assento em semicírculo com frente ondulada, pernas de trás ligeiramente curvas, pernas da frente curvilíneas com pés de sapata; os braços são reclinados e recuados, de modo a acomodar as saias rodadas características do vestuário feminino da época. Altura 120cm, 120 x 47cm, peso aproximado 18kg [IBC]. A cadeira do acervo do IBC era utilizada pela imperatriz Teresa Cristina durante solenidades no Instituto, fato que a tornou conhecida como “cadeira do trono imperial” e “cadeira da imperatriz”; o autor e a procedência são ignorados, mas trata-se de peça anterior a 1877, ano em que a cadeira é mencionada por ocasião da comemoração do aniversário institucional [IBC-3]; possivelmente, é contemporânea à época de fundação do Instituto (1854). A cadeira recebeu pequenos rodízios que não devem ser removidos, pois documentam sua utilização no período republicano. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: “Cadeira com espaldar oval e assento de palhinha. No cachaço uma escultura do brasão do Império ladeada por decoração acantiva. Suportes para o espaldar em ‘S’ com as terminações em volutas. Pernas dianteiras curvas, pé-de-cachimbo, terminações em rodízios. Peça de meados do século XIX, estilo neo-rococó. / Geralmente esses móveis integram um grupo de 12, que ladeando o sofá ou canapé, iniciam com as poltronas e terminam com as cadeiras sem os braços” [DANTAS]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00029 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis, 2002-2009).</p>



CADEIRA DO DIRETOR. Madeira entalhada com assento e encosto empalhados em fibras naturais, assento retilíneo com frente retilínea e parte inferior em ponta, encosto em forma de escudo, espaldar alto retilíneo com arremate floral e motivos fitomórficos, laterais do encosto vazadas, pernas de trás ligeiramente curvas, pernas da frente torneadas. Consta ter sido contemporânea do 1º diretor Xavier Sigaud [IBC], sendo a cadeira, neste caso, anterior a 1856, ano de seu falecimento. Altura 135cm, 56 x 54cm. Palhinha necessitando reparo. A cadeira recebeu pequenos rodízios que não devem ser removidos, pois documentam sua utilização no período republicano. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: "Poltrona com espaldar em palhinha, montantes em colunas torneadas, com carapetas, cachaço recortado, braços retos, com o punho sobre suportes torneados, assento reto. Pernas fronteiras torneadas, com caneluras e rodízios, as traseiras lisas. Peça do último terço do século XIX, estilo eclético, produção que surge após 1860, estilo de decadência, que surge em função do desaparecimento do móvel artesanal, e tem como produto o móvel industrializado, que vai integrar as salas das Congregações Religiosas, Institutos Históricos, Câmaras Municipais e repartições públicas" [DANTAS]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00028 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).



PAR DE DUNQUERQUES. Madeira com tampo de mármore de frente ondulada, gaveta e duas portas com espelhos de contorno em forma de brasão de cantos curvos, pés na frente de bolacha e atrás de esteio. Altura 95cm, 95 x 35cm, possível procedência francesa, meados do séc.19 [IBC]. Consta que os dunquerque faziam parte do gabinete do 3º diretor Benjamin Constant [RODRIGUES]. O tampo de mármore dos dunquerque é o mesmo da mesa de trabalho, com a qual formava conjunto, se os tampos remanescentes forem os originais. Os tampos de mármore remanescentes tinham marcas e trincas e foram substituídos (2009) por placas novas de mármore Bahia [MENDES], sendo guardados os antigos tampos para verificação da possibilidade de restauração e reintegração nos dunquerque. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: "Dunquerque, com tampo de pedra mármore, uma gaveta e duas portas emolduradas com espelhos, pé de bolacha. Peça do terceiro quarto do século XIX, produção do móvel industrializado que vai substituir o móvel artesanal" [DANTAS]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00001 e 00002 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).



MESA AUXILIAR DE TRABALHO. Madeira com tampo de mármore embutido, pernas torneadas, uma gaveta com fechadura de bronze em cada ilharga. Altura 77cm, 148 x 89 cm, séc.19 [RODRIGUES]. Consta que a mesa fazia parte do gabinete do 3º diretor Benjamin Constant [RODRIGUES], sendo usada provavelmente como mesa auxiliar, tendo em vista a posição das gavetas. O tampo de mármore da mesa é o mesmo do par de dunquerque, com os quais formava conjunto, se os tampos remanescentes forem os originais. Análise do arquiteto e museólogo do IPHAN (hoje no IBRAM) Júlio César Netto Dantas: "Mesa de apoio à cozinha ou serviços, caixa com duas gavetas nas cabeceiras, quatro pernas torneadas, tampo de pedra mármore branco embutido. Peça do terceiro quarto do século XIX, produção do móvel industrializado que vai substituir o móvel artesanal" [DANTAS]. Localização em mar.2009: capela (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 20048 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).

Como preservar os documentos históricos escritos em Braille em suporte papel, uma vez que o processo de leitura se dá com uso das pontas dos dedos? Não é possível o uso de luvas para explorar esse tipo de documento, no que tange a leitura tátil porque esse procedimento inviabiliza a percepção dos pontos pelos indivíduos cegos no ato de leitura dos documentos.

Conservar livros escritos no Sistema Braille é tarefa muito complexa. Os poucos documentos históricos em Braille que conseguiram sobreviver ao tempo chegaram ao Museu em condições deploráveis. O que fazer? Como restaurá-los? Normalmente, tais documentos necessitam de preenchimento das fibras do papel, pois muitos documentos encontram-se rasgados pelo desgaste de uso e ação de pragas. O ato de preencher as fibras do papel, no entanto, pode, em muitos casos, tornar o documento em Braille ilegível, alterando-lhes a geometria dos pontos, e, neste sentido, o seu conteúdo.

Ribeiro relata que até 1942 o Instituto não possuía um dicionário de Língua Portuguesa em Braille ressaltando que:

A senhora Julia Pego de Amorim resolveu oferecer aos cegos do Instituto Benjamin Constant o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa em sistema Braille. E, assim, com o concurso das senhoritas Maria Pego Santos, Zulmira Cavalcanti Freitas e Maria Amorim Joviano, vem desde junho de 1939 se entregando à penosa tarefa de passar o referido dicionário para o alfabeto Braille. Se qualquer publicação pequena cresce extraordinariamente quando transcrito em Braille, fácil é de imaginar o que acontecerá com um dicionário inteiro! A senhora Pego de Amorim já entregou 42 volumes do dicionário que vai oferecer aos cegos e todos devidamente encadernados. A obra completa atingirá a 64 volumes [...] (RIBEIRO, 1942, p.71).

Durante muitos anos, por falta de recursos e conhecimentos técnicos, o acervo do Museu em suporte papel foi acondicionado inadequadamente, fato que vem comprometendo a preservação desse patrimônio de um modo geral. Os documentos são acondicionados em vitrines confeccionadas em madeira, material que se altera com as variações de umidade e temperatura. O ambiente de guarda e exposição de acervo precisa fornecer as condições de isolamento necessárias à proteção deste acervo (FREEMANTLE, 1988). Tratando-se de um Museu que se propõe a discutir a História da Educação de cegos no Brasil, tendo em vista que a maioria das pessoas que o visitam diariamente são pessoas cegas, pensamos que os critérios para a preservação desse patrimônio precisam ser combinados com as necessidades

sensoriais de seu público. Como não permitir o acesso tátil neste acervo a esses indivíduos que constroem seus signos explorando o mundo tatilmente?

Hoje, com o uso de tecnologias, é possível a produção de cópias dos documentos escritos com o uso de impressoras Braille. O processo de microfilmagem desses documentos muito pouco foi utilizado como forma de preservação dos documentos originais, especialmente por falta de profissional qualificado para esse tipo de trabalho.

Embora seja possível perceber que o olhar acerca da cegueira foi se modificando, infelizmente, muitas barreiras milenares ainda prevalecem, reforçando a urgência de estimular cada vez mais a difusão de informações que tragam esclarecimentos sobre o tema, principalmente numa sociedade na qual as imagens invadem todos os ambientes e instalam-se por toda parte.

Em continuidade à descrição dos espaços do MIBC, chegamos ao saguão do 3º piso. Por ocasião da elaboração do projeto de reestruturação do MIBC pensou-se em criar um espaço para que os visitantes do Museu pudessem descansar, ler uma revista, tomar uma água etc. Um espaço do 3º piso do prédio sede do Instituto foi organizado para esse fim com recursos da própria instituição. Ao sair do elevador, no 3º piso as pessoas se defrontam com este espaço.

Em 2009, estava sob a guarda do Museu um relógio de armário, fora de funcionamento, que havia sido deslocado do saguão do 2º piso do prédio sede do IBC, por ser entendido pela Direção da Instituição como objeto histórico. Após sua restauração, em 2009, o mesmo passou a ocupar um espaço no saguão do 3º piso do IBC⁴⁶, local de descanso para os visitantes do Museu, permanecendo assim como peça do acervo do Museu. Nesse saguão, em sua área central, encontra-se um banco redondo em forma de chapéu, tendo ao fundo o relógio. Nas laterais do saguão estão colocadas cadeiras para uso dos visitantes.

É apresentada, a seguir, no Quadro 7, imagem acompanhada de descrição técnica do citado bem cultural.

⁴⁶ A comunidade do Instituto Benjamin Constant, tendo em suas memórias o som do badalar do citado relógio, reivindicou que o mesmo fosse mantido em local que se fizesse ouvir.

Quadro 7 - Relógio de armário, pertencente ao acervo do MIBC, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>RELÓGIO DE ARMÁRIO. Madeira entalhada com dentículos na parte superior, volutas e motivos fitomórficos nas laterais, porta frontal e mecanismo do tipo carrilhão. Altura 252cm, 70cm x 40cm [RODRIGUES], procedência Rio de Janeiro-Brasil, 1912. Na frente, placa do fabricante “Fr. Krüssmann / Rio de Janeiro. / 1912. n° 1794” e na lateral, gravação “IBC [...] SE0920”. O relógio está funcionando, após reparo no mecanismo (2009) [MENDES]. O relógio já esteve no saguão principal do Instituto [IBC-5] e é possível que, originalmente, fizesse parte do gabinete do diretor. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 07638 (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis, 2009).</p>

Caso semelhante ocorreu com o busto em mármore de José Francisco Xavier Sigaud que ocupava o espaço do saguão do IBC e fora deslocado para o Museu com o suporte danificado. Ao passar pelo processo de restauração em 2009, voltou a ocupar o espaço do saguão no terceiro andar do prédio sede do IBC. Vale ressaltar que o suporte do busto após o processo de restauro foi projetado com a altura de 80cm para permitir o acesso tátil para o público infantil com deficiência visual. O Quadro 8, apresentado a seguir, mostra uma imagem e descrição técnica dessa peça em mármore.

Quadro 8 - Busto em mármore de José Francisco Xavier Sigaud, pertencente ao acervo do MIBC, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>BUSTO DE JOSÉ FRANCISCO XAVIER SIGAUD. Busto em mármore branco, de autoria do escultor italiano Luiz Giudice, doado pela viúva do médico e inaugurada em 19.6.1859, em solenidade não oficial [CERQUEIRA, 2009c]. Altura 42cm, largura 55cm, comprimento 42cm, peso aproximado 100kg [IBC], sobre pedestal de mármore do qual só resta a parte superior. A coluna de mármore branco é nova (2009) [MENDES]. O médico e escritor francês naturalizado brasileiro José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) foi o 1° diretor do Instituto (1854-56) que ajudou a fundar e um dos fundadores da Imperial Academia de Medicina; fundou ainda, com Plancher, o Jornal do Commercio (1827) e foi médico do Paço. A escultura foi citada por Moreira de Azevedo em sua visita ao Instituto dos Cegos, então funcionando na praça da Aclamação; o cronista refere-se à seguinte inscrição no pedestal: “J.F.X. Sigaud Colaborador de J.A.D’Azevedo na Fundação do Instituto dos Meninos Cegos e Primeiro Diretor do</p>

	Mesmo Instituto” [MOREIRA DE AZEVEDO]; depreende-se que a inscrição estava na parte inferior do pedestal. Antes da segunda etapa de obras (1937), o busto de Sigaud estava sobre o pedestal completo no salão de honra do [IBC-4]. Localização em mar.2009: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC: 00026. IBC (BARROSO, Claudia Maria Girão. Arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2009).
--	---

Poucos estudos foram elaborados com relação ao acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant. Muitas informações com relação a essas coleções só foram possíveis de ser obtidas através dos depoimentos de membros da comunidade do IBC. Informações acerca desse acervo foram registradas no Sistema Braille e foram perdidas, seja pelo desgaste natural do uso do documento, seja pelo desvio desses documentos ou pela falta de tecnologias para recuperá-los, na época. Quanto à parte do acervo que se relaciona à tecnologia, Granato e Lourenço afirmam que: “No Brasil o patrimônio cultural tangível da Ciência e Tecnologia está, em sua grande maioria, para ser descoberto”, e que “o conhecimento sobre o tema é restrito [...]” (2010, p.10). Nesse sentido, esse estudo amplia o conhecimento sobre parte desse patrimônio, talvez o mais esquecido e que nem sequer tem sido considerado como tal.

Thiesen enfatiza que é necessário que os museus promovam acesso ilimitado às suas coleções ressaltando que:

Um sentido de identidade e pertencimento é definido a partir dos trabalhos de enquadramento da Memória Social, razão pela qual os lugares de memória, ao produzirem um discurso em torno de fatos e acontecimentos, o fazem com objetos materiais: os documentos (2009, p.75).

A partir do que foi aqui apresentado, verifica-se que o MIBC é um museu escolar e com pelo menos duas singularidades. Uma relacionada a ser uma instituição museológica dedicada especialmente ao público de cegos, portanto, como poucas no mundo. Outra diz respeito à identidade de seu acervo, que documenta o desenvolvimento de técnicas de registro gráfico em sistema Braille, além de outros objetos para uso de cegos. Aqui também estamos nos referindo a um conjunto de artefatos que são raros e muito poucos exemplares existem no mundo sendo preservados.

No próximo Capítulo trataremos da questão do processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant.

CAPÍTULO 5

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Este capítulo tem por objetivo caracterizar a trajetória de constituição do Museu do Instituto Benjamin Constant (MIBC), ressaltando os aspectos relacionados ao processo de sua institucionalização. Para além desse aspecto, será analisado a função dos objetos tiflotécnicos para a coleção do Museu e para outros locais do IBC nos quais existem exemplares desses artefatos, ressaltando seu papel para a identidade do MIBC. Finalmente, a partir dos dados apresentados e analisados, será feita uma reflexão sobre as presenças e ausências identificadas na trajetória institucional.

5.1 - Caracterização do MIBC

O museu enquanto objeto da Museologia marcou forte presença no séc. XX. Criado o Conselho Internacional de Museus – ICOM, em 1946, apresenta em 1948 a seguinte definição de museu: “O termo museu inclui todas as coleções abertas ao público de objetos artísticos, técnicos, científicos à exclusão de bibliotecas, salvo se mantidas permanentes em salas de exposição” (EDSON, 2007, p.42). Esta definição faz uma analogia entre duas instituições similares e caracteriza a instituição museu.

Na declaração de 1951, o ICOM apresenta uma nova definição:

O termo museu designa todo estabelecimento permanente, administrado no interesse público para conservar, estudar, desenvolver por meios diversos e essencialmente expor para fruição do público conjunto de itens com valor cultural: coleções de objetos históricos, artísticos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários. São consideradas semelhantes aos museus bibliotecas públicas e arquivos que mantêm permanentemente salas de exposição (EDSON, 2007, p.43).

No tocante ao item exposição, no MIBC é possível verificar a presença de exposição permanente desde a sua criação. As exposições são veículo de comunicação que representam e produzem sentido. Nesse sentido, Scheiner enfatiza que “É através da exposição que o museu se legitima e se caracteriza como instituição e veículo social” (SCHEINER, 1991, p.15). A autora ainda enfatiza que se deve procurar utilizar os recursos mais adequados a cada exposição de acordo com a durabilidade que se deseja o custo e o bem-estar dos objetos dentre outros fatores que são pesquisados da elaboração do projeto de exposição.

Na 7ª Conferência do ICOM, em 1965, foi acrescida à definição anterior a frase: “A serviço do homem e de seu desenvolvimento”.

Em 1969, o termo museu foi novamente redefinido pelo ICOM, apresentando as seguintes características: “Toda instituição permanente que conserva e expõe, para fins de estudo, educação e fruição, as coleções de objetos de importância cultural ou científica” (EDSON, 2007, p.43).

Em 2005, o ICOM apresenta a seguinte definição de Museu:

Os Museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e de seus ambientes (ICOM/BR, 2009, p.28).

Na perspectiva de reformulação da instituição Museu, a dimensão educativa esteve sempre presente como elemento constituinte importante. Vários exemplos testemunham este fato. O documento intitulado: Instrução da Convenção Nacional proposto após a Revolução Francesa (POIRRIER, 2002, p.40) evidencia o deslocamento do sentido do museu para um símbolo de identidade na nova República, conferindo ao inventário e conservação dos objetos nacionais um significado de pertencimento, que será útil no processo educativo das artes, das ciências e do ensino de todos os franceses. Cabe destacar que a repercussão desse procedimento representou marco importante no que tange à abertura do museu ao público, em uma concepção mais ampla, não só na França como em diferentes partes do mundo. Mairesse (2005, p.17) enfatiza que, conforme Lei de 2002 na França, enquanto instituição pública de Estado, “é considerado como museu, no sentido da Lei, toda coleção permanente composta de bens cuja conservação e apresentação revertem para o interesse público com vistas ao conhecimento, a educação e deleite (lazer)”.

O museu vem assumindo funções e formas diferentes conforme esclarece Desvallés (2007, p.50-57):

Preservação, exposição, identificação: identificar os suportes de conhecimento tendo em vista a exploração e a compreensão do mundo;

Pesquisa, estudo e documentação: pesquisa na coleção classificação, documentação, estudo do contexto e seus componentes;

Preservação: preservar tendo em vista a transmissão, a especificidade da instituição museal. Importa ao museu gerenciar a conservação através da realização de inventários de sua documentação, de sua manutenção, assistência técnica e restauração quando for necessário.

Comunicação, sinalização, interpretação direta por mediadores exposição e publicação;

Educação – nas instituições museais a educação é facilitada pela proximidade das coleções. Além disso, os museus são os mais aptos

a oferecer os conhecimentos sobre suas próprias especificidades, conservação preventiva, restauração e museografia.

Caráter não lucrativo- característica que foi introduzida na definição de museu em 1974 pelo ICOFOM e, ainda hoje suscita debates.

Refletindo acerca dos princípios defendidos por Desvalées (2007), o Museu do Instituto Benjamin Constant já foi criado para ser museu escolar, onde suas coleções exercem um papel complementar na educação de cegos, no que tange ao desenvolvimento de técnicas específicas desse processo. Não obstante, a pesquisa em suas coleções, bem como a elaboração de inventários sobre as mesmas só foi possível em função de um trabalho voluntário uma vez que o Instituto não possui um museólogo em seu quadro, conforme exigido na regulamentação profissional.⁴⁷

Durante a realização do encontro anual do ICOFOM em 2005, foi elaborada a Declaração de Calgary onde podemos perceber a ampliação do conceito de museu:

1 - O museu é uma instituição que contribui para explorar e compreender o mundo, estudo, preservação, difusão e transmissão do patrimônio material e imaterial da humanidade;

2 - Um museu deve ser permanentemente acessível ao público buscando sua interação e participação. Suas atividades devem ser sem fins lucrativos[...]

3 Um museu pode também apresentar suas coleções sob forma digital. Sua aplicação pode se limitar a um território determinado, como são os museus locais ecomuseus, onde suas práticas podem não se reproduzir em um local centralizado.. Suas coleções podem também assumir a forma de substitutos tangíveis e intangíveis. Ele constituem centros de Ciências ou podem chamar de museus virtuais [...] (DESVALÉES, 2007, p.57-58).

Sansoni (2007) ressalta a dificuldade de se estabelecer uma definição de museu, tendo em vista a multiplicidades de formas e diversidades de características, o que faz do museu uma instituição ampla e flexível. À luz dessa abordagem, apresentamos um trecho da Política Nacional de Museus no Brasil, publicada em 2009:

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus no âmbito das Políticas Públicas de caráter mais amplo é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico como aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afro-descendentes.

⁴⁷ A lei n.7287 de 18 de dezembro de 1984 (BRASIL, 1984) dispõe acerca da profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: www.corem.org.br. Acesso em: 28 de jan. 2015.

Para cumprir esse papel os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa eles devem ser também unidades de investigação e de interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitárias e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira [...] (BRASIL, 2009).

O movimento da instituição Museu para se adaptar à nova demanda social, relacionada à maior inserção dos indivíduos nas questões da sociedade, propicia variada participação dos indivíduos em suas atividades e o público caracteriza-se como parceiro na formulação da informação. Neste caminho, é incentivada a busca da melhor forma de ação educativa para divulgação de suas propostas.

A Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, em seu Capítulo 1 define Museu da seguinte forma:

Consideram-se Museus para efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, científico, técnico ou qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

No mundo atual, os museus clássicos têm, dentre várias funções, a de salvar e preservar aquilo que está submetido aos movimentos destrutivos da modernização. No entanto, o presente se constrói à luz do passado. Neste sentido, os museus parecem funcionar como pontes que permitem uma negociação e articulação entre o passado e o presente. Lima afirma que o processo de patrimonialização está inserido no contexto social e que:

A patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Conservação para ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (LIMA, 2012, p. 34).

A comunidade do Instituto Benjamin Constant organizou em suas dependências um museu que vem ao longo das décadas sofrendo modificações estruturais, físicas e ideológicas.

A pesquisa realizada, no sentido de construir a trajetória de constituição do MIBC, teve como fontes principais os relatórios elaborados pelos Diretores do Instituto desde 1893. Analisando os relatórios de Sady Gusmão, Diretor do IBC no período de 1930 a 1938, ao ministro da Educação e Saúde Pública, verifica-se que não há

menção a um museu antes de 1933. Por outro lado, em 1933 o museu é mencionado, inclusive identificando-se já um acervo, “com cerca de duzentas peças” (GUSMÃO, 1936, p.4).

Em seus primórdios, os museus representavam lugares privilegiados para o desenvolvimento científico. Mesmo os gabinetes de curiosidades funcionaram como espaços alternativos em relação às Universidades. O MIBC, quando foi criado em uma pequena sala do prédio sede do Instituto Benjamin Constant em 1933⁴⁸, apresentava as características de um gabinete de curiosidade funcionando como protomuseu escolar, sendo seu público alvo alunos cegos internos no Instituto Benjamin Constant. Os gabinetes de curiosidades podem ser assim descritos:

[...] estúdios, laboratórios, salas para demonstração e aulas na Inglaterra e Holanda dos séculos 17 e 18. A instrução científica, baseada nos conferencistas itinerantes com suas maletas de instrumentos e peças de demonstração torna-se crescentemente institucionalizada em academias e sociedades filosóficas (ARNOLD apud MENSCH, 2003, p.2-3).

No relatório de 1936, existe um inventário administrativo que faz referência, por exemplo, a cristais de rocha, aves e peixes empalhados, esqueletos de cachorros e uma pele de lobo, além de bustos em gesso representando etnias e raças. Aparentemente, o museu foi organizado informalmente, sendo semelhante aos gabinetes de ciências e curiosidades do século XIX. Ao descrever no item II do mencionado relatório as instalações do Instituto, Gusmão faz referência explícita ao museu:

II - O edifício

Logo que o Imperador doou ao Instituto o terreno da Praia Vermelha tratou Benjamim Constant, que então dirigia o estabelecimento, de dotá-lo de edifício próprio e instalações adequadas. Mandou imediatamente medir e arrumar o terreno, elaborando ao mesmo tempo o ante-projeto de um grande prédio, com capacidade para alojar 400 alunos. Depois de realizar os trabalhos preliminares de locação e arruamento do terreno, o engenheiro dr. Carlos de Araujo Ledo Neves, sob a orientação direta, de Benjamim Constant, elaborou então o projeto do edifício do Instituto, tendo sido a execução confiada ao construtor João Torquato Martins Ribeiro.

Dest'arte, no dia 29 de junho de 1872 se realizou a solenidade do lançamento da pedra fundamental, com a presença do Imperador, dos Ministros de Estado, de altos funcionários civis e militares, etc. A construção, porem, sofreu muitas delongas, arrastando-se tarda e difícil, por quase vinte anos. Em 1890, graças aos esforços de Benjamim Constant, os trabalhos se intensificaram, sendo entregue ao governo, no dia 18 de Novembro de 1890, a ala esquerda do

⁴⁸ Sady Cardoso Gusmão cita dentre as novas Políticas Educativas e Sociais para os cegos no governo de Getúlio Vargas a organização do museu do Instituto Benjamin Constant em suas dependências com exposição permanente. (GUSMÃO, 1936, p.5)

edifício, onde ainda hoje funciona o Instituto. Contudo, do edifício projetado apenas um terço se acha construído: a ala esquerda. Esta é constituída por três pavimentos, com dois pilonos à esquerda, na frente e nos fundos. Ha um corpo central da fachada, um corpo lateral e um ao fundo, descrevendo a figura de um retângulo. No meio do corpo lateral entronca-se um torreão, onde se acham localizados os banheiros e privadas de uso dos alunos (nos três pavimentos). O pavimento térreo tem a feição de porão, embora com direito superior a três metros. Na frente do pavimento térreo se acham localizados: a) secção de economia doméstica; b) oficina de reparos e afinação de pianos; c) arquivo; d) encadernação, tipografia e saguão de escada. No corpo lateral: a) oficinas de escovas b) colchoaria; c) trabalhos de madeira; d) almoxarifado e) empalhação; f) saleta; g) barbearia e dois pequenos quartos para empregados. Ao fundo: despensa, saguão de escada, copa e refeitórios; No 2º pavimento: dependência de economia; dormitórios de crianças, aulas de trabalhos de agulha, jardim de Infância, secretaria, biblioteca, **museu**, gabinete do Diretor, saguão. No corpo central: aula, dormitório de empregadas, estudo, aula, dormitórios (2) de auxiliares de ensino, aula e dormitórios de menores do sexo feminino. Ao fundo: rouparia, gabinete médico, enfermaria para alunos, dormitórios de alunas (1936, p.3, grifo nosso).

Em sua origem, o Museu estava situado numa sala próxima ao gabinete do Diretor (BARROSO, 2002-2009), no 2º piso do IBC, lá permanecendo provavelmente por quase 20 anos, conforme atestado pelo Prof. Joni Bechara Cerqueira, em entrevista concedida à Claudia Girão Barroso, entre 2002 e 2009⁴⁹. Após esse período, o Museu foi deslocado para uma sala, ainda no 2º piso, onde funciona hoje o setor de múltiplas deficiências (salão do corredor vermelho), funcionando ali até 1992. Nesse período, o Museu funcionava um pouco como extensão da sala de aula (CERQUEIRA, 2009c) e os animais empalhados serviam para a percepção tátil por alunos (RODRIGUES, 2005), além da exposição de trabalhos. A administração era rigorosa, mas também informal e não havia uma política de aquisição ou recolhimento de peças nem mesmo do próprio Instituto, razão pela qual nem todos os objetos que saíram de uso nesse período foram enviados ao Museu.

Ao ser criado o setor de múltipla deficiência, em 1992, ocupando a sala onde até então funcionava o MIBC, parte do acervo original (mobiliário, máquinas, quadros etc.) é enviada para o Departamento de Educação, que remonta a exposição em uma de suas salas internas. Nesse momento, infelizmente, todo o material do acervo voltado para a História Natural foi descartado, aparentemente em função do modelo educacional ter mudado bastante. Não foi encontrado nenhum documento relativo ao descarte desse acervo, uma ausência frequentemente comentada por membros da comunidade do IBC. O Museu permanece nesse local até 2005, quando é novamente

⁴⁹ Nesse período, Girão fez o arrolamento do acervo do IBC.

deslocado, agora para o 3º piso do prédio sede - local conhecido pelos funcionários do IBC como “caveirão”.

Desde sua criação, há no museu categorias de objetos musealizados que, além da função histórica, assumem um papel pedagógico.

Em pesquisas anteriores para a elaboração de dissertação de mestrado (RODRIGUES, 2005), constatou-se de imediato que os registros documentais escritos eram insuficientes para responder às questões ligadas principalmente à organização do acervo. Nesta ocasião (2004), verificou-se que o espaço em questão não permitia uma museografia planejada, dentro de padrões museológicos adequados. O acervo não possuía nenhuma identificação.

O processo de documentação do acervo em questão foi iniciado em 2003 e realizado em duas etapas: registro e catalogação. Na fase de registro, foram reunidos documentos em diversos suportes e realizadas entrevistas com profissionais de diferentes segmentos da instituição, principalmente os mais antigos. Através dos depoimentos, foi possível identificar muitos objetos, o que permitiu o início de um processo de catalogação⁵⁰.

O registro é uma das etapas mais importantes para o controle do acervo. Uma instituição que não possua o registro das coleções e dos documentos pouco poderá informar sobre os mesmos, pois sem os registros a instituição não pode legalmente provar que possui qualquer coleção. Ela não terá condição de prestar contas do acervo nem da quantidade do que foi recebido, adquirido, doado ou perdido. Além disso, o registro traz informações sobre a procedência e sobre o contexto do acervo. Sem o registro haveria perda do valor histórico e científico das coleções. No caso do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant, o processo de registro e catalogação ocorreu tardiamente, por falta da presença de um profissional qualificado para esse fim, fato que pode ter contribuído para a perda de muitos objetos.

Em uma entrevista realizada para auxiliar o processo de registro, o professor Antonio dos Santos, tendo vivido 50 anos na instituição, na condição de professor, relatou:

Quando cheguei aqui em 50 havia uma sala no setor masculino intitulada museu. De museu não tinha nada. Havia um amontoado de objetos. Misturados, vassouras, telas, material de física etc. Havia uma intenção de se criar um museu, mas erradamente, a meu ver. Na década de 70 o diretor Renato da

⁵⁰ A realização e análise das entrevistas de história oral temática são abordadas no Capítulo 1.

Gama Malcher, objetivando armazenar o mobiliário e as telas em local mais arejado, destina uma sala do Instituto para esse fim. Esse local por determinação da direção geral teria a função de preservar a memória da instituição. Esse museu não era aberto ao público. Internamente abria por ocasião dos festejos do aniversário do Instituto.

As palavras do professor Antonio levam a uma reflexão acerca do entendimento por parte dos integrantes da comunidade do Instituto Benjamin Constant.

Os museus se apresentam como espaços de reflexão, de experimentação e de conhecimento. Para que isso se efetive, especialmente no atendimento a pessoas com deficiências, é necessária a presença humana no espaço museológico, para que se desenvolva a relação do sujeito com o objeto, onde objetos são ressignificados na referida relação. Paralelamente, as coleções dos museus precisam ser pesquisadas, de forma a enriquecer a documentação relacionada e propiciar que o público tenha uma compreensão ampliada do próprio acervo museológico.

A realidade dos museus influencia os mecanismos de elaboração do sistema de recuperação de informação sobre as suas coleções. Em geral, sistemas de informação têm a finalidade de fundamentar processos de comunicação e, entre outras funções, visam dar acesso às informações potencialmente contidas nos documentos (CLEVELAND; CLEVELAND, 1983, p.20). O sistema pode se constituir, na prática, em apenas um inventário de peças. No entanto, o objeto central do sistema de informação não é a localização de objetos ou a criação de instrumentos de acesso às informações sobre elas, embora constituam subsistemas imprescindíveis ao funcionamento eficiente do Museu. O objetivo principal da documentação é constituir uma base ampla de informações, que alimente a pesquisa e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas a ela.

Para o desenvolvimento de um sistema de informação sobre o acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant fez-se necessária a elaboração de um inventário de todo o acervo. Por tratar-se de um museu inserido nas dependências de uma Instituição voltada para a educação de pessoas com deficiência visual, o acervo do MIBC documenta a história da educação de cegos no Brasil. Neste sentido, são objetos pertencentes a uma cultura desenvolvida por indivíduos cegos com suas particularidades. Como classificar aqueles objetos se nem mesmo se sabia nomeá-los?

Transcreve-se, neste momento, outros depoimentos coletados como forma de elucidar os elementos que se fizeram presentes no decorrer do inventário do acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant. O professor Vitor Alberto, da cadeira de História no Instituto Benjamin Constant, ingressou nesta instituição na condição de aluno, no ano de 1960, com 15 anos de idade, quando sua família veio de Portugal. A entrevista foi realizada em 19 de novembro de 2003, nas dependências do Instituto.

Este Museu é vital para o IBC. O Museu preserva o nosso passado e nos permite discutir o presente e programarmos o nosso futuro... Infelizmente ele vem sendo colocado em segundo plano, como se ele não fosse importante [...] acho que esse acervo do Museu possui características de nossa memória... Penso também que muita gente não quer investir nesta memória talvez pelo nosso estigma... o Instituto é uma entidade que eu considero forte mas que está muito fragilizada... os alunos não vêm desenvolvendo uma relação afetiva com essa casa [...] na minha época de aluno pelo menos 80% dos alunos eram internos. Hoje não chega a 20%... Não vejo isso como um mal... Só poderemos analisar os pontos positivos ou negativos deste processo com o passar do tempo [...]⁵¹

O Instituto, até a década de 1990, recebia alunos de outros estados brasileiros em regime de internato. Esses alunos só retornavam para o convívio com suas famílias no final do ano. Para receber esses alunos a instituição passou a exigir a presença de uma pessoa responsável por cada aluno no Rio de Janeiro para a saída nos fins de semana. A instituição que funcionou durante anos como instituição total, ou seja, aquela com função de mundo fechado para seus educandos, papel de família, escola, residência e local de lazer, passa a ser questionada em seus princípios. Na continuidade do trecho:

[...] alguns curadores têm aberto um espaço para os nossos alunos. Fomos ao Museu de Arte Contemporânea em Niterói e, pudemos apalpar algumas peças. Tivemos na exposição Auguste Rodin e Salvador Dali... São eventos temporários. Acho que o Instituto é peça fundamental neste processo de sensibilizar os curadores... Penso ser importante a produção de réplicas das peças raras, para que nos seja permitido o toque... Infelizmente os nossos museus, diferentemente dos europeus e norte-americanos, ainda não possuem uma política cultural extensiva aos cegos [...] Ver é perceber a sua volta. Isso não se limita à visão física. Implica no uso dos outros sentidos. Ver, é como diz a nossa garotada: é estar ligado, em sintonia com o que está a sua volta. [...] primeiramente precisamos analisar o discurso que gira em torno da inclusão das minorias. A maior parte do povo brasileiro é excluída. Temos que pensar a questão da inclusão sob o aspecto sociológico... Como incluir, por exemplo, dois cegos, um surdo-mudo e um deficiente mental

⁵¹ Entrevista concedida por Vitor Alberto à Débora Rodrigues, em 19 de novembro de 2003.

numa sala com 50 videntes? (...) Não é a pessoa que tem que se adaptar ao ambiente; o ambiente é que tem que se adaptar a essa pessoa.⁴⁴

O depoimento leva-nos a refletir acerca do papel que este Museu tem dentro desta comunidade, no sentido de preservar a história deste grupo, mas, ao mesmo tempo, chama atenção quanto à contribuição para além do IBC. O entrevistado enfatiza, no decorrer da entrevista, que a maior parte do povo brasileiro é excluída, havendo uma necessidade de pensar a questão da inclusão sob o aspecto sociológico. Apresenta uma crítica à desinstitucionalização da Educação Especial, onde não acredita ser possível incluir em uma sala de aula um cego, um surdo e uma pessoa com deficiência intelectual em uma sala com 50 alunos. Ressalta ainda que não é a pessoa que tem que se adaptar ao ambiente e sim o ambiente que precisa se adaptar à pessoa. Demover os estigmas em torno da pessoa com deficiência não é tarefa fácil.

O terceiro depoimento é de Mayá Devi de Oliveira, professora de História e ex-aluna do Instituto, tendo seu ingresso como aluna no ano de 1947 e trabalhado até o ano de sua morte, em 2010, no referido Instituto. A entrevista foi realizada em 27 de novembro de 2003 nas dependências do IBC.

Levei o alfabeto Braille em zinco para casa nas férias de 1947. Como já sabia ler foi muito rápido o aprendizado... Lamentei não ter conhecido o Instituto antes. Tive que fazer o supletivo em virtude da minha idade na época... Mas, na verdade, em nada adiantaria já que até 1945 o ensino do Instituto ainda não havia sido equiparado ao dos demais Colégios da época. O cego terminava seus estudos aqui e não poderia prosseguir. Acho que cheguei numa boa época. [...] O Museu tem a função de preservar a história desta Instituição para que, cada vez mais cegos conheçam a trajetória de suas conquistas. [...] O que me lembro bem existir em nosso Museu são os objetos tiflológicos utilizados para educação de cegos... No aprendizado de matemática utilizei os Cuborítmos que são cubos de chumbo para o aprendizado de matemática... Este objeto é anterior ao Sorobã que, por sua vez é uma evolução do Ábaco... Há uns dois anos atrás houve uma reunião para se discutir a volta do uso do Cuborítmo. Acho muito mais didático para a criança. Penso ser importante termos meios de pensar essas coisas... Memória Coletiva para mim são lembranças importantes para um grupo, que as retêm ao longo do tempo. [...] tivemos oportunidade de participar de alguns eventos. O Museu de Arte Contemporânea em Niterói permitiu-nos o toque em algumas esculturas... Pintura é mais complicado para a gente, a não ser que seja em alto-relevo... Para nós é importante o toque porque senão passaremos a ser espectadores [...] penso que ir ao museu para ler descrições não é nada motivador ao cego... Gostei muito da visita que fiz com os alunos ao Museu do Trem. Tivemos oportunidade de apalpar as locomotivas antigas. Foi muito bom. [...] Ver é muito amplo. No entanto, o cego precisa aceitar que tem algumas limitações... Um cego de nascença não tem a

noção das cores, por exemplo. Ele forma esses conceitos com o olho do vidente... O vidente diz ao cego: O preto é uma cor triste, mas pode-se associá-lo ao belo porque se usa roupa preta em festas, por exemplo. O cego não tem por si condição de achá-lo triste ou bonito de fato.⁵²

A entrevista anterior faz importante revelação quanto à evolução de metodologias ligadas ao ensino de Matemática para pessoas cegas. Foi com este perfil de entrevista que se tornou possível traçar uma evolução tecnológica voltada para a criação dos objetos tiflotécnicos do Museu; como eles eram utilizados, discutindo-se, conjuntamente, as técnicas de uso dos objetos.

Apresenta-se, ainda, o depoimento de Hersen Rodrigues Torres Hildebrant, professor aposentado do Instituto Benjamin Constant, ex-aluno, tendo iniciado seus estudos na instituição no ano de 1945.

Entrei no Instituto em 1945 no jardim de infância... Sou filho de ex- alunos e professores também do IBC. Casei-me com uma moça daqui também cega. Tive uma filha cega que atualmente é também professora aqui...⁵³ Sempre estive ligado ao mundo dos não videntes. [...] O museu no meu tempo de aluno funcionava como uma espécie de laboratório. Algumas vezes o professor de ciências nos levava lá para apalparmos bichos dissecados... Hoje não se usa mais isso... A memória das nossas conquistas enquanto cegos ainda não era explorada... Este museu tem a função de preservar a nossa memória. Essa memória nos ajudaria a sermos mais conscientes do nosso papel no grupo... Nosso acervo é voltado para a nossa emancipação. Temos um acervo fotográfico e telas a óleo do Pedro II, Benjamin Constant, Luiz Pedrosa, Cláudio Luiz da Costa. Não temos fotos de Álvares de Azevedo. O vidente fotografa muito. A nós cegos não interessa as imagens e sim os contextos [...] As pessoas têm uma visão muito limitada do ver. Com isso nos estigmatizam muito. Esses estigmas são muito mais cruéis do que a ausência da visão em si... Passamos a nos condicionar ao olho do vidente.⁵⁴

Evidencia-se no depoimento de Hersen, bem como dos depoentes anteriores, um grau de envolvimento e aderência ao lugar. Suas trajetórias de vida se processam no interior desta Instituição. Durante o processo de registro e classificação do acervo do Museu não foram encontrados animais empalhados, mas havia na memória desses indivíduos referência a este tipo de acervo. Isso foi e ainda se faz importante para entender a trajetória de formação das coleções que compõem o acervo do Museu.

⁵² Entrevista concedida por Mayá Devi de Oliveira à Débora Rodrigues, em 27 de novembro de 2003.

⁵³ Trata-se de Ana Cristina Zenun Hildebrant.

⁵⁴ Entrevista concedida por Hersen Rodrigues Torres Hildebrant à Débora Rodrigues, em 03 de dezembro de 2003.

Em seguida, a partir do depoimento de Maria da Glória de Souza Almeida, professora e ex-aluna no Instituto, são obtidos outros dados. A entrevista foi realizada em 19 de março de 2004 nas dependências do Instituto. Percebe-se pelo relato da entrevistada que as vitrines do Museu do Instituto são muito inadequadas para o manuseio de objetos por parte da criança cega que explora o mundo com as mãos. Se os objetos não forem explorados na condição delas, como se fará sua interação com o mundo? As normas da ABNT recomendam altura inferior a 1,20m. Vale enfatizar que o trabalho com crianças com deficiência visual leva-nos a discutir alteração de recomendação da ABNT com relação à altura máxima de vitrines e cubos expositores de modo a permitir maior acessibilidade a pessoas que precisam explorar o conteúdo das vitrines tatilmente, sobretudo etiquetas em Braille. Em outro trecho da entrevista, a depoente relata que:

O museu não é apenas um repositório de conhecimento, de coisas antigas... Vou dar a idéia do museu da ONCE... fiquei muito emocionada quando estive num Congresso em São Paulo em 1997 e vi quatro monumentos que eles mandaram. Coisa que o cego jamais teria condição de perceber até como um objeto importante. Normalmente é assim: ou você visita ou vê através de fotografia, nem isso o cego tem acesso. Eu acho que o museu tátil, o museu que favorece o conhecimento humano, sobretudo do portador de deficiência uma coisa muito importante. [...] Os cegos foram a todas as exposições que abordavam esculturas como a do Rodin, Salvador Dalí que foi mista, escultura e pintura, Monet, Picasso... Dizem que a criança da favela, pobre não admira nada porque não gosta. Eu vi um aluno meu, ele era de baixa visão, então, eu lhe perguntei: você gostou? Glorinha foi a coisa mais linda que vi na minha vida... Isso me emocionou muito, na razão direta de nós derrubarmos mais esse mito, que o pobre não gosta de música boa, que os alunos de baixa visão não sabem admirar obras de arte. Fizemos visitas maravilhosas! ... Na verdade no Brasil os museus não estão muito preparados para receber o deficiente. O cego fica muito impedido de ver as coisas, o que não acontece na Europa.⁵⁵

A entrevistada chama-nos atenção quanto à falta de estrutura do próprio Museu do Instituto, em termos de recursos para a inclusão da criança cega. Neste sentido, os estudos técnicos e de públicos são de grande importância para os museus. Conjuntamente, percebe-se nos depoimentos menção de visitas a instituições museológicas de grande impacto na vida desses indivíduos.

Prosseguindo, transcrevem-se trechos do depoimento de Dilson Matos Pereira, professor aposentado e ex-aluno do IBC. A entrevista foi realizada em 16 de março de 2004, nas dependências do Instituto.

⁵⁵ Entrevista concedida por Maria da Glória de Souza Almeida à Débora Rodrigues, em 19 de março de 2004.

Eu acho o MIBC muito importante! Importante porque vai resgatar todo um passado, uma graduação que eu mesmo senti quando usei a máquina de madeira só com a reglete de alumínio. Depois peguei as vindas da França para nós... Fui aluno de 56 a 63. Eu manuseei máquinas tipo PERKENS e tenho uma dinamarquesa que é diferente da PERKENS atual... O Museu seria uma síntese do passado que teve uma continuidade. A sociedade precisava tomar conhecimento do que o Instituto foi através do Museu.⁵⁶

Ao tentar classificar as máquinas datilográficas Braille, foi possível constatar diferenças em suas estruturas. O uso dos depoimentos para registro e classificação foi de fundamental importância, sobretudo no item referente à descrição dos objetos, considerando que muitos objetos que no museu se encontram foram utilizados por todos esses entrevistados. Com eles presentes no processo de classificação foi possível inclusive estudar as técnicas de uso dos objetos.

Registraram-se, ainda, depoimentos de alunos e ex-alunos mais jovens. A seguir, apresenta-se trecho de depoimento do ex-aluno Leonardo da Silva Sales, na época com 20 anos. A entrevista foi realizada em 31 de março de 2004, nas dependências do Instituto.

Eu já visitei esse Museu algumas vezes, foi até você que estava lá para explicar as coisas. Eu acho ele muito importante para a comunidade do IBC porque ele mostra como começou os métodos de escrita Braille. Há os sorobãs, as primeiras impressoras Braille. Acho que as telas para o cego não têm tanta importância porque ele não pode ver. Ver a imagem do Pedro II, que foi uma pessoa importante para o IBC, acho que não tem o mesmo peso que, por exemplo, apalpar um busto do Pedro II. Acho que este Museu está completo... Acho que museu é para preservar e junto mostrar a história... Para o público externo do IBC talvez esse Museu não tenha tanta importância, e, sim, admiração de ver uma máquina em Braille, PERKENS, talvez até porque não usa, causa admiração. Não haveria um envolvimento afetivo como tem para o cego. [...].

O entrevistado fala da questão afetiva que envolve o reconhecimento dos objetos do Museu como elementos de identidade do indivíduo cego. Apresenta-se, a seguir, trecho do depoimento de Karla Maria da Silva deficiente visual e professora no Instituto desde 1994. A entrevista foi realizada em 20 de maio de 2004, nas dependências do Instituto.

[...] Eu acho que tudo que diz respeito à história de uma pessoa, de uma coisa, é importante. As peças aqui do Museu são ligadas à vida das pessoas cegas, foram objetos usados numa determinada época, mesmo que agora estejam em desuso eles

⁵⁶ Entrevista concedida por Dilson Matos Pereira à Débora Rodrigues, em 16 de março de 2004.

servem de base para esses objetos que usamos hoje. De repente, a chapa onde a gente colocava os números, pesada, complicada de carregar, mas talvez, se nunca tivesse existido essa chapa, não teria existido o cubarítimo e o sorobã que hoje utilizamos. Sempre que o Museu abre, é aniversário do Instituto eu procuro levar as turmas lá porque eu acho que é nossa história... A gente nota que os alunos hoje reclamam de tudo! Então, quando você dá para eles um trabalho feito no Thermoform, naquele material tipo plástico, eles reclamam porque não é papel, a mão não desliza e eu digo para eles: Louis Braille era doido para ter um Thermoform e não tinha... Tudo isso precisa ser mostrado para eles, o progresso dos materiais que chegou até nós... No momento eu o vejo como um Museu do Instituto... Seria interessante as pessoas conhecerem esse museu até para se aproximarem mais da nossa realidade [...].

A entrevistada fornece dados acerca da evolução tecnológica dos objetos criados para uso de pessoas com deficiência visual inseridos no MIBC e chama atenção com relação ao papel educativo no seio da comunidade do Instituto.

Sucessivas direções passaram pelo Instituto Benjamin Constant e novos deslocamentos do MIBC foram feitos. Em 1992, todo esse acervo foi perdido, conforme já mencionado (p.161), e identificado em entrevistas realizadas com funcionários e alunos. Muitos objetos só existem hoje na memória de algumas pessoas do Instituto. Na década de 1970, havia a intenção de se criar um museu de História Natural, fato vivo na memória dos mais antigos na instituição e documentado no livro de tombo no almoxarifado do Instituto Benjamin Constant.

No ano de 1995, o pesquisador Francisco Mendes, ao reunir elementos para o lançamento da *Revista Benjamin Constant*, que tratou, em seu primeiro exemplar da história da Instituição, ao ter realizado pesquisa no Arquivo Nacional, no Museu Casa Benjamin Constant e na Fundação Casa Rui Barbosa, reuniu documentos de caráter arquivístico. Tais documentos passaram a compor o acervo do MIBC. O citado arquivo, por ocasião da elaboração do texto do livro dos 150 anos do IBC (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007), é deslocado para o setor DDI no prédio da Imprensa Braille e não retorna mais ao Museu.

Em 13 de setembro de 1996, foi assinada a Portaria n. 942 (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2006), publicada no Diário Oficial da União (DOU)⁵⁷, páginas 25 a 28, em 16 de setembro de 1996, que aprova o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant (Anexo II). Em seu Art. 9, diz que o Museu está ligado à Divisão de

⁵⁷ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1426995/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-16-09-1996>. Acesso em: 15 de fev. 2015.

Atividades Culturais e de Lazer, que por sua vez está subordinada ao Departamento de Educação. A Portaria enfatiza que tal Divisão tem como objetivos em relação ao Museu: “Organizar, manter e dinamizar o Museu Escola do Instituto Benjamin Constant, visando registrar e documentar a História do IBC e a trajetória da educação dos deficientes visuais no Brasil”.

Como já mencionado, em 2005, o Museu é deslocado para uma sala no 3º piso do prédio do IBC. O referido espaço não possuía condições adequadas para o funcionamento do Museu, levando-se em conta as questões de preservação e segurança de acervo, bem como a elaboração de uma museografia adaptada às necessidades sensoriais de seu público.

A direção do IBC decidiu então elaborar um projeto para obter financiamento objetivando organizar um museu tiflológico semelhante ao existente na Espanha.⁵⁸ No projeto, o MIBC passaria a ocupar toda uma ala do 3º piso, com cinco salas, além de contar com uma sala para exposições temporárias e uma reserva técnica. O projeto foi aprovado para mecenato, mas não foi possível captar os recursos necessários para toda adaptação do local. O projeto foi então desmembrado, sendo executada a parte referente à elaboração de maquetes representativas dos principais monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro. O espaço com as maquetes foi inaugurado em 2009, constituindo-se numa das salas do museu, conforme já explicitado.

Por ocasião da aprovação do projeto para reestruturação do Museu do Instituto Benjamin Constant, o Departamento de Museus (DEMU/IPHAN) solicitou ao Instituto uma série de documentos para comprovar a existência do citado Museu. O primeiro documento solicitado foi um decreto ou documento similar que explicitasse a consolidação do Museu em suas dependências. O Instituto apresentou o relatório de seu ex-diretor Sady Gusmão ao Ministro da Educação e Saúde Pública em 1936, que menciona a organização do Museu em 1933, conforme apresentado no início desse item desta tese. O DEMU solicitou ainda ao Instituto cópia da escritura de doação do terreno onde se localiza a sua sede.

Para comprovação da existência do Museu o Instituto também apresentou ao DEMU cópia das fichas catalográficas do acervo do Museu para comprovar a

⁵⁸ A museóloga, autora desse trabalho, foi convidada pela direção do Instituto para ajudar na elaboração desse projeto.

existência de acervo e cópias de entrevistas realizadas com membros da comunidade do IBC coletadas no período de catalogação do acervo. Na ocasião, o DEMU solicitou ainda cópia dos livros de frequência do Museu com o objetivo de comprovar a existência de exposição permanente. Os livros enviados comprovaram a existência de exposição desde a instalação do Museu, em 1933.

Tendo em vista tais aspectos, o DEMU deferiu o projeto para ampliação das instalações do MIBC, reconhecendo sua existência desde 1933, considerando que o Museu em questão, desde sua fundação, possui um espaço físico na instituição, ainda que o mesmo em alguns momentos possa ter se apresentado de forma inadequada às suas expectativas.

O MIBC comprovou a existência de acervo com a apresentação das fichas catalográficas e a sua importância para a história da educação de cegos no Brasil com depoimentos de membros dessa comunidade que, em seus relatos, mencionaram o citado Museu como uma extensão da sala de aula. A Tabela 2, a seguir, apresenta a listagem do acervo do MIBC, que conta com mais de 220 peças, além de cerca de duzentos livros em Braille.

Tabela 2 - Acervo do MIBC.⁵⁹

Objeto	Nº de exemplares	Procedência	Ano
Reglete de bolso	1	Paris	1940
Reglete de bolso	10	Brasil	1990
Reglete de mesa madeira	12	Brasil	1980/1990
Reglete de mesa em bronze	1	Brasil	1950
Reglete de mesa em alumínio	9	Brasil	1970/1980
Reglete de mesa em plástico	3	Brasil	1990
Máquina Braille	6	Inglaterra	1930
Máquina Braille	1	Alemanha	1950
Máquina Braille	3	E.U.A	1960

⁵⁹ As imagens das peças do acervo foram audiodescritas pela autora desta tese e serão disponibilizadas brevemente.

Máquina Braille	5	Alemanha	1960
Máquina Braille	8	Dinamarca	1960
Busto em gesso de Louis Braille	1	-	1952
Busto em gesso raças	10	Brasil	1930
Globos terrestres em relevo	8	Brasil	1950/1960
Mapoteca / 246 mapas esculpidos em madeira	1	Brasil	1933
Célula ao alcance das mãos	70	Brasil	2007
Maquetes monumentos históricos	8	Brasil	2009
Mapa do Brasil esculpido em madeira	1	Brasil	1933
Telas à óleo	4	Brasil	1877/ 1890
Chapa de aço para cálculos matemáticos	4	Brasil	1950
Cubaritmo	9	Brasil	1950/1960
Sorobã	12	Espanha/ Brasil	1950/1960
Microscópio	3	Tchecoslováquia/ USA	1930
Mesa de Xavier Sigaud	1	Brasil	Sec. XIX
Mesa de Benjamin Constant	1	Brasil	Sec. XIX
Cadeira do imperador	1	Brasil	Sec. XIX
Cadeira da imperatriz	1	Brasil	Sec. XIX
Cadeira de Xavier Sigaud	1	Brasil	Sec. XIX
Cadeira	3	Brasil	Sec. XIX
Dunquerque	2	Brasil	Sec. XIX
Relógio de armário	1	Brasil	Sec. XX (1902)
Placas comemorativas	20	Brasil	2004

Fonte: levantamento realizado pela autora.

Os livros de frequência das exposições evidenciaram a presença de público nas exposições, ainda que esse público externo fosse, em dado momento, considerado insipiente. O DEMU avaliou que a insipiência de público externo pode

estar ligada a ausência de qualquer sinalização indicando o Museu, no ambiente externo ao prédio do IBC, além dos estigmas das pessoas com deficiência perante a sociedade. O fato é que existia a exposição e esta era visitada por membros da instituição, em seu processo educacional, e por público externo.

O relatório de gestão do Instituto Benjamin Constant, de 2012⁶⁰, apresenta a sua estrutura (IBC, 2012) e percebe-se que o MIBC continua ligado à Divisão de Atividades Culturais e de Lazer (DAL), subordinada ao Departamento de Educação.

5.2 - Os Objetos Tiflotécnicos e o Museu

O alargamento da comunicação e da cultura das pessoas cegas assume importância vital com o surgimento do Sistema Braille que, desde as mais antigas tentativas tiflográficas, muito tem contribuído para a emancipação sócio-cultural das pessoas cegas.

De acordo com registros históricos, foi na França, no séc. XVIII, com os trabalhos de Valentin Haüy dirigido às pessoas cegas que despontou a Tiflogia. Contudo, é no séc. XX que o termo tiflogia se faz mais presente, embora não de forma abrangente. Verifica-se o seu uso nos países do sul da Europa e em alguns países da América Latina (HENRI, 1967).

Oliva (1995) encontra aplicação da raiz do termo tiflogia como elementos de vocábulos formados para significar orientação e mobilidade, como técnica, e a sua prática como vivência. Trata-se dos termos Typhnonantcs e Typhonaut. O autor enfatiza ainda que esses termos foram utilizados por Walter Thornton, um piloto da RAF que ficou cego na 2ª Guerra Mundial, que introduziu a técnica da bengala longa de detecção na Inglaterra.

Martinez (1995) refere-se à utilização do termo Tiflogia por Carlos Zickefet English na Universidade de Madri. De acordo com informação de Louis Ciccone, J. Dussouchet, respectivamente professor universitário e vice-presidente da Associação Valentin Haüy, empregou-se pela primeira vez o termo Typhlophile para significar amigo do cego, que mais tarde passou a expressar atitude de ajuda, apoio, colaboração, sendo o lema da Associação “Pour le bien des aveugles ” (MARTINEZ, 1995).

Como se pode verificar pela consulta em dicionários, a formação do vocábulo tiflogia corresponde à aglutinação dos vocábulos gregos Typhlos (cegos) e logos (razão, conhecimento) (OLIVA, 1995). O conceito nos é apresentado como um conteúdo em evolução. Assim sendo, no Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua

⁶⁰ Disponível em: http://www.ibc.gov.br/Nucleus/media/common/relatorio_de_gestao_2012.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2015.

Portuguesa, de H. de Lima e G. Barroso (1957), o termo diz respeito “a instrução dos cegos”. O sentido permanece por vários anos, como se percebe através do Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda (1987), que apresenta a seguinte definição para Tiflogia: “tratado sobre a instrução de cegos. No sentido de ensino de cegos”. O Dicionário Porto Editora (1997), passa a incorporar na definição do termo também a formação profissional e, finalmente, apresenta-se de forma mais abrangente no *Electronic Dictionary and Thesaurus* (COLLINS), com a seguinte definição: “Typhology: The branch of Science concerned with blindness and the care of the blind”.

Sabe-se que os antigos processos para dotar os cegos de um método de leitura remontam aos processos de gravar letras em tábuas enceradas (CASTRO, 1936). Em 1517, o espanhol Francisco Lucas adaptou uma série de letras sobre placas de madeira e que, por volta de 1575, o italiano Rampansetto procurou aperfeiçoá-las.

Castro (1936) relata que em 1640 o parisiense Pedro Moreau fabricou letras móveis de chumbo, ao passo que, na Alemanha, Schonberger as usava feitas de estanho. Sob a guarda do MIBC existe uma peça que pode ter relação com esse início de processo de desenvolvimento de objetos tiflotécnicos. A seguir, apresentamos, no Quadro 9, uma imagem desse objeto com sua respectiva descrição técnica.

Quadro 9 - Caixa para aprendizado de Braille pertencente ao acervo do MIBC, descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição Técnica
	<p>CAIXA PARA APRENDIZADO DE BRAILLE. Conjunto de madeira e alumínio constituído por caixa de madeira em duas partes na forma de livro aberto, uma delas com fundo verde, outra com fundo cinza e ambas com 16 linhas horizontais vasadas e frisadas, incluindo paralelepípedos móveis de alumínio com letras no sistema braille e no sistema de escrita cursiva; na frente, ferragens para fechamento da caixa. Os paralelepípedos estão guardados em caixa de madeira à parte. Na tampa da caixa fechada, placa metálica com a inscrição “Imprimerie pour aveugles / B.S.G.D.G. / Système Ernest Vaughan / Directeurs Quinze-Vingts / Hachette & C^{ie}. Paris”. Altura 16cm, 16 x 16cm, peso aproximado 2kg [IBC]. Procedência: Paris-França, provavelmente década de 1940 [CERQUEIRA, 2009c]. Trata-se da única caixa de madeira para aprendizado da escrita braille existente no Museu [RODRIGUES]. Localização: MIBC (prédio principal, 3º piso).</p>

Castro (1936) discorre sobre muitas outras tentativas para desenvolver e aprimorar um sistema de escrita para cegos, contudo sem um método sistematizado. Por exemplo, Valentin Haüy ficou admirado com a desenvoltura de uma musicista

cega, Maria Teresa Von Paradis que fora alfabetizada com alfinetes pregados em almofadas; Tiago Bernouillé, que usou letras gravadas em madeira para ensinar as letras a um cego em Genebra. No entanto, foi Valentin Haüy quem escreveu pela primeira vez um livro em relevo.

Sizeranne (1916) e Oliva (1984) informam que Valentin Haüy faz referência a duas datas importantes (1771 e 1782). Na primeira, Haüy passa pela feira de Santo Ovídio, na Praça de Louis XV em Paris, onde vê um empresário exibir, em um café, dez pessoas cegas mendigas como fantoches, sendo ridicularizadas. Tal acontecimento foi assim descrito:

Por que foi que a idéia de uma cena tão vergonhosa para a espécie humana não terá morrido logo após ser concebida? Por que foi que o divino ministério da poesia e gravura foram postos ao serviço da divulgação de uma atrocidade? AHI Foi sem dúvida para que o quadro reproduzido diante dos seus olhos, enchendo-me o coração de uma aflição profunda me excitasse o empenho. E assim, tomado de um nobre entusiasmo disse para comigo: Porei a verdade no lugar desta farsa ridícula, farei ler os cegos e colocarei em suas mãos livros impressos para eles. Eles traçarão os caracteres e lerão a sua própria escrita. Finalmente, farei com que sejam capazes de interpretar música decentemente. Sim, boçal Atroz, quem quer que sejas, porei na sua cabeça as orelhas de burro com que quiseste degradar a daqueles infelizes (OLIVA, 1984, p.17).

O outro acontecimento ocorrido na França, conforme Oliva (1984), em 31 de março de 1784, e conforme Castro (1936) em 1782, refere-se também a Haüy que, ao sair da Igreja depois da celebração da Cerimônia de Pentecostes, deu uma moeda de prata a um jovem cego de 17 anos de nome François Lesueur. O mesmo chamou imediatamente Haüy, lhe dizendo que teria se enganado, visto que lhe tinha dado uma moeda de prata em vez de um salto. Surpreendido, Haüy teria lhe perguntado como tinha percebido isso. O menino respondeu que havia sido pelo ouvido e pelo tato. Assim, Haüy convidou-o para aprender a ler. Servindo-se de caracteres móveis, levou Lesueur a conhecer as letras e algarismos, combinando-as para formar palavras e frases.

Oliva (1984) relata ainda que, um dia, o mesmo menino ao apalpar um cartão de visita que apresentava algum relevo, identificou a letra “o”. Contento com a descoberta, falou para Haüy que, com o bico do cabo de sua pena, gravou no papel diversas letras. E, assim surgiu a idéia de impressão em relevo, fazendo fundir caracteres adequados com um dispositivo especial para a tintagem.

Nesta concepção, Haüy fundou em 1784 a primeira escola para cegos no mundo, funcionando inicialmente em sua própria residência, passando depois para um


prédio sede, onde veio a estudar Louis Braille. Louis Braille ingressou na Instituição Real para Cegos de Paris, em 15 de fevereiro de 1819, com dez anos de idade, e, aos 15 anos, em 1825, apresentou a invenção de um sistema de leitura tátil para as pessoas cegas.

Sem dúvida alguma o surgimento do Sistema Braille representou um grande marco no processo histórico e social das pessoas cegas em todo mundo e, com isso, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de objetos tiflotécnicos.

Os cegos neste período utilizavam os poucos livros existentes na Instituição idealizados por Valentin Haüy, uma vez que o Sistema Braille fora aplicado apenas informalmente por Louis Braille. Este começa a idealizar os primeiros objetos para a escrita Braille, sendo provavelmente os primeiros criados o punção e a reglete, inicialmente em madeira (CERQUEIRA, 2009c).

A escrita Braille manual (com a reglete) é produzida da seguinte forma: sobre uma placa retangular de madeira, alumínio ou plástico, coloca-se a cela Braille constituída em sua maioria por quatro linhas horizontais, sendo cada coluna constituída por seis pontos vazados. Ajusta-se o papel. O mesmo será perfurado por um instrumento pontiagudo chamado punção. A escrita tem características próprias. As palavras são escritas da direita para a esquerda. Para proceder à leitura, retira-se o papel da máquina e a leitura será feita da forma convencional, da esquerda para a direita. A seguir, no Quadro 10, são apresentadas foto e descrição técnica dos objetos sob a guarda do MIBC, que podem exemplificar o processo de consolidação do Sistema Braille.⁶¹

Quadro 10 - Objetos diversos sob a guarda do MIBC que podem exemplificar o processo de consolidação do Sistema Braille. Fotos e descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>PUNÇÃO. Haste metálica de ponta arredondada e cabo anatômico de madeira pintada em cor preta, cabo em forma de balão, modelo da década de 1940. Dimensões 5,1 x 2,1cm. Doação do professor Jonir Bechara Cerqueira. O punção é o instrumento inventado por Louis Braille [SOUZA] e utilizado para perfuração de pontos em relevo no papel encaixado no conjunto de reglete. Os modelos mais antigos de punção eram em madeira [CERQUEIRA, 2009c]. A peça apresenta desgaste natural pelo uso. Localização: MIBC (prédio principal, 3º piso).</p>

⁶¹ Cria-se no IBC através da Portaria nº 056 de 10 de setembro de 1993 um posto de venda de Material especializado por todo país. O material é adquirido pela Caixa escolar do Instituto Benjamin Constant.

	<p>REGLETE DE MADEIRA. Descrição - constituída de suporte em madeira em forma retangular com sete orifícios laterais em forma circular abertos para o encaixe da reglete; dois orifícios em forma diagonal para o encaixe da reglete com a função de armazenamento; na parte superior do suporte de madeira, parte em metal com dois pequenos pinos para o encaixe do papel. Reglete de metal móvel constituída por duas partes: uma com interface com 4 linhas e 27 colunas sendo cada uma composta pela disposição de 6 pontos para a escrita Braille. Parte vasada com 4 linhas e 27 colunas para a perfuração do papel. A ficha de catalogação foi preenchida em 10-04-2003.</p>
	<p>REGLETE DE BRONZE. Descrição - Placa em bronze constituída de duas partes: uma em forma retangular com orifícios circulares em número de 15 vasados para o deslocamento da reglete; a outra possui ondulações para o suporte do papel; ambas são unidas na parte superior. A reglete móvel é constituída por duas linhas horizontais e 35 colunas vasadas para a escrita Braille. Durante o preenchimento da ficha catalográfica foi colhido o depoimento de Hersen Torres Hildebrant, ex-aluno e professor no Instituto Benjamin Constant, que infomou que tal objeto teria sido utilizado para o ensino do Sistema Braille por volta de 1930. A ficha foi preenchida em 03-04-2003.</p>
	<p>REGLETE DE ALUMÍNIO. Descrição - Placa em metal retangular com 30 linhas e 36 colunas de 6 pontos dispostos para a perfuração do papel; parte vasada em forma retangular com 15 orifícios circulares laterais abertos para o encaixe do papel; reglete móvel constituída de 2 linhas e 36 colunas para a escrita Braille. A ficha catalográfica foi preenchida em 10-04-2003.</p>

Em 1827, Louis Braille escreve o primeiro livro em Braille de forma manual. As máquinas datilográficas Brailler só são fabricadas no Séc. XX, mais precisamente após o término da II Guerra Mundial.

Para a fundação do Instituto Benjamin Constant foi necessária a importação de livros, punções e regletes, vindos de Paris, para se dar início à educação de cegos no Brasil. Os livros em Braille eram em número muito reduzido, pela ausência de tecnologias para produzi-los em larga escala. Para tentar resolver essa questão o Instituto Benjamin Constant importou as primeiras máquinas de estereotipias,

conforme descrito no Capítulo 4 desta tese. Essas máquinas produzem matrizes em alumínio para a produção em suporte papel dos primeiros livros em Braille

Em 1983, foram adquiridas e instaladas na Imprensa Braille do IBC três máquinas de estereotipia, vindas da Alemanha, da marca Marburgh, acopláveis a computadores que substituíram as máquinas de estereotipia das décadas de 1980 e 1990. (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007) Precisamente dez anos depois, o Instituto fez convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a importação das primeiras impressoras Braille, diretamente da fábrica alemã Thiel para a Imprensa Braille do IBC. Inicia-se, assim, o processo de sua modernização com a aquisição das impressoras BAX-10 e Beta-x-3 (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007, p.140-146).

Hoje a transcrição Braille conta com o auxílio de computadores e impressoras Braille que vêm permitindo um aumento do número de exemplares produzidos, alargando, assim, o suporte material da memória escrita dos indivíduos cegos.

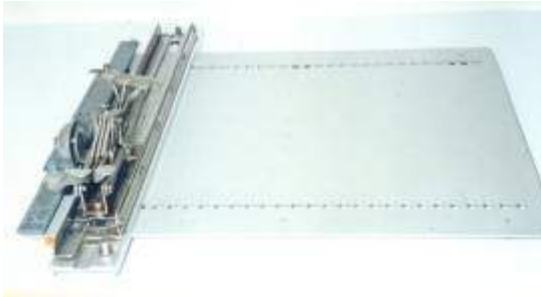
As máquinas Brailleur⁶² atuais, em sua maioria, são constituídas em seu corpo central por seis teclas, estando três à direita e três à esquerda, separadas por uma tecla distinta das demais com a função de produzir espaço entre as palavras. A folha é colocada em um tubo circular. A escrita neste caso é produzida da esquerda para a direita e a leitura se dá simultaneamente. Elas foram produzidas depois da 2ª Guerra Mundial.

O Instituto Benjamin Constant adquiriu diversos modelos dessas máquinas em diferentes momentos para uso de seus educandos. Hoje essas máquinas, que ao longo do tempo foram sendo substituídas por outras, estão sob a guarda do MIBC. Essas máquinas revolucionaram de certa forma as metodologias para a educação de cegos. No entanto, cabe ressaltar que, em função das mesmas serem de tecnologia estrangeira, muitas pessoas com deficiência não dispõem de recursos para adquiri-las, fato que muitas vezes retarda e compromete a alfabetização da criança cega, sobretudo, com deficiências múltiplas.

O Quadro 11 apresenta imagens de máquinas Brailleur e suas respectivas descrições técnicas.

⁶² A comunidade do IBC reconhece essas máquinas pelo nome máquinas datilográficas Brailleur.

Quadro 11 - Máquinas Brailleur do acervo do MIBC, fotos e descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>MÁQUINA BRAILLER. Descrição - Corpo central da máquina constituído por uma reglete horizontal estando engatilhado sobre esta conjunto de 6 teclas, três à direita e três à esquerda em forma circular. À esquerda, tecla oval com a função de dar espaços entre as palavras. Este conjunto fica encaixado em uma placa de alumínio retangular medindo 28cmx 20cm, contendo orifícios circulares abertos na lateral. Na parte superior desta, a inscrição: JM. ALSER for The Naticional Institute for the Blind London WJ. A ficha catalográfica foi preenchida em 27-3-2003. Aço, alumínio e borracha, três teclas retangulares para pontos (perfuração do papel) em cada extremidade frontal separadas por grande tecla de espaço horizontal, bandeja posterior com suporte para fixação do papel. Placa amarela na frente com inscrição "National Institute for the Blind / 228, Great Portland St. / London W.I."; na tecla de espaço, gravação "Pyke-Glauser Braille Writer / PG 289". Altura 12,5cm, 49 x 39cm [IBC]. Procedência: Londres-Inglaterra; década de 1950 [RODRIGUES]. Falta a peça cilíndrica vertical (centro), presente no outro exemplar de mesmo modelo (n° 20033). As máquinas Pike-Glauser, criadas por Edward J. Pyke (1898-1996) surgiram na Inglaterra na década de 1930 e eram consideradas as mais duráveis [CERQUEIRA, 2009c]. Localização: MIBC (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 05986.</p>
	<p>MÁQUINA BRAILLER. Descrição: Sobre base quadrangular em madeira, corpo central da máquina constituída por 6 teclas, separadas ao centro por uma tecla central em sua parte frontal. Acima desta, impressão de escudo circular contendo a seguinte inscrição: parte superior - Andersson e Sorensen Copenhagen. No centro apresenta o número 1992. Na parte inferior apresenta marca made in Denmark. A direita do corpo central da máquina um encaixe em forma de parafuso. Na parte oposta às teclas, identifica-se tubo em forma circular para a colocação da folha de papel. A ficha catalográfica foi preenchida em 26-05-2003.</p>
	<p>MÁQUINA BRAILLER - Descrição - Corpo central constituído por 6 teclas separadas por uma tecla central com a função de dar espaço entre as palavras. Na parte superior, verifica-se tubo circular para a colocação do papel. À esquerda, identifica-se tecla para o deslocamento do tubo circular. A ficha catalográfica foi preenchida em 24-03-2003.</p>

	<p>MÁQUINA BRAILLER - Descrição: Máquina resguardada em uma pasta em metal esmaltado. Corpo central da máquina constituído por 6 teclas , 3 à direita e 3 à esquerda, separadas por uma tecla central com a função de produzir espaços entre as palavras. Na parte central verifica-se a inscrição: Blindedenstudietalt-blista. Na parte inferior verifica-se a inscrição: Norburg- Zahn- Germany. Na parte superior às teclas, identifica-se tubo circular para a colocação do papel. Ficha catalográfica datada de 26-05-2003.</p>
	<p>MÁQUINA BRAILLER - Descrição - Corpo central da máquina constituído por 6 teclas sendo 3 à direita e 3 à esquerda, separadas por uma tecla central com a função de dar espaços entre as palavras. Na parte superior, verifica-se orifício para a colocação do papel. Ainda na parte superior, existe a colocação de dois pinos para o ajustamento do papel. À esquerda, verifica-se pino em forma de gota, voltado para cima com a função de promover a mudança de linha. Base constituída de quatro pés quadrangulares. A ficha catalográfica foi preenchida em 17-03-2003. Metal e alumínio, três teclas retangulares pretas para pontos (perfuração do papel) em cada extremidade frontal separadas por tecla de espaço horizontal em metal no centro, acima orifício para colocação do papel, base com quatro pés trapezoidais. Inclui inscrições do fabricante Elliot Fisher: “Licensed by Underwood Elliot Fisher Company” e placa “Design and developed by / American Fundation for the Blind, Inc. / New York N.Y.”. Peso aproximado 10kg [IBC]. Procedência Nova Iorque-EUA, modelo Perkins School, déc.1960 Trata-se de modelo disseminado depois da máquina Perkins, produzida somente a partir de 1951 [CERQUEIRA, 2009c]. Em 1939 o professor Davis Abraham desenvolveu nos Estados Unidos o primeiro protótipo da máquina Perkins, mas foi só em 1946 que sua produção aconteceu. A Perkins Shool for blind é sua fabricante (LARAMARA,2014). Há uma outra máquina (n° 20027) quase idêntica, com pés diferentes. Localização: MIBC (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 20026.</p>

Em 1993, o Instituto Benjamin Constant fez uma parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para a elaboração de uma matriz em aço para a produção de regletes Braille em PVC, com financiamento do FNDE. Em janeiro de 1994, é lançada a reglete IBC com 29 linhas e 33 celas por linha. Foram também elaboradas matrizes para a fabricação de dois modelos de punção e matriz para a fabricação de sorobã. O Quadro 12, a seguir, apresenta imagem e respectiva descrição técnica desse objeto.

Quadro 12 - Reglete Braille (Reglete IBC) em PVC do acervo do MIBC, foto e descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>REGLETE IBC. Descrição - Reglete para a escrita manual Braille: Reglete confeccionada em PVC. Parte vasada constituída por 29 linhas e 33 colunas . Suporte denteado. Ambas as partes são unidas por encaixe à esquerda do objeto. A escrita se dá da direita para a esquerda. Não é necessário a mudança de linha para se proferir a escrita pois a cela Braille ocupa toda superfície da folha. Reglete desenvolvida e produzida pelo Instituto Benjamin Constant com financiamento do FNDE. Acervo Museu IBC. (RODRIGUES, 2002-2004).</p>

Foram realizadas pesquisas em fontes arquivísticas para verificar como essas máquinas teriam sido adquiridas pelo Instituto Benjamin Constant e, em alguns casos, a carência de documentos escritos acarretou a necessidade da busca de depoimentos de membros dessa comunidade para reunir informações relativas a esses objetos. Com relação às máquinas Brailleur provenientes da Dinamarca foi possível obter dados da sua entrada no Instituto estudando as Portarias Ministeriais.

Em 17 de setembro de 1958, o Ministro Clovis Salgado da Gama aprova na sessão solene por ocasião do aniversário de fundação do Instituto as instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais, conforme Portaria nº 477 (BRASIL, 1958), de 17 de setembro de 1958, apresentando as seguintes orientações:

1. Convênio com a Associação de ex-alunos do Instituto São Rafael para transcrição em Braille de textos de Música, Matemática e idiomas estrangeiros;
2. Convênio com instituições de educação e reabilitação de cegos para repasse de recursos financeiros para fins diversos;
3. Complementação salarial de professores do interior do Brasil em atividades com deficientes visuais;
4. Envio de uma comissão de três profissionais credenciados para visitarem centros de educação e reabilitação no Norte e Nordeste do Brasil a fim de levantar prioridades referentes às necessidades de pessoal e material especializado;

5. Encaminhamento de questionários a prefeituras de todo o país para levantamento da situação dos deficientes visuais da fase da pré-escola à fase adulta;
6. Importação de 100 máquinas dinamarquesas Braille para distribuição gratuita a entidades dedicadas à educação e reabilitação de cegos;
7. Aquisição no mercado nacional de 1000 regletes de friso (modelo francês) para distribuição à entidades ligadas à causa do deficiente visual e venda a pessoa interessada a custo acessível;
8. Instalação de uma fábrica-piloto de colchões e similares no Instituto Benjamin Constant para avaliação de qualidade, preço unitário e demais exigências do mercado.

Essa Portaria 477, de 17 de setembro de 1958, viabilizou a aquisição das máquinas dinamarquesas Braille para o aprendizado das técnicas do Sistema Braille. As máquinas desse modelo e procedência que estão sob a guarda do MIBC foram adquiridas neste período. Esta portaria foi importante para a datação dos objetos em questão.

Pearce (1994) chama a atenção com relação à contínua resignificação que o objeto pode adquirir considerando sua dinâmica social. Há entre o objeto em si e o seu entendimento o significado. Ele não se encontra isolado, mas sim, neste espaço de relação do sujeito com o objeto. As perspectivas são o que Pearce (1994) chama de natureza dinâmica dos objetos. A autora faz menção a algo intangível, algo que transcende a materialidade dos objetos. Neste sentido, a análise de depoimentos de integrantes da comunidade do Instituto Benjamin Constant muito contribuiu para se compreender o processo de resignificação do patrimônio tangível sob a guarda do Museu do Instituto Benjamin Constant. Nesse conjunto, os objetos tiflotécnicos possuem destaque.

Os objetos para o aprendizado da Matemática foram ao longo do tempo sofrendo alterações e com isso, modificando as metodologias para o ensino. Os cubarítmicos sucedem as chapas e são substituídos pelos sorobãs que foram introduzidos com a chegada ao país dos imigrantes japoneses. O sorobã é uma adaptação do ábaco e é atualmente o objeto utilizado no aprendizado de cálculos matemáticos.

O MIBC possui objetos que exemplificam esse processo, como os apresentados a seguir, no Quadro 13, com suas imagens e descrições técnicas.

Quadro 13 - Objetos que exemplificam o processo de desenvolvimento do aprendizado de matemática para cegos, presentes no acervo do MIBC, fotos e a descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>CHAPA PARA CÁLCULOS MATEMÁTICOS. Conjunto de madeira e alumínio constituído por caixa de madeira com tampa de madeira, placa de alumínio e encaixes móveis (incompletos) de alumínio em forma de T com numeração e senhas em braille. Procedência ignorada, década de 1940 [CERQUEIRA, 2009c]. Nesta chapa faltam encaixes, completos no outro exemplar (n° 12567) do mesmo modelo. Trata-se de um instrumento de cálculo anterior ao cubaritmo e ao sorobã [CERQUEIRA, 2009c]. Localização: MIBC (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 12658</p>
	<p>CUBARITMO COM GAVETA. Conjunto de madeira e alumínio constituído por caixa de madeira com placa de alumínio, gaveta com puxador redondo e mecanismo externo para travar a abertura, cubos de alumínio com numeração em Braille. Altura 9 cm, largura 52cm, altura 83cm. Procedência ignorada, década de 1940-50 [CERQUEIRA, 2009c]. O cubaritmo é um instrumento de cálculo que precedeu o sorobã, constituído por uma caixa de madeira, em geral com uma gaveta, uma bandeja e uma grade superior; na gaveta ficam guardados cubos com números em braille que são encaixados na grade [MORAIS]. Há também cubaritmos sem gaveta: modelos com tampa, modelos com caixa de cubos avulsa e modelos onde a caixa tem duas partes em forma de livro aberto, uma delas destinada a guardar os cubos. Segundo Cerqueira, os cubaritmos de madeira são anteriores à década de 1950. Localização: MIBC (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 12617.</p>
	<p>SOROBÃ ADAPTADO. Suporte de madeira com hastes de metal e contas de plástico na cor preta, 21 eixos, fundo escuro. Não há inscrições, mas é possível que se trate de um sorobã Moraes [CERQUEIRA, 2009c]. Altura, 4cm, largura 26cm, comprimento 53cm. O sorobã é um instrumento de cálculo constituído por uma caixa retangular (originalmente, sempre de madeira) com hastes de metal onde se deslocam contas em geral de plástico. A adaptação dos sorobans (ábacos japoneses de 23 eixos, criados a partir do <i>suan pan</i> chinês) para uso por portadores de deficiência visual foi feita pelo professor brasileiro Joaquim Lima de Moraes, cuja miopia progressiva o fez estudar o sistema braille e o sistema de cálculo empregado por cegos, então restrito ao cubaritmo, à chapa e à prancheta Taylor; estudando o chamado soroban moderno trazido ao Brasil após a 2ª Guerra por imigrantes japoneses, e com a contribuição de José Valesin (1949), partiu do cubaritmo para adaptar no soroban brasileiro (21 eixos) uma borracha compressora que solucionava</p>

	<p>a dificuldade de manipulação por cegos; o chamado “Soroban Moraes”, já abasileirado como sorobã, foi divulgado por Moraes, junto com um manual (1951), no Brasil e em países das Américas e Europa e sendo de preço acessível e possibilitando cálculos mais rápidos, revolucionou o ensino da matemática para pessoas com deficiência visual [MORAIS, NIKKEYPEDIA]. Os sorobãs Moraes autênticos eram os mais antigos, de madeira; hoje são produzidos em plástico [CERQUEIRA, 2009c]. Localização: MIBC (prédio principal, 3º piso). Numeração MEC-IBC:</p>
--	--

Em 1971, segundo os relatórios institucionais, inicia-se o ensino com o uso do sorobã para o aprendizado de cálculos matemáticos ocorrendo, como consequência, o abandono dos objetos citados anteriormente em sala de aula. Assim, os mesmos foram deslocados para o MIBC.

Para o aprendizado de geografia física o Instituto confeccionou uma mapoteca com o objetivo de compor o acervo do Museu. Posteriormente, a mesma passou a ser usada como material didático para o ensino de Geografia até o final da década de 1990. Em 2009, passou por um processo de restauro para compor o acervo da sala de maquetes onde se encontra exposta atualmente. O Quadro 14, a seguir, apresenta imagem e descrição técnica desse objeto.

Quadro 14 - Mapoteca utilizada no aprendizado de geografia para cegos, parte do acervo do MIBC, foto e descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>MAPOTECA COM MAPAS EM RELEVO. Madeira com duas séries de gavetas de duas profundidades, total de 246 gavetas com puxadores de metal acondicionando 221 mapas de madeira esculpida em relevo da América do Sul, do Brasil e dos estados brasileiros. Altura 162cm, 720 x 162cm. Os mapas esculpidos em relevo são acondicionados em sistema de encaixe nas gavetas cuja frente tem em geral a identificação do conteúdo e número gravados na madeira, com o nome do estado ou território, por exemplo, e a antiga numeração: “E D Goiás SE1116”, “E D Spto Santo SE1161”, “T D Acre SE1093”; há também etiquetas em braille coladas que à primeira vista parecem fazer parte do móvel. A própria mapoteca tem o antigo número de registro gravado: “SE130” (frente à direita do móvel). Faz parte do conjunto um mapa avulso da baía de Guanabara com bordas espiraladas, 150 x 104cm. Design Mauro Montagna, déc.1930 [CERQUEIRA, 2009c]. A madeira é encerada em todo o móvel, salvo na frente das gavetas com inscrições, que receberam demão de verniz de proteção em vista do manuseio frequente na época e as etiquetas em braille sob o verniz</p>

	<p>ficaram no tom da madeira; as demais gavetas são enceradas. A mapoteca e os mapas estavam sendo restaurados em 2009 e o restaurador foi orientado a manter etiquetas em braille e o registro da diferenciação no tratamento da madeira. Faltavam alguns puxadores de metal. Localização em mar.2009: sala em fase de adaptação para exposições temporárias (prédio principal, 3° piso). Numeração MEC-IBC: 02938 (no mapa avulso).</p>
--	---

O *thermoform* é um objeto que faz impressão em alto relevo. São produzidos textos, mapas, gráficas tabelas etc., em suporte poliéster cristalino. Como o impresso em Braille é produzido em folha transparente, embaixo é colocado o texto similar em sistema comum. O primeiro *thermoform* foi adquirido em 1971 dos Estados Unidos e esteve até 2006 sob a guarda do MIBC, data em que foi deslocado para o prédio sede da Imprensa Braille, para compor o acervo histórico do setor. O Quadro 15, a seguir, apresenta imagem e descrição técnica desse objeto.

Quadro 15 - *Thermoform* que faz impressão em alto relevo, parte do acervo do MIBC, foto e descrição técnica.

Imagem do Objeto	Descrição técnica
	<p>THERMOFORM - Ferro esmaltado em cor cinza e alumínio. Com placa do fabricante American Thermoform Corp.: "Thermoform 55 / Brailon Duplicator [...]". Procedência Califórnia-EUA, déc.1960-70 [RODRIGUES]. Máquina para produção de figuras em alto-relevo. O primeiro Thermoform foi adquirido no início da década de 70 [CERQUEIRA, 2009c]. Foram inseridas no aparelho anotações a mão, em português, indicando a função de teclas e outros dispositivos, que não devem ser removidas pois documentam o uso do equipamento. Localização em mar.2009: prédio da Imprensa Braille (1° piso); em 2008, estava no MIBC. Numeração MEC-IBC: 07290. (BARROSO, Claudia Maria Girão, arrolamento de bens móveis e imóveis IBC, 2002-2009). (Foto de Débora de Almeida Rodrigues, 2007).</p>

Os objetos tiflotécnicos que compõem o acervo do MIBC pontuam o processo de educação de cegos no Brasil. Considerando que o Instituto foi a primeira instituição para a educação de cegos no país, o Museu, por conseguinte, é o primeiro e único Museu tiflológico do Brasil.

Cabe ressaltar que os objetos tiflotécnicos são artefatos raros de se encontrar em museus. No caso do MIBC, esses objetos têm relação direta com as atividades desenvolvidas na Instituição e documentam as alterações que foram sendo introduzidas no processo de registro gráfico por pessoas cegas. Aqui se identifica uma das singularidades desse acervo e desse Museu. Os valores que podem ser atribuídos a esses artefatos incluem naturalmente o histórico, mas certamente o técnico e provavelmente o afetivo, pois vários dos estudantes que passaram pelo IBC manusearam e aprenderam a partir do uso desses objetos.

Caracteriza-se, portanto, um grupo de artefatos que constitui parte do patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, dentro das características consideradas por Granato e Câmara (2008).

5.3 - Presenças e Ausências

A narrativa sobre presenças e ausências em uma instituição pode se orientar para vários temas. Aqui serão discutidos alguns aspectos, aqueles considerados mais relevantes, para o cumprimento dos objetivos traçados e das questões formuladas.

O Museu do Instituto Benjamin Constant (MIBC) funciona ininterruptamente desde 1933. Por outro lado, percebe-se a partir da pesquisa realizada que vários aspectos necessitam ser aperfeiçoados. Funcionando, em suas primeiras décadas, quase como um gabinete de curiosidades em uma sala das dependências do Instituto, o Museu foi deslocado fisicamente inúmeras vezes, sempre no interior do prédio sede do IBC. O espaço físico, em todos os locais onde ficou situado, nunca foi adequado e suficiente para receber o público e acondicionar de forma adequada as coleções. Vale ressaltar que esse público, inicialmente composto por alunos e professores do Instituto, se amplia com o decorrer dos anos, passando a receber público externo (sobretudo alunos e professores da rede regular de ensino), não por acaso coincidindo com a desinstitucionalização da educação especial. Em todo o seu percurso institucional, o Museu sempre foi usado como extensão da sala de aula, tal qual foi identificado em 1936, como museu escolar (GUSMÃO, 1936).

É importante esclarecer que o Museu nunca esteve fechado ao público externo, mas o Instituto não recebia o fluxo de visitantes externos que hoje vem recebendo diariamente. Entretanto, o Museu recebia visitantes externos, sobretudo quando dos festejos do aniversário de fundação do Instituto, ocasiões em que esse público também visitava o Museu, conforme registro em seu livro de frequência. Analisando os dados desse livro é possível evidenciar a presença de estudantes do ensino

fundamental e médio da rede regular de ensino que visitaram e visitam cada vez mais o Instituto Benjamin Constant.

Pode-se fazer um paralelo com relação ao perfil de visitantes externos do Museu com o desenvolvimento de políticas para a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. A partir da década de 1990, observou-se um aumento da procura do Instituto, seja para organizar cursos, seja para fazer consultorias no campo da deficiência visual. De certa forma, essa procura vem contribuindo para uma maior abertura do Instituto junto a outras instituições educacionais e para maior visibilidade do MIBC. Há ausência de um site do Museu e demais elementos informativos, tais como folhetos que podem certamente contribuir para uma maior divulgação do Museu e de suas atividades.

Embora a estatística produzida a partir dos livros de frequência de uma exposição não reflita na íntegra o percentual exato do público que a visitou - pois nem todas as pessoas assinam o livro de frequência de um Museu, especialmente o público cego. Por outro lado, os que assinam fornecem dados capazes de indicar o aumento gradativo de público. No caso do Instituto, sabemos que o público de alunos e reabilitandos não assina o livro de frequência do Museu. Normalmente, estão acompanhados de professores que registram a atividade no diário de classe. Neste caso, as estatísticas referem-se somente ao quantitativo diário de público visitante externo que foi ao Instituto.

O acervo do MIBC variou no tempo. Estão ausentes as peças que constituíam seu acervo original (rochas, cristais, esqueletos humanos, pelo de lobo), tipicamente voltado para a História Natural. Cabe ressaltar que o objetivo não era estudar as espécies ali expostas, tal como os museus de História Natural. Os objetos ali expostos tinham um papel no processo de desenvolvimento de metodologias da educação de cegos. Ao longo do tempo, o acervo passou a ter características de acervo histórico e também técnico, incluindo peças diversas que vão de bustos e quadros a objetos tiflotécnicos. Assim, a presença desse acervo caracteriza o Museu como um museu clássico, que tem base em suas coleções, mesmo que este tenha variado no tempo. Por outro lado, a existência dos objetos tiflotécnicos resulta numa especificidade que singulariza esse Museu, entre os que existem no país e mesmo no mundo.

Assim como o espaço físico do Museu foi deslocado diversas vezes no tempo, também se percebe o mesmo movimento com relação a algumas peças do acervo. Por exemplo, os bustos representativos das etnias, que estavam sob a guarda do Museu até a década de 1990, quando foram transferidos para a sala de Geografia por

ocasião do deslocamento do Museu para uma sala interna nas dependências do Departamento de Educação do IBC. Essas peças retornaram ao Museu em 2013, quando foi desativada a sala mencionada. Nesse momento, peças que pertenciam à sala de Geografia, como os mapas em alto relevo, acompanharam os bustos e foram incorporados ao acervo do Museu. Caracteriza-se, assim a presença e ausência dessas peças no acervo do museu, em diferentes períodos.

Para além das coleções de objetos, o Museu preserva muitos livros raros, alguns de 1675 e escritos em Braille e em língua francesa. No entanto, o desgaste pelo uso diário e a ausência de tecnologias para recuperar tais documentos impediram que muitos outros livros raros chegassem aos dias de hoje. Os livros em Braille que atualmente encontram-se sob a guarda do MIBC foram doados pelo setor Braille da Biblioteca Nacional, quando de sua extinção, formalizada pelo Decreto-Lei 8679, e transferidos em 18 de janeiro de 1946. O acervo consta de livros e revistas em francês e livros em português, transcritos por voluntários (IBC, 2007).

Ainda no âmbito do acervo do Museu, encontra-se um arquivo histórico. Os documentos que lá se encontram incluem atas de reuniões de Diretoria, relatórios dos antigos Diretores ao Ministro da Educação, fotografias antigas, documentos avulsos, constituindo acervo importante para a história da instituição e da educação de cegos no Brasil.

O arquivo se formou por ocasião da produção de número especial da Revista Benjamin Constant, lançado em 1995, pela atuação do pesquisador Francisco Mendes, que reuniu e organizou um arquivo com documentos históricos relativos à História do Instituto e do acervo do MIBC para uso na Revista. Tais documentos incluem cópias de documentos históricos que se encontravam fora da Instituição, por exemplo, no Arquivo Nacional, além de originais produzidos durante as atividades administrativas do IBC.

Após o lançamento da Revista, o arquivo histórico foi doado e transferido para o MIBC. Anos mais tarde, em 2004, durante o desenvolvimento do livro relativo aos 150 anos de História do Instituto Benjamin Constant, o arquivo em questão volta a ser transferido para o DDI, onde permanece até hoje.

Trata-se, mais uma vez de materialidade que documenta processos históricos e que deveria naturalmente estar nas dependências do Museu, como estivera até 2003, seguindo a “letra da lei”. Cabe ressaltar que não há instrumento de consulta para essa massa documental e nem documentos em Braille nesse Arquivo, em função da inexistência de condições de preservá-los no passado. Com as tecnologias

existentes na atualidade é possível transcrever muitos documentos históricos em Sistema Braille, o que na década de 1930, quando o Museu foi criado, não era possível porque ainda não havia técnicas de informatização.

Até o ano de 1996, não havia nenhum documento que formalizasse e localizasse o Museu na estrutura institucional do IBC. Trata-se, portanto, de ausência de documento fundamental para a formalização e reconhecimento institucional do Museu. Em 13 de setembro de 1996 foi assinada a Portaria n. 942 (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2006; BRASIL, 1996) que, em seu Art. 9, diz que o Museu está ligado à Divisão de Atividades Culturais e de Lazer, que por sua vez está subordinada ao Departamento de Educação. Em seu item IX, a Portaria enfatiza que tal Divisão tem os seguintes objetivos com relação ao Museu: “Organizar, manter e dinamizar o Museu Escola do Instituto Benjamin Constant, visando registrar e documentar a História do IBC e a trajetória da educação de pessoas com deficiência visual no Brasil”.

A missão do MIBC vem expressa na Portaria Ministerial 942 citada - registrar e documentar a História do IBC e a trajetória da educação das pessoas com deficiência visual no Brasil -, no entanto, o Museu não possui até o presente momento um Estatuto interno que oriente sua atuação junto ao Instituto Benjamin Constant. Complementando essa informação, no relatório de gestão da Direção do IBC de 2012, a vinculação indireta do MIBC permanece no Departamento de Educação.

O MIBC até 1989 teve um servidor de carreira com a formação em Arquivologia que respondia por esse setor. Ele pessoalmente agendava as visitas internas e externas. Para as visitas internas era exigida a presença do professor. Os trabalhos realizados até o presente momento em nível de Museologia foram possíveis através de trabalho voluntário, onde a autora desta tese desenvolveu uma série de iniciativas que estão aqui descritas.

A assessoria da Direção vem tentando suprir a ausência de um profissional da área museológica, seja buscando meios para restaurar parte do acervo, seja solicitando limpeza do espaço físico, e ainda, agendando a visitação às exposições e muitas outras providências, atividades que são pertinentes aos profissionais do Museu.

Essa situação se agravou depois do falecimento da professora de História, cega, ex-aluna, aposentada e voluntária, Mayá Devi de Oliveira, que se dedicava a esta atividade. Em reconhecimento à sua grande dedicação ao IBC e à causa do cego, este prestou-lhe homenagem atribuindo seu nome à Sala das Maquetes, desde sua inauguração em 2009. Não há um funcionário no Museu que responda pelas questões

diretamente a ele ligadas. O Museu, por conseguinte, não possui um museólogo responsável, pois o Instituto não prevê este cargo em seu quadro funcional. No caso, para abrir concurso, o Instituto precisa primeiro criar essa vaga.

A falta de pessoal permanente no Museu talvez seja das principais ausências identificadas nessa pesquisa e reflete claramente a pouca importância que a Instituição dá à gestão do Museu. Por outro lado, esse certo descaso se reflete por todo o Instituto, gerando uma falta de credibilidade no MIBC, enquanto lugar de preservação da memória do IBC, especialmente para os seus agentes sociais videntes.

Já para os cegos, o Museu representa um espaço importante e simbólico, que auxilia na afirmação e reforço de suas identidades. Esse espaço constitui elemento fundamental para a aprendizagem do “ser cego”. Ancora a memória, especialmente dos estudantes que utilizaram o Museu e seu acervo como janela para o mundo. Cumpre ainda a função complementar de “avivar” a memória, através dos objetos tiflotécnicos, e ainda de reforçar a identidade dos cegos na valorização dos objetos que lhes são próprios. Afinal, foram produzidos para eles, usados por eles e ganham a aura de patrimônio cultural.

Atualmente, o MIBC ocupa uma área do 3º piso do prédio sede do IBC onde apenas uma de suas exposições foi contemplada com financiamento para montagem. Para adequação espacial, as demais salas foram organizadas com recursos do Instituto e não foi possível contemplar o espaço com todas as adaptações necessárias. O Museu não conta com sala para exposições temporárias, embora haja salas no 3º piso que poderiam ser adaptadas para esta função. Existe espaço, mas não adaptado ao uso que se faz necessário.

Nas salas *Célula ao Alcance das Mãos* e *Louis Braille*, os objetos estão expostos em cubos expositores e não em vitrines. Se por um lado a necessidade de se permitir acesso tátil ao público com deficiência visual - público alvo deste Museu - é assegurada, por outro lado, as questões relativas à preservação do bem cultural são negligenciadas, uma vez que há objetos sob a guarda do Museu que são exemplares únicos e apresentam valor histórico superior ao valor de uso. Ações com base nos preceitos da conservação preventiva poderiam minimizar o desgaste das peças com o tempo.

Há ainda, na área expositiva, a ausência de elementos de acessibilidade tais como: piso tátil direcional, sensores de presença e planta tátil do ambiente. O piso tátil direcional é utilizado na ausência de descontinuidade em ambientes internos e

externos ou quando há caminhos preferenciais de circulação, como é o caso dos espaços museológicos.⁶³ A comissão de acessibilidade do IBC estuda a viabilidade de se colocar piso tátil em área interna do Instituto. Em área expositiva, onde normalmente há rotas estabelecidas muitas vezes descontínuas, a presença desse elemento de acessibilidade se faz importante.

O piso tátil de alerta deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvam risco de segurança, tais como subida e descida de escadas, porta de elevador etc. O mesmo deve ser cromodiferenciado ou deve ser associado à faixa de cor contrastante com o piso adjacente. Esse elemento não se faz presente no Museu.

A escada que dá acesso ao 3º piso é muito escorregadia e torna-se perigosa a descida de uma pessoa cega sem familiaridade com o espaço. O elevador possui ascensorista durante todo dia. Normalmente o acesso ao 3º piso se dá por elevador, mas podem ocorrer falhas do mesmo e haver a necessidade de utilizar a escada. Os reabilitados têm aulas de informática no 3º piso acarretando um fluxo diário de pessoas com deficiência visual no local.

O sensor de presença é uma tecnologia que vem sendo amplamente utilizada nos museus europeus e americanos e muito pode contribuir para o deslocamento autônomo da pessoa com deficiência visual.

Como forma de ampliar o acesso à informação, o Museu além de produzir catálogos e informativos em Braille poderia produzir CD-ROM, inclusive com a leitura de sinais para surdos. Isso porque nem todo cego lê em Braille, pode inclusive ter perdido a visão na fase adulta e, desse modo, não ter familiaridade com o Sistema Braille.

Um elemento importante que são os alarmes de emergência para caso de incêndio, bem como a sinalização de rotas de fuga, não se fazem presentes por falta de recursos da Instituição.

Normalmente, os cegos não observam as setas para orientação espacial fixadas nas paredes ainda que as mesmas estejam em Braille. Em função disso, colocar uma planta tátil ou uma maquete do Museu áudio-descrita pode contribuir para uma maior autonomia e segurança desses indivíduos em suas dependências.

⁶³ O Instituto Benjamin Constant possui uma comissão permanente de acessibilidade que estuda a possibilidade de estabelecer o piso tátil nas dependências internas do Instituto. No espaço de exposições o citado elemento de acessibilidade torna-se vital para o deslocamento com segurança da pessoa com deficiência visual.

Os recursos de iluminação da área expositiva apresentam-se inadequados. Apenas a sala de maquetes possui sistemas de iluminação que contemplam as necessidades museográficas da exposição. Um ambiente com problemas com iluminação torna-se muito prejudicial à percepção do objeto por pessoas com baixa visão.

Com relação às etiquetas para identificação do objeto museológico, a ABNT orienta que as mesmas sejam fixadas na vertical próxima ao objeto exposto. No entanto, observa-se que elas são melhor percebidas pelas pessoas cegas na horizontal, razão pela qual todas as etiquetas para a identificação dos objetos expostos na área expositiva do MIBC encontram-se fixadas na horizontal, próxima ao objeto exposto.

O MIBC conta com uma sala que guarda os objetos não expostos. Ela funciona como uma reserva técnica improvisada. As vitrines de madeira para guarda dos objetos são da década de 1940 e encontram-se muito comprometidas pela ação de cupins. Há ausência de estantes para acondicionamento de livros em Braille e vitrines adequadas para a exposição dos mesmos. Esse acervo é de grande valor bibliográfico, constituído de diversas obras raras, como já mencionado, e por essa razão precisam de um cuidado muito especial. Ao aceitar em doação esse acervo, o IBC assumiu a responsabilidade de preservá-lo.

Observa-se, portanto, que há ausência de ações que dizem respeito principalmente à gestão deste Museu. Os vários deslocamentos espaciais pelos quais passou o MIBC, desde sua constituição, evidenciam que o processo de institucionalização de suas práticas museológicas ainda não se completou se cotejado com os dispositivos de legislação atual, o que valeria para inúmeros outros museus no país.

Observa-se que, no Instituto, o MIBC não concentra todos os bens culturais representativos do processo de escolarização do indivíduo cego. A prova disso são as máquinas para impressão dos primeiros livros em Braille que se encontram sob a guarda da Imprensa Braille. No Instituto, há um Museu e diferentes pontos de memória na Instituição. Talvez a própria disposição física do Instituto esteja favorecendo de certa forma uma desconexão do todo.

Paralelamente, o MIBC deixa de preservar parte importante da evolução da educação de cegos no Brasil pela ausência desses bens que são singulares, uma vez que não se acharão esses objetos em outro museu do Brasil.

A partir da pesquisa realizada percebe-se que o Museu do Instituto Benjamin Constant é um Museu *stricto sensu*, clássico, do tipo escolar, com potencialidades e problemas pertinentes às instituições do gênero.

Pelas suas singularidades, o MIBC justifica plenamente o investimento necessário para que se estruture de forma mais adequada e para que conquiste ampla visibilidade, tanto para o seu público cativos, as pessoas com deficiência visual, como para videntes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência vêm conquistando espaço e visibilidade na sociedade nas últimas décadas. Na produção acadêmica, há estudos na área da Psicologia, da Educação, da Saúde e no campo da Museologia.

A busca pelo reconhecimento de seus direitos faz desse um segmento rico em discussões acerca de suas realidades. A exclusão de direitos por parte da pessoa com deficiência se manifesta de diferentes formas, seja com a tutela da família ou de instituições. É como se a pessoa com deficiência não possuísse capacidade de falar por si.

Embora tenham surgido iniciativas voltadas para o processo de valorização dos direitos das pessoas com deficiência no séc. XIX, é a partir do final da década de 1970 que o movimento se fortalece, fazendo com que essas pessoas conquistem o direito de serem protagonistas de suas histórias. A expressão “Nada sobre nós sem nós” popularizou-se internacionalmente.

Durante o século XIX, de forma pioneira na América Latina, no Estado brasileiro fundam-se instituições para a educação de pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto de Surdos e Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. Paralelamente, as poucas iniciativas estatais durante o séc. XX levaram a sociedade civil a se organizar e fundar entidades voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, como as Associações Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, voltadas para as pessoas com deficiências intelectuais. Figura nesta ótica a fundação dos centros de reabilitação, tais como a Associação Beneficente de Reabilitação (ABBR), dirigida inicialmente às vítimas da epidemia de Poliomielite. Assim, os movimentos surgidos no final da década de 1970 buscaram uma reconfiguração de forças na área pública e privada.

Chama a atenção, com relação às pessoas com deficiência, o sentimento de pertencimento a um grupo como elemento discursivo importante no processo de reconhecimento de identidade. Ponto central desse movimento é a quebra ou anulação do estigma que essas populações sofrem por parte da sociedade.

No início da década de 1980, se reuniram vários segmentos de pessoas com deficiência, cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos que defendiam o propósito de se criar uma única representação social em nível nacional da pessoa com deficiência. No entanto, o reconhecimento das demandas específicas de cada segmento, bem como a necessidade do amadurecimento do debate para o

fortalecimento de cada grupo, em suas especificidades, fizeram com que se optasse por um arranjo político privilegiando a criação de Federações Nacionais por tipo de deficiência.

Pode-se dizer que o esforço dos movimentos das pessoas com deficiência nos últimos trinta anos tem permitido refletir sobre conceitos e mudar paradigmas, objetivando criar uma base sólida para a construção de uma nova perspectiva sobre a deficiência. As atitudes e suposições a respeito da deficiência passam de um modelo caritativo, inaugurado com o fortalecimento do Cristianismo na Idade Média, onde a deficiência é entendida como um déficit, para o modelo social. No *modelo caritativo*, as pessoas com deficiência são dignas de pena por serem vítimas da própria incapacidade.

O Positivismo e a afirmação do saber médico do final do séc. XIX possibilitaram o surgimento de um modelo no qual as pessoas com deficiência passaram a ser compreendidas por terem problemas orgânicos que precisavam ser curados. Assim, no *modelo médico*, as pessoas com deficiência são pacientes. Eram tratadas como uma clientela cuja problemática individual estava subentendida segundo a categoria de deficiência à qual pertenciam.

O *modelo social*, defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência (MPD), é um grande avanço dos últimos anos. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é o que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações, culminando, dessa forma, com a exclusão da pessoa com deficiência. A Sociedade cria barreiras com relação a atitudes, expressas de diferentes formas: medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigmas, preconceitos. Em nível de meio ambiente, as inacessibilidades física e atitudinal impedem a plena participação social das pessoas com deficiências.

Os museus vêm, ao longo dos anos, tentando adaptar suas instalações para que as pessoas com deficiência tenham acesso ilimitado à informação de suas coleções e suas instalações. No contexto internacional, tais expectativas já estão mais consolidadas em suas práticas. No contexto brasileiro, podemos dizer que vivemos uma fase de expansão, pois é possível identificar em muitos museus o desenvolvimento de programas para a inclusão de pessoas com deficiências. Mas há ainda muito por fazer.

É fundamental que os museus avancem em suas ações no que se refere às pessoas com deficiência, removendo as barreiras físicas, arquitetônicas e de comunicação, colocando em prática o uso do desenho universal para todos os novos

projetos e, adequando-se à infraestrutura existente, forneçam as condições de acesso ilimitado às coleções e edificações museológicas desse público, com segurança e autonomia.

Observa-se, por exemplo, que os museus brasileiros ainda têm muitas dificuldades com relação à produção de catálogos em Braille e no que se refere à elaboração de sites acessíveis para uso de pessoas com deficiência visual, embora exista uma gama de tecnologias em uso para esses indivíduos no mercado. Percebe-se o desconhecimento dessas instituições sobre as mesmas.

Diferente dos países europeus que buscam parcerias com as instituições e associações de cegos para desenvolverem e colocarem em prática seus programas para a inclusão da pessoa com deficiência visual nos museus, no Brasil as instituições museológicas, de um modo geral, os desenvolvem de forma muito isolada. Em função disso, muitos projetos e programas para a inclusão das pessoas com deficiência nesses espaços não têm uma ação efetiva, seja porque desconhecem uma série de tecnologias para este segmento, seja porque não priorizam essa parcela de público. Muitos programas e aplicativos são inclusive gratuitos.

Normalmente, pensa-se que os cegos só necessitam ler em Braille. Como não conseguem fazer um catálogo de coleção em Braille, por falta de recurso ou outra razão, os museus não buscam outras alternativas. Com os avanços tecnológicos, a pessoa com deficiência visual pode até preferir o recurso virtual.

Os recursos materiais normalmente escassos se juntam à falta de experiência sobre esse tipo de público. Essa experiência é adquirida com a aproximação da pessoa com deficiência.

No que diz respeito às pessoas com deficiência visual, os avanços tecnológicos relativos à produção de textos em Braille e softwares específicos que permitam a acessibilidade em sites e navegação na rede muito vêm contribuindo para a inclusão dessas pessoas nos museus.

Ainda com relação às pessoas com deficiência visual, a grande dificuldade no que tange à Museologia, é conferir a esses indivíduos o acesso tátil às informações presentes nas coleções museológicas. Felizmente, muitos museus, através da aplicação de tecnologia 3D, vêm produzindo réplicas para serem manuseadas por pessoas com deficiência visual, minimizando o problema.

Sem dúvida alguma, podemos dizer que a criação do Sistema Braille, em 1825, por Louis Braille inaugura a fase moderna da história das pessoas cegas, promovendo uma grande revolução no processo de ensino e aprendizagem. A partir de então, a

institucionalização da educação e da profissionalização ganha impulso, alavancando-se o desenvolvimento dos primeiros objetos tiflotécnicos voltados para a escrita e idealizados por Louis Braille.

Os primeiros livros em Braille foram produzidos à mão. Ainda no séc. XIX, surgem as primeiras máquinas para impressão em Braille. Vale lembrar que não era um método informatizado. As técnicas para a impressão de um livro em Braille eram neste momento muito artesanais. Notadamente após a 2ª Guerra Mundial, com o aumento de pessoas com deficiência em decorrência dos combates, verifica-se um aumento de políticas que vieram a beneficiar as pessoas com deficiência.

As questões relativas às pessoas cegas surgiram no cenário político brasileiro, ainda durante o período Regencial do Império, em 1835, quando o Conselheiro Cornélio Ferreira França, deputado da Assembleia Geral Legislativa, propôs que cada província tivesse um professor de primeiras letras para surdos e cegos. No entanto, o cenário político do Brasil naquele momento não permitiu que tal ideia fosse discutida. O tema só veio a ser retomado em 1850, na pessoa de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, a pedido do Imperador D. Pedro II, que fora sensibilizado com as ideias de um jovem cego recém-chegado da Europa, objetivando fundar no Brasil um Instituto para educação de cegos semelhante ao existente em Paris.

Fundado em 17 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, constituiu-se na primeira iniciativa para a educação de cegos no Brasil e na América Latina. Apesar do pioneirismo, o Imperial Instituto ofertou um número restrito de vagas durante todo período Imperial. Esse fato pode ser explicado pela ausência de um censo, naquele momento histórico, para se identificar as pessoas com deficiência, já que o primeiro Censo do Brasil data de 1872.

Na segunda metade do séc. XX, as décadas reservam um processo de mudanças que desde então não para de crescer. O Instituto Benjamin Constant consolidou-se como Centro de referência nacional em questões relacionadas à deficiência visual no Brasil, inclusive fazendo pesquisa no campo da deficiência visual, editando e distribuindo três revistas: a Revista Brasileira para Cegos (1942), em Braille, para o público adulto; a revista *Pontinhos* (1959), em Braille, dedicada ao público infanto-juvenil; e a *Revista Benjamin Constant* (1995) que se constitui como publicação técnico-científica (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 1995).

Desde 1980, o setor de Imprensa Braille do IBC vem passando por processos de modernização de sua estrutura física e em nível de equipamentos de trabalho,

buscando atender cada vez melhor a pessoa com deficiência visual em todo Brasil, uma vez que o setor distribui livros e material especializado em todo país.

O serviço médico do Instituto Benjamin Constant, criado na década de 1940, atende diariamente a um grande contingente de pessoas de diferentes localidades do Rio de Janeiro que vem em busca de atendimento oftalmológico. O setor conta com equipamentos de última geração e profissionais bem qualificados no que tange a questões relacionadas à deficiência visual.

Hoje o Instituto é um educandário da pré-escola ao 9º ano. Possui um setor para atendimento de alunos com deficiências múltiplas, um setor que atende pessoas com surdocegueira, um setor intitulado Estimulação Essencial ao Desenvolvimento, que atende crianças e suas famílias de 0 a 4 anos, e um setor de reabilitação que tem por objetivo reabilitar pessoas que porventura venham ficar cegas na fase adulta.

Apesar desse panorama positivo sobre a atuação do IBC, o mesmo não se verifica em relação à consolidação do Museu que o Instituto possui, criado em suas dependências em 1933, fruto das iniciativas de seus gestores como forma de extensão de suas atividades em sala de aula. Os principais marcos de sua trajetória encontram-se na cronologia do MIBC (Anexo III). Ao longo dos anos, percebe-se pelo deslocamento físico do Museu dentro do IBC, em várias ocasiões, um olhar pouco cuidadoso do Instituto em relação a seu Museu, certo descaso mesmo. Essa situação é reforçada especialmente pela ausência de equipe permanente para as atividades museológicas e de orçamento próprio, que impediram que o MIBC ampliasse sua atuação em nível adequado às necessidades relacionadas ao público alvo que atende. Mesmo assim, o Museu foi diversificando suas atividades em função dos objetivos do Instituto com relação à educação de cegos. Vale ainda salientar que o Museu funciona de forma ininterrupta desde sua criação nas dependências do Instituto, mesmo que de forma variada no decorrer do tempo.

Durante muitos anos, o MIBC teve sob sua guarda um acervo voltado para a História Natural, mas o objetivo não era realizar pesquisa em suas coleções, e sim desenvolver metodologias para o aprendizado da pessoa com deficiência visual. Era uma espécie de laboratório do desenvolvimento da prática de ensino da pessoa cega.

Em 2005, surge o desejo institucional de organizar um museu que expressasse a identidade dos indivíduos cegos. Neste momento, há uma pesquisa em torno dos objetos tiflotécnicos, criados para uso de cegos, sobretudo os voltados para o ensino. O MIBC amplia suas instalações fruto de um projeto de mecenato. No entanto, apenas uma de suas salas foi contemplada com financiamento, as demais foram organizadas

com recursos próprios da instituição. Surpreendentemente, tais espaços não possuem as adaptações necessárias para permitir acesso da pessoa com deficiência, considerando que o público no Instituto é muito diversificado em suas necessidades.

Cabe ressaltar que os objetos históricos da área expositiva estão expostos em cubos expositores e não em vitrines. Por um lado, isso satisfaz as condições para permitir o acesso tátil às coleções. No entanto, a questão suscita discussões no que tange aos critérios de preservação do bem cultural.

É um consenso dos teóricos do campo da Museologia que os museus tradicionais alimentam suas ações sobre três pilares: preservação, pesquisa/documentação e comunicação. Ainda neste sentido, os museus têm três objetivos principais: pesquisa, educação e lazer (MAIRESSE, 2005).

O fato do Museu do Instituto Benjamin Constant funcionar nas dependências de um educandário de cegos não faz dele um caso à parte na Museologia, apenas confere certas especificidades e singularidades que devem ser tratadas e desenvolvidas em consonância com os critérios museológicos. Sendo assim, os objetos expostos poderiam estar em vitrines interativas, com algum recurso de áudio-descrição associado e, conjuntamente, desenvolver réplicas através da aplicação da tecnologia 3D aos objetos históricos, para manuseio tátil.

A questão da preservação se faz importante, sobretudo, porque alguns exemplares em exposição são únicos. Muitos objetos ali expostos só existem neste Museu. Portanto, se não houver uma preocupação com a sua preservação eles certamente vão se perder no tempo.

O problema da gestão do MIBC é uma questão que merece atenção especial, pois a ausência de equipe permanente de trabalho e o orçamento próprio vêm comprometendo as atividades e funções que esse Museu poderia estar desempenhando junto à sua comunidade.

O Museu do Instituto Benjamin Constant possui, no mínimo, três singularidades, destacadas a seguir:

- ser o único Museu Tiflológico no Brasil; e neste sentido, tem a necessidade do toque como característica específica, em função de ter como público alvo pessoas com deficiência visual;
- possui um conjunto de objetos singulares em seu acervo que documentam a técnica de produção de textos para indivíduos cegos e, nesse caso, pode-se afirmar que se

trata de objetos únicos no país que fazem parte do patrimônio cultural de ciência e tecnologia;

- os bens sob a guarda do Museu, para além do valor histórico, pois não existe outro museu no Brasil que possua este tipo de acervo, têm um grande valor afetivo para a comunidade de cegos do Instituto Benjamin Constant. Assim, esse público alvo atribui alta carga de valores a esses objetos, caracterizando-os como patrimônio cultural. Os objetos ali expostos fizeram parte da história dessas pessoas e isso os torna singulares para a comunidade em geral.

Avaliando a trajetória de atuação do MIBC percebe-se que este apresenta diferentes níveis de institucionalização no decorrer do tempo, mas desde sua criação, em 1933, constitui-se em museu clássico, no âmbito da tipologia escolar. Há que se destacar a Portaria nº. 942, de 13 de setembro de 1996, que formaliza a existência no Museu dentro do organograma do IBC. Em seu Art. 9, determina-se que o Museu está ligado à Divisão de Atividades Culturais e de Lazer, que por sua vez está subordinada ao Departamento de Educação. Talvez não seja esse o melhor desenho organizacional para o MIBC. Talvez fosse mais adequado criar o “Departamento Museu do Instituto Benjamin Constant”. A partir daí, criar setores específicos para as atividades fim de um museu de sua tipologia. Além disso, dotar o museu de orçamento e equipe permanente para realização de suas atividades. Detalhando, a seguir, as atividades dos diversos setores que poderiam fazer parte desse Departamento, teríamos:

- o setor de preservação que se ocuparia dos aspectos preservacionistas das coleções e do ambiente das mesmas. Conjuntamente, se ocuparia do planejamento de vitrines interativas;

- o setor de documentação que se ocuparia da pesquisa nos itens das coleções, dentre outros aspectos que lhe são pertinentes, desenvolvendo uma base de dados para o Museu, acessível para os seus usuários;

- o setor de educação que desenvolveria as atividades educativas relativas às exposições e demais atividades do Museu;

- o setor de comunicação que cuidaria dos aspectos museográficos das exposições, incluindo o desenvolvimento de recursos de acessibilidade e da divulgação externa do Museu.

Os setores trabalhariam de forma autônoma, mas interligados entre si para não haver uma desconexão do todo.

O Museu do Instituto Benjamin Constant acompanhou as instituições similares no tempo, seja ampliando suas coleções, seja disputando um espaço maior para abrigá-las, seja buscando uma maior comunicação com o seu público interno e externo. O acervo que preserva é único no país e exige ações específicas para que seja preservado adequadamente, sem privar seu público do contato direto com as peças, seja através de réplicas, seja através de modelos.

A partir de suas especificidades, o Museu merece apoio e condições para se desenvolver e atender um público mais amplo e de forma mais adequada.

O Museu sempre existiu no âmbito do IBC como tal e assim foi, e é, reconhecido internamente e pelo público que o frequenta. Apesar disso, percebe-se que as pessoas com deficiência visual têm um apreço e atribuem um valor bem mais elevado do que os videntes, sejam eles da instituição ou do público externo. Presenças e ausências fazem parte da trajetória dessa instituição museológica que a tornam ainda mais interessante e atraente, propiciando um tema que merece ser aprofundado na pesquisa e apresentado ao público que a frequenta.

Outras tantas possibilidades de pesquisa no campo da Museologia e dos estudos sobre o Patrimônio cultural se descortinam, a partir do trabalho realizado nesta tese, já que os temas relacionados à deficiência, em amplo espectro, e visual, especialmente, são pouco estudados na área acadêmica, fora da Medicina e da Psicologia. Além dos aspectos relacionados à dicotomia conservação-manuseio de peças do acervo, que merecem ser mais discutidos e desenvolvidos em suas soluções técnicas, existem outros assuntos muito interessantes e importantes para a pesquisa como a percepção das exposições pelo público-alvo do Museu, as soluções expográficas para o melhor uso dos espaços expositivos pelo público, as relações entre público vidente e deficiente visual nesses espaços, a pesquisa sobre as peças tiflológicas do acervo, dentre outros.

Como se pode verificar, o MIBC, objeto desta Tese, está institucionalizado, pois é legitimado tanto pelas práticas que se reproduzem há mais de 80 anos, quanto por sua presença manifesta na memória e na história de vida de sua comunidade. O processo de institucionalização, como vimos, foi atravessado por percalços, mudanças e deslocamentos. A ausência de um estatuto definindo suas linhas e estrutura de ação é o ponto mais frágil de sua situação atual.

Documentar a experiência de pessoas com deficiência visual constituiu uma contribuição para o movimento de reconstrução, extraindo-se essa experiência enraizada na memória e na oralidade, para inscrição e registro na História. Aqui

lembramos o alerta de Walter Benjamin, coincidentemente datado da década de 1930, quando surgiu no Rio de Janeiro, então capital da República, a primeira menção ao MIBC.

“... qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1985, p.115)

Esta tese foi desenvolvida a partir de um amplo conhecimento experiencial da autora sobre a temática de estudo, complementada com levantamentos e análises de fontes diversas, além de reflexões e discussões entre estudante e orientadores, numa colaboração produtiva que rendeu bons frutos a todos. Esperamos que seja proveitosa a outros e que venha a contribuir para o universo da pesquisa em si e para aqueles que se interessarem pelo assunto especificamente.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- ARQUIVO NACIONAL. **Doc. 016 E52**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1853.
- ARQUIVO NACIONAL. **Doc. 0461 E52**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1857.
- AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**. 3.^a Ed. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.
- BARROSO, Claudia Maria Girão. Inventário de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant sob orientação da Arquiteta do IPHAN Claudia Maria Girão Barroso realizado no período de 2002-2009.
- BARTHES, Roland. Semântica do Objeto. In: _____. **A aventura Semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987. p.171-180.
- BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Lisboa: Estampa, 1990.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, 1)
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 2)
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERQUÓ, Ana Fátima. **Dedos de ver: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual**. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Orientador: Diana Farjalla Correia Lima.
- BERQUÓ, Ana Fátima; LIMA, Diana Farjalla Correia. Museus Através do Toque: a Inclusão Social da Pessoa com Deficiência. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v.18, n.51, p.5-12, abr, 2012.
- BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. Tradução Beatriz Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. (Série Artes e Ofícios)
- BORGES, José Antônio. Do Braille ao DOSVOX - diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. 2009. 343f. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Sistemas da Computação, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BOSS, Medard. **Encontro com Boss**. Desein-Sanalyse. São Paulo: Revista da ABE, 1976.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Trad. de Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. **Decreto n. 1428**, de 12 de setembro de 1854. Funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1854.
- BRASIL. **Decreto n. 9**, de 21 de novembro de 1889. Estabelece a supressão da designação do nome imperial do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1889.
- BRASIL. **Decreto n. 193**, de 30 de janeiro de 1890. Institui o nome Instituto Nacional de Cegos, 1980.

- BRASIL. **Decreto n. 1320**, de 24 de janeiro de 1891. Institui em seu Art. 2 o nome de Instituto Benjamin Constant, 1891.
- BRASIL. **Decreto n. 19.256**, de 9 de setembro de 1945. Institui o ensino gratuito no Instituto Benjamin Constant, 1945.
- BRASIL. **Decreto n. 72.425**, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial, 1973.
- BRASIL. **Decreto n. 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Trata do amplo acesso à informação pelas pessoas com deficiência, 2004.
- BRASIL. **Decreto Legislativo n. 186**, de 9 de julho de 2008. DOU de 10/7/2008, Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, 2008
- BRASIL, **NBR 9050**. ABNT. Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004.
- BRASIL, **NBR 9050 (atualizada)**. ABNT. Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2012.
- BRASIL. **Portaria Ministerial n.385**, de 8 de junho de 1946. Institui o curso ginásial do Instituto Benjamin Constant equiparado ao do Colégio Pedro II, 1946.
- BRASIL. **Portaria Ministerial 504**, de 17 de setembro de 1949. Estabelece a distribuição gratuita de obras produzidas e distribuídas pelo Instituto Benjamin Constant, 1949.
- BRASIL, **Portaria Ministerial n. 477**, de 17 de setembro de 1958. Aprova a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Visuais, 1958.
- BRASIL, **Portaria Ministerial n, 942**, de 13 de setembro de 1996. Aprova o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant, 1996.
- BRASIL. **Portaria Ministerial n. 142**, de 16 de novembro de 2006. Institui o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), 2006.
- BRASIL, **Lei n.7287**, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia, 1984. Disponível em: www.coren.org.br. Acesso em: 27 de dez. 2014.
- BRASIL, **Lei n. 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, 2009.
- BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions documentaires industrielles et techniques, 1951.
- CANDLIN, Fiona. Blindness, art and exclusion in museums and galleries. **Journal of Art and Design Education**, v. 22, n.1, p.100-110, 2003.
- CANDLIN, Fiona. Don't touch! Hands off / Art, blindness and the conservation of expertise. **Body & Society**, v.10, p.71-90, 2004.
- CASTRO, José de Albuquerque e. A escrita em relevo antes e depois de Louis Braille. **Revista dos Cegos**, n.12, p.2-11, abril de 1936 (edição em Braille).
- CERQUEIRA, Jonir Bechara. Louis Braille - Um Benfeitor da Humanidade. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v.15, edição especial, p.5-11, out. 2009a.
- CERQUEIRA, Jonir Bechara. A Casa Natal de Louis Braille. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v.15, edição especial, p.12-17, out. 2009b.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. Depoimentos orais do professor e antigo diretor do IBC concedidos a Arquiteta Claudia Maria Girão Barroso por ocasião do processo de arrolamento de Tombamento de fachada e bens móveis do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IFHAN, 2002-2009c.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. **Bengala Branca**: Símbolo de independência das pessoas cegas, out. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.combengala-branca>. Acesso em: 8 de set. 2014.

CHATTERJEE, Helen. **Touch in Museums**. Policy and Practice in object handling. Oxford. New York: Berg, 2008.

CHAUI, Marilena. **Da realidade sem mistério ao mistério do mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CLEVELAND, D.R.; CLEVELAND, A.D.. **Introduction to indexing and abstracting**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1983.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a Museus. Ministério da Cultura - Instituto Brasileiro de Museus. **Cadernos Museológicos**, v.2, Brasília: IBRAM, 2012.

CORDE. **Os Direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Corde, 1994.

COSTA, Claudio Luiz da. **História cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos**: desde a criação do estabelecimento em 1854 até o fim do ano de 1862. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: manuscrito, 1854-1862.

DESVALLÉES, André. (org) **Vers une rédefinition du musée?** Paris: L' Harmattan, 2007.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

EDSON, Gary. Définir le Musée. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. **Vers une redéfinition du Musée?** Avant-propos de Michel Van Praët. Paris: Harmattan, 2007. p.37-49 .

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

EUROPEAN COMMISSION EUSTAT. **Educação em Tecnologia Assistiva para usuários fins e linhas de orientação para formadores**. Deliverable DO6, DG, XIII, Programa de aplicação, setor de deficientes e idosos, 1998. Disponível em: www.siva.it/research. Acesso em: 17 de fev. 2015.

FELIPPE, João Álvaro de Moraes. **Caminhando Juntos**: manual das habilidades básicas da orientação e mobilidade. São Paulo: Laramara, 2001.

FELIPPE, João Álvaro de Moraes; RHEIN, Vera Lúcia Leme. Orientação e Mobilidade. In: BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência Visual**: reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica. Teoria para uma boa prática. **Cadernos de ensaios: estudos de museologia**, Rio de Janeiro, n.2, p.65-74, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FREEMANTLE, Ellen. **Humidity control for small volumes**. In: The Japanese Organising Committee of IIC Kyoto Congress, 1988. p.35-39

FREDDI, Giorgio. Teoria da organização. In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, Linha Gráfica Ed, 1991. p. 864-870.

GASPARETTO, Maria Elisabete R. F.; NOBRE, Maria Inês R. S.. Avaliação do funcionamento residual: educação e reabilitação. In: MASINI, Elcie F. Salzano (Org). **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Veror, 2007. p.39-60.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônio. Coleções Museu Memória e Cidadania**, Rio de Janeiro, 2007.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; FURTADO, Janaina L.; NEVES, Luiz Paulo Gomes. Objetos de ciência e tecnologia como fontes documentais para a história das ciências: resultados parciais. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: ANCIB, 2007. v. 1. p. 1-16.

GRANATO, Marcus; CÂMARA, Roberta Nobre da. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: GRANATO, Marcus; CARVALHO, Claudia; ZAMORANO, Rafael; BENCHETRIT, Sara F. (orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 172-200.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta (Org.). **Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto**. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

GRANATO, Marcus; BEZERRA, Mariana Lamas. Patrimônio cultural da ciência e tecnologia: conceituação e estudos realizados no MAST. In: MENDONÇA, Lúcia Glicério; PAULA, Zueleide Casagrande; ROMANELLO, Jorge Luis (Orgs.) **Polifonia do Patrimônio**. Rio de Janeiro: EdUEL, 2012. p.133-144.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. **Percepção e Criação**. Depoimento como coordenadora do Projeto Museu da Indústria e da Exposição. São Paulo: Arquivo IEB-USP, 1980.

GUSMÃO, Sady Cardoso de. **Instituto Benjamin Constant – 1854-1936**. Relatório do diretor do IBC, Arquivo IBC.

HENRI, Pierre. **Valentin Haüy Premier instituteur des aveugles 1745-1822**. Paris: L'Association Valentin Haüy, 1967.

HILDEBRANT, Hersen. Depoimento concedido em 03-12-2003 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. **Dissertação** (Mestrado). *Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant*. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 2ª Edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987.

HYVARINEN, Lea. **Separata preparada para o Curso sobre Desenvolvimento Visual, realizado no Setor de Reabilitação de Deficientes Visuais**. Santa Casa de Misericórdia, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: [www,ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 07 de fev. 2015.

IBGE. **Pessoas com deficiência no Brasil**, 2000. Disponível em: www.assistenciasocial.gov.br. Acesso em: 10 de abr. 2014.

ICOM/BR. **Código de Ética do ICOM para Museus: versão Lusófona**. São Paulo; Imprensa Oficial, 2009.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Instituto Benjamin Constant 150 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Monitor Mercantil, 2007.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Fichas de Catalogação do MIBC**. Departamento de Educação. Preenchimento pelas museólogas voluntárias Débora de Almeida Rodrigues e Maritza Sanchez, 2001-2007.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Primeiro livro de matrículas do Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Rio de Janeiro: IBC, 1854.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Cópia do Dossiê de Documentos Históricos**, Rio de Janeiro: IBC, 1968.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Revista Benjamin Constant**, v.1, n.1, Rio de Janeiro, 1995.

JORGE, Marco Aurélio Soares. Engenho dentro de casa: sobre a construção de um serviço de atenção diária em saúde mental. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1997. Orientador: Prof. Dr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.43-65 .

KASTRUP, Virginia. Cegos e videntes se encontram no Museu: da Dicotomia à partilha do Sensível. In: II Seminário Internacional Ciência e Museologia – Universo Imaginário, **Anais**. Belo Horizonte: Lutador, 2011. p.87-98.

KELLER, Helen. Three Days to See. **Atlantic Monthly**, Nova Iorque, Jan. 1933.

LARAMARA - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual. Disponível em: www.fundacaolaramara.org.br. Acesso: 30 de Nov. 2014.

LATOUR, Bruno. **How to talk about the body?** 1999. Disponível em: <http://www.bruno-latour.br>. Acesso em: 6 de Jun. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEMOES, Edson Ribeiro. **Depoimento concedido a Débora de Almeida Rodrigues**. In: RODRIGUES, Debora de Almeida. **Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. 145f

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência e comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v.7, n.1, p.31-50, jan-abr 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu inclusivo - Diálogo na Diversidade: integrando a cultura do deficiente visual. In: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia de Souza. **Termos e conceitos da Museologia: Museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2012. p. 54-79. Disponível em: http://www.mast.br/livros_publicacoes.html. Acesso em: 14 de jun. 2013.

LIMA, Francisco Jose de. Arte, educação e inclusão: orientações para áudio-descrição em museus. **Revista Diálogos entre Arte e Público**, junho de 2011. p.42.

- LIMA, H. de; BARROS, G.. **Pequeno dicionário de língua portuguesa**. 9 ed. Ren. Aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- LOSANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.15-27.
- LOURENÇO, Marta C.. Museu de Ciência e Técnica: Que objetos? **Dissertação** (Mestrado), Universidade Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000.
- MACKENZIE, Clutha. **La escritura Braille em el mundo**. Paris: UNESCO, 1954.
- MAIRESSE, François. La "fièvre muséale": contexte et évolution - Quelles fonctions pour le musée? In: KREBS, Anne; MARESCA, Bruno. **Le renouveau des musées**. Paris: La documentation Française. Coli. 910. Mars 2005.
- MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology**. The European Approach. Munchen: Verlag, 1998.
- MARQUES, Vitor Alberto. Depoimento concedido em 19-11-2003 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. **Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 2005. Orientadora: Icléia Thiesen..
- MARTINEZ, Montoro. **Los ciegos en la historia**. Madrid: ONCE, 1991-1995.
- MARTINS, Patricia Isabel Souza Roque. A inclusão pela arte: museus e públicos com Deficiência Visual. **Dissertação** (Mestrado), Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2008. Orientador: Fernando Antônio Baptista Pereira. Lisboa.
- MARTINS LANNA (JR), Mário Cléber. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- MENDONÇA, Alberto et al. **Alunos cegos e com baixa visão**. Orientações curriculares. 2008. Disponível em: <http://sibme.mim-edu.pt/ipac20/ipac.jsp>. Acesso em: 14 de set. 2014.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.
- MENSCH, Peter Van. The object as data carrier. In: MENSCH, Peter Van. **PhD Thesis**. Towards a methodology of museology. Chapter 12, Zagreb: University of Zagreb, 1992.
- MENSCH, Peter Van. Convergence and divergence. Museums of science and technology in historical perspective. In: Cyril Simard (ed.). **Des métiers ... de la tradition à la creation**. Anthologie en faveur d'un patrimoine qui gagne sa vie. Sainte-Foy: 2003. p. 342-352.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MORAIS, Ieda Maria da Silva. **Sorobã**: suas implicações e possibilidades na construção do número e no processo operatório do aluno com deficiência visual.

Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília: UNB, 2008.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O Toque Revelador: a poética das formas**. São Paulo, 1999.

NERI, Marcelo et al. **Retrato da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBGE, CPS, 2003.

NOVAES, Adauto. De olhos vendados. In: NOVAES, Adauto et al. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.9-20.

OLIVA, Felipe Pereira. Quem foi Valentin Haüy? Ponto e Som. Lisboa: Área de deficientes visuais da Biblioteca Nacional, n.43, out de 1984, p.85-103. Edição em Braille.

OLIVA, Felipe Pereira. A CAPO e a ação Tiflológica. **Revista de Tiflogia e Cultura**, Porto, Santa Casa de Misericórdia, edições em Braille, n. 412, p.2-3, novembro de 1995.

OLIVEIRA, Maria Alice C. de. A trajetória de formação da coleção de objetos de C & T do Observatório de Valongo. **Dissertação** (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / MAST. 2011. Orientador: Marcus Granato.

OLIVEIRA, Mayá Devi. Depoimento concedido em 27-11-2003 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. *Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.

OLIVER, Michael. **Intruduction - The Politics of Disablement**. London: MACMILLAN, 1990.

OMS. **Lei 7853**, de 24 de out. de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências, 1989.

ORTEGA, Cristina Dotta. Mediação da informação: do objeto ao documento. In: Colóquio Internacional da Rede MUSSI, 3, 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique**. Bruselles, Belgium: Ed. Mundaneum, 1934.

PEARCE, Susan. **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994.

PEARCE, Susan M. (Ed). **Museums, objects and collections: a Cultural Study**. **Leicester**: Leicester University Press, 1992.

PEREIRA, Dilson Matos. Depoimento concedido em 16-03-2004 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. *Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 145f. 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.

PHILLIPS, Betsy; ZHAO, Hongxin. Predictors of assistive technology abandonment. **Assistive Technology**, n.5, p.36-45, 1993.

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO, 1997. **Tese** (Doutorado) em Comunicação e Cultura. Orientadora: Gilda Maria Braga.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida (orgs.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: Arte, Museu e Imagem**. Prefácio. Rio de Janeiro: Brasília, IBICT/ DEP/DDI, 2000. p.7-14.
- PLATÃO. **Fedro**. Trad. J. Ribeiro Ferreira. Lisboa: Verbo, 1973.
- PLATÃO. **Parmênides**. Tradução de Maria José Figueiredo e introdução de José Trindade dos Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- POIRRIER, Philippe. **Les politiques culturelles de la France**. Comitê d'histoire du ministère de la culture. La documentation Française. Coll, 2002.
- POMIAN, Krzystof. Coleções. In: GIL, Fernando. Memória-História. **Enciclopédia Einaudi**, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p.51-86
- PYE, Elizabeth (ed.). **The Power of Touch: Handling Objects in Museum and Heritage Context**. Ucl Institute of Archaeology Publications. London: University College London Institute of Archaeology Publications, 2008.
- QUEIROZ, Marco Antonio de. **Acessibilidade na web**. Tudo tem sua primeira vez. Disponível em: www.bengalalegal.com/capitulomaq.php. Acesso: 13 Jun. 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Experimental, 2005.
- RIBEIRO, Adalberto. O Instituto Benjamin Constant e os nossos cegos. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano V, v. III, n.2, p. 60-72, 1942.
- ROBLI, Jean. **The Reading Finclers**. New York, American Foundation for the Blind, 1955.
- ROCHA, Eucenir Fredine. **Reabilitação de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Cortez, 2006.
- RODRIGUES, Débora de Almeida. Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 145f. 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.
- RODRIGUES, Débora de Almeida. Acervo fotográfico IBC. Arquivo particular, 2002-2009.
- SACKS, Oliver. Apresentação. In: _____. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. 2.ed. São Paulo: Imago, 1997.
- SALES, Leonardo da Silva. Depoimento concedido em 31-03-2004 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 145f. 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.
- SAMPAIO, Eliana. Ferramentas cognitivas e tecnológicas para inclusão social de pessoas com deficiência visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v.19, p.30-41, 2013.
- SANSONI, Andrés. Considérations pour une alétheia du phénomène musée. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. **Vers une redéfinition du musée?** Avant-propos de Michel Van Praët. Paris: Harmattan, 2007. p.127-137.
-

SANTOS, Antonio dos. Depoimento concedido em 3-11-2003 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. *Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant*. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 145f. 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.

SANTOS, Cristina Paludo; ELLWANGER, Cristiane. STANGHERLIN, Vanessa. KILIAN, Yuri. Projeto Infoacesso – Informática para Portadores de Deficiência Visual. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v.8, n.14, p.200-2009, maio/ 2012.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Arte, USP, 2008. Orientador: Martin Grossmann.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminalogia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (cood). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI, Fundação Banco do Brasil, 2003. p.160-165.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museus e Exposições (apontamento para uma teoria do sentir). The language of the exhibition. **ICOFOM STUDY SERIES**, Wevey, n.19, p.109-113, 1991.

SCHEINER, Tereza C. Moletta. Museu e Museologia: limites e perspectivas. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer M.. **Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas**, Mast Colloquia, v.11, Rio de Janeiro, 2009. p.43-60.

SILVA, Karla Maria da. Depoimento concedido em 20-05-2004 à Débora de Almeida Rodrigues. In: RODRIGUES, Débora de Almeida. *Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant*. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 145f. 2005. Orientadora: Icléia Thiesen.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVEIRA, Ronie Alexandro T. da. **Memória e escrita no Fedro de Platão**. Cadernos de Atas da ANPOF, n.1, 2001.

SIMONDON, Gilbert. Do modo de existência dos objetos técnicos. Pedro Peixoto Ferreira (tradução) e Christian Pierre Kasper (revisão), 2008. **Du mode d'existence des objets techniques**, Paris: Aubier, [1958].

SOUZA, José Francisco de. **Apostila de informática adaptada para pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: IBC, 2011.

STOCKING Jr, George. Essays on museum and material culture. In: Stocking Jr., George (ed). **Objects and others essays on Museum and material culture, History and anthropology**. The University of Wisconsin Press, v. 3, 1985.

STRANSKY, Zbynek Z.. Questions are gates leading to the truth – interdisciplinarity in museology. Museological working papers, **ICOFOM Study Series**, 2b, p.19-21, Estocolmo, 1981.

_____. The theory of systems and museology: interdisciplinarity in museology. Museological working papers. **ICOFOM Study Series**, 2a, p.70-73, Estocolmo, 1981.

THIESEN, Icleia (1997). Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / UFRJ. Orientadores: Maria Nélida Gonzalez de Gomez e Hilton Ferreira Japiassu

THIESEN, Icléia. Museus, Arquivos e Bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer M.; SANTOS, C et al. **Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas**. Série MAST Colloquia, v. 11. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.61-82. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: 07 de fev. 2015.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THOMSON, Garry. **The Museum environment**. 2. ed. London: Butterworths, 1986.

TORAL, Hernan Crespo. Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus do Rio de Janeiro – 1958. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.8-11.

VARINE, Hugues de. The museums in the fourth dimension. **Nordisk museology**, v.2, p.51-57, 1996.

VIGOTSKI, Lev S.. **Obras Completas**. Tomo cinco: Fundamentos de defectologia. Habana. Madrid: Visor, 1997.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Ltd.ed. 2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Coleção Artes e Ofícios. Cotia(SP): Ateliê Editorial, 2000.

WEIL, Simone. **Aulas de Filosofia**. Campinas (SP): Papirus, 1991.

WEINER, Annette. **The trobrianders of papua new guinea**. Stranford University, 1987.

Convenções Internacionais

Resolução n.3447 da ONU, de 9 de dezembro de 1975. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Versa sobre os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Convenção n. 159 da OIT de 20 de junho de 1983. Trata sobre Reabilitação Profissional e Emprego de pessoas deficientes. Estabelece princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência. Convenção ratificada pelo Brasil: Decreto n, 129 de 22 de maio de 1991.

Declaração de Cave Hill, em 29 de junho de 1983 . Adotada durante Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência.

Declaração de Maastricht, em 4 de agosto de 1993 Dispõe sobre a Reabilitação e Vida Independente da Pessoa com Deficiência.

Convenção da Guatemala de 28 de maio de 1999. Dispõe sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. Define a discriminação como toda exclusão ou restrição baseada na deficiência ou em seus antecedentes, consequências ou percepções que impeçam ou anulem o reconhecimento ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos, e suas liberdades fundamentais. Convenção ratificada pelo Brasil pelo Decreto 3956, de 8 de outubro de 2001.

Convenção de Montreal, de 6 de outubro de 2004 Dispõe sobre a deficiência intelectual

Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, ONU, Nova Iorque, agosto de 2006.

ANEXO I
Cópia Digitalizada do Relatório de Sady
Cardoso Gusmão 1930-1936

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Realizações

OS CÉGOS E A NOVA POLITICA EDUCATIVA E SOCIAL DO
GOVERNO DO DR. GETULIO VARGAS.

Preambulo

Não ha de ser simplesmente socorrendo, senão ins-
truindo, educando e protegendo, que se resolve a condição do
cégo na sociedade.

Setor pequeno da educação e da assistencia, ja-
mais houve no Brasil um movimento intenso em favor dos cégos.

Atualmente o numero de privados da visão se ele-
va a mais de quarenta mil, de modo que o Governo da Republi-
ca houve por bem cuidar com o maior desvelo do assunto.

Não foram pequenas as realizações neste campo,
aliás restrito, de atividades, de 1930 a esta data, como pas-
saremos a vêr:

H I S T O R I C O

A instituição padrão existente no territorio na-
cional, é o atúal Instituto Benjamin Constant, fundado por
decreto de 12 de setembro de 1854, com a denominação de Im-
perial Instituto dos Meninos Cégos, graças aos generosos es-
forços do Dr. Francisco Xavier Sigaud, seu primeiro diretor,

e do professor cego José Alvares de Azevedo, seu idealizador, o Instituto vem se desenvolvendo morosamente.

Com o advento da Republica, porem, se ampliaram os horizontes da instituição.

Em 1872, o Imperador D. Pedro II doara ao Instituto o terreno onde hoje se acha situado, á Praia Vermelha.

Ao tempô da proclamação da Republica dirigia o estabelecimento, Benjamin Constant, que, como figura principal do movimento republicano, veiu a influir poderosamente no novo regime. Foram reiniciadas desde logo as obras do atual edificio, ha muito paralizadas; foi enviado á Europa uma comissão de professores para adquirir material e contratar têqunicos; baixou-se finalmente, o regulamento n° 408, de 1890, contendo ampla e fecunda reorganização do Instituto.

Com a morte prematura daquele eminente brasileiro, as obras estacionaram por algum tempo, multo embora desde 24 de Fevereiro, de 1891 estivesse instalado o Instituto no edificio.

Novas ampliações fizeram os diretores: Dr. João Brasil Silvado e Jesuino da Silva Mello.

Infelizmente, porem, sobreveiu sensível decadência para o estabelecimento.

Nesse periodo, buscou-se remedio para esse declinio com a modificação do Regulamento, o que foi feito em 1911. O novo regulamento tomou o n° 9.116 e baixou em 20 de Novembro da-quele ano.

Em breve se desvaneciam as esperanças em referênciã a nova regulamentação.

Quando do advento do novo Governo da República em 1930, as condições do estabelecimento citado eram das mais precarias, dada a deficiência de instalações e do material de ensino.

As condições dos cegos emgeral tambem era das piores. Em Recife se fechava uma escola ali aberta para a

educação de cegos.

As instituições particulares existentes apresentavam incipientes na sua maioria, fracos resultados.

Não obstante, em São Paulo, se instalava o Instituto Padre Chico e começava a colher seus primeiros frutos o Instituto S.Rafael inaugurado em Belo Horizonte em 1924.

O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, E O GOVERNO GETULIO VARGAS.

O novo Governo da República, encontrando o estabelecimento em estado da maior indisciplina, em pessimas condições de higiene e desorganização, iniciou desde logo um programa energico de melhoramentos e remodelação. Adotaram-se imediatamente medidas radicais em beneficio da instituição.

Tais medidas beneficiaram aos cegos em geral, por via de irradiação e expansão, referindo-se:

- a) a administração,
- b) a higiene
- c) as instalações
- d) ao ensino
- e) ao amparo e assistência geral.

ADMINISTRAÇÃO

Sensível melhoria para a administração resultou desde logo com a extinção do antigo Conselho Administrativo dos Patrimônios, passando a administração do patrimonio do Instituto, para a sua Diretoria, nos termos do Dec. 19.516, de 22 de Dezembro de 1930.

Favoreceu essa providência a realização de grandes melhoramentos, com uma economia de cerca de seis mil contos, em sete anos.

Em 28 de Janeiro de 1931, quando da entrega do Patrimonio, se elevava este a 4.162:000\$000.

Compunha-se este de imoveis, moveis, titulos e apolices, dinheiro e obrigações a receber.

Em 1937, este valor sobe a cerca de oito mil contos, incluindo-se - é de importancia fixar aqui - neste computo a grande valorização dos terrenos do Instituto.

De 1931 á 1937, a diretoria adquiriu mais de quinhentos contos em novos titulos, aumentando o total destes de Rs. 2.600:000:000 para 3:100:000:000, facilitando, assim, meios para a remodelação completa do estabelecimento, conforme se vem processando atualmente, com a construção do pavilhão central, da ala esquerda da fachada e parte da ala esquerda dos fundos, importando um aumento de quasi dois terços em relação ao que se achava construido.

HIGIENE

Em materia de higiene o Instituto deixava muito a desejar. Quasi que anualmente o tífé fazia vítimas no corpo discente. Permanentemente a tuberculose, na sua ronda sinistra, colhia um e outro aluno, aumentando o numero de baixas. A verminose e a lues influíam poderosamente para agravação do quadro.

Concorriam para isso: a sub-alimentação, a falta de exercicios fisicos convenientes, a promiscuidade dos alunos, a deficiência das instalações.

O coeficiente de mortalidade oscilava entre 2 e 4% !

Impunham-se providências energicas e estas foram desde logo tomadas:

Efetou-se a revisão das tabelas de alimentação, melhorando-se consideravelmente a variedade, quantidade e qualidade dos generos. Concomitantemente foram adotadas medidas de rigorosa fiscalização, sendo mesmo multados fornecedores e re-

cusadas as mercadorias de qualidade inferior.

Procedeu-se á instalação de um gabinete médico, com o material necessario, inclusive fichas sanitarias, de uma pequena secção de oftalmologia. Os exames de sangue e outros realizados, atestaram a existência de inumeros casos de sífilis e verminose, molestias que desde logo sofreram rigoroso combate. Melhoraram-se as enfermarias existentes. Os recreios foram limpos e nivelados. O terreno dos fundos, coberto de mato e cortado por valas abertas de escoamento dagua, foi tambem aplainado, construindo-se galerias, para condução de aguas fluviais. Ampliou-se o abastecimento de agua e realizaram-se serviços sanitarios outros.

O coeficiente de mortalidade baixou de 3% para 0,14.

Com as obras de remodelação e aumento do edificio não só ficarão melhoradas as enfermarias existentes como serão construidas novas. O gabinete dentario antiquado e deficiente sofrerá remodelação completa. Os gabinetes medico e oftalmologico terão instalações novas, modernas e independentes.

INSTALAÇÕES

Alem de reparos e concertos diversos no edificio e suas dependências, a administração atual realizou inumeras e importantes reformas, como sejam: reforma da instalação elétrica da cosinha, da lavanderia, instalação de dormitorios novos inclusive para menores do Jardim da Infancia, da aula de datilografia, que funcionava com maquina emprestada, da officina de tipografia, dotada de maquinismos modernos, instalação da officina de artefatos de madeira, couro e vime, da colchoaria, das aulas de radio, massagem, economia domestica e estofaria; remodelação da aula de trabalhos de agulha, organização do museu, de exposição permanente, reorganização da biblioteca e instalação do salão de honra.

Mercê da instalação desses serviços e da reorganização de outros o Instituto pode figurar em inumeras exposições, in-

clusive na Feira de Amostras e realizar um grande avanço no setor do ensino profissional que fazia quasi abandonado em 1930, exceção feita das seções de trabalhos de agulha e vassouras.

Atualmente em virtude dos termos do art. 108 da lei 378, de 13 de Janeiro de 1937, o estabelecimento está passando por uma transformação radical e de alta importancia, com as modificações da parte do edificio antiga e com a construção da ala esquerda e pavilhão central o Instituto rivalizará com os maiores estabelecimentos do mundo e tornar-se-á impar na America do Sul.

Alem do mais se inscreverá entre os maiores estabelecimentos públicos do pais.

A frente medirá cento e trinta metros sendo cerca de 55 metros para cada ala e 22 metros de pavilhão central.

As partes laterais de cada ala medirão 86 metros, fechando-se o edificio ao fundo, com duas alas da extensão das de frente, de modo a descrever o edificio a perspectiva de um retângulo.

Na parte inferior do edificio serão construídas instalações novas para as oficinas de encadernação, de vassouras e espanadores, de colchoaria e estufaria, de empalhação e artefatos de vime, seção de trabalhos de agulha, economia domestica e oficina para confecção de meias. Serão instalados ainda no primeiro pavimento: cosinha a vapor, copas, dispensa moderna, barbearia e refeitórios.

Na frente desse pavimento já estão construídas quarenta saletas para o ensino e estudo independentes, de musica, a semelhança de identica construção do Instituto de Cegos de Paris.

Na parte superior ficará a entrada do edificio com fachada monumental, grande hall, com escadas e elevadores de acesso.

X Na parte direita se instalará a biblioteca, que será reformada e ampliada. Na esquerda será instalado um museu semelhante aos existentes nos estabelecimentos americanos e alemães.

Numerosas salas de aula, instalações especiais para

clínica médica, dentaria e oftalmológica, mapoteca, dormitórios e outras dependências novas, separando-se por completo as seções masculinas e femininas, com grandes benefícios para a disciplina interna, completarão os melhoramentos ora introduzidos na construção.

Plêntea a administração ainda a instalação sobre o terceiro pavimento de studios especiais da P.R.A. 2, afim de serem feitas irradiações, com auxilio de musicos, artistas e literatos cegos e outros.

O Instituto passará a ser dividido em seis seções: Jardim da Infancia, a ser construido no terreno, seção de menores, de médios e de maiores do sexo masculino e de menores e maiores do sexo feminino, com recreios separados, sendo que cada um destes terá uma parte coberta para os dias de chuva.

Outros melhoramentos no que concerne á distribuição de serviços, higiene e conforto serão introduzidos, de forma a facilitar a admissão de uma população escolar de 450 discentes, mais do dobro da capacidade atual.

E N S I N O

O ensino de cegos nos paizes mais avançados compreende:

- a) Jardim da Infancia
- b) curso primario
- c) educação secundaria, aproximadamente
- d) curso de música
- e) curso profissional
- f) educação fisica

Excepcionalmente, se admitem cegos nos cursos superiores.

No Brasil, e principalmente nos cursos do Instituto Benjamin Constant todos esses ramos são adotados.

Excepcionalmente têm sido admitidos cegos nos cursos superiores, embora sem apoio completo na legislação, ainda

omissa neste ponto.

Os melhoramentos introduzidos pelo Governo actual no ensino foram grandes.

No Jardim da Infancia, a adoção de métodos e orientação mais moderna e de acordo com a natureza do ensino.

No curso primario, pela divisão de turmas mais ou menos homogenias.

No curso secundario, pela adoção do regime de ensino comum, do método directo no ensino de linguas, da melhoria do material didáctico: organização do museu, aquisição de mapas, atlas e material de ensino diverso, como livros, maquinas, etc.

No curso de música, com a organização de programas divisão da aula de canto, impressão de métodos e reforma de instrumentos de cordas, instalação de orgão e inauguração do respectivo ensino, aquisição de pianos, e instrumental de banda, métodos, etc. criação do curso regular de harmonia, contra-ponto fuga, instrumentação, orquestração e composição.

Nos cursos profissionais melhorias como as seguintes: nas oficinas de escovas, encadernação e afinação de pianos, na tipografia, com a aquisição de material tipografico Braille moderno, especialmente adquirido em Paris,; instalação das oficinas de vime, madeira, colchoaria, estufaria e das aulas de radiotelegrafia, economia domestica, massagem e datilografia, com maquinismos, aparelhos e material moderno.

Com a organização nova todos esses cursos melhorarão em instalações e resultados.

O Jardim da Infancia será construido separadamente, e muito melhorado; o curso primario será dividido e modernizado, extendendo-se por cinco anos, sendo dois de verdadeira escola prevocacional; o curso secundario será ampliado e posto nos moldes comuns, com as restrições decorrentes das necessidades; o curso de musica constituir-se-á independentemente e terá todos os seus sub-ramos melhorados; os cursos profissionais serão tratados sob regime novo, criando-se oficinas e serviços outros.

AMPARO E ASSISTÊNCIA GERAL

O Governo da República tem procurado, na medida do possível, alargar a sua esfera de ação e proteção aos cegos.

Mais não tem feito, porque não é possível remover de um só golpe situações e dificuldades decorrentes da legislação e das condições do país.

A verdade, porem, é que vai se alargando e extendendo a ação governamental de modo a dela beneficiar o maior numero possível de cegos.

Foram afastadas as barreiras que dificultavam a entrada dos cegos para o instituto oficial.

De 1931 á 1937 entraram para o Instituto cerca de 130 cegos de ambos os sexos.

Esse numero representa 1/5 do numero de cegos admitidos no Instituto desde 1854 até hoje.

Os cegos abrigados ou internados em estabelecimentos de ensino e assistência oficiais ou particulares não excediam de 500, em 1930.

Em 1937 esse numero já se eleva a mais de mil.

Para o Instituto, foram nomeados, cincoenta destes, com remuneração desde 100\$000 a 1:500\$000 mensais.

Criaram-se instituições novas particulares nesta Capital, S. Paulo, Minas Gerais, Baía, Pernambuco e Estado do Rio.

A inumeras dessas associações novas e outras já existentes têm sido concedidas subvenções anualmente.

Alem disso, tem o Instituto fornecido livros e publicações diversas.

Para os Estados e bem assim para a Cruzada Nacional de Educação foram fornecidos alfabetos Braille, aos milhares, afim de facilitar "in locu", a alfabetização de cegos que queiram e possam instruir-se.

Com a organização, ampliação do Instituto Benjamin Constant, classificado como estabelecimento normal pelo Decreto

21.069, de 20 de fevereiro de 1932, como instituto padrão pelo
Dec. de 14 de Julho de 1934, e reconhecido pela Lei 378,
de 13 de Janeiro de 1937, que o subordinou ao Instituto de Psi-
cologia, a situação melhorará sobremodo.

Acha-se em estudos, ainda, um plano de organização
geral de trabalho e assistência a ser ampliada por meio de con-
venios com os Estados.

Por este plano a integração dos cegos na sociedade,
a assistência aos que forem invalidos será levada ao extremo,
multiplicando-se, senão totalizando-se os beneficios da ação
do Governo em prol dos Cegos, de modo a aliviar a sociedade de
encargos maiores e proporcionar a estes existência digna, util
e feliz, programa bastante para a exaltação de um Governo, para
a Gloria de uma geração e dignificação de um Povo.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (1996)

ANEXO II
REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

CAPÍTULO 1
Natureza e Finalidade

Art. 1º - O Instituto Benjamin Constant - IBC, criado pelo decreto Imperial n.1428, de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto n.1320, de 24 de janeiro de 1891, órgão específico singular dotado de autonomia limitada e centro de referência nacional na área da deficiência visual, subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, compete:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II - promover a educação de deficientes visuais, através da manutenção de escola especializada para a educação pré-escolar e fundamental, com vistas a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho da pessoa cega e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, na área da deficiência visual;

III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV - promover realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, prevenção das causas da cegueira, integração e reintegração da pessoa cega ou de visão reduzida na comunidade;

V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área do atendimento da pessoa cega e de visão reduzida;

VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária da pessoa cega e de visão reduzida;

VII - prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino e instituições que atuem na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEIISP,

VIII - atualizar e aprimorar, mediante estudos e pesquisas, métodos e recursos didático-pedagógicos;

IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promover encaminhamento profissional com vistas a possibilitar à pessoa cega e de visão reduzida o pleno exercício de sua cidadania;

X - promover ação permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de todos os recursos disponíveis que visem a valorização da imagem social da pessoa cega e de visão reduzida.

§ 1º O Educandário do Instituto Benjamin Constant funcionará em regime de externato, e, considerando-se a realidade sócio-econômica e a localidade de residência do educando, em regime de semi-internato e internato.

§ 2º O Instituto Benjamin Constant será tecnicamente subordinado à Secretaria de Educação Especial.

CAPÍTULO II

Organização

Art. 2º O Instituto Benjamin Constant tem a seguinte estrutura.

1. Gabinete
2. Departamento de Educação
 - 2.1. Divisão de Ensino
 - 2.2. Divisão de Assistência ao Educando
 - 2.3. Divisão de Atividades Culturais e de Lazer
 - 2.4. Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica
3. Departamento Técnico Especializado
 - 3.1. Divisão de Imprensa Braille
 - 3.2. Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação
 - 3.3. Divisão de Pesquisa e Produção de Material Especializado
 - 3.4. Divisão de Capacitação de Recursos Humanos
4. Departamento Médico-Oftalmológico e de Reabilitação
 - 4.1. Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico-Oftalmológico
 - 4.2. Divisão de Assistência Social
 - 4.3. Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional
5. Departamento de Planejamento e Administração
 - 5.1. Divisão de Pessoal
 - 5.2. Divisão de Serviços Gerais
 - 5.3. Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
 - 5.4. Divisão de Material e Patrimônio

Art. 3º O Instituto Benjamin Constant será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, o Gabinete e as Divisões por Chefe, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

§ 1º O Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, escolhido dentre os servidores do quadro do Instituto que detenham título de graduação superior e que estejam em efetivo exercício a, no mínimo, cinco anos.

§ 2º Os ocupantes dos cargos e funções previstos no caput deste artigo poderão ser substituídos, em seus afastamentos e impedimentos regulamentares, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

Art. 4º Para desempenho de suas atribuições o Diretor-Geral do IBC contará com o apoio de dois Assessores, de dois Assistentes e de dois Secretários e os Diretores contarão cada um, respectivamente, com um secretário.

CAPÍTULO III

Competência das Unidades

Art. 5º Ao Gabinete compete:

- I - prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa;
- II - coordenar, supervisionar e orientar o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas no âmbito do Gabinete;
- III - coordenar e promover as atividades de Comunicação Social do Instituto Benjamin Constant.

Art. 6º Ao Departamento de Educação compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades nas diferentes áreas do Educandário, bem como promover a integração entre as suas diversas unidades, e especificamente:

- I - prestar assistência técnico-pedagógica a outras instituições e aos sistemas de ensino na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação especial do Ministério da Educação e do Desporto;
- II - articular-se com instituições educacionais públicas ou privadas com vistas a expansão de atividades técnico-educacionais;
- III - participar do planejamento, supervisão e avaliação de estágios e cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de atualização para docentes e pessoal que desempenhe ou que venha a desempenhar atividades em educação especial, na área da deficiência visual, em entidades ou nos sistemas de ensino.

Art. 7º À Divisão de Ensino compete.

- I - planejar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, visando à formação integral do educando para o exercício da cidadania;
- II - orientar os professores na execução dos programas curriculares a serem adotados pelo Educandário;
- III - organizar, em conjunto com o corpo docente, a formação de turmas, o calendário escolar e os horários de funcionamento das atividades pedagógicas;
- IV - sugerir programas que visem ao atendimento da pessoa cega e de visão reduzida em outras instituições educacionais;
- V - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração ou adaptação de livros em Braille, quando necessário, em consonância com a Divisão de Imprensa Braille.

Art. 8º À Divisão de Assistência ao Educando compete:

- I - participar do planejamento integrado do Instituto Benjamin Constant, no que se refere ao estabelecimento das normas disciplinares e organização das atividades diárias dos educandos,
- II - participar das reuniões pedagógicas e dos Conselhos de Classe;
- III - participar de reuniões com pais ou responsáveis sempre que necessário;

- IV - garantir o cumprimento das normas disciplinares vigentes na Instituição;
- V - orientar a movimentação e acompanhar a frequência dos educandos nas diversas atividades escolares;
- VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos Assistentes de Alunos;
- VII - controlar as saídas e regressos dos educandos;
- VIII - guardar, distribuir e controlar a utilização do material didático destinado ao aluno;
- IX - zelar pela higiene pessoal do aluno, orientando-o sempre que necessário.

Art. 9º À Divisão de Atividades Culturais e do Lazer compete:

I - administrar, elaborar e realizar a programação do Museu, do Teatro, da Biblioteca e do Espaço Cultural do Instituto;

II - promover programas de atividades sócio-culturais, artísticas e cívicas;

III - propiciar ao Coral do IBC apoio na realização de suas programações artísticas e culturais;

IV - participar da elaboração do calendário cívico escolar,

V - planejar, coordenar e executar festividades do calendário cívico oficial e outras atividades sócio-culturais, em ação conjunta com as demais unidades do IBC;

VI - divulgar os eventos da instituição, promovendo intercâmbio com outras entidades;

VII - coordenar, supervisionar e avaliar as atividades culturais e recreativas desenvolvidas por profissionais especializados, no Educandário;

VIII - organizar e manter a biblioteca em Braille, no sistema comum e em fitas áudio e vídeo-tape, bem como o **acervo histórico** do Instituto, incentivando a sua utilização para fins didáticos culturais;

IX - organizar, manter e dinamizar o Museu Escola do Instituto Benjamin Constant, visando registrar e documentar a história do IBC e a trajetória da educação dos deficientes visuais no Brasil.

Art. 10º À Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica compete.

I - planejar, implementar e avaliar o desenvolvimento da orientação educacional no contexto escolas;

II - participar do desenvolvimento do currículo, fornecendo subsídios que permitam a caracterização do perfil do educando;

III - estabelecer estratégias de atuação que possibilitem o desenvolvimento de um ambiente educacional que favoreça o processo ensino aprendizagem;

IV - detectar problemas no desenvolvimento social do educando, estabelecendo programas que visem a superação das dificuldades observadas;

V - promover periodicamente reuniões de pais ou responsáveis dos alunos, intensificando a relação família-escola e mobilizando-os para a participação ativa e colaboradora no processo educacional em todos os seguimentos escolares;

VI - prestar orientação educacional, individualmente ou em grupo, possibilitando à pessoa cega e de visão reduzida, experiência que favoreçam:

a) promover seu auto conhecimento em relação a interesses, potencialidades e responsabilidades, conscientizando-o como indivíduo produtivo e participante da sociedade;

b) a análise e avaliação de suas relações interpessoais no ambiente escolar, no contexto familiar e na comunidade onde está inserida;

VII - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula, através de entrevista e avaliação;

VIII - colaborar para o ajustamento do educando no processo de reabilitação à família, à escola, ao trabalho e à sociedade, através de orientação individual ou em grupo de alunos de pais responsáveis;

IX - fornecer subsídios para a elaboração de programas pedagógicos, compatíveis com as condições individuais dos educandos;

X - desenvolver atividades de prevenção, com base em ações da equipe multidisciplinar da Instituição;

XI – participar de projetos, estudos e pesquisas que visem fornecer subsídios para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e à integração do educando e do reabilitando na comunidade;

XII - participar de Conselhos de Classes e Reuniões Pedagógicas;

XIII - prestar atendimento fonoaudiológico.

Art. 11º - Ao Departamento Técnico Especializado compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas de pesquisa, da produção de material especializado, de documentação e de informação, de capacitação de recursos humanos, promovendo a integração entre as suas diversas unidades e, especificamente:

I - promover a divulgação de experiências e conhecimentos técnico-pedagógicos na área da deficiência visual, visando subsidiar o desenvolvimento de tecnologias neste campo;

II - promover e propor o desenvolvimento e produção de material didático-pedagógico do processo ensino-aprendizagem dos educandos deficientes visuais, nos diversos níveis de ensino, nas escolas especiais ou escolas comuns;

III - manter acervo para subsidiar estudos e pesquisas na área educação e da integração da pessoa cega e de visão reduzida;

IV - manter intercâmbio nacional e internacional com instituições congêneres ou não, objetivando acompanhar o desenvolvimento de tecnologias no campo da deficiência visual,

V - desenvolver pesquisas, métodos e técnicas inovadoras na área da deficiência visual, orientar as instituições dos diferentes sistemas de ensino quanto à adaptação e recuperação de instalações, bem como o uso de material didático e equipamentos para o atendimento educacional e de reabilitação da pessoa cega e de visão reduzida, em articulação com a Secretaria de Educação Especial;

VII - planejar, supervisionar e avaliar estágios e cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização para docente e pessoal que desempenhe ou venha a desempenhar atividades em Educação especial na área de deficiência visual, em entidades ou nos sistemas de ensino;

VIII - articular-se com as instituições de ensino médio, superior e outras, com vistas à formação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IX - participar de promoção de estudos e de pesquisas para o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras no atendimento da pessoa cega e de visão reduzida,

X - participar de articulação com instituições educacionais públicas ou privadas, visando à expansão de atividades técnico-educacionais.

Art. 12º - À Divisão de Imprensa Braille compete:

I - executar trabalhos de impressão em caracteres Braille e em tipo ampliado;

II - realizar adaptações gráficas necessárias à transcrição de livros e materiais diversos para o Sistema Braille, em ação conjunta com o Departamento de Educação,

III - executar trabalhos gráficos tipográficos, de encadernação e cartonagem;

IV - manter atualizados dados sobre o sistema de escrita em Braille, por extenso ou abreviado, bem como as notações utilizadas em musicografia, matemática e outras ciências.

Art. 13 - À Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação compete:

I - selecionar materiais e elaborar publicações em caracteres Braille e tipo ampliado de livros, revistas e publicações especializadas para pessoa cega e de visão reduzida,

II - selecionar, elaborar, produzir e distribuir material de informação técnica distribuído sob a forma de revista ou livro falado;

III - promover, em âmbito nacional, a expedição de livros, revistas e demais trabalhos impressos ou gravados no Instituto Benjamin Constant;

IV - prestar informações sobre assuntos concernentes ao atendimento e à integração da pessoa cega e de visão reduzida;

V - manter arquivo de dados atualizados resultantes de registros das atividades do Instituto Benjamin Constant e de outros registros que forneçam subsídios para o desenvolvimento de programas referentes à pessoa cega ou de visão reduzida;

VI - divulgar métodos e técnicas especiais, oriundas de trabalhos de pesquisas desenvolvidas na Instituição;

VII - prestar assistência técnica no processo de implantação de serviços especiais para deficiências visuais em bibliotecas públicas.

Art. 14. À Divisão de Pesquisa e Produção de material Especializado compete:

I - pesquisar e produzir material especializado indispensável à educação e à vida diária da pessoa cega e de visão reduzida;

II - pesquisar, elaborar, experimentar e adaptar recursos e material didático-pedagógico para a educação e integração de pessoa cega e de visão reduzida na família, na escola, na sociedade e no grupo profissional que venha a pertencer;

III - fornecer subsídios técnicos a outras entidades, bem como nos sistemas de ensino na pesquisa e na produção de material didático-pedagógico e de atividades da vida diária, em articulação com a Secretaria de Educação Especial;

IV - elaborar catálogos de Material didático e para a vida diária a serem utilizados pela pessoa cega e de visão reduzida.

Art. 15º À Divisão de Capacitação de Recursos Humanos compete:

I - planejar, supervisionar e avaliar cursos de capacitação, de aperfeiçoamento e de atualização para docentes, técnico-administrativos e pessoas interessadas nas questões relativas às pessoas portadoras de deficiências visuais;

II - prestar apoio técnico às instituições integrantes dos diferentes sistemas de ensino para a realização de cursos que visem à integração da pessoa cega e de visão reduzida, em articulação com a Secretaria de Educação Especial;

III - orientar docentes e técnicos administrativos sobre a utilização de métodos, técnicas e processos específicos na educação da pessoa cega e de visão reduzida;

IV - planejar, supervisionar, orientar e avaliar os programas de estágios realizados no Instituto Benjamin Constant.

Art. 16 - Ao Departamento Médico e de Reabilitação compete: planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e promover a execução das atividades médico-oftalmológicas, de enfermagem e nutricionais voltadas ao processo de ensino-aprendizagem; prevenção das causas da cegueira; atendimentos em reabilitação, terapêutico, social, preparação para o trabalho, encaminhamento e acompanhamento profissional, bem como promover a integração entre as suas diversas unidades e especificamente.

I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da saúde, com vistas a subsidiar os programas da área educacional;

II - promover e realizar eventos e ações que visem a informação de temas relativos à prevenção das causas da cegueira e a integração da pessoa cega ou de visão reduzida.

Art. 17- À Divisão de Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional compete:

I - prestar assistência médica, odontológica e de enfermagem aos alunos e aos reabilitandos;

II - participar, em consonância com o Departamento de Educação, da programação de atividades compatíveis com as condições individuais dos alunos;

III - coordenar e supervisionar todas as atividades relativas à alimentação do educando;

IV - estabelecer procedimentos e indicar recursos para melhor utilização da visão reduzida;

V - prestar serviço oftalmológico à comunidade para fins de ensino e pesquisa;

VI - desenvolver estudos e atividades embasados nos resultados das pesquisas, prioritariamente, na prevenção das causas da cegueira;

VII - garantir, prioritariamente, o acompanhamento oftalmológico permanente ao educando e ao reabilitando;

VIII - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula através de avaliação oftalmológica e nutricional;

IX - promover, em articulação com outras entidades, cursos de especialização, congressos, palestras, seminários e Outros eventos.

Art. 18. À Divisão de Assistência Social compete:

I - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula, através de avaliação social;

II - realizar atendimento social, orientando alunos, pais ou responsáveis;

III - participar de ações que visem à integração educacional, profissional e social do educando e do reabilitando;

IV - atuar, de forma multidisciplinar, em estudos, projetos e pesquisas desenvolvidos pelo Instituto Benjamin Constant.

Art. 19 - À Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional compete:

I - desenvolver atividades para o uso do Sistema Braille, de equipamentos para cálculos, orientação e mobilidade e outras técnicas para a integração social do reabilitando e a integração do educando;

II - realizar pesquisa de mercado de trabalho com vistas a preparação para o trabalho e encaminhamento profissional do educando e do reabilitando;

III - supervisionar estágios e treinamento do educando e do reabilitando em entidades que propiciem atividades profissionalizantes;

IV - desenvolver programas de estimulação da visão funcional do educando e do reabilitando;

V - estabelecer procedimentos e indicar recursos para melhor utilização da visão reduzida;

VI - manter atualizado catálogo das atividades profissionais que podem ser desempenhadas por pessoas portadoras de deficiências visuais.

Art. 20 - Ao Departamento de Planejamento e Administração compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades nas áreas de planejamento, de orçamento e finanças, de pessoal, de serviços gerais e administração de material e patrimônio na forma da legislação específica.

Art. 21 - À Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - realizar atividades referentes à execução Orçamentária e Financeira;

II - fornecer subsídios para o planejamento administrativo e os planos de aplicação de dotações globais do Instituto Benjamin Constant;

III - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual do Instituto;

IV - propor a abertura de créditos adicionais;

V - acompanhar, controlar e avaliar a execução orçamentária do Instituto;

VI - promover a execução física e orçamentária, propondo as devidas alterações;

VII - acompanhar e controlar, orçamentária e financeiramente os contratos, convênios e outras formas de ajustes, firmados pelo Instituto Benjamin Constant;

VIII - emitir e controlar as notas de empenho, guias de recebimento, notas de lançamento e ordens bancárias, através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAM;

IX - conferir a prestação de contas de suprimentos de fundos;

- X - elaborar a programação financeira de desembolso;
- XI - realizar a conciliação bancária;
- XII - processar as requisições de passagens e ou pagamentos de diárias

Art. 22 - À Divisão de Pessoal compete:

- I - registrar a vida funcional dos servidores e processar a documentação pertinente na forma da legislação em vigor;
- II - manter atualizada a lotação numérica e nominal do Instituto Benjamin Constant;
- III - instruir processos referentes aos direitos, deveres, vantagens e responsabilidades do pessoal;
- IV - preparar as folhas e demais documentos de pagamentos de pessoal;
- V - registrar e controlar as disponibilidades financeiras para despesas de pessoal;
- VI - fornecer dados para elaboração da proposta orçamentária das despesas com pessoal.

Art. 23. À Divisão de Serviços Gerais compete:

- I - manter controle sobre a entrada e saída de pessoas nas dependências do Instituto Benjamin Constant;
- II - controlar a entrada e saída de documentos, através de protocolo;
- III - operar e manter em funcionamento os equipamentos de telefonia, reprografia, fax e outros instrumentos de imagem e som;
- IV - controlar as atividades relativas à vigilância e à utilização de veículos;
- V - manter o bom estado de conservação dos bens móveis e imóveis do Instituto.

Art 24 - À Divisão de Material e Patrimônio compete:

- I - receber, distribuir e controlar os bens móveis;
- II - receber, cadastrar, controlar e distribuir materiais de consumo;
- III - manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do Instituto Benjamin Constant;
- IV - propor as alienações, as cessões e as doações de bens móveis;
- V - controlar o estoque de material de consumo, a fim de propor a sua reposição.

CAPÍTULO V

Atribuições dos Dirigentes

Art. 25 - Ao Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant incumbe:

- I - dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto Benjamin Constant;
- II - decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do instituto Benjamin Constam;

III - gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto Benjamin Constant;

IV - assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração, cheques e empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos;

V - gerir o Fundo Especial para deficientes da Visão - FUNDEV;

VI - celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução das finalidades do Instituto Benjamin Constant, ouvido o Conselho Diretor,

VII - controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente;

VIII - baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do Instituto Benjamin Constant;

IX - representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Art. 26 - Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais;

II - assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto Benjamin Constant;

III - controlar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Instituto Benjamin Constant;

IV - compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto Benjamin Constant

V - propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos;

VI - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

Art. 27. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - prestar assistência ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam o exercício dos processos de planejamento e de tomada de decisões sobre assuntos pertinentes à sua área de atuação no Instituto Benjamin Constant;

II - coordenar a elaboração da programação anual e plurianual de seus respectivos Departamentos;

III - coordenar a implantação dos trabalhos programados e a utilização dos recursos disponíveis;

IV - controlar os padrões de desempenho e qualidade dos serviços ao nível de unidades, planos, programas e projetos;

V - proceder à avaliação periódica de desempenho dos servidores em exercício nas unidades sob sua supervisão;

VI - participar de equipes multidisciplinares na sua área de competência;

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant.

Art. 28 - Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades de competência das respectivas unidades;

II - assistir ao respectivo Diretor nos assuntos de sua competência;

III - propor medidas que visem à racionalização dos trabalhos afetos às respectivas unidades,

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos das respectivas unidades.

CAPÍTULO VI

Conselho Diretor

Art. 29 - O Instituto Benjamin Constant contará com um Conselho Diretor composto pelos seguintes membros:

I - Diretor-Geral do Instituto, que o presidirá;

II - Diretores dos Departamentos do Instituto ou seus substitutos legais;

III - um representante da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto;

IV - um representante do corpo docente ou seu suplente, eleito por seus pares;

V - um representante do corpo técnico-administrativo ou seu suplente, eleito por seus pares;

VI - um representante do corpo discente ou seu suplente, eleito por seus pares;

VII - um representante da Associação de Pais de Alunos do Colégio de Aplicação do INES ou seu suplente eleito por seus pares.

§ 1º O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 2º O mandato dos eleitos será de dois anos.

Art 30 - O exercício do mandato do Conselho Diretor é função relevante, não cabendo por ele qualquer remuneração;

Art. 31. Os membros do Conselho Diretor não poderão exercer, cumulativamente, funções na Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, e na Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo - CPPTA.

Art 32 - As normas de funcionamento do Conselho Diretor serão estabelecidas em ato próprio, a ser aprovado pelo Ministro da Educação e do Desporto;

Art 33 - Ao Conselho Diretor compete:

I - propor as diretrizes básicas que deverão nortear o funcionamento de todas as atividades do Instituto Benjamin Constant em consonância com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal;

II - participar do planejamento da ação global da Instituição e acompanhar sua execução;

III - opinar nobre a proposta orçamentária a ser encaminhada à autoridade competente;

IV – expedir normas para constituição da Comissão Permanente de Pessoal Docente CPPD, e da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo e aprovar seus respectivos Regimentos Internos;

V - dispor sobre normas e critérios, em consonância com as Comissões Permanentes de Pessoal Docente e Técnico Administrativo, para avaliação do desempenho das atividades diretamente relacionadas ao exercício do cargo ou emprego dos docentes e dos técnicos-administrativos, observado o disposto na Portaria MEC, a' 475187, ou dispositivos legais que os venham a substituir;

VI - estabelecer critérios de caráter específicos para realização de concurso público para ingresso no Instituto Benjamin Constant e aprovar as normas específicas propostas pela CPPD e CPPTA, observadas as normas legais e regularmente pertinentes;

VII – aprovar as normas e critérios de progressão por mérito, proposta pelas Comissões Permanentes de Pessoal Docente e de Pessoal Técnico-Administrativo, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

VIII - propor alterações no Regimento Interno do Instituto Benjamin Constituir.

Art 34 - O dia 17 de setembro será considerado data comemorativa da instalação do Instituto Benjamin Constant

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 35 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão dirimidos pelo Diretor-Geral do Instituto.

ANEXO III

Cronologia do MIBC

Cronologia do Museu do Instituto Benjamin Constant

Em **1933**, organiza-se o Museu nas dependências do Instituto Benjamin Constant, localizado no 2º piso do prédio sede em uma sala próxima ao gabinete do diretor, conforme menciona Sady Cardoso Gusmão em relatório apresentado em 1936 ao Ministro da Educação e Saúde Pública. Fazem parte do acervo do citado Museu peles de lobo, cristais de rocha, animais empalhados, além de objetos históricos do IBC. O Museu é descrito como uma extensão da sala de aula.

Nas décadas de **1940 a 1970**, o Museu permanece com o mesmo perfil e situado no mesmo local, mas parece haver um vazio documental em relação a esse período.

Em **1970**, segundo dados extraídos em depoimentos colhidos de membros, ex-alunos e professores do Instituto Benjamin Constant, o Museu foi transferido para uma sala localizada no setor feminino do prédio sede do IBC e tinha-se em mente organizar um Museu de História Natural adaptado às necessidades sensoriais de seu público interno. De acordo com relatos de membros da comunidade do Instituto, os animais empalhados disputavam espaço com as cadeiras do Imperador D. Pedro II. A iniciativa não vai à frente. Até o final da década de 1980, o Museu teve um Arquivista que respondia por esse setor.

Em **1992**, o Museu é transferido para uma sala interna no Departamento Pedagógico. O espaço da citada sala era pequeno não permitindo desenvolver ali uma museografia adequada às necessidades do público com deficiência visual. O fluxo de visitantes externos era muito pequeno durante a década de 1990, conforme verificado nos livros de presença.

Em **1995**, o pesquisador Francisco Mendes, por ocasião da elaboração da Revista Benjamin Constant, realiza pesquisa acerca de objetos históricos relativos ao MIBC. Posteriormente, o arquivo com documentos de caráter arquivístico fica sob a guarda do Museu. Neste momento, não havia mais vestígios de objetos voltados para a História Natural. Há uma ênfase na História institucional em função dos novos rumos pedagógicos do Instituto.

Em 13 de setembro de **1996**, pela Portaria Ministerial n. 942, na gestão do Diretor Carmelino de Souza Vieira, o MIBC é incluído no organograma institucional. No citado documento ele está ligado à Divisão de Atividades de Cultura e Lazer. A função de Museu escolar é ratificada no documento.

Em junho de **2000**, por ocasião dos festejos comemorativos dos 190 anos de invenção do Sistema Braille, o MIBC organizou uma exposição temporária intitulada *O Braille no mundo*.

Em **2001**, o Museu inaugura uma exposição temporária intitulada *147 anos de existência do Instituto Benjamin Constant*.

Em **2002**, o Museu trabalha no processo de pesquisa, elaboração e montagem da exposição temporária intitulada *O IBC no tempo*.

Em **2003**, a exposição permanente do Museu passa por modificações. Os textos e as identificações dos objetos em Braille são impressos em suporte alumínio.

Em **2004**, as telas a óleo do Museu passam por um processo de restauração por ocasião das comemorações do Sesquicentenário do Instituto Benjamin Constant. No mesmo ano, o Museu monta uma exposição temporária, sendo a mesma inaugurada em 17 de setembro de 2004. Durante todo ano o Museu desenvolveu atividades educativas, abrangendo todos os níveis e faixas etárias da escola, às quartas-feiras. Tais atividades foram estendidas aos reabilitandos do IBC. Os professores de Braille do Setor de Reabilitação registraram em seus relatórios que as visitas ao Museu aumentavam o interesse do reabilitando recém-cego em aprender o Sistema Braille.

Em **2005**, o MIBC é transferido para uma sala localizada no 3º piso do Instituto, intitulada pelos videntes de “caveirão”. Nela ficaram acondicionados todos os objetos do acervo museológico. A sala em questão passou por longos períodos com infiltrações, porque está situada na chamada “parte velha” do prédio, que corresponde à primeira parte do prédio sede, construída no século XIX. Toda vez que chovia a calha entupia. Parte do acervo apresentou problemas de conservação com as constantes infiltrações. Na gestão de Érica Deslandes Magno de Oliveira, foi elaborado um projeto para a ampliação das instalações do Museu IBC do qual a autora deste trabalho atuou como Museóloga voluntária.

Em **2005**, a direção geral do Instituto Benjamin Constant envia para o Museu as placas comemorativas alusivas ao Sesquicentenário do IBC. A medalha cunhada em ouro pela Casa da Moeda está sob a guarda da direção do IBC, em função do Museu não possuir condições adequadas de segurança.

No **mesmo ano** o Instituto recebe a doação de cinco maquetes de monumentos da cidade do Rio de Janeiro. As maquetes, confeccionadas em acrílico e gesso nas cores preta e branca, foram enviadas ao MIBC. Por ocasião da exposição da maquete do Pão de Açúcar nas cores branco e preto houve grande polêmica. O

público vidente discordou do Pão de Açúcar ter sido retratado nessas cores. Essas maquetes foram retiradas de exposição, ficando acondicionadas na sala que faz às vezes de reserva técnica.

Em **2006**, o DEMU defere o projeto para mecenato do MIBC. O projeto apresentado visava à ampliação do espaço do Museu, que passaria a ocupar todo o 3º piso do prédio sede do IBC. O Museu seria composto por três salas com exposição permanente, uma sala para trabalhos administrativos, uma sala para exposição temporária e uma reserva técnica.

Em **2007**, a UFMG, a convite do Instituto, promove uma exposição itinerante no MIBC. Percebendo o grande interesse que os alunos demonstraram durante as atividades, a UFMG doou cerca de 70 peças para o Museu do Instituto. O acervo em questão passou a ocupar uma das salas relativas ao espaço de ampliação do Museu. Os alunos do Curso de Massoterapia utilizam tal acervo em suas aulas práticas.

Em **2008**, iniciou-se o processo de restauração da mapoteca, processo que teve fim em 2009. A citada mapoteca foi esculpida na década de 1930 por um professor cego e atualmente está exposta na sala de maquetes de monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro, localizada no 3º piso do Instituto Benjamin Constant.

Em **2009**, os dunquerque, o relógio de armário e o busto em mármore retratando José Francisco Xavier Sigaud passam por um processo de restauração.

Em 17 de setembro de **2009**, inaugura-se a sala de maquetes de monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro. As maquetes e a adequação espacial foram frutos do mencionado mecenato. Apenas esta sala foi contemplada com financiamento.

No mesmo ano de **2009**, em função das comemorações do bicentenário de nascimento de Louis Braille, o Instituto organiza uma exposição em uma sala prevista para a ampliação do Museu. Essa exposição tinha o propósito de ser temporária. Em virtude da grande aceitação do público interno e externo, a direção optou por mantê-la organizada em caráter permanente. Sendo assim, a sala conhecida como “caveirão” passou a abrigar somente os objetos não expostos ou duplicatas. Este espaço passou a figurar como uma reserva técnica improvisada. Em função da montagem da exposição Louis Braille, o MIBC recebeu uma réplica da casa que pertenceu a Louis Braille em sua cidade natal, doada pelo professor aposentado e ex-aluno do IBC Jonir Bechara Cerqueira. A réplica encontra-se exposta na exposição Louis Braille desde

2009. Para essa exposição foram elaborados cubos expositores na carpintaria do Instituto.

As exposições são visitadas pelas pessoas que agendam visitas ao Instituto diariamente. Embora o livro de frequência do Museu não expresse na íntegra o número de pessoas que o visitam, evidencia-se um aumento de público externo depois da montagem das citadas exposições - Célula ao Alcance das Mãos, Louis Braille e Maquetes de Monumentos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro.

Em **2014**, com a desativação da sala de Geografia, retornaram para o Museu 10 bustos que pertenciam ao seu acervo na década de 1970, representando diferentes etnias. O Museu recebeu ainda os globos terrestres e mapas em relevo que faziam parte dos materiais utilizados para o aprendizado da Geografia.

Em dezembro de **2014**, as telas a óleo do Museu foram encaminhadas a um ateliê particular de restauração. O estado de degradação das obras suscitou atenção especial por parte da direção do IBC que, com a ajuda do trabalho voluntário da autora desta tese, viabilizou essa iniciativa.